
A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil

Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier
(Organizadores)





Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier
(Organizadores)

**A família Silva Santos e outros escritos:
escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil**



CASA LEIRIA
São Leopoldo-RS
2019

A FAMÍLIA SILVA SANTOS E OUTROS ESCRITOS:
ESCRavidÃO E PÓS-ABOLIÇÃO AO SUL DO BRASIL
Lorena Almeida Gill e Paulo Luiz Crizel Koschier (organizadores).

Editoração: Casa Leiria.

Capa: Festejo Arraial Índios Escravos, Frans Post, Tela 55cm X 48cm, 1653.

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

Os textos mantiveram sua escrita original, adequando-se, quando necessário ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em atenção ao Decreto Nº 7.875/2012.

É permitida a reprodução de qualquer parte dessa obra, desde que citada a fonte original que consta como nota de rodapé no início de cada texto.

 <p>Memórias Brasileiras Biografias</p> <p>Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Edital Memórias Brasileiras: Biografias</p>	 <p>núcleo de documentação histórica da UFPEL Prof. Beatriz Loner</p>  <p>UFPEL</p> <p>Realização: Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas Prof. Beatriz Loner</p>
--	--

Ficha catalográfica

F198	A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil [recurso eletrônico] / Organização Lorena Almeida Gill, Paulo Luiz Crizel Koschier. - São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.
	ISBN 978-85-9509-043-9
	1. Escravidão – Rio Grande do Sul - História. 2. Memória – Famílias – Rio Grande do Sul. 3. Biografia – Famílias – Rio Grande do Sul. I. Gill, Lorena Almeida (org.). II. Koschier, Paulo Luiz Crizel (org.).
	CDU 326(816.5)

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
- 9 FAMÍLIA SILVA SANTOS
Beatriz Ana Loner
- 23 GERAÇÕES E CONJUNTURAS: A FAMÍLIA SILVA SANTOS
Beatriz Ana Loner
- 39 AS APARÊNCIAS PODEM FAZER TODA A DIFERENÇA
Beatriz Ana Loner
- 55 1887: A REVOLTA QUE OFICIALMENTE NÃO HOUE
OU DE COMO ABOLICIONISTAS SE TORNARAM
ZELADORES DA ORDEM ESCRAVOCRATA
Beatriz Ana Loner
- 79 ANTÔNIO: DE OLIVEIRA A BAOBAD
Beatriz Ana Loner
- 97 LÍDERES NEGROS, LÍDERES OPERÁRIOS
Beatriz Ana Loner
- 123 EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DE EX-ESCRAVOS URBANOS NA
SOCIEDADE DO TRABALHO LIVRE: TRAJETÓRIAS (IN)COMUNS
Beatriz Ana Loner
- 137 A LOTERIA DO IPIRANGA E OS TRABALHADORES: UM
SONHO DE LIBERDADE NO FINAL DO SÉCULO XIX'
Beatriz Ana Loner
- 179 CLUBES CARNAVALESCOS NEGROS NA CIDADE DE PELOTAS
Beatriz Ana Loner
Lorena Almeida Gill
- 197 ENFERMIDADE E MORTE: OS ESCRAVOS
NA CIDADE DE PELOTAS, 1870-1880
Beatriz Ana Loner
Lorena Almeida Gill
Micaele Irene Scheer
- 223 DE ESCRAVO A DOUTOR: EUZÉBIO DE
QUEIROZ COUTINHO BARCELLOS
Beatriz Ana Loner
Miguel Angelo Vieira da Cunha Filho
Ubirajara Soares Monteiro
- 256 BEATRIZ ANA LONER

APRESENTAÇÃO

Passsei a conviver mais com a Beatriz a partir do ano de 1987. Era um tempo em que eu, como aluna de graduação, atuava, junto com muitos outros discentes, pela transformação do curso de História da UFPel. Assim, Bia, como a chamávamos, chegou naquele momento em que não só o curso, mas a UFPel se modificava, fruto de uma intensa mobilização. Bia participou destas mudanças, que fizeram com que a graduação de Estudos Sociais fosse extinta e que a UFPel tivesse um novo Reitor, professor Amílcar Gigante, um médico humanitário, defensor de uma universidade pública e participativa.

Naquele tempo Bia era uma professora substituta, que logo passou a ser efetiva. Eu conhecia sua trajetória no CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação) e também sua atuação junto aos movimentos sociais. Sua forma de dar aulas e a maneira como discutia questões da contemporaneidade logo fascinou seus alunos, que se encantavam com as abordagens que realizava, sobretudo na disciplina de Brasil no período da Ditadura Militar.

Logo em seguida me formei, passei a dar aulas na rede pública municipal e estadual e a realizar uma Especialização em Ciência Política, a partir da qual discuti a presença das mulheres na direção dos Sindicatos em Pelotas e, neste momento, novamente nos aproximamos, através de uma parceria de orientadora-orientanda.

No ano de 1991 realizei concurso e logo comecei a dar aulas na graduação de História e, a partir daí, tecemos juntas uma trajetória profissional. Bia recebeu-me no Núcleo de Documentação Histórica, recentemente criado, e iniciamos uma série de pesquisas juntas sobre os mais diversos temas, que tinham uma espécie de ligação, ou seja, era o momento de discutir sobre abordagens não tão vistas, naquele tempo, pela História: gênero, imigração, escravidão, movimentos de trabalhadores.

Essa parceria de trabalho e de companheirismo deu-se por toda a vida. Mesmo depois de sua aposentadoria, no ano de 2011, continuamos realizando pesquisas juntas, viajando e compartilhando momentos de descanso.

Um pouco antes de seu adoecimento, convidou-me para participar de um projeto interinstitucional (UFPR, UFSC e UFPel), coordenado pela professora Joseli Mendonça, com a intenção de concluir uma pesquisa que vinha realizando havia alguns anos sobre a trajetória de uma família escravizada, que havia morado em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: os Silva Santos. A partir desse estudo pretendia escrever um livro sobre sete gerações deste grupo familiar. Tal projeto se efetivou através de sua aprovação junto ao Edital "Memórias Brasileiras: Biografias", da CAPES.

Como infelizmente não houve tempo de concretizar seu desejo, decidiu-se lançar uma obra com três textos que já havia escrito sobre a família, bem como com outros materiais em que abordou a trajetória de negros e negras no RS. Este foi, juntamente com dois outros temas: marxismo e história e mundos do trabalho, uma temática bastante presente em suas preocupações acadêmicas.

A ideia da organização desse material também foi sendo construída a partir de uma iniciativa do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH (Associação Nacional de História) que, logo após a morte de Beatriz, compartilhou, com o título "Leia Beatriz Loner", cinco de seus textos sobre afrodescendentes, em uma perspectiva de manter vivos seus estudos e seu legado intelectual.

Dessa forma, o presente livro reúne alguns de seus textos mais importantes sobre a temática. Em um primeiro momento são apresentados artigos sobre a família Silva Santos, depois textos que escreveu sozinha e, por fim, alguns trabalhos em coautoria. É preciso dizer, ainda, que o principal estudo que realizou se materializou em um outro livro recentemente relançado pela UFPel, chamado *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*, que é uma compilação de sua tese doutoral.

Com esta publicação pretendemos reunir um material de estudo importante e, certamente, inspirador para novas pesquisas.

A Bia nos deixou recentemente, mas os seus ensinamentos, o seu engajamento político, o vigor com que atuava em todas as esferas de sua vida continuam nos contagiando a seguir em frente. Por tudo isso, conhecer e ler Beatriz Loner é fundamental.

Primavera de 2018
Lorena Almeida Gil

FAMÍLIA SILVA SANTOS¹

Beatriz Ana Loner

Esta comunicação pretende avançar alguns dados sobre a família Silva Santos, uma das principais famílias afrodescendentes da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, cujos membros se destacaram desde o período imperial, sendo parte importante da comunidade negra da região.

Embora membros dessa família estejam presentes ainda hoje na cidade, a pesquisa vai se centrar nas quatro primeiras gerações, numa tentativa de analisar suas trajetórias desde a chegada ao Brasil até, aproximadamente, o final da segunda guerra. As gerações escolhidas são aquelas que enfrentaram as maiores transformações da sociedade brasileira, com seu desembarque no Brasil ainda como escravos, suas alforrias e trajetórias de vida durante o Segundo Império, período de maior destaque, no qual se integraram na sociedade, participando das principais lutas do seu tempo, como a Abolição. Com a Primeira República, a adaptação às novas condições, políticas e sociais também foi feita, mas o período foi marcado por lutas inglórias quanto ao racismo (DOMINGUES, 2004; ANDREWS, 2007) e as condições de vida para trabalhadores², duas lutas abraçadas de frente pelos membros desta família e que cobraram seu preço, com a morte de um deles. Neste momento, tiveram sobre si o impacto forte do racismo e da discriminação, contra

1 Texto originalmente publicado no 6º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, maio de 2013. [<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Beatriz-Loner-texto.pdf>]

2 Sobre as condições de vida da classe trabalhadora, as referências são inúmeras, mas veja-se, por exemplo, os problemas enfrentados pelos sujeitos livres, brancos e negros, na República artigos de Libby e Furtado, 2006 e sobre Pelotas, em Loner, 2001.

o qual lutaram, mas que terminou alterando sensivelmente as possibilidades de projeção de boa parte dos membros desta família, à exceção de um deles, que conseguiu tornar-se deputado estadual.

Como primeiro ensaio a tratar especificamente dos Silva Santos, a biografia desta família teve sua composição prejudicada pela falta de dados, mas mesmo assim, é possível traçar suas trajetórias dentro do Brasil e identificar os principais problemas e desvantagens que tiveram, tanto pela sua cor e posição social dentro da cidade, quanto aqueles devidos a fatores outros, provenientes, por exemplo, da preferência partidária, religiosidade, etc. O objetivo deste trabalho insere-se dentro da proposta de mapear indivíduos e famílias afrodescendentes sulinas como forma de conhecimento concreto das vantagens e desvantagens, limites e oportunidades que este grupo encontrou no estado gaúcho, bem como tentar reconhecer características culturais afrodescendentes que porventura se fizeram presentes em suas vidas. Entende-se que, neste particular, as trajetórias biográficas podem ser muito úteis, pois permitem contextualizar a trajetória e escolhas do sujeito, com as potencialidades e possibilidades abertas ou não em cada conjuntura social (SCHMIDT, 2000).

A primeira geração foi constituída por dois africanos, José e Rosa, os quais, quando livres assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Não se descobriu documentação relativa a seu estado e condição de vida, sequer sabendo-se se residiram em Pelotas. Entre outros problemas de pesquisa, seus nomes, por muito comuns, dificultaram a consulta documental. Sabe-se que a família considerava que seus antepassados não teriam vindo como escravos da África, informação confirmada por um de seus trinetos.

É uma hipótese difícil de comprovar, embora viável, pois pelo porto de Rio Grande, tão próximo que havia um intenso intercâmbio entre as duas cidades, chegavam navios de todas as procedências, entre eles alguns que haviam estado na costa da África e aqui aportavam, depois de estadias em outras localidades brasileiras (SCHERER, 2007; REIS, 2008). Mas também essa pode ser apenas uma lenda sobre a origem familiar, para diferenciar a família dos que tiveram ancestrais escravos.

Seu filho Manoel, em testamento, disse haver nascido no estado do Rio Grande do Sul, o que significa que José e Rosa chegaram ao estado e casaram em outro local, antes de sua chegada a Pelotas. De fato, não há rastros da estada deste primeiro casal na cidade, nem do que viviam. Assim, é impossível saber a etnia dos dois, seu porto de desembarque ou outros dados relevantes.

Também não se conseguiu ainda descobrir com que idade Manoel Conceição da Silva Santos, único filho conhecido do casal che-

gou à cidade. Ele nasceu por volta de 1831 e foi encaminhado para a aprendizagem do ofício de carpinteiro, do qual, quando adulto, passou a profissão de construtor, tendo feito sua fortuna baseada nesta última. Sabe-se que, na década de 1860 já morava em Pelotas, pois os assentos de batizado de seus filhos estão nos livros da catedral de São Francisco de Paula. Nessa altura, já havia se casado com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antonio de Abreu e Balbina Maria da Conceição, com quem teve sete filhos, todos criados e batizados dentro da Igreja Católica. Um dos seus filhos mais velhos, José, nasceu em 1863, pelo que se pode presumir que tenha casado por volta dos 30 ou 31 anos, e depois mudado para a cidade.

Seguramente era bom de contas, o que se pode saber tanto pelo ofício de construtor, que exigia cálculos precisos, quanto por sua eterna função de tesoureiro em associações de que participava. Sua escrita revelava alguma intimidade com a leitura, mas nada nos deixou de seu próprio punho.

Seja pelo seu ofício, seja por outros fatores, o fato é que parece ter enriquecido rapidamente por volta da década de 1870. De fato, em 1876, ao se registrar como eleitor, sua renda declarada foi de Rs 300\$.000. Mas a partir da década de 1880, sua renda lhe permite ser eleitor de primeira e segunda instância, ou seja, maior de Rs 400\$.000. Por esta época, segundo Xavier, que o conheceu pessoalmente, ele emprestou propriedade sua, um barracão para sediar os Voluntários da Pátria, antes da ida para a Guerra do Paraguai.

Manuel Conceição da Silva Santos, puro sangue africano, convivia na mais roda alta social e note-se bem! Para que o negro daquele tempo de cabeças raspadas, pés no chão, roupa de riscadinho, ventas cunhadas pelos "mimos" das "uhã nhãs e sinhas-moças" convivesse nas rodas brancas tinha que ser negro "vassuncê" e não negro tu!

Homem de posses cedeu um prédio para depósito de armamento e fardamento para a guerra do Paraguai gratuitamente, aos voluntários que para lá quissem seguir.³

Muito católico, pertenceu à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário por muitos anos, ocupando postos de mesário e juiz nesta devoção e sendo sepultado em suas catacumbas. Passou sua devoção a Igreja Católica para seus descendentes, que também tiveram muito envolvimento com as atividades da Igreja, especialmente suas filhas e seu neto, Carlos Santos.

3 *A Alvorada*, Ano XXVIII, 12/05/1935, p. 2, n. 2.

Suas principais atuações se deram no campo político e étnico organizacional, no qual auxiliou a formar as primeiras organizações negras, além de ter papel destacado no movimento abolicionista. Na campanha da Abolição, parece ter sido o elemento de ligação entre a comunidade negra e os abolicionistas brancos, estando presente desde o início da campanha na cidade, que ocorreu em 1880. Segundo ele próprio, o movimento pelotense foi influenciado pela apresentação de projeto sobre o elemento servil, por Joaquim Nabuco no Rio de Janeiro e, na cidade, pelo cônego Canabarro que pronunciou discurso enfatizando a necessidade de abolição do cativo. A partir de então, os simpatizantes do abolicionismo reuniram-se, pensando em criar uma associação. Inicialmente decidiram fundar um jornal, para angariar mais simpatias e adeptos para a ideia, surgindo *A Voz do Escravo*, que, para o público, passou por ser obra de uma associação, mas do qual Manoel Conceição dizia ser fundador e proprietário⁴. Iniciado em 16 de janeiro de 1881, faziam parte de sua redação o professor e literato Bernardo Taveira Júnior, o jornalista João José Cezar, o Cônego Canabarro, o poeta Francisco de Paula Pires, Licurgo de Menezes, Ferreira da Silva e foi publicado em tipografias de jornais da cidade. O jornal durou pouco, pois foi envolvido em disputas político-partidárias no segundo semestre de 1881 e alguns dos seus redatores se retiraram, findando o jornal neste mesmo ano.

Mas a tática deu certo, pois em agosto de 1881 fundou-se o Clube Abolicionista, no qual Silva Santos ocupou inicialmente o papel de procurador e depois, o de tesoureiro em suas diretorias.

A organização do grupo negro também estava concatenada com a questão abolicionista, pois o próprio Manoel participara, junto com numeroso grupo de artesãos da cidade, da fundação da Sociedade Fraternidade Artística, a primeira associação mutualista de artesãos negros na cidade, em 24 de junho de 1880. Também esta associação sofreu com o envolvimento político-partidário de Silva Santos, e quando este tenta candidatar-se a presidência, em fins do mesmo ano, ocorre uma dissidência, que vai fundar a Sociedade Harmonia dos Artistas, esta também mutualista e com brancos e negros em sua direção. Embora a Fraternidade não discriminasse pessoas pela cor, aparentemente com a saída deste grupo dissidente, ela vai se tornar uma associação apenas negra e na qual Silva Santos vai ser pessoa muito influente, sempre próximo ou presente em suas direções, por si mesmo ou por pessoas de seu círculo de amizades⁵.

4 *Jornal Onze de Junho*, dia 13/02/1885. Apedido de Manoel Silva Santos sobre o Clube Abolicionista: "Aos abolicionistas e meus amigos".

5 Esta sociedade e seu racha, já foi tratada em outras publicações da autora, como em *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: EDUFPEl, 2001 .

De fato, o envolvimento de Silva Santos e outros do seu grupo com o Partido Liberal e sua inexperiência (bem como dos demais) dos riscos do atrelamento de campanhas gerais com partidos políticos, os levou a que, tanto o jornal quanto a associação negra ficassem perigosamente vinculadas a candidatura de Fernando Osório para deputado estadual, o que trouxe problemas com todos os partidos, pois a mesma estava em desconformidade com o próprio Partido Liberal, de quem representava uma dissidência em 1881. Com isso, *A Voz do Escravo* sofreu críticas pesadas e não resistiu e o próprio Clube Abolicionista não foi poupado da suspeita de partidarização e devido a isso, o próprio Clube teve dificuldades de consolidação na cidade e foi atacado por alguns jornais. A presença de pessoas da elite e descompromissadas com o Partido Liberal em seus principais cargos, auxiliou a manter a respeitabilidade do clube. Alguns dos seus maiores militantes também eram afrodescendentes, pois além de Manoel, apenas em sua diretoria existiam Serafim Antonio Alves e João Antonio Ramos, dono do hotel Copacabana. Manoel e Ramos estavam envolvidos com este partido, enquanto Serafim tinha o apoio da maçonaria, da qual era membro graduado.

Quanto a Manoel, continuou mantendo as duas militâncias como explica em seu apedido, já citado, no qual, depois de colocar a fundação do *A Voz do Escravo*:

Os serviços que esse periódico prestou, o público que o julgue. Daí para cá foi minha política o abolicionismo, visto que esta necessitava e era a personificação do elemento conservador e liberal; não tentei transigir de política arredando-me do meu partido, mas sim para bem acompanhar a evolução que ora se levantava: como liberal tinha que bater-me com os grandes chefes abolicionistas...⁶

A seguir, afirma que conseguiu convencer alguns homens conceituados na cidade para fundarem o Clube Abolicionista, historiando como cada um deles trouxe sua contribuição à causa e auxiliou a formação dessa associação. Mesmo esse procedimento lhe trouxe críticas, pois o comportamento pregresso de alguns membros da diretoria, especificadamente da sua primeira diretoria não tinha sido cem por cento de adoção ao abolicionismo, com muitos possuindo escravizados ainda naquele momento. Mas, no contexto do momento, aquele auxílio pareceu-lhe fundamental, mesmo porque, o próprio fato de ser negro cobrava seu peso. Em variadas ocasiões e por diversos órgãos da cidade, viu-se que partidos eram criticados, quando faziam campanhas na rua com a presença de negros entre seus apoiadores.

6 *Onze de Junho*, 13/2/1885.

No tempo do Império, a presença negra servia, em parte, para ridicularizar um candidato ou desprestigiar uma causa, como quando o *Diário de Pelotas*, órgão oficial do Partido Liberal na cidade, ironizou uma manifestação pública a favor ao Fernando Osório, que diz ter sido feita depois de um banquete a ele dedicado pelo Clube Abolicionista. O jornal se refere aos participantes, afirmando que eram muito poucos e nomeando-os: o sr. Serafim Alves, João Faria dos Santos (proprietário Hotel Abolicionista), Damásio Duval, Manoel Conceição da Silva Santos, Gelly Toussain “e 3 ou 4 moleques”.⁷ Não por acaso foram nomeados apenas os afrodescendentes e outras pessoas desclassificadas socialmente, como o bêbado Toussain, sapateiro francês. Na própria continuação do episódio eleitoral, o mesmo jornal reclama que se está colocando esperanças vãs na cabeça dos escravos sobre os resultados da eleição, e com isso ela tornou-se perigosa, pois vai-se realizar “com escravos rondando as urnas”.⁸

Mesmo na República, a insinuação de que fatos políticos importantes poderiam ser desvirtuados pela presença de uma “massa de manobra” predominantemente afrodescendente (nesse caso, considerada como “o povo brasileiro” em geral) perdura por muito tempo, estando presente, por exemplo, em críticas de udenistas e outros conservadores quanto ao público que seguia as lideranças populistas da década de 1950. A crítica a este tipo de depreciação elitista das manifestações populares ainda é relevante hoje,⁹ mas ela tem se mantido constante, ressurgindo em diversas formas, ao longo do tempo.

Voltando a Manoel Conceição, por volta de 1884, ele servia de elemento de ligação entre o grupo negro e os abolicionistas brancos, incentivando os trabalhadores ainda escravizados a procurarem as brechas legais do sistema para tratarem de suas alforrias, tal como recorrer ao fundo de emancipação do município, buscando a intermediação do Clube e também da Igreja Católica. Para ele, a intermediação da Igreja se daria de várias formas e uma delas era através da celebração de casamentos de homens e mulheres cativos, que buscavam a sua libertação, o que poderia fazer com que fossem privilegiados, como realmente o foram, na libertação através do fundo de emancipação. Em vários dos assentamentos de casamento de escravos, nota-se a presença dele como padrinho ou testemunha no altar.

Pelotas foi declarada terra sem escravos em novembro de 1884, com o êxito da chamada campanha da emancipação, que tratou de

7 *Diário de Pelotas*, 15/09/1881. Damásio Duval não é conhecido, mas Gelly Toussain é um sapateiro francês, sempre bêbado.

8 *Diário de Pelotas*, 30/08/1881.

9 FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

transformar os escravos em contratados. Na realidade, havia ainda quase quatro mil escravos matriculados na mesa de rendas. Mas todos na cidade, inclusive os abolicionistas, pensaram que a questão se resolveria em pouco tempo e com isso, a atividade abolicionista diminuiu em muito, chegando a ser extinto o Clube Abolicionista em 23/4/1885.¹⁰ Só em 1887, depois de um sério conflito entre escravagistas e abolicionistas, no qual os abolicionistas foram ofendidos até fisicamente, se tornou evidente que a questão abolicionista ainda precisava ser mais trabalhada e foi criado o Clube S. Sebastião, também abolicionista para buscar encaminhar vigiar estes contratos de trabalho. Com isso, novamente Silva Santos teve papel de destaque.

Manoel da Conceição não se pronunciou publicamente contra esta falácia da eliminação da escravidão na cidade em 1884. Provavelmente, ele acreditou nela, pois deve ter participado da edição do jornal *O Ethiópico*, número único de 1884, em comemoração ao feito. Parece que, embora a Abolição fosse a grande luta de seu tempo, ele não conseguiu ir além do posicionamento do Partido Liberal e da Igreja, portanto difundindo uma visão moderada e conservadora do processo. Presume-se, porém, que tenha se manifestado contrário à extinção do Clube Abolicionista, ele e Seraphim Alves, mas não conseguiram passar suas posições.

Neste meio tempo, seus filhos adolescentes estavam aprimorando suas habilidades de ensino, leitura, português e matemática na escola noturna da Biblioteca Pública e desde 1884, passaram a lecionar na escola para ingênuos e libertos mantida pelo próprio Clube Abolicionista¹¹. Ainda em 1884, seu filho mais velho foi um dos coordenadores do Centro Ethiópico, formado apenas por “netos da África”, segundo um jornal e cujo objetivo era representar a comunidade negra e coordenar as festas da emancipação naquele ano. Talvez também seus filhos estivessem presentes no Grupo Carnavalesco Netos da África, que participou das festas abolicionistas de 1888.

Com a chegada da República, entretanto, a influência de Manoel Conceição diminuiu, devido à nova composição de forças e ao confuso panorama político dos primeiros anos republicanos. Silva Santos não estava sozinho, em suas andanças havia formado um grupo de seguidores, presentes na Fraternidade Artística e que o seguiam em suas atividades políticas e étnicas. Pela atuação destes companheiros seus de luta, (presentes em episódios de conflito entre federalistas e republicanos em 1892) nota-se que continuaram a militância nos sucedâneos do Partido Liberal,

10 LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: ALVES, Francisco (org.) *Imprensa, história, literatura e informação*. Rio Grande: EDFURG, 2007, p.57-64.

11 Segundo Silva Santos, foi ele que financiou esta escola que chegou a ter 67 alunos.

ou seja, tornaram-se federalistas. Em 1892, Manoel já teria cerca de 60 anos, portanto velho para a época. Mas talvez o fato de não fechar com o PRR explique duas coisas: primeiro, o fato de seus filhos mais velhos, terem se mudado para Rio Grande, no início da década de 1890, trabalhando e militando por lá, pois Rio Grande era um território mais simpático aos inimigos do Partido Republicano Rio Grandense, pelo menos até 1893.

E, em segundo lugar, o fato de sua fortuna ter diminuído sensivelmente. Durante o Império se sabe que tinha posses, representadas por casas e terrenos, forma conservadora de investimento. No inventário de sua mulher, feito em 1896, constava uma casa com 5 aberturas (o número de aberturas significava também o status da mesma) e uma apólice de seguros, no valor total de Rs 10:969\$000. Não era tanto assim, mas tudo indica que já se havia vendido parte do seu patrimônio, como terrenos que possuía em avenida central da cidade. Quando ele morreu, em 1918, deixou poucos bens para os filhos e netos, com sua fortuna reduzida praticamente à casa em que morava. Sabe-se que, depois de tomar conta absoluta do governo, os castilhistas começaram a aplicar rigorosamente a lei (inclusive a fiscal) para seus inimigos, enquanto ela poderia ser flexibilizada para os amigos. Provavelmente é isso que explica perseverante ditado popular que era válido ainda em 1975, durante a ditadura militar e cujo conteúdo é: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei".¹²

Mas Silva Santos ainda esteve presente por muitos anos em festas e associações da comunidade negra pelotense. Ele e sua família praticamente fundaram uma associação recreativa negra, a Flores do Paraíso, a qual foi importante no final do século XIX e primeiros anos do século seguinte. Esta associação se diferenciava de outras por ter um caráter marcadamente operário e negro, não deixando de comemorar efemérides destes dois grupos. Ainda se fez presente na fundação, em 1905, do jornal *A Vanguarda*, órgão do clube José do Patrocínio, do qual era presidente honorário e seus filhos fizeram parte.

Sua participação decresce consideravelmente com o novo século, indicando que deva ter se recolhido em casa, por doente. Sua morte, ocorrida em 11/06/1918, teve como causa, segundo o atestado de óbito, esclerose cardio-renal, aos 88 anos.

TERCEIRA GERAÇÃO

Agora, é hora de conferir a atuação de seus filhos, pois a maioria deles também foram elementos influentes no meio negro de Pelotas e Rio Grande e no meio operário desta última cidade.

¹² Ditados não tem referênciação, mas os dados que o fundamentam são colocados por LOVE, Joseph - *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, dos quais oito sobreviveram à idade adulta, quatro mulheres e quatro homens. Das mulheres, as primeiras, Joanna e Maria Madalena casaram e as outras duas permaneceram solteiras. Joanna casou com Pedro Eduardo da Silveira, um dos ganhadores do principal prêmio da loteria do Ipiranga em 1881. Seu casamento deve ter sido arranjado, mas ao que consta, não deu muito certo, pois seu marido teve os bens interditados por solicitação de Manoel e ela retornou ao convívio da casa paterna antes mesmo da morte do esposo. Seguiu sendo braço direito de Manoel nos negócios da casa, da qual tomou conta depois da morte de sua mãe. Maria Madalena casou com Pacifico de Andrade, companheiro de seu pai na Irmandade do Rosário e outras associações. Mais tarde, mudaram-se para Santos, São Paulo. Maria Salomé foi musicista, professora de música e primeira mulher negra a tocar no órgão da catedral de São Francisco de Paula. Junto com sua irmã Maria Jacob, esteve ativa dentro da comunidade negra pelotense. Dois meninos, Octávio e Francisco, morreram cedo, na adolescência ou início da vida adulta, depois da morte da mãe, em 1896.

Quanto aos seus filhos, todos tiveram ofícios vinculados à construção civil.¹³ Nenhum deles manifestou compromisso ou interesse pela política, muito provavelmente porque, em respeito ao pai não poderiam se aproximar do PRR e havia um reduzido e árduo espaço para militância político-partidária em termos partidários. Em compensação, tiveram papel importante na fundação e sustentação das primeiras associações de classe operária e da etnia negra, tanto na cidade quanto em Rio Grande, já mencionadas.

Um deles, João Vicente, nasceu em 19/07/1867 e morreu prematuramente em janeiro de 1904, ainda solteiro. Tal como seus irmãos, aprendeu a ler e escrever na escola da Biblioteca Pública em 1880 e mais tarde, atuou como professor da escola do Clube Abolicionista para ingênuos naquela década. Ainda dentro da campanha abolicionista, participou de várias comissões do Centro Ethiópico. Na década seguinte, já adulto, participou de várias sociedades étnicas ou profissionais, como a Sociedade Beneficente Feliz Esperança, sendo de sua direção como orador em 1898 e primeiro secretário em 1899; a Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, ocupou comissões e o cargo de secretário em 1887 e 1888, membro de junta de intervenção na entidade em 1890 e primeiro orador em 1891. Manteve participação na sociedade nessa década, estando na comissão de contas ainda em 1898.

13 A trajetória de seus filhos foi feita a partir de dados pessoais e com a utilização de verbetes dos mesmos que estarão presentes no futuro Dicionário de militantes do movimento operário gaúcho, obra inédita de autoria de Sílvia Petersen, Benito Schmidt e Beatriz Loner, ainda em fase final de preparação.

Foi diretor da Sociedade Recreio dos Operários em 1888 e fundador da Sociedade Recreativa Flores do Paraíso, sendo seu primeiro presidente, tesoureiro e presidente honorário dessa entidade, da qual foi mestre de sua banda nos primeiros anos do século XX. Como músico, foi um dos fundadores da Banda Musical União Democrata, a qual acolhia negros e brancos, sem distinção, ainda em finais do século XIX. Na Igreja, foi membro da Irmandade da Virgem do Rosário, e da direção do Asilo São Benedito. Morreu cedo, e foram-lhe prestadas muitas homenagens pelas sociedades negras.

O filho mais velho, José da Silva Santos, nascido em 06/10/1863 teve um papel mais preponderante no século XIX, provavelmente por ser o filho mais velho. Ele participou da campanha abolicionista, foi um dos primeiros membros da junta de coordenadores do Centro Ethiópico, sendo também seu secretário e presidente. Foi professor das aulas do Clube Abolicionista para libertos e ingênuos em 1884 e também professor do curso noturno da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística em 1888, entidade da qual participou de sua direção, como orador em 1887 e 1891. Ainda antes do início do novo século, foi dirigente da Feliz Esperança e da Sociedade Recreio dos Operários no ano de 1888.

Mudou-se para Rio Grande, cidade na qual teve grande influência na criação das primeiras entidades representativas do grupo negro, como a Sociedade Filhos do Trabalho, mutualista e entidades da classe operária, como a Liga Operária em 1892, que durou poucos meses, e a Sociedade União Operária em 1893, esta última durando cerca de 70 anos.

No século XX, continuou mantendo grande participação em entidades de perfil étnico, como fundador do Asilo São Benedito para meninas negras em 1901, sendo seu primeiro presidente, de 1901 a 1903. Participou da diretoria do clube José do Patrocínio (1905-1909) como orador. Foi incentivador da criação do Centro Ethiópico Monteiro Lopes, sendo seu presidente em 1909. Foi alferes e era, como toda sua família, muito vinculado à Igreja Católica, sendo secretário da Sociedade Beneficente União Pelotense em 1914 e 1915. Esta entidade era uma espécie de sociedade que procurava auxiliar e influenciar no sentido do catolicismo os operários pelotenses. Pertencia à Irmandade de São Benedito e atuou na comissão de elaboração de seu estatuto em 1914. Ele foi considerado um lutador pela causa dos negros, não só por sua atuação nas sociedades negras, mas também pelo episódio de denúncia da discriminação contra os negros no teatro Guarany. Este teatro do qual ele foi o construtor, na década de 1920, tinha uma política discriminatória de só aceitar pessoas negras nas galerias mais altas. José fez campanha contra esta medida e, segundo Xavier, em suas crônicas,

não foi apoiado pela comunidade negra, o que ocasionou um infarto que o vitimou, pouco tempo depois.¹⁴ Era casado com Alayde da Silva Santos, com quem teve filhos.

Manoel Ramão Conceição da Silva Santos, nasceu em 9 de agosto de 1865 e também foi carpinteiro de profissão. Mudou-se para Rio Grande quando jovem e casou-se com Saturnina Bibiana dos Santos, tendo cinco filhos, morrendo prematuramente em 1905. Foi militante operário, um dos fundadores da Sociedade União Operária de Rio Grande, segundo o jornal desta entidade *Cultura Proletária*, de 1926. Seu filho caçula foi Carlos Santos, deputado federal.

Por fim, Balbino dos Santos, nasceu por volta de 1879 e dessa forma, não teve a participação dos irmãos, tanto na campanha abolicionista, quanto em entidades de classe. Contudo, destacou-se como um lutador étnico, em lutas isoladas com outros amigos, e com participação coletiva da Frente Negra pelotense e falecendo em 18/8/1950 em Pelotas.

Jovem ainda, esteve ativo na sociedade Recreativa Flores do Paraíso, da qual foi segundo secretário da primeira diretoria em 1898, procurador em 1903, bibliotecário em 1906, e membro da comissão fiscal em 1907. Como lutador pela causa negra, foi um dos incentivadores da criação do Centro Ethiópico Monteiro Lopes e foi vogal em sua direção, em 1909. Participou também da fundação do Clube José do Patrocínio, sendo seu secretário em 1905 e ocupando outros cargos, como membro da comissão fiscal, em 1908. Foi colaborador e membro da primeira equipe do jornal *A Alvorada*, em 1907/1908. Mais tarde, mudou-se para Rio Grande participando do Centro Cultural Marcílio Dias, dedicado à educação.

QUARTA GERAÇÃO

Os membros da quarta geração são, paradoxalmente, aqueles dos quais se tem menos informação, pois embora numerosos, a maioria não ocupou cargos ou funções de destaque¹⁵. Apenas para ilustração, vai-se colocar a resumida biografia do maior expoente da família, a par com Manoel Conceição, que foi o deputado Carlos Santos.

Carlos Santos, nascido em dezembro de 1904, em Rio Grande, filho de Manoel Ramão da Silva Santos e Saturnina Bibiana Santos. Carlos tinha um ano quando seu pai faleceu, e sua criação foi sempre mais

14 LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, dezembro 1999, p.7-27. Sobre a crônica de Xavier, ver *A Alvorada*, 4/2/1950.

15 É sobre estes que tiveram que adequar-se ao novo 'modelo' racial republicano, que a pesquisa vai incidir, doravante. Sobre o Brasil, alguns autores mais recentes são: Guimarães, 2002; Domingues 2004.

próxima da família materna, família de fortes mulheres, da qual se orgulhava de sua bisavó, Felisberta, preta mina alforriada, que vendia cocada pelas ruas e, segundo a tradição oral da família, libertou ela mesma e vários outros companheiros com seu trabalho. Já sua avó, Florência Bezerra da Silva viveu até os 80 anos e era mulher que juntou posses com seu trabalho. Provavelmente foi verdade, tanto que sua filha, Saturnina Bibiana da Silva Santos, foi professora de música e organista, ligada à Igreja Matriz de São Pedro. Por fim, sua irmã Maria José, teve uma escola de primeiras letras e foi a responsável pela alfabetização de Carlos. Este, contudo, como órfão, começou a trabalhar aos onze/doze anos, em oficina mecânica e depois em estaleiro. Foi orador por dez anos, do Bloco Carnavalesco negro Braço é Braço e auxiliou a fundação do Centro Cultural Marcilio Dias, duas organizações étnicas negras em Rio Grande. Foi casado com Julieta Boletto, com quem teve cinco filhos. Depois de 1930, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos, do qual foi secretário geral e presidente. Participou da Frente Sindical de Rio Grande, atuou como fiscal auxiliar da inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1933. Foi delegado do Sindicato dos Metalúrgicos para a eleição da deputação classista federal no Rio de Janeiro e foi eleito, em 1935, deputado classista estadual. Nessa sua trajetória, teve grande apoio e influência da Igreja Católica, a quem foi sempre ligado, como todos seus antepassados dos dois ramos da família.

Durante a ditadura do Estado Novo, trabalhou no colégio de padres em Rio Grande e atuou também como jornalista. Formou-se na Faculdade de Direito de Pelotas em 1950 e exerceu a advocacia até 1959, quando foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1967, eleito deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro, foi o presidente do Legislativo gaúcho, e, nesta condição, assumiu o governo do estado durante duas viagens do então governador Peracchi Barcellos. Foi o primeiro negro a ocupar estes cargos no estado. Morreu em Porto Alegre, em 08 de maio de 1989 e notabilizou-se, em sua prática política, como lutador pelas causas étnicas e operárias, dentro do perfil tradicional e conservador de sua família.¹⁶

CONCLUSÃO

Como já foi dito, ainda não foi terminada a pesquisa, faltam levantar muitos nomes desta árvore genealógica e também analisar mui-

¹⁶ Biografia montada a partir de entrevista de José Facundo Mira à autora em 10/7/1996 ; notícias de jornais da época e Relatório do Clube Abolicionista em 1885 (seção de arquivo da B. P. P), além do livro: CLEMENTE, Ivo e BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1994.

tos fatores que podem ter contribuído para enfraquecer o prestígio e a importância da família na sociedade pelotense.

Esta família teve como destaque o fato de que nunca buscou esquecer suas raízes negras, sendo a maioria dos casamentos, até a terceira geração, concentrados entre o grupo negro, também não buscando o embranquecimento social, (HOFBAUER, 2006; DOMINGUES, 2004) e sendo ativos militantes da comunidade negra.

Contudo, a partir dos dados levantados, pode-se ver o peso que a ligação com a Igreja Católica e com os partidos tradicionais da região, teve para esta família. A atuação de Manoel Conceição não teria sido possível sem estes dois apoios, bem como a de seu neto, Carlos Santos. Foi esta exatamente a geração que não pôde ter expressão político-partidária, pois estava, por injunções familiares, "do lado errado" no momento da fundação da República, e também foi a que menos pôde brilhar, malgrado seus esforços. Afinal, os filhos enfrentaram uma situação de nivelamento pela cor, que talvez seu pai, paradoxalmente, não tenha sofrido tão fortemente, pois já era negro livre na sociedade escravocrata. E, por outro lado, eles se situavam, até pelo rebaixamento do nível econômico da família, entre os trabalhadores, não como proprietários, como seu pai, que privava com a elite da cidade. Assim, boa parte de seus esforços foram baldados, como o demonstra a trajetória de José da Silva Santos, um dos poucos a fazer a denúncia pública do racismo em Pelotas, na década de 1920 e que não teve o apoio da comunidade negra. Já seu irmão, Balbino, anos mais jovem, conseguiu participar da Frente Negra pelotense, na década seguinte, mas mesmo assim, não se destacou. Na geração seguinte, de menor representatividade e influência ainda, apenas a liderança de Carlos Santos que, favorecido pela política Varguista do estabelecimento das leis trabalhistas na década de 1930, sendo fiscal trabalhista, e pelo apoio decidido da Igreja Católica, conseguiu se projetar como liderança sindicalista naqueles anos, fazendo carreira como político nas décadas seguintes e alcançando grande projeção no estado. Mas essas são apenas constatações iniciais e muito rápidas, que devem ser melhor aprofundadas proximamente.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. *América Afro-latina 1800-2000*. São Paulo: EdUFSCAR, 2007.
- CLEMENTE, Ivo e BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1994.

- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Antônio. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, dez. 1999, p. 7-27.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: EDUFPel, 2001.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHERER, Jovani. A nação da liberdade: os minas e outros grupos de procedência em Rio Grande (1810-1865). *Anais do 3º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*, Florianópolis, 2007, CD ROM.
- SCHMIDT, Benito (Org.). *O biográfico. Perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

GERAÇÕES E CONJUNTURAS: A FAMÍLIA SILVA SANTOS¹

Beatriz Ana Loner

Uma das formas de se estudar as limitações e desvantagens sofridas pelos afrodescendentes no Brasil durante o período republicano é estudar comparativamente as trajetórias de brancos e negros, com o mesmo ou aproximado potencial e qualificações profissionais num mesmo espaço de tempo ou conjuntura. Deste modo, pode-se perceber como as potencialidades de um artesão, por exemplo, podem ser prejudicadas ou favorecidas pelo tom de sua pele, sua origem étnica ou outros fatores que nada tem a ver com suas habilidades no ofício, e muito mais com a recepção e simpatias ou favorecimentos que angariou na sociedade. Uma tentativa desta análise comparativa foi feita há pouco tempo, envolvendo as figuras de dois artesões sapateiros: Justo (ex-escravo, de personalidade tímida e ordeira) e Giovanni (italiano, extrovertido e briguento), ambos residindo na cidade de Pelotas entre o final do império e início da república, ambos lideranças sindicais e étnicas entre seus respectivos grupos. Em termos políticos, os dois foram filiados ao PRR, depois se tornaram socialistas e chegaram a militar ao mesmo tempo, em, pelo menos, duas associações. O ensaio resultou interessante, comprovando algumas diferenciações importantes entre o modo como eram vistos pela sociedade, e, especialmente, entre as possibilidades sociais abertas às carreiras de seus respectivos descen-

¹ Texto originalmente publicado *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH. Natal – RN. Julho de 2013. [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoesconjunturas.pdf].

dentes, pois eles próprios viveram em uma época muito dura, e não foram muito felizes em seus negócios.²

Mas outra forma de ver como aconteceu a adaptação dos afrodescendentes ao mercado de trabalho capitalista e à sociedade republicana no Brasil é acompanhar a trajetória de um mesmo grupo familiar, ou seja, de pessoas criadas dentro dos mesmos padrões familiares, com valores culturais, religiosos e até profissionais em parte comuns, mas sujeitas a construir suas vidas em diferentes momentos conjunturais de nossa história, o que obviamente implica em atendimento – ou superação de condicionamentos – estruturais e conjunturais diferenciados, moldando e definindo trajetórias e possibilidades.

Para este ensaio, vai-se trabalhar com esta segunda perspectiva, perseguindo três gerações da família Silva Santos, todas nascidas e criadas no Brasil, cuja tonalidade escura da pele deixava evidente a origem afrodescendente, procurando ensaiar uma análise sobre os caminhos trilhados e as possibilidades abertas, bem como os principais problemas enfrentados pelos personagens. Seus protagonistas viveram nas cidades de Pelotas e Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, duas cidades gaúchas importantes, a primeira por ter uma expressiva população afrodescendente, uma economia rica e diversificada durante o período imperial, industrialização durante a Primeira República e manter forte discriminação racial e a segunda, por ser um porto marítimo importante, com grandes e sólidas indústrias na República, com uma atitude discriminatória menos ostensiva em relação aos cidadãos de cor na república, devido ao fato da grande concentração operária na região.

As duas localidades seguiram os traços básicos da sociedade e política gaúcha durante o Segundo Império e a Primeira República: no Império, uma sociedade em formação, em zona de fronteiras litigiosas com os países do Prata, alicerçada em produtos de transformação animal enquanto a entrada de imigrantes diversificava o quadro social e econômico, inclusive na região em apreço. Na república, os conflitos tornaram-se internos e as fronteiras políticas dividiram os gaúchos de todas as cores e etnias, cobrando altos preços em seu desenvolvimento econômico e demográfico e marginalizando da política, igualmente, tanto membros da elite quanto aqueles da base da sociedade que não concordavam com o mando ditatorial imposto pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) no estado.

A família Silva Santos destacou-se política e socialmente, agregando a estas qualidades o fato de que nunca buscou esquecer suas

² Esta comparação foi apresentada no *II Seminário Internacional Mundos do Trabalho e VI Jornadas do GT Mundos do trabalho*, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2012

raízes negras, sendo a maioria dos casamentos, até a terceira geração, concentrados entre o grupo negro, não buscando o embranquecimento social (HOFBAUER, 2006; DOMINGUES, 2004) e sendo ativos militantes da comunidade negra.

Vai se iniciar o estudo por Manoel Conceição da Silva Santos, o patriarca da família. Ele nasceu por volta de 1831 com pais africanos: José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó, legalmente casados, mas dos quais pouco se sabe. Há uma ideia na família de que eles teriam vindo espontaneamente da África e não como cativos, mas nenhum documento pró ou contra esta versão foi encontrado. Manoel teria nascido no estado do Rio Grande do Sul, e provavelmente estabeleceu-se na cidade de Pelotas já casado, pois também não consta seu casamento nos livros da Igreja. Carpinteiro, depois construtor, parece ter tido sucesso suficiente nos negócios para possuir casa de bom porte em Pelotas (com cinco aberturas), além de outros imóveis urbanos, um deles um galpão em rua principal da cidade, emprestado ao município para albergar os soldados que iriam lutar na Guerra contra o Paraguai em 1870.

Casou-se com Maria José dos Santos, também filha legítima de Manoel Antonio de Abreu e Balbina Maria da Conceição, e teve cerca de dez filhos, dos quais pelo menos oito chegaram à idade adulta. Ele estava presente na cidade desde a década de 1860, quando nasceram seus filhos e deve ter se entrosado rapidamente na vida urbana, tanto por seu ofício de construtor, quanto por duas características pessoais que nunca o abandonaram: sua religiosidade e devoção à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na qual ocupou todos os principais cargos de direção e seu proselitismo partidário no Partido Liberal, no qual militou até a extinção deste. Nos dois casos, nota-se que foi de uma lealdade absoluta: a cidade de Pelotas teve três irmandades em que participaram afrodescendentes, duas delas das primeiras que foram criadas. Mesmo que posteriormente fossem tendo diretorias cada vez mais brancas, aceitavam a presença de afrodescendentes, selecionados entre aqueles de melhor posição social. A Irmandade de Nossa Senhora de Assumpção e Boa Morte possuía internamente uma Devoção a São Benedito, que acolhia negros, inclusive escravos. Contudo, o nome de Manoel C. S. Santos aparece apenas e com frequência, nas diretorias da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ao lado de outros confrades com os quais tinha relações fortes de amizade e influências, quando não de parentesco via casamento dos filhos, mais tarde.

Estes mesmos confrades religiosos se tornaram depois seus líderes políticos no Partido Liberal. Manoel fazia parte do diretório municipal da cidade e seguia as diretrizes partidárias oficiais até 1880, quando

passou a fazer parte da dissidência cidadina, orquestrada por Fernando Osório, de família ilustre da cidade, em episódio que lhe custará muito em termos político-sociais e também prejudicará a própria campanha abolicionista. De fato, o envolvimento de Silva Santos e outros do seu grupo com o Partido Liberal e sua inexperiência (bem como dos demais) dos riscos do atrelamento de campanhas que necessitam de ampla adesão com partidos políticos, levou a que, tanto o jornal quanto a associação negra Fraternidade Artística, ficassem perigosamente vinculadas à candidatura de Fernando Osório para deputado estadual, o que trouxe problemas com todos os partidos, inclusive o seu, devido a dissidência assinalada. Com isso, *A Voz do Escravo* sofreu críticas pesadas e extinguiu-se, a Fraternidade Artística rachou, surgindo duas associações de artesãos na cidade e o próprio Clube Abolicionista não foi poupado da suspeita de partidarização e teve dificuldades de consolidação na cidade, sendo atacado por alguns jornais (LONER, 2007).

Suas principais atuações se deram no campo político e étnico organizacional, no qual auxiliou a formar as primeiras organizações negras, além de ter papel destacado no movimento abolicionista. Na campanha da Abolição, parece ter sido o elemento de ligação entre a comunidade negra e os abolicionistas brancos, atuando efetivamente desde o início da campanha na cidade, a qual ocorreu em 1880, quando fundaram o jornal *A Voz do Escravo*. Para o público, ele passou por ser obra de uma associação, mas Manoel Conceição dizia ser seu fundador e proprietário. Iniciado em 16 de janeiro de 1881, sua redação era ampla e culta, contando com o professor e literato Bernardo Taveira Júnior, o jornalista João José Cezar, o Cônego Canabarro, o poeta Francisco de Paula Pires, Licurgo de Menezes, Ferreira da Silva, publicado em tipografias de jornais da cidade.

Em agosto de 1881 fundou-se o Clube Abolicionista, na fundação do qual Manoel se empenhou. Segundo ele próprio, procurou apoios entre pessoas de prestígio na cidade, os colocando nos principais postos de direção do mesmo, embora alguns cargos importantes para o funcionamento da sociedade, como secretário e tesoureiro estivessem em mãos de afrodescendentes, ele como procurador, depois tesoureiro e Serafim Alves, como secretário.³

A organização étnica também estava concatenada com a questão abolicionista, pois ainda em 24 de junho de 1880, se fundara a Sociedade Fraternidade Artística, associação mutualista de artesãos. Quando Manoel Conceição ganhou sua presidência, em novembro

³ *Jornal Onze de Junho*, dia 13/02/1885. Apedido de Manoel Silva Santos sobre o Clube Abolicionista: "Aos abolicionistas e meus amigos"

daquele ano, ocorreu uma dissidência, que vai fundar a Sociedade Harmonia dos Artistas, esta também mutualista e com brancos e negros em sua direção. Embora a Fraternidade não discriminasse pessoas pela cor, com a saída dos dissidentes, ela vai se tornar uma associação apenas negra e na qual Silva Santos vai ser pessoa muito influente, sempre presente em suas direções ou próximo, através de pessoas de seu círculo.⁴

O abolicionismo vai sofrer reveses em 1885, quando o Clube desaparece, por considerar encerrada sua tarefa, devido a crença no emancipacionismo, campanha que declarou a cidade livre de cativos em novembro de 1884, pois dos mais de 7 mil existentes em 1880, cerca da metade havia sido transformada em contratados, prevendo-se que os restantes escravizados também seriam libertados da mesma forma. Ao que parece, o próprio Manoel acreditou neste caminho como solução para o fim da escravidão, mesmo porque era preconizada por seus próprios correligionários liberais, que viam o período de contrato como uma espécie de estágio para a liberdade. Mas a solução, paliativa e sujeita a numerosas fraudes, só aumentou mais a tensão na cidade, que estourou dois anos depois, num grave conflito entre escravagistas e abolicionistas, em que estes últimos, mais uma vez, condescenderam, criando outra associação, o Clube São Sebastião, em acordo com os escravagistas para fiscalizar o cumprimento do tempo de trabalho coercitivo que restava a cumprir pelos contratados. Novamente tem-se a presença de Manoel e seu grupo entre os abolicionistas, participando dessa associação, que pouco fez, pois criada em fins de 1887 (LONER, 1997; 2007). Contudo, deve-se ressaltar que sua participação no processo demonstra uma atitude extremamente moderada e legalista, subordinando o abolicionismo às injunções partidárias e às pressões sofridas, em que pese seu grande envolvimento com esta ideia.

Estas são as características principais da atuação de Silva Santos, que o tornaram um nome de respeito na cidade, representativo de seu grupo e importante nas questões abolicionistas, para as quais era sempre chamado. Segundo o cronista negro Rodolpho Xavier, “sua família, de origem e sangue africanos, foi a mais considerada pela raça branca dentre as da raça preta, desde os tempos da monarquia”, pois que se ombreava com seus pares brancos e era respeitado por eles.⁵

Mas esse respeito estava sempre posto sob tensão, em todas suas atividades, mesmo abolicionistas. Pior ainda era na política, em que sua participação era aceita, desde que atrelada à linha partidária. Quando

4 Esta sociedade já foi tratada em outras publicações da autora, como em *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.

5 Rodolpho Xavier, “uma reminiscência”. *A Alvorada*, 24/02/1951.

isso não acontecia, como no momento da dissidência liberal, sua lealdade a um candidato ou posição poderia ser vista como depreciativa e ridicularizada por parte dos adversários, como ficou claro no episódio em que após um banquete pretensamente do Clube Abolicionista houve um desfile pelas ruas pró Fernando Osório. O próprio órgão oficial do Partido Liberal na cidade se refere aos participantes como “muito poucos”, dando-se ao deleite de nomeá-los: Serafim Alves, João Faria dos Santos, Damásio Duval, Manoel Conceição da Silva Santos, Gelly Toussain “e 3 ou 4 moleques”.⁶ De todas as pessoas nomeadas, apenas uma não era afrodescendente, mas um desclassificado social, o bêbado Toussain, sapateiro francês. Na própria continuação do episódio eleitoral, o jornal faz advertências que se está colocando esperanças vãs na cabeça dos escravos sobre os resultados da eleição, e com isso ela tornou-se perigosa, pois vai se realizar ‘com escravos rondando as urnas’.⁷

Por outro lado, em que pese sua moderação e se reputasse “homem de partido”, suas potencialidades no campo político eram entravadas pela sua cor, pois tudo indica que nunca lhe foi permitido concorrer a conselheiro municipal (embora tivesse renda suficiente para qualificar-se como eleitor de segunda instância). Claro, um negro concorrendo a eleições no período imperial poderia ser demasiado. Mas e quanto a ocupar cargos de nomeação na cidade? Isso também não aconteceu, ao que se saiba. Mas outros que o rodeavam conseguiram algumas nomeações em cargos menores, como professor de aulas públicas, carcereiro, cargos no judiciário, etc. Mas talvez não interessassem a quem tinha uma bem desenvolvida empresa de construção civil na cidade. Tudo indica, pois, que sempre deu mais ao partido do que recebeu. E também à causa abolicionista, a julgar pelo seu próprio depoimento. Ao que parece, ele jogou com seus bens pessoais, como no episódio do empréstimo de seu galpão para alojamento de tropas, ou quando financiou a edição do jornal. E teve um papel ativo em outros campos, colocando em atividade uma escola para ingênuos, cujos professores eram seus filhos e cujo material escolar era financiada por ele mesmo, embora nominalmente estivesse vinculada ao Clube Abolicionista.

Entre a comunidade negra era o membro mais acatado, reunindo ao seu redor outros elementos de relativa expressão da comunidade. Foi em reconhecimento dessa situação que seu filho mais velho, José, ainda rapazote, foi colocado como um dos coordenadores do

⁶ *Diário de Pelotas*, 15/09/1881.

⁷ *Diário de Pelotas*, 30/08/1881.

Centro Ethiópico, entidade que aglutinaria a comunidade negra para as atividades abolicionistas, funcionando como uma espécie de comitê representativo da mesma, nas festas e demais atividades. Silva Santos não estava sozinho, em suas andanças havia formado um grupo de seguidores que aceitavam sua direção nas atividades políticas e étnicas.

Com a chegada da República, entretanto, a influência de Manoel Conceição diminuiu, devido à nova composição de forças e ao confuso panorama político dos primeiros anos republicanos. Silva Santos regia sua lealdade política pela direção partidária e não soube se aclimatar aos novos tempos, como vários outros liberais. Em 1891/1892, Manoel já teria mais de 60 anos, velho demais para lutar. Contudo, a atuação de companheiros seus, como João Faria Ramos, João Capaverde e outros, que tomaram partido e combateram pelos federalistas na cidade de Rio Grande, inclusive sendo presos quando do retorno do PRR ao poder, em fins de 1892, denota que continuaram a militância, agora num sentido oposicionista ao governo do Estado. Seus próprios filhos mais velhos se mudaram para Rio Grande, nessa década trabalhando e militando por lá, pois a cidade portuária era um território mais simpático e seguro aos inimigos do Partido Republicano Rio Grandense.

Outra questão que pesou para o declínio de sua influência foi o fato de sua fortuna ter diminuído sensivelmente. Sabe-se que tinha poses, representadas por casas e terrenos, forma conservadora de investimento, durante o Império. No inventário de sua mulher, feito em 1896, constava uma casa com 5 aberturas (o número de aberturas significava também o status da mesma) e uma apólice de seguros, no valor total de Rs10:969\$000. Tudo indica que, naquele momento, já havia perdido parte do seu patrimônio, como terrenos que possuía em avenida central da cidade. E quando ele morreu, em 1918, deixou poucos bens para os filhos e netos, com sua fortuna reduzida praticamente a casa em que morava.⁸

Essa situação tem várias explicações: em primeiro, era comum naquele momento as pessoas utilizarem seus bens pessoais para fomentar ou financiar atividades político-partidárias e parece que Silva Santos fez exatamente isso no caso da campanha abolicionista. Em segundo, depois de tomar conta absoluta do governo, os castilhistas começa-

8 Um episódio ainda não bem esclarecido de sua família, tem a ver com o casamento de sua filha Joanna, realizado ainda em 1883, com o ganhador de um polpudo prêmio lotérico, Pedro Eduardo da Silveira. Muito jovem, Pedro foi transformado em rico da noite para o dia, e sua fortuna ficou sob cobiça de muitos na cidade. Um ano depois do casamento, foi feita sua interdição judicial, a pedido do próprio Manoel Silva Santos, sob a alegação de que era “pródigo” e “gastava desordenadamente sua fortuna”. Contudo, se Manoel conseguiu salvar parte do dinheiro, a grande questão é onde ele foi utilizado, pois sua filha Joanna e seus descendentes viveram pobremente e seu bisneto, José, também era pobre e provavelmente sequer sabia deste fato. *Correio Mercantil*, agosto de 1884 e Entrevista de José Facundo Mira à autora em 10/7/1996.

ram a aplicar rigorosamente a lei (inclusive a fiscal) para seus inimigos, enquanto ela poderia ser flexibilizada para os amigos. Isso implica, entre outras coisas, que os filiados ou simpatizantes do PRR não pagavam várias taxas e impostos, que recaíam severamente sobre os bens dos que não se submetiam a este partido. Provavelmente é isso que explica perseverante ditado popular que era válido ainda em 1975, durante a ditadura militar e cujo conteúdo é: “Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei”.⁹ E, por fim, não se deve esquecer que os primeiros anos da república foram anos de forte inflação, da política do encilhamento, da moratória brasileira, enfim, vários descabros que, por si só, desequilibraram financeiramente fortunas e negócios. No caso do estado gaúcho, esta situação foi agravada pelo longo conflito armado, que levou a elevação do custo de vida, miséria, falta de empregos e retração econômica, prejudicando a todos e refletindo-se na construção civil.

Com a Primeira República, houve uma necessária adaptação às novas condições sociais, que também sofreram profundas alterações com a Abolição e a chegada de grande massa de imigrantes estrangeiros. Para as camadas populares, o período foi marcado por lutas inglórias quanto ao racismo (DOMINGUES, 2004; ANDREWS, 2007) e a melhores condições de vida para os trabalhadores,¹⁰ duas lutas abraçadas de frente pelos membros desta família e que também cobraram seu preço, com a morte de um deles. Neste momento, tiveram sobre si o impacto forte do racismo e da discriminação, contra o qual lutaram, mas que terminou alterando sensivelmente as possibilidades de projeção de boa parte dos membros desta família, especialmente da segunda geração, dos filhos de Manoel Conceição.

Silva Santos ainda esteve presente por muitos anos em festas e associações da comunidade negra pelotense. Ele e sua família praticamente fundaram e sustentaram uma associação recreativa negra, a Flores do Paraíso, e ainda se fez presente na fundação, em 1905, do clube José do Patrocínio, do qual foi presidente honorário.

Uma comparação fora do marco familiar, mas que se pode fazer é entre a trajetória dele e aquela de Aurélio Virissimo de Bittencourt, também afrodescendente e extremamente devoto à Igreja Católica, como ele. Sendo 18 anos mais novo que Manoel, Aurélio teria menos vantagens, a princípio, pois era filho ilegítimo, resultado de um romance entre mãe negra e pai branco, e muito pobre. Entretanto, seu pai auxiliou-o a encontrar um emprego público na administração em Porto Ale-

9 Ditados não tem referênciação, mas os dados que o fundamentam são colocados por Love, 1971.

10 Sobre as condições de vida da classe trabalhadora, as referenciações são inúmeras, mas veja-se, por exemplo, os problemas enfrentados pelos sujeitos livres, brancos e negros, na República artigos de Libby e Furtado, 2006 e sobre Pelotas, em Loner, 2001.

gre e ele foi funcionário de carreira do governo estadual de 1849 a 1919. No Império, pertencia aos quadros do Partido Liberal. Mas aproximou-se dos republicanos e se tornou uma das figuras chaves da administração do novo regime, secretariando Júlio de Castilhos e assessorando Borges de Medeiros. Coincidentemente, Manoel e Aurélio morreram na mesma época, 1918/1919, mas a diferenciação de profissões e trajetórias políticas repercutiu, não só nas suas próprias vidas, mas também na de seus filhos, pois os filhos homens de Aurélio tiveram profissões liberais e suas filhas casaram com pessoas bem posicionadas na sociedade.¹¹ Claro, há que considerar as diferenças profissionais, os locais em atuaram, suas escolhas e, inclusive, a singularidade de suas próprias trajetórias, pois nem todo afrodescendente empregado no serviço público conseguiu tamanho prestígio como Aurélio, e nem todo empresário da construção civil negro ficou rico, como Manoel. Mas, por outro lado, fica evidente o motivo porque, entre os negros urbanos, as carreiras militares e os empregos públicos eram extremamente cobiçados, como forma de segurança financeira, prestígio e de certo anteparo frente à discriminação.

OS FILHOS

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, dos quais oito sobreviveram até a idade adulta, quatro mulheres e quatro homens. Entre as mulheres, duas casaram e outras duas permaneceram solteiras. Entre as últimas, teve destaque Maria Salomé, que foi musicista, professora de música e primeira mulher negra a tocar no órgão da catedral de São Francisco de Paula. Junto com sua irmã Maria Jacob esteve ativa dentro da comunidade negra pelotense e também se responsabilizou, durante os primeiros anos, pela educação das crianças negras do Asilo São Benedito. A filha mais velha, Joanna, casada com Pedro Silveira (ver nota 8) pode não ter tido sorte no casamento, mas teve pelo menos uma filha, Maria José a qual casou-se e um de seus netos, João Manoel Mira, foi padre jesuíta de expressão internacional e destacou-se por fazer a junção entre catolicismo, budismo e xintoísmo, além de ser um apaixonado por artes marciais orientais¹². Portanto, pode-se ver que a ligação com a Igreja Católica, adquirida de berço, continuou forte entre a família, especialmente entre o ramo feminino dela.

Quanto aos filhos de Manoel (José, João Vicente, Manoel Ramão e Balbino) tiveram ofícios vinculados à construção civil¹³, embora num

11 Todas as informações acerca de Bittencourt foram tiradas de Moreira, 2011.

12 Sobre ele há numerosos blogs com sua biografia na internet, pois morreu recentemente, em 2010.

13 A trajetória de seus filhos foi feita a partir de dados pessoais e com a utilização de verbetes dos mesmos que estarão presentes no futuro Dicionário de militantes do movimento operário gaúcho, obra inédita de autoria de Sílvia Petersen, Benito Schmidt e Beatriz Loner, ainda em fase final de preparação.

nível bem mais modesto que o pai. Essa geração pegou justamente o pior período em termos de desenvolvimento econômico, com as consequências dos descalabros políticos e econômicos porque passou o país durante a república influenciando suas atividades econômicas, a ponto de, apesar de continuarem com os negócios de construção civil do pai, nenhum deles teve o mesmo resultado financeiro que o pai, ou foi possuidor de muitos bens. Ou seja, se Manoel poderia ser considerado relativamente bem de vida e respeitado socialmente na sociedade imperial, seus filhos perderam status econômico e prestígio social. O mecanismo de perdas econômicas se explica pelos motivos acima citados, e pela própria configuração da economia brasileira na Primeira República, continuamente onerada pelas exigências do centro do país, entre elas nas políticas de valorização dos preços do café, lembrando que Celso Furtado (1987) chamou isso, apropriadamente de política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. Como membros da pequena burguesia, artesãos com tendência de proletarização, os Silva Santos sofreram muito com essas políticas, das quais o Rio Grande do Sul não se beneficiou, ou seja, nem indiretamente tiveram algum ganho ou favorecimento governamental. Além disso, a própria cidade de Pelotas entrou em decadência e, como construtores civis não alinhados com o governo, tinham pouca chance de angariar obras públicas. Como negros sofreram com o recrudescimento da discriminação racial e o preconceito, mais acirrado ainda numa cidade interiorana e que passou a viver e venerar as glórias passadas, entre elas, o seu passado escravista.

Na verdade, tendo nascido no final do período imperial, em que sua família se destacava entre as demais famílias negras, estranharam muito os 'novos tempos' republicanos, em que a cor tornou-se o principal e mais visível critério de discriminação, com o preconceito atingindo a entrada e permanência em bares, casas de comércio e serviços em geral. Acostumados a exercerem um papel social de referência, e vendo seu pai articular negócios entre os brancos e ser ouvido por estes, não aceitaram pacificamente este rebaixamento e foram à luta, sendo das primeiras vozes a levantar-se contra o preconceito na cidade. Também atuaram efetivamente em ações que pudessem minorar as consequências do abandono a que foram relegados os afrodescendentes depois da abolição, como com a criação do Asilo São Benedito, do qual a historiografia local sempre procura exaltar apenas os méritos e iniciativa da professora Luciana Lealdina de Araújo, a "mãe preta" como ficou conhecida, mas o Asilo foi fundado e mantido pela comunidade negra de Pelotas, entre os quais os Silva Santos se destacaram, através de José, como primeiro presidente, sua esposa Alayde e sua irmã Maria Salomé no cuidado com as crianças durante seus primeiros anos.

Intuindo que a organização e elevação social dos negros passavam também pela organização do proletariado, do qual faziam parte integrante, João Vicente Santos e José Santos atuaram na criação de uma associação de trabalhadores negros (Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho), em Rio Grande, logo a seguir da abolição, a qual esteve na raiz de uma entidade geral classista da cidade (Liga Operária), da qual José também participou em posto chave, em 1892. Em 1893, ele e seu irmão Manoel Ramão estavam entre os fundadores da Sociedade União Operária Rio Grandina, a qual perdurou por várias décadas. Já antes, em Pelotas, os três irmãos mais velhos João, José e Manoel haviam participado, além do Centro Ethiópico, no período do Império, da Feliz Esperança e da Fraternidade Artística, as duas principais entidades de representação negra pelotense na recém-iniciada república. Jovens, fundaram e participaram de sociedades recreativas negras, como a Flores do Paraíso e outras. Mas especialmente destacaram-se por fundar e manter associações destinadas a agregar afrodescendentes na luta por seus direitos, fundando o Clube José do Patrocínio em 1905, articulando o movimento pró-Monteiro Lopes em 1909, que levou à criação de uma associação com este nome, marco considerado importante porque uma das primeiras vitórias palpáveis contra a discriminação. Foi um momento de orgulho dos negros pelotenses, quando este deputado, já empossado em seu posto de deputado federal, veio pessoalmente a Pelotas para agradecer o apoio recebido, um dos mais fortes entre as localidades do interior do Brasil. Pena que foi recusada sua hospedagem em vários hotéis, devido ao preconceito local, que não conseguiam quebrar.

Contudo, aos poucos, a morte prematura foi quebrando o vigor familiar. João Vicente, que foi também músico, um dos fundadores da Banda União Democrata, constituída por brancos e negros, morreu em 1904, com extensa ficha de serviços prestados à comunidade negra pelotense, pelo que recebeu muitas homenagens. Manoel Ramão morreu em Rio Grande em 1905, deixando cinco filhos, um deles o futuro deputado Carlos Santos.

O irmão mais velho, José conseguiu algum destaque na profissão do pai, tendo a seu encargo a construção do Teatro Guarany, em pleno centro da cidade. Contudo, pouco depois de construído, teve que bater-se com seus donos, que não permitiam sua entrada e presença na plateia ou nos camarotes de primeira classe, devido a cor. Indignado com o fato, tentou articular campanha contra esta discriminação, tentando criar uma nova associação, sem sucesso. Xavier, cronista negro da cidade e envolvido no episódio ao lado dele, informa que o desgosto com as intrigas e a falta de apoio da comunida-

de negra nesta luta lhe custou a vida, morrendo do coração, pouco depois.¹⁴

Dos irmãos, restou Balbino, que, nascido em 1879, não teve participação na luta abolicionista, mas seguiu a tradição familiar, lutando contra a discriminação racial na cidade, participando das associações negras de seu tempo e apoiando seu sobrinho, Carlos Santos, em suas lutas políticas em Rio Grande, cidade para a qual se transferiu.

Todos eles foram criados dentro da Igreja Católica, mas sem a completa obediência que parecia ser uma característica de Manoel e do seu tempo, com a romanização empreendida pela igreja.¹⁵ Os irmãos continuaram presentes nas irmandades e associações religiosas. A família de Manoel Ramão era muito vinculada à Igreja, através de sua esposa, em Rio Grande, e essa ligação foi essencial para o sucesso da carreira política de seu filho Carlos Santos. Houve uma participação de José Santos dentro da União Operária Pelotense, entidade católica que buscava influenciar os trabalhadores e concorria com as entidades classistas na cidade. Contudo, também houve conflitos com o bispo, sendo que um deles (provavelmente José) quase foi excomungado pelo bispo local, pois tentou opor-se à ingerência e controle da Igreja sobre a Irmandade do Rosário. Um dos locais em que houve mais trabalho em conjunto com a Igreja foi no Asilo São Benedito, mas é significativo que a última diretoria negra da entidade date de 1911, pouco depois do cuidado e educação com as crianças ter passado as mãos de ordens religiosas. Depois desse ano, houve administrações mistas, de negros e brancos, e a partir de 1914, consolidou-se uma transformação na direção da entidade, que dali em diante foi administrada por uma diretoria majoritariamente branca.

Segundo críticas feitas posteriormente por membros da comunidade negra, nos anos 30 vai relutar em matricular crianças negras em sua escola.¹⁶

Assim, tudo indica que a relação dos irmãos Silva Santos com a Igreja Católica não foi tão harmoniosa como a de seu pai e lhes faltou apoio desta em alguns momentos chave.

Outro ponto em que se diferenciaram do pai é sua militância política. Aqui, entretanto, deve-se ponderar se houve uma falta de interesse pela política, ou se não houve espaço para essa participação, o que é bem mais provável. Já foi dito que seu pai, por suas fidelidades partidárias locais e de seu próprio grupo – que lutou ao lado dos federalistas durante a chamada Revolução de 1893 era opositorista ao PRR. É difícil saber

14 *A Alvorada*, 04/02/1950.

15 Sobre a chamada romanização da igreja e sua relação com os negros, veja-se Moreira (2011) e Abreu.

16 Humberto de Freitas “Como nasceu a frente negra pelotense”, *A Alvorada*, 13/05/1934.

se seus filhos não tiveram nenhum contato com este partido, ou não se filiaram a ele mais tarde, mas Manoel morreu apenas em 1918 e, provavelmente em respeito ao pai, não poderiam se aproximar abertamente dos chamados castilhistas antes disso. Verdade que José usava o título de alferes, como outros membros do grupo de seu pai, e este título implicava em alguma proximidade com o aparato governamental. Mas é mais provável que fosse consequência do apoio político aos federalistas no período da revolução, que foi quando vários homens cidadãos receberam títulos militares, ao participar das tropas em luta. No caso, como os federalistas estavam no poder, entre 1891 e 1892, é provável que tenha sido neste período.

Do lado oposicionista, havia um reduzido e árduo espaço para militância político-partidária, e era necessário ter muito dinheiro para gastar, pois essa militância, no caso oposicionista, implicava em despender dinheiro do próprio bolso ou de amigos, para financiar campanhas eleitorais e garantir-se frente a eventuais conflitos armados. E esta situação perdurou por cerca de 35 anos. Mesmo assim, o voto popular foi cortejado pelas agremiações oligárquicas da situação e de oposição, mas a oposição só teve como desfrutar de alguns espaços de poder após 1928, com Vargas. Assim, o campo político estava fechado e também não havia espaço para o lançamento de candidaturas independentes ou operárias, ainda mais no interior.

Novamente valendo-nos de comparações extrafamiliares, vale ressaltar que, para Porto Alegre, uma liderança sindical afrodescendente, Francisco Xavier da Costa, conseguiu eleger-se conselheiro sob o governo borgista, mas apenas depois de submeter-se aos ditames do castilhismo, filiando-se ao PRR e cumprindo, em seus mandatos, o programa deste partido. Xavier era um líder sindical de grande magnitude, pois tinha militado por duas décadas no meio operário portoalegrense.¹⁷ Enquanto os irmãos Silva Santos se destacaram pela liderança operária nos precoces anos republicanos, quando essa não era uma escolha que rendesse frutos políticos.

E, posteriormente, eles se destacaram pela liderança étnica, quando a sua própria comunidade negra, apenas defendia-se da discriminação, mas não estava preparada, como se viu no episódio do teatro Guarany para atuar ofensivamente contra ela.

OS NETOS:

Devido ao pouco espaço, vai-se colocar a biografia de apenas um deles, o mais destacado, o deputado Carlos Santos. Nascido em dezem-

¹⁷ Ver Schmidt, 2004.

bro de 1904, em Rio Grande era filho de Manoel Ramão da Silva Santos e Saturnina Bibiana Santos. Carlos tinha um ano quando seu pai faleceu, e sua criação foi sempre mais próxima da família materna, de sua bisavó, Felisberta, preta mina alforriada; sua avó, Florência Bezerra da Silva que juntou posses com seu trabalho. E sua mãe, que foi professora de música e organista, ligada à Igreja Matriz de São Pedro. Carlos, como órfão, começou a trabalhar aos onze/doze anos, em oficina mecânica e depois em estaleiro. Foi orador por dez anos, do Bloco Carnavalesco negro Braço é Braço e auxiliou a fundação do Centro Cultural Marcílio Dias, duas organizações negras em Rio Grande. Casado com Julieta Boletto teve cinco filhos. Depois de 1930, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos, do qual foi secretário geral e presidente. Participou da Frente Sindical de Rio Grande e atuou como fiscal auxiliar da inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1933. Foi delegado do Sindicato dos Metalúrgicos para eleição da deputação classista federal no Rio de Janeiro e foi eleito, em 1935, deputado classista estadual. Nessa sua trajetória, teve grande apoio e influência da Igreja Católica, a quem foi sempre ligado, como todos seus antepassados dos dois ramos da família. Através do Círculo Operário Rio Grandino, a Igreja apoiou e incentivou sua candidatura a deputado estadual.

Durante a ditadura do Estado Novo, trabalhou no colégio de padres em Rio Grande e atuou também como jornalista. Formou-se na Faculdade de Direito de Pelotas em 1950 e exerceu a advocacia até 1959, quando foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1967, eleito deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro, foi o presidente do Legislativo gaúcho, e, nesta condição, assumiu o governo do estado durante duas viagens do então governador Peracchi Barcelos. Foi o primeiro negro a ocupar estes cargos no estado. Morreu em Porto Alegre, em 8 de maio de 1989 e notabilizou-se, em sua prática política, como lutador pelas causas étnicas e operárias, dentro do perfil de sua família.¹⁸

Um contraponto a sua trajetória pode ser visto através de João Miguel Vitaca, que também foi deputado classista federal por Pelotas, mas que sindicalmente foi mais combativo, sempre se mantendo distanciado da Igreja e do Círculo Operário Pelotense (COP), chegando a ser considerado "comunista" em documento anônimo encontrado nos arquivos do COP daquela década. Embora mais articulado e com a profissão de jornalista, portanto em maior contato com jornais e rádios, sua carreira política não decolou depois do Estado Novo e ele

¹⁸ Biografia montada a partir de entrevista de José Facundo Mira à autora em 10/7/1996; notícias de jornais da época e Relatório do Clube Abolicionista em 1885 (seção de arquivo da B. P. P), além do livro de CLEMENTE e BARBOSA, 1994.

retornou as suas lides profissionais. Sem dúvida, um problema particular que enfrentou foi a grave doença de sua filha, que levava a cegueira progressiva, mas não se pode creditar sua não expressão política a este fator. Vitaca, apesar de branco, foi editor do jornal *A Alvorada*, mas sendo mal visto pela Igreja, não sendo trabalhista nem comunista, ficou sem espaço político depois de 1945, enquanto Carlos Santos conseguiu manter suas raízes na Igreja, relacionou-se com o PTB e foi eleito em 1959, já quando era advogado.

Ele foi beneficiado porque na década de 1930, ocupava um lugar estratégico num momento de mudança, em que a participação política popular passou a ser apreciada politicamente e na qual era necessária a formação e consolidação de lideranças políticas e religiosas oriundas dos setores populares e de perfil moderado, segundo a ótica do governo e da própria Igreja. Neste sentido, era o homem certo na hora certa, tanto para a Igreja em 1930, quanto para os trabalhistas na década de 1950.

Carlos sempre foi vinculado à comunidade negra rio-grandina e pelotense e se essa questão não teve importância em sua eleição como deputado classista na década de 1930, ele utilizou sua deputação para buscar melhorias para a comunidade, como a formação de uma entidade, o Centro Marcílio Dias, que visava lutar pela educação em Rio Grande. Mas já anteriormente, como se pode ver em sua biografia, era parte representativa do grupo, tendo havido inclusive um grupo teatral que levou seu nome antes de tornar-se deputado, o que indica que tinha conquistado forte apoio na comunidade negra.

CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados, pode-se ver o peso que a ligação com a Igreja Católica e com os partidos políticos teve para esta família. A atuação de Manoel Conceição não teria sido possível sem estes dois apoios, bem como a de seu neto, Carlos Santos. Quanto à geração do meio, dos filhos de Manoel, não pode ter expressão político-partidária, pois estava "do lado errado" no momento da fundação da república, e também foi a que menos pode brilhar, malgrado seus esforços. A geração dos filhos enfrentou uma situação de nivelamento pela cor, que talvez seu pai, paradoxalmente, não tenha sofrido tão fortemente, pois já era um negro livre e de posses, na sociedade escravocrata. Assim, boa parte de seus esforços foram baldados, como o demonstra a trajetória de José da Silva Santos, um dos poucos a fazer a denúncia pública do racismo em Pelotas, na década de 1920 e que não teve o apoio da comunidade negra. Devido ao espaço, encerra-se aqui.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro n. 14, p. 183-204, jul.-dez. 1994.
- ANDREWS, George. *América Afro-latina 1800-2000*. São Paulo: EdUFSCAR, 2007.
- CLEMENTE, Ivo e BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EDPU CRS, 1994.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada*. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.
- FURTADO Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987.
- GUIMARÃES, Antônio. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: EDUFPel, 2001.
- LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: ALVES, Francisco (Org.) *Imprensa, história, literatura e informação. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: FURG, p. 57-64. 2007.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MOREIRA, Paulo. Aurélio Virissimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.) *Experiências da emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 83-108.
- SCHMIDT, Benito. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

AS APARÊNCIAS PODEM FAZER TODA A DIFERENÇA¹

Beatriz Ana Loner

Manoel Conceição da Silva Santos, que morreu em 1918, na cidade de Pelotas, muito considerado entre a comunidade negra, ba-luarte da Irmandade do Rosário e tendo sido a principal liderança negra da cidade por ocasião da campanha abolicionista foi, realmente, uma figura excepcional. Patriarca de uma grande família, construtor e membro do partido Liberal ainda no Império, era lembrado, décadas mais tarde, como um dos negros com os quais os brancos tratavam com relativa igualdade. Décadas mais tarde, entrevistando um membro dessa família, ele me contou que as origens dos Silva Santos diferiam dos demais negros brasileiros, pois teriam vindo por sua própria vontade da África, estabelecendo-se no sul do Brasil. A história oficial da família remonta aos pais de Manoel, os africanos José da Silva Santos e sua esposa Rosa de Castro Feijó.

Inicialmente, vamos resumir os principais pontos de atuação de Manoel, para podermos avaliar a influência e *status* que conseguiu em Pelotas.

A TRAJETÓRIA DE MANOEL CONCEIÇÃO DA SILVA SANTOS:

Manoel Conceição da Silva Santos nasceu em 1831 com pais africanos: José da Silva Santos e Rosa Feijó, nascido no estado do Rio Gran-

¹ Texto originalmente publicado no 7º Encontro *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, UFPR, Curitiba, maio de 2015. [<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-X/7/paper/viewFile/48/22>].

de do Sul. Estabeleceu-se em Pelotas já casado, trabalhando como carpinteiro e construtor. Teve sucesso suficiente nos negócios para possuir casa de bom porte na cidade (com cinco aberturas), além de outros imóveis urbanos, um deles um galpão em rua principal da cidade, emprestado ao município para albergar os soldados que iriam lutar na Guerra contra o Paraguai em 1870.

Casou-se com Maria José dos Santos, filha legítima de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição, e teve cerca de dez filhos, dos quais pelo menos oito chegaram à idade adulta. Ele estava presente na cidade desde a década de 1860, quando nasceram seus filhos e deve ter se entrosado rapidamente na vida urbana, tanto por seu ofício de construtor, quanto por duas características pessoais que nunca o abandonaram: sua religiosidade e devoção à *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, na qual ocupou todos os principais cargos de direção e seu proselitismo partidário no Partido Liberal, no qual militou até a extinção deste. Nos dois casos, foi de uma lealdade absoluta.

A cidade de Pelotas teve três irmandades em que participaram afrodescendentes, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, nascida em 1820, a Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção e Boa Morte, de 1829 e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de 1831.² Todas elas foram praticamente refundadas depois de um intervalo em suas atividades provocado pela Revolução Farroupilha e duas delas modificaram sensivelmente seu perfil associativo, ou não aceitando sócios cativos ou restringindo-se a pessoas de maior *status* social. Predominaram os elementos brancos ou de cor mais clara em suas direções, e/ou houve uma espécie de segmentação interna. Dessa forma, a *Irmandade de Nossa Senhora de Assumpção e Boa Morte* possuía internamente uma *Devoção a São Benedito*, que acolhia escravos e cujos devotos pertenciam aos elementos menor situados socialmente. Apenas a Irmandade do Rosário seguiu sendo majoritariamente controlada por afrodescendentes, embora em cargos de maior prestígio, como juízes, também aceitasse a participação de elementos brancos. Manoel Conceição da Silva Santos aparece apenas e com frequência, na *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, ao lado de outros confrades com os quais tinha relações fortes de amizade e influências, quando não de parentesco via casamento dos filhos ou apadrinhamentos.

Estes mesmos confrades religiosos se tornaram seus liderados políticos no Partido Liberal. Manoel fazia parte do diretório municipal da cidade e seguia as diretrizes partidárias oficiais até 1880, quando pas-

2 OLIVEIRA, Fernanda. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

sou a fazer parte da dissidência, orquestrada por Fernando Osório, de família ilustre da cidade, em episódio que lhe custará muito em termos político-sociais e também prejudicará a própria campanha abolicionista. De fato, o envolvimento de Silva Santos e outros do seu grupo com o Partido Liberal e sua inexperiência (bem como dos demais) dos riscos do atrelamento de campanhas que necessitam de ampla adesão com partidos políticos, levou a que, tanto o jornal quanto a associação negra *Fraternidade Artística*, ficassem perigosamente vinculadas à candidatura de Fernando Osório para deputado estadual, o que trouxe problemas com todos os partidos, inclusive o seu, devido a dissidência assinalada. Com isso, *A Voz do Escravo* sofreu críticas pesadas e terminou extinta, a *Fraternidade Artística* rachou, surgindo duas associações de artesãos na cidade e o próprio *Clube Abolicionista* não foi poupado da suspeita de partidarização e teve dificuldades de consolidação na cidade, sendo atacado por alguns jornais (LONER, 2007).

Suas principais atuações se deram no campo político e étnico organizacional, no qual auxiliou a formar as primeiras organizações negras, além de ter papel destacado no movimento abolicionista. Na campanha da Abolição, foi o elemento de ligação entre a comunidade negra e os abolicionistas brancos, atuando efetivamente desde o início da campanha na cidade, a qual ocorreu em 1880, quando fundaram o jornal *A Voz do Escravo*. Para o público, ele passou por ser obra de uma associação, mas Manoel Conceição dizia ser seu fundador e proprietário. Iniciado em 16 de janeiro de 1881, sua redação era variada, contando com o professor e literato Bernardo Taveira Júnior, o jornalista João José Cezar, o Cônego Canabarro, o poeta Francisco de Paula Pires, Licurgo de Menezes, Ferreira da Silva, publicado em tipografias de jornais da cidade.

Em agosto de 1881 fundou-se o Clube Abolicionista, na fundação do qual Manoel se empenhou. Segundo ele próprio, procurou apoios entre pessoas de prestígio na cidade, os colocando nos principais postos de direção do mesmo, embora cargos importantes para o funcionamento da sociedade, como de secretário e tesoureiro estivessem em mãos de afrodescendentes, ele como procurador e depois tesoureiro e Serafim Alves, como secretário.³

A organização étnica também estava concatenada com a questão abolicionista, pois ainda em 24 de junho de 1880, se fundara a *Sociedade Fraternidade Artística*, associação mutualista de artesãos. Quando Manoel Conceição ganha sua presidência, em novembro da-

3 *Jornal Onze de Junho*, dia 13/02/1885. Apedido de Manoel Silva Santos sobre o Clube Abolicionista: "Aos abolicionistas e meus amigos".

quele ano, ocorre uma dissidência, que vai fundar a *Sociedade Harmonia dos Artistas*, esta também mutualista e com brancos e negros em sua direção. Embora a *Fraternidade* não discriminasse pessoas pela cor, com a saída dos dissidentes, ela vai se tornar uma associação apenas negra e na qual Silva Santos vai ser pessoa muito influente, sempre presente em suas direções ou próximo, através de pessoas de seu círculo.⁴

Tudo indica que sempre deu mais ao partido do que recebeu. O que é válido também para a causa abolicionista, a julgar pelo seu próprio depoimento. Ao que parece, ele jogou com seus bens pessoais, como no episódio do empréstimo de seu galpão para alojamento de tropas, ou quando financiou a edição do jornal. E teve um papel ativo em outros campos, colocando em atividade uma escola para ingênuos, cujos professores eram seus filhos e cujo material escolar era financiado por ele mesmo, embora nominalmente estivesse vinculada ao Clube Abolicionista.

Entre a comunidade negra, era o membro mais acatado, reunindo ao seu redor outros elementos de relativa expressão da comunidade. Foi em reconhecimento dessa situação que seu filho mais velho, José, ainda rapazote, foi colocado como um dos coordenadores do Centro Etniográfico, entidade que aglutinaria a comunidade negra para as atividades abolicionistas, funcionando como uma espécie de comitê representativo da mesma, nas festas e demais atividades. Silva Santos não estava sozinho, em suas andanças havia formado um grupo de seguidores que aceitavam sua direção nas atividades políticas e étnicas.

Com a chegada da República, entretanto, a influência de Manoel Conceição diminuiu, devido à nova composição de forças e ao confuso panorama político dos primeiros anos republicanos. Silva Santos regia sua lealdade política pela direção partidária e não soube se aclimatar aos novos tempos, como vários outros liberais. Em 1891/1892, Manoel já teria mais de 60 anos, velho demais para lutar. Contudo, a atuação de companheiros seus, como João Faria Ramos, João Capaverde e outros, que tomaram partido e combateram pelos federalistas na cidade de Rio Grande, inclusive sendo presos quando do retorno do PRR ao poder, em fins de 1892, denota que continuaram a militância, agora num sentido oposicionista ao governo do Estado. Seus próprios filhos mais velhos se mudaram para Rio Grande, nessa década trabalhando e militando por lá, pois a cidade portuária era um território mais simpático e seguro aos inimigos do Partido Republicano Rio Grandense.

4 Esta sociedade já foi tratada em outras publicações da autora, como em *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.

AS ORIGENS

A busca pelas origens de Manoel foi árdua e ainda está inacabada. Seu testamento e a certidão de batismo dos filhos em Pelotas permitia identificar seus pais, mas o fato dele nunca ter admitido a cidade de onde se originara, ocasionou um dispêndio extra de energia, até que finalmente foi achada sua certidão de casamento, em Rio Grande, no ano de 1857. Vai transcrita abaixo, pela importância:

Aos onze de abril de 1857, na Igreja matriz de São Pedro feitas as três admoestações canônicas e as diligências de costume, sem impedimento, na minha presença e das testemunhas Joaquim Mariano dos Santos e Manuel Francisco Bento, receberam-se em matrimônio, com palavras de presença Manoel da Silva Santos, crioulo natural desta cidade, filho legítimo de José da Silva Santos e de Rosa de Castro Feijó e Maria José de Abreu, crioula, filha legítima de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição, já falecida".⁵

Este documento nos traz dados sobre Manoel, certificando que ele nasceu em Rio Grande, filho de pais casados. A certidão não discrimina o estatuto dos noivos ou pais dos nubentes, permitindo que se infra que Manoel e seus pais nasceram livres, embora isso não seja expressamente afirmado. Seria então, verídica a história contada por seus descendentes e repetida internamente à família, de que os pais de Manoel não vieram escravizados, mas sim por sua livre vontade para o Brasil. E seu estabelecimento em Rio Grande, que já era uma cidade importante do Estado, por ser porto marítimo e contar, no Império, com grandes firmas de importação e exportação, além de grande número de soldados e burocratas seria uma forma de ficar mais perto dos navios e do comércio com a África e outros locais do Brasil com que esse porto tinha intercâmbio, como a Bahia.

A certidão de casamento dos pais de Manoel não foi encontrada e nos documentos de nascimento dele e de seus irmãos, só consta o nome da mãe, e a expressão "filho natural". Entretanto, o fato de ter sido colocado como filho legítimo no casamento, é possível de ser entendido dentro da premissa que seus pais se casaram posteriormente, legitimando sua descendência. Resta o fato que os pais sempre foram apresentados como africanos, o que também não consta da certidão.

5 Pesquisado pelo site Family Search: "Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952." Images. *FamilySearch*. Rio Grande do Sul, Rio Grande, Paróquia de São Pedro, Livro 13, de Casamentos, óbitos e batismo, de 1848 a dez. 1863, p. 57 frente, imagem 60. <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-39868-8?cc=2177295&wc=M78NLTG:371568201,371568202,371828901#> acessado em 25/02/2015. Informo que todos os demais registros eclesiásticos obtidos da cidade de Rio Grande serão deste mesmo site.

Seu sogro, Manoel Abreu, também seria africano de nação cabinda, segundo certidão de casamento de seu filho Antônio, feita na paróquia de Pelotas.

Continuando a investigação, descobriu-se o casamento, em 1854, na mesma igreja, de sua irmã, Maria Delphina, com Seraphim Dias. Sua certidão de casamento traz o mesmo nome dos pais que aquela de Manoel, confirmando a relação de parentesco entre ambos, e também constando a expressão “filha legítima”, o que só era usado quando os pais eram casados. Ambos dividem até um mesmo padrinho, o “preto de nação” Manoel Francisco Bento, liberto. Delfina e seu marido constam expressamente como livres na certidão de casamento⁶, mas nada é dito em relação aos pais dos noivos, embora se faça menção ao estatuto diferenciado do padrinho. Voltando à certidão de casamento de Manoel, veja-se que, naquele documento e apesar do padrinho ser o mesmo, bem como o padre que oficiou a cerimônia, nada foi dito em relação à cor, origem ou estatuto do padrinho, bem como dos pais dos noivos. Isso é, no mínimo, estranho, pois os assentos eclesiásticos costumam seguir um padrão determinado, embora a conferência de outros casamentos oficiados e registrados pelo mesmo padre, José Damásio de Mattos, note sutis diferenças entre um e outro assento. Por exemplo, naquele de Manoel e sua irmã, não consta a idade dos nubentes, o que era comum nos assentos deste sacerdote. Em outro assento, realizado bem próximo daquele de Manoel, em abril do mesmo ano (imagem 61, p. 57, verso do livro) os noivos são caracterizados como “pardos libertos” e a filiação dos dois é dada como natural, constando apenas o nome das mães, enquanto os padrinhos não têm nenhuma menção a cor ou estatuto, como se brancos fossem. Anote-se, portanto, que o sacerdote em questão não era muito rigoroso nesta observação do estatuto jurídico dos participantes das cerimônias de casamento.

Contudo, a exaustiva procura pela certidão de batismo de Manoel, nos livros de batismo dos indivíduos nascidos livres na matriz de São Pedro, em Rio Grande (e também em outras paróquias próximas) nunca deu resultado algum⁷. A pesquisa só foi produtiva quando foi aberto o livro de batismo de escravos nº 5 desta Igreja, no qual, na primeira folha de assentamentos, consta aquele de Manoel, crioulo, batizado em 25/12/1831, na matriz de São Pedro, filho de Rosa Maria, escrava de D. Veridiana Feijó, nascido em 8 de dezembro daquele ano. Seus pa-

6 Livro de Batismos, casamentos e óbitos de 1848 a 1863, catedral de São Pedro, Rio Grande, p.48, v. imagem 52, site *FamilySearch*.

7 Havia muitos Manoéis, mas nenhum deles tinha os pais certos. Havia mesmo um Manoel da Silva Santos, filho e neto de outros dois também chamados Manoel da Silva Santos, nascido em 8/10/1929. Mas, além deste ter uma família inteira, com avós dos dois lados no Brasil, sua mãe se chamava Maria Joaquina e todo o conjunto da certidão claramente atestava que seria de família branca e de posses.

drinhos foram José, preto forro, e Felicidade, escrava de José Antônio Freire do Rego.⁸

Este assento combina com os dados que já sabíamos de Manoel, como a data aproximada do nascimento, deduzida de seu testamento e da certidão de óbito. E o nome de sua mãe também está correto, embora falte o sobrenome "Castro", que, contudo, aparece em outras documentações desta mesma escrava. Até seu pai pode ter constado na certidão, como padrinho, o que era comum na época quando os pais não eram casados. Essa informação, quando encontrada, trouxe uma certa comoção à pesquisa. Em primeiro lugar, porque não havia nenhum registro de que Manoel tivesse nascido escravo e ilegítimo, informação que, se verdadeira, torna ainda mais incríveis os sucessos posteriores da carreira de Manoel em Pelotas.

E poucas dúvidas temos de seu nascimento escravo, pois encontrou-se também sua alforria, em agosto de 1852, quando ele teria cerca de 20 anos e Antônio Carlos de Castro libertou a Manoel, crioulo de aproximadamente 20 anos, em agosto de 1852 (livro 17, p. 71 r.) a carta foi gratuita, aparentemente, "atendendo aos bons serviços que me tem prestado"⁹.

Já sua irmã, Maria Delphina, tem uma história diferente, pois foi liberta no batismo, sua liberdade tendo sido comprada por sua madrinha. Dela, se tem a carta de alforria e a certidão de casamento, mas não a de batismo. Segundo o resumo de sua carta de alforria, Maria Delphina, crioula, recém-nascida, senhora Veridiana de Castro Feijó, data da concessão em 18/3/1840 (livro 7 13, p. 38 v). A carta foi concedida mediante o pagamento de 70\$400 reis pela madrinha da escrava, a qual foi feita na pia batismal¹⁰.

Antônio era filho de Veridiana de Castro Feijó, que deixou testamento, pelo qual ficamos sabendo que ela tivera dois filhos em solteira, Antônio Carlos e seu irmão Joaquim Antônio, e que era proprietária de duas confeitarias, casas e alguns escravos, o que reparte igualmente entre os filhos¹¹.

Em 1844, Veridiana havia alforriado uma cativa de nome Rosa, que lhe dera outra escrava em troca e ainda tivera que permanecer tra-

8 Livro 5 de batismo de escravos de Rio Grande, de dez. 1831 a agosto 1846, página 2, <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14863-38407-55?cc=2177295&wc=M78NYZ3:371568201,371568202,372030201>, Ao lado do registro, está escrito que foi pedida certidão em 6/7/1852. Em outros assentos de batismo de filhos de Rosa, bem como em sua alforria, sua dona aparece com o nome de Veridiana de Castro Feijó.

9 *Catálogo de cartas de alforria*, vol. 2, p. 668.

10 Carta de alforria de Maria Delphina encontra-se no catálogo APERS, p. 676, vol.2. na transcrição para o catálogo, consta o pagamento do valor de 700\$000, mas a consulta ao original, baixa o valor para 70\$000, mais compatível com o fato de ser uma recém-nascida.

11 Testamento de Viridiana de Castro Feijó, processo 1914, maço 86, ano 1858, Rio Grande.

balhando por oito meses.¹² Esta Rosa, a mãe de Manoel, ainda teve mais dois filhos enquanto escravizada, Justino e Maria. Justino nasceu em 9/9 e foi batizado em 10/10/1842 e Maria nasceu em 2 de dezembro de 1843, batizada em 15/1/1844¹³. Os dois serão libertos por Joaquim Antônio, outro filho de Veridiana, em 16/08/1844, gratuitamente. Pela sua carta de alforria, Rosa deveria trabalhar até o final daquele ano, então, estas alforrias de suas crianças devem ter acontecido para que pudessem acompanhar sua mãe.

Algumas coisas ainda estão para serem esclarecidas nesta história familiar: em primeiro lugar, porque Rosa teve um filho em 1831 e os demais apenas na década seguinte? Aparentemente foi sempre com a mesma pessoa, mas com a qual não era casada até então, como se pode ver pelas certidões de batismo. O que significa esta década aparentemente sem nascimentos? Houve crianças natimortas, abortos, ou a separação física do casal, já que ele estava livre e ela ainda cativa? Afinal quem era e onde estava José?

Quanto a José, ainda pouco foi descoberto sobre ele. Apesar de todos os esforços, não foi descoberta sua carta de alforria, nem quem era seu patrão. A tendência desta família, desde o princípio, foi utilizar os nomes dos ex-senhores em sua vida após o cativo e, convenhamos, José da Silva Santos não é propriamente um nome que auxilie a busca entre milhares de outros “José”, de “Silvas” e “dos Santos”, que costumam recheiar as listas de alforria, livros de batismo, matrimônio e óbito das dioceses daquele tempo.

Mas talvez haja probabilidade de ser o José que aparece como padrinho no batismo de Antônio, preto adulto de nação, batizado em 15 de julho de 1828, como escravo de Maria Rosa da Silva. Neste documento o padrinho é José, escravo de Manoel da Silva Santos¹⁴. Já se viu que haveria uma outra família, branca e de posses, que circulava entre Rio Grande e Pelotas e que teria esta combinação de sobrenomes (ver nota 5). Este Manoel Silva Santos branco era capitalista, rico comerciante que foi à falência em 1866, sendo colocados seus bens a leilão, contando com uma casa e mobília riquíssima, demais imóveis e uma loja, além de quatro escravos.¹⁵ O mesmo era filiado ao Partido Liberal, tendo sido proposto para conselheiro da câmara municipal de Pelotas em 1860.¹⁶

12 Carta de alforria de Rosa, catálogo vol. 2, p. 683, data concessão 29/4/1844, data registro 10/5/1844.

13 Ambos os assentos de batismo estão no mesmo livro de Manuel, livro 5 de batismo de escravos, de dez. 1831 a agosto de 1846, Justino na p. 142, frente (imagem 142) e Maria na p. 172, frente (imagem 173).

14 Livro 4, batismos de escravos em Rio Grande, 1821 a 1831, p. 86 – acessado em julho de 2014, pelo site da Igreja dos Santos dos Últimos dias, imagem 51.

15 Veja-se *Echo do Sul*, Rio Grande, nº 61, de 16/3/1866, p.2. site da Hemeroteca digital Biblioteca nacional.

16 *O Brado do Sul*, edição de 27/7/1860. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Embora o Manoel que nos interessa também tenha possuído uma casa na mesma rua que seu homônimo, outros dados já conseguidos sobre eles, advertem que não podem ser a mesma pessoa, pois há um acúmulo de bens, um *status* diferenciado e outros sinais de inserção social, denunciando que se trata de duas pessoas com o mesmo nome e sobrenome. Talvez o aposto “da Conceição”, que o Manoel, filho de Rosa de Castro Feijó, utilizou a partir de sua mudança para Pelotas, fosse a forma encontrada para evitar estas confusões entre os nomes assemelhados e que tiveram que conviver num mesmo espaço urbano.

Mas, ao menos por enquanto, desistimos de encontrar nosso pobre José, pois as variáveis são muitas, mesmo para alguém que foi declarado pelo filho como africano. Sabe-se que os navios dificilmente vinham direto da África para Rio Grande, então ele poderia ter vindo por qualquer um dos portos brasileiros de mar, ou ainda de outra cidade gaúcha, enfim... Poderia ter uma vida aventureira como aquelas de Rufino ou Domingos, ambos africanos do nordeste brasileiro, cujas vidas foram imortalizadas em livros, e que andaram os dois pelo Rio Grande¹⁷. Ou poderia ter sido o escravo ordeiro e diligente de um Manoel da Silva Santos, de quem, quando liberto, adotara o sobrenome. Enfim, não nos permitimos certezas neste particular e sua origem será, a partir de agora, convenientemente desprezada na pesquisa, para o bem da integridade mental da autora, pois a mania de pesquisar os detalhes, acoplada à insatisfação com os resultados encontrados, frequentemente pode trazer neuroses à vida de um historiador.

Quanto às outras indefinições, a maioria envolve Manoel. Afinal, sua carta de alforria diz textualmente que ele foi alforriado gratuitamente aos vinte anos, ou seja, quando estava no auge de sua força física, e que foi “pelos muitos serviços prestados”. Ora, que muitos serviços poderia ter prestado um ser ainda tão jovem? Veridiana alforriou todos seus escravos, mesmo sua irmã recém-nascida e sua mãe, por bom dinheiro. Mas Manoel pertencia a seu filho, Antônio, e devia auxiliá-lo em seus negócios. E Manoel talvez já fosse alfabetizado neste momento, não o sabemos, mas poucos anos depois, ele aparece como testemunha em um processo de reclamação de herança da viúva de seu padrinho, Manoel Francisco Bento, como alfabetizado, casado, construtor, crioulo e vivendo de suas agências¹⁸. Em suma, devia valer um bom dinheiro, porém, a confiar em sua carta, foi alforriado gratuitamente.

17 REIS, J. J. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. REIS, J. J.; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcus. *O alufá Rufino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

18 Desse caso, se falará mais tarde, pois envolve sua rede de amizades e compadrios em Rio Grande.

Bem, o que nos interessa é que, a partir da pesquisa realizada, foi desfeito o mistério sobre as origens da família, com a descoberta de documentos comprovando que os pais de Manoel, os africanos José e Rosa, vieram da África cativos, trabalhando boa parte de sua vida em Rio Grande, local em que Manoel nasceu, ainda durante o tempo de cativo de sua mãe e permaneceu na condição de cativo até seus 20 anos.

Para quem não conhece a geografia da região, Pelotas era um importante centro da economia saladeril do Império e uma cidade que tinha profundas ligações com a vizinha Rio Grande, a tal ponto que, no início da vida de Manoel, muitos dos charqueadores pelotenses teriam negócios ou manteriam suas residências na cidade de Rio Grande, devido ao ainda incipiente desenvolvimento de Pelotas, que só foi elevada a vila em 1830. Mesmo assim, Manoel conseguiu passar uma ideia diferenciada de si, para os demais e para seus próprios descendentes, provavelmente com o uso de amizades e conhecimentos feitos nas duas cidades e o auxílio providencial da sua certidão de casamento, na qual não constava sua condição de liberto. Pode-se também perguntar se este auxílio foi apenas por singularidades do sacerdote, já cansado de vários anos de uma rotina bastante enfadonha em celebrar e assentar casamentos (acompanhando o livro, vê-se que o vigário José Maria Mattos, apresentava uma letra bem menos desleixada e mais legível ao início de sua missão sacerdotal) ou representava uma vontade consciente de auxiliar Manoel, não colocando claramente sua posição de liberto.

Quando de seu casamento, Manoel era membro, desde seus 18 anos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Rio Grande e chegara, em 1856, a ocupar o cargo de mesário. A cidade possuía duas irmandades que aceitavam negros: a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, as duas fundadas muito próximas uma da outra e ainda está para ser confirmado quais os fatores que levavam os homens e mulheres de cor, livres ou cativos daquela sociedade, a se dividirem entre elas. Segundo o senso comum, aquela de Nossa Senhora da Conceição congregava os negros libertos enquanto a do Rosário seria dos cativos e elementos mais pobres, mas isso é duvidoso, pois foram encontrados muitos libertos na segunda irmandade.

Uma consulta aos livros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário permitiu encontrar a filiação de Manoel da Silva Santos, no ano de 1850, quando teria 18 anos e sua contribuição regular aos cofres da congregação, até 1856, quando se torna mesário, pagando joia extra. A partir daí, não há mais anotação nenhuma. Ou seja, quando ele se casou em 1857, era um dos mesários da irmandade. Seu sumiço dos li-

vros da irmandade seguramente está relacionado a seu trabalho em Pelotas e sua mudança para aquela cidade, até o final daquela década. Sabemos disso porque suas duas primeiras filhas nasceram e foram batizadas em Rio Grande, e seus outros filhos, nascidos na década de 1860 e 1870, já tiveram por nascimento a cidade vizinha.

Ele aparece como eleitor pelo menos desde 1876, mas pode ter se filiado anteriormente, apenas as nossas fontes, baseadas em jornais diários só estão disponíveis a partir de 1875. Com a reforma da Lei eleitoral, conhecida como Lei Saraiva¹⁹, sua condição de liberto não seria impedimento para que pudesse também ser votado. A Reforma é vista como aquela que produziu uma ainda maior exclusão no sistema eleitoral²⁰, devido a proibição do voto ao analfabeto, que foi a forma encontrada para controlar a participação da maioria da população do Império. De fato, essa cláusula, conjugada com a falta de mecanismos de instrução pública, propiciou uma redução no número de eleitores, embora permitisse que as pessoas se inscrevessem como eleitores desde que conseguissem escrever um reduzido número de palavras, entre as quais o seu nome²¹. Contudo, ela também permitiu que setores da população que anteriormente estavam excluídos do processo, ou tinham participação limitada, como foi o caso dos libertos, a partir de então fossem aceitos como os demais. Para Manoel, como para muitos artistas da época, o critério censitário não era tão difícil de ser observado, porque, com o passar do tempo e a desvalorização monetária, o valor de R 200\$000 ou 400\$000 se tornara factível como renda anual, motivo pelo qual se encontram muitos artesãos e homens do trabalho participando do processo eleitoral na década de 1880, pelo menos nas cidades aqui estudadas.

A participação no Partido Liberal provavelmente aconteceu porque este partido era o que lhe parecia mais adequado, pelas propostas, a seu interesse na luta pela emancipação dos afrodescendentes. Lembramos que esta escolha de Manoel deve ter se dado também através da comparação com o outro, o Partido Conservador e suas ideias, pois eram apenas estas as alternativas no estado. Pode ainda haver pesado a estrutura municipal de poder, que falta ser pesquisada. Mas apenas uma pesquisa mais aprofundada da conjuntura e dos chefes políticos de ambos os lados na cidade, pode trazer mais luz a questão. O que se pode já avaliar é que muito da atividade política de Manoel estava

19 A lei Saraiva é de 1881 e Manoel aparece na lista, como simples eleitor, antes disso. Sabe-se que é o Manoel pesquisado pela sua filiação.

20 CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

21 FERRARO, Alceu R. Educação, classe, gênero e voto no Brasil Imperial: lei Saraiva, 1881. *Educar em Revista*, nº 50, Curitiba, p. 181-206, out./dez. 2013.

alicerçada no desejo de terminar com a estrutura escravista, como ele mesmo coloca em um dos poucos documentos que temos de sua lavra, seu relatório como tesoureiro do Clube Abolicionista, que em seu introito, vai transcrito abaixo:

Aos abolicionistas e aos meus amigos: Aos 18 de agosto de 1880, quando o grande democrata Joaquim Nabuco apresentou na Câmara dos Deputados um projeto sobre o elemento servil, três meses depois, na terra dos Andradas, Canabarro, Bento Gonçalves, Osório, etc. – um sacerdote, como outrora seu chefe e mestre, em Pelotas proferia: *Ecco ego prodigo vobis libertatum*. Até então o abolicionismo na província de São Pedro do Rio Grande do Sul achava-se imerso numa paralisia indescritível, ou antes, jazia no mar do indiferentismo os princípios dos mártires de 35. Após a iniciativa daquele ilustre prelado surgiu um pugilo de adeptos as ideias de Nabuco e Canabarro e tentaram fundar uma associação como para propaganda do abolicionismo; como porém os recursos pereciam para manter a existência dela, buscaram outro meio e encontraram na fundação dum periódico que tomou por título *A Voz do Escravo*, fazendo parte da redação os distintos abolicionistas Srs. Dr. Canabarro, Paula Pires, Ferreira da Silva, Taveira Jr., Licurgo de Menezes, J. J. Cesar e seu fundador Manoel Conceição da Silva Santos, que assumiu a propriedade. Aqui é o meu ponto de partida no vasto campo do abolicionismo, já como filho dessa raça condenada pela lei bárbara dos homens a uma privação de seus genuínos direitos, já como adepto da mais pura emanção de Deus e a mais alta inspiração do homem – a liberdade.

Os serviços que este periódico prestou, o público que o julgue. Daí para cá foi minha política o abolicionismo, visto que este necessitava e era a personificação do elemento conservador e liberal; não tentei transigir de política arredando-me de meu partido, mas sim para bem acompanhar a evolução que ora se levantava: como liberal, tinha que bater-me com os grandes chefes abolicionistas, como João Alfredo, Severino Ribeiro e tantos outros. Trabalhando por esta forma na arena abolicionista, em agosto de 1881, empenhei-me com o ilustrado e filantropo médico o sr. Dr. Cypriano da Costa Mascarenhas para que, com seus amigos, viessem fazer parte de uma associação que projetava-se fundar, pedido este que me foi concedido, tomando aquele humanitário senhor a presidência ad-hoc da associação que se denominou Clube Abolicionista, sendo depois dos esforços do mesmo sr, propostos para presidente os distintos democratas os srs. Drs. Piratinino de Almeida e Marçal de Escobar, que foram unanimemente acolhidos. (Jornal Onze de Junho, 13 de fevereiro de 1885).

Pelo texto, o chamado partiu de líderes nacionais (em outro documento, ele cita inclusive a fala do Trono) e da Igreja, os dois principais balizadores da atuação de Manoel. O protagonismo que

o texto deixa transparecer seguramente é excessivo e sua redação não inclui algumas "pedras" que os abolicionistas pelotenses, tiveram que engolir pelo caminho, como a indicação para a presidência da associação de um advogado (Piratinino de Almeida) que, recentemente defendera, com sucesso, um charqueador acusado de mandar chicotear até a morte um escravo de menos de dezoito anos. Mas demonstra qual era sua visão do processo e sua participação nele. A seguir, o relatório segue elencando as várias ações práticas e financeiras do Clube em sua função de tesoureiro do mesmo. Deixa de fora, entretanto, outras ações de que participou, como aquela de promover casamentos de candidatos à libertação, para torná-los aptos a reivindicar o auxílio do Fundo de Emancipação Municipal, e outras providências.

Então, temos aqui um caso de um liberto que se tornou uma pessoa importante, fundamental até nas lutas da comunidade negra em Pelotas, que conseguiu uma estabilidade econômica considerável naqueles anos para uma pessoa de sua cor, que teve um papel preponderante na campanha da Abolição na cidade. Sua condição de cativo até aproximadamente os vinte anos, não impediu que fosse homem de partido (Liberal), eleitor, e que manteve funda coerência em suas atitudes políticas e em prol da abolição por longos anos, conseguindo o respeito de seus contemporâneos, em que pese sua cor escura e a profunda distinção entre as raças que acompanhou a cidade naquele período e que se estendeu pelo século XX. Agora, falta explicar que apoios ele teve para que sua origem não fosse frequentemente levantada contra ele. Diz-se frequentemente, porque não se pode, a luz dos dados existentes, saber se, em alguns momentos, este não era um dado utilizado pelos seus inimigos ou mesmo correligionários, em momentos de luta política. Afinal, faz parte dos costumes e tradições de Pelotas, a prática de nunca comentar certas coisas publicamente, mesmo quando são conhecidas, deixando-as apenas para as conversas informais. Embora ainda não haja um estudo antropológico sobre este tipo de comportamento, pode-se atestar que é muito comum.

Mas, na verdade, a questão se encerra em um ponto fundamental: se o *status* de escravo era considerado inferior na sociedade imperial, os demais *status* que Manoel carregava consigo, como negro e trabalhador manual, também eram tidos como inferiores, embora em menor gradação. Desta forma, desde que Manoel e sua família ficassem em seu lugar social, sem desafiar os poderes locais e se comportassem de forma adequada, em atitude de colaboração e não de desafio à ordem estabelecida, sua participação poderia ser aceita e até era bem-vinda, porque trazia consigo parcela significativa da comunidade

negra constituída na cidade, abrangendo cativos e livres ou libertos. E, neste sentido, tanto fazia se ele nascera escravo ou livre: de sua cor, marcadamente preta, ele não conseguiria se livrar nunca e todos eles necessitavam trabalhar para viver. Diga-se, em favor desta família, que ela sempre assumiu suas origens africanas, isso em momentos em que, dentro do grupo de afrodescendentes pelotenses, muitos trilhariam o caminho do “branqueamento” físico.

O abolicionismo vai sofrer reveses em 1885, quando o Clube desaparece, por considerar encerrada sua tarefa, devido à crença no emancipacionismo, campanha que declarou a cidade livre de cativos em novembro de 1884, pois dos mais de 7 mil existentes em 1880, cerca da metade havia sido transformada em contratados, prevendo-se que os restantes escravizados também seriam libertados da mesma forma. Ao que parece, o próprio Manoel acreditou neste caminho como solução para o fim da escravidão, mesmo porque era preconizada por seus próprios correligionários liberais, que viam o período de contrato como uma espécie de estágio para a liberdade. Mas a solução, paliativa e sujeita a numerosas fraudes, só aumentou mais a tensão na cidade, que estourou dois anos depois, num grave conflito entre escravagistas e abolicionistas, em que estes últimos, mais uma vez, condescenderam, criando outra associação, o *Clube São Sebastião*, em acordo com os escravagistas para fiscalizar o cumprimento do tempo de trabalho coercitivo que restava a cumprir pelos contratados. Novamente tem-se a presença de Manoel e seu grupo entre os abolicionistas, participando dessa associação, que pouco fez, pois criada em fins de 1887 (LONER, 1997; 2007). Contudo, deve-se ressaltar que sua participação no processo demonstra uma atitude extremamente moderada e legalista, subordinando o abolicionismo às injunções partidárias e às pressões sofridas, em que pese seu grande envolvimento com a ideia.

Estas são as características principais da atuação de Silva Santos, que o tornaram um nome de respeito na cidade, liderança do grupo afrodescendente vinculado à Igreja e uma ponte de ligação entre os demais grupos de afrodescendentes e os homens da elite, com atuação importante nas questões abolicionistas, para as quais era sempre chamado. Segundo o cronista negro Rodolpho Xavier, “sua família, de origem e sangue africanos, foi a mais considerada pela raça branca dentre as da raça preta, desde os tempos da monarquia”, pois que se ombreava com seus pares brancos e era respeitado por eles²². Obviamente, este respeito estava sempre posto sob tensão, em todas suas

22 Rodolpho Xavier, “uma reminiscência”. *A Alvorada*, 24/02/1951.

atividades, mesmo as abolicionistas. Na política, sua participação era aceita desde que atrelada à linha partidária. Quando isso não acontecia, como no momento da dissidência liberal de 1881, sua lealdade a um determinado candidato ou posição passou a ser vista como depreciativa e ridicularizada por parte dos adversários, como forma de atingir o próprio candidato da dissidência.

Em alguns jornais partidários da década de 1880, aparecem insinuações, de que um grupo de afrodescendentes poderia atuar de forma ameaçadora frente aos adversários, mas a falta de processos policiais sobre o assunto e as ambíguas colocações da imprensa, não permitem ir muito além nesta senda, e não se pode afirmar que isso tenha realmente existido ou que fosse o grupo de Manoel da Conceição o responsável pela situação. O caso mais próximo a ele é aquele de 1881, quando o Partido Liberal está concorrendo contra sua própria dissidência, e o *Diário de Pelotas*, jornal oficial do Partido Liberal na cidade publica, ao final de uma matéria, a advertência do risco de realizar eleições “com escravos rondando as urnas”²³. Na verdade, em que pese sua moderação e se reputasse “homem de partido”, suas potencialidades no campo político foram entravadas pela sua cor, pois tudo indica que nunca lhe foi permitido concorrer a conselheiro municipal (embora tivesse renda suficiente para qualificar-se como eleitor de segunda instância). E também nunca ocupou cargos de nomeação, embora outros de seu grupo fossem nomeados para cargos subalternos. Mas, talvez, não interessassem a quem tinha uma bem desenvolvida empresa de construção civil na cidade, a qual poderia receber contratos expressivos com a municipalidade, dependendo de quem ocupasse a intendência.

No título desta comunicação, dizíamos que não era um cidadão de segunda categoria, mas reavaliando os dados, vê-se que ele foi, sim, um cidadão de segunda categoria, embora continuasse a ser um cidadão do Império, o que nem todo negro, mesmo livre, conseguiu ser naquele período. Podia votar, exercer suas preferências políticas, era respeitado e consultado em determinados momentos e ocupou uma posição de relativo destaque na cidade que escolheu para viver. Ora, isso não é pouco para quem, ao que tudo indica, nasceu escravo e assim permaneceu até perto dos seus vinte anos, em uma cidade vizinha a Pelotas e na qual muitos, ou a maioria dos líderes políticos e empresários pelotenses, possuía família ou negócios.

23 *Diário de Pelotas*, 30/08/1881.

1887: A REVOLTA QUE OFICIALMENTE NÃO HOUE OU DE COMO ABOLICIONISTAS SE TORNARAM ZELADORES DA ORDEM ESCRAVOCRATA¹

Beatriz Ana Loner

Este artigo trata da revolta ocorrida em 1887 na charqueada de Brutus de Almeida em Pelotas. Após breve investigação sobre a forma como foi feita a emancipação no município, procura-se analisar as relações entre senhores de escravos e abolicionistas em Pelotas na década de 80 no século passado. O comportamento dos jornais e setores abolicionistas no episódio de completo silêncio e a descrição dos acontecimentos compõem a parte final do artigo.

As relações entre abolicionistas e escravocratas em Pelotas conheceram momentos de profunda tensão. O maior desses momentos aconteceu em fins de 1887, quando do episódio de revolta dos escravos da charqueada do senhor Junius Brutus de Almeida, em que quase ocorreu um confronto físico entre partidários dos dois campos, só sendo apaziguados os ânimos frente a um compromisso que tornava os abolicionistas em avalistas do comportamento dos contratados na cidade. Houve um grande empenho dos abolicionistas em que a notícia não transpirasse, tanto que a grande maioria dos jornais da cidade nada comenta ou limita-se a negar até o próprio fato da revolta dos escravos. Essa revolta se inscreve num conjunto maior de movimentos de escravos existente nos meses anteriores à abolição, com limitada amplitude

¹ Texto originalmente publicado em *História em Revista*, volume 3, novembro de 1997 [<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/16026>]

e caráter de fuga em massa (REIS, 1995/96, p. 30). Para a historiografia gaúcha, a análise desse movimento interessa não só porque permite analisar as relações entre escravocratas e abolicionistas no período imediatamente anterior à abolição, mas porque, provavelmente, tenha se constituído numa das primeiras greves de trabalhadores na produção de que se tem notícia no estado. O “detalhe” é que estes ainda eram escravos e sua reivindicação era a liberdade.

O CONTEXTO SOCIAL

A cidade de Pelotas, importante porto comercial do estado e que, junto com Rio Grande, constituía um dos polos iniciais da industrialização no RS, estava, nas últimas décadas do Império, vivendo seu maior auge. Segundo Magalhães (1993) este foi o período de ouro da cidade, período em que sua opulência material, riqueza e diversidade cultural mais se acentuaram.

Sua riqueza material baseava-se nas charqueadas que exportavam seus produtos para lugares distantes do Brasil e até para outros países; produção exportada pelo porto de Rio Grande. Devido às charqueadas, a cidade concentrou grande número de escravos que se constituíram na mão de obra quase absoluta deste tipo de empreendimento. O trabalho nas charqueadas era muito duro, prolongando-se de modo extenuante durante as safras (normalmente de dezembro a maio, ou junho); além disso, o clima da região era insalubre, com invernos frios e extremamente úmidos. Esse desgaste excessivo do negro provocava sua morte prematura, o que pode ser comprovado pela diferença entre o número de escravos do sexo masculino e feminino falecidos entre setembro de 1883 e junho de 1884; enquanto naquele período morreram 838 homens somente 337 escravas faleceram. Somente para os escravos entre 21 e 60 anos, em igual período, temos os dados de 610 óbitos masculinos contra apenas 230 femininos². Obviamente, esses escravos falecidos não necessariamente eram empregados nos trabalhos apenas nas charqueadas, mas é significativo o contraste entre sua alta mortalidade e aquela das mulheres escravas, das quais não há registro de serem empregadas em tais serviços.

Esses dados indicam a necessidade sempre crescente de reposição da mão de obra, por parte dos charqueadores. A oferta, porém, vai sofrer um rude golpe com a interrupção do tráfico de escravos na década de 50 e, posteriormente, com as leis de extinção gradual da

2 Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1882. Fonte: *Correio Mercantil*, de 23/8/1854. p. 1 (tabela em anexo).

escravidão e a coibição do tráfico interprovincial. Mas a capacidade de concorrência das charqueadas pelotenses com as lavouras de café paulistas na disputa pela mão de obra escrava decresce sensivelmente ao longo do tempo, pois a política econômica do império, aliada à retratação do mercado (o charque era consumido pelos próprios escravos) e à concorrência platina, minavam suas fontes de acumulação e lucro. Segundo Pesavento (1989, p. 24), se até a década de 70 a província gaúcha recebeu um grande contingente de escravos de outras regiões, o processo inverso ocorreu a seguir, sendo Rio Grande do Sul a região que mais sofreu perda de escravos entre 1874 e 1884, configurando uma crise de braços, especialmente no setor das charqueadas, motivada pela impossibilidade de substituição de mão de obra, dada a dificuldade de conseguir trabalhadores livres em quantidade suficiente. A imigração só cresceu a partir do fim da escravidão e os imigrantes que aqui chegavam eram destinados preferencialmente às colônias de produção agrícola, ou a serviços urbanos especializados, além de não estarem adaptados a esse tipo de trabalho³.

Pelo quadro anexo, vê-se que em 1884 existiam 5.918 escravos no município, sendo 3.666 homens e 2.252 mulheres. Retirando-se desse número aqueles que se dedicavam à lavoura, temos 5.559 empregados nos demais serviços, incluindo as charqueadas. Retirando-se as mulheres e aqueles sem condições de trabalho, restariam 2.697 escravos adultos, aos quais poder-se-ia agregar 570 menores⁴, entre 13 e 21 anos, disponíveis para esses estabelecimentos, o que soma 3.267 pessoas. Ainda há que se observar que não necessariamente todos estes escravos

3 A natural resistência dos imigrantes quanto a trabalharem lado a lado com escravos, soma-se a dureza do trabalho, seu caráter sazonal e o próprio despreparo do imigrante quanto às peculiaridades do ofício, o que faz com que os próprios charqueadores reconheçam que o melhor trabalhador e mais adaptado ao serviço seja o negro, escravo ou liberto (*Jornal Sul do Brasil*, n° 15, de 28/2/1888). Embora se possa desconfiar do caráter político desta afirmação, feita num contexto de defesa dos direitos dos charqueadores frente aos contratados, a continuidade do emprego da mão de obra negra nas charqueadas durante a Primeira República confirma que havia um elemento de verdade nesta afirmação, sem deixar de levar em conta a oferta de empregos melhores aos trabalhadores brancos, em detrimento dos negros.

4 Neste total de escravos disponíveis, tem-se também 228 menores, trabalhando em '*serviços estranhos à lavoura*'. Entretanto, outros 570 menores são arrolados sob a rubrica de '*sem profissão declarada*', uma categoria que parece servir para indicar aqueles incapazes para o trabalho. Admitindo-se que tivessem nascido antes da Lei do Ventre Livre, teriam na época entre 13 e 21 anos e, portanto, segundo os padrões da época, estariam em condições de trabalho. Contudo, pode-se tentar interpretar este dado como sendo consequência apenas da premissa básica da tabela, que é colocar a evolução da população escrava entre 30 de setembro de 1873 e 30 de junho de 1884. Dessa forma, vê-se que este dado final 570 – foi obtido a partir do dado inicial ('*escravos matriculados em 30 de setembro de 1873*') sem considerar que, nos 11 anos então decorridos, a própria natureza se encarregou de retirá-los da condição de incapacidade para o trabalho, percepção que pode ter faltado ao compilador, mas seguramente não faltou aos senhores de escravos. Por outro lado, tudo indica que este quadro foi feito através da atualização de dados oficiais, e, portanto, deve-se considerar que pode apresentar números menores que os reais, pois não inclui os escravos em situação irregular ao município, não matriculados ou contrabandeados, por exemplo.

estariam de fato envolvidos na indústria do charque e que em 1885 foi promulgada a Lei do Sexagenário. Comparando-se com os dados de 1873 vê-se que houve uma diminuição, em números absolutos, de 834 escravos.

Em outubro de 1884 cerca de dois mil cativos passaram à condição de "libertos contratados" na cidade. Não só sua situação jurídica se tornou diferente, mas o fato de serem libertos, mesmo que com cláusula de prestação de serviços, levou-os a desenvolver outra percepção de sua situação, pois depois desse período mudar-se-ão as fugas de contratados, caracterizando sua recusa em continuar a prestar os serviços a que estavam obrigados⁵. Em Pelotas, devido à proximidade com o Prata, onde não mais existia a escravidão (PICCOLO, 1992), o problema das fugas era especialmente sentido, além de existir numerosos casos de fugas 'para dentro' da própria cidade (MELLO, 1994, p. 104).

As charqueadas acusariam o golpe desse período instável e nervoso para seus negócios, parecendo haver uma relação direta entre o decréscimo do número de escravos e o número de charqueadas. De 34 arroladas em 1878, apenas 21 existem em 1887, e somente 18 estão atuando em 1890 no município⁶.

A fórmula de libertação com cláusula de prestação de serviços não só visava a impedir as fugas, como propiciava aos senhores condições de enfrentar o movimento abolicionista e a opinião pública, enquanto garantia tempo para assegurar-se outras fontes de provisão de mão de obra e proceder ao seu treinamento⁷. Em 1884, fundou-se o *Centro Abolicionista*, uma entidade de donos de escravos, cuja finalidade era viabilizar a emancipação na cidade, optando pela fórmula de contratos com cláusula de prestação de serviços. Em pouco tempo,

5 Cardoso afirma que houve "uma espécie de revolta surda dos escravos contra o logro da emancipação com cláusula de prestação de serviços e a debandada do trabalho foi maciça. Cita dados do relatório presidencial de Azambuja Villanova de 1887, em que esse comenta que 2/3 dos libertos contratados em Porto Alegre teriam abandonado a casa dos ex-pratões logo que conseguiram suas cartas de alforria, e andavam vagando, maltrapilhos, pelas ruas, e que na campanha a situação não era diferente." CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962, p. 275.

6 As 34 charqueadas existentes em 1878 constam do memorial: *A Praça do Comércio da Cidade de Pelotas (provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul) ao comércio nacional e estrangeiro*. Pelotas, tipografia do Correio Mercantil, 1879. Quanto as 21 charqueadas existentes em 1888, pouco depois da abolição, são apresentadas em pesquisa do *Jornal Sul do Brasil*, órgão do Centro Agrícola Industrial, associação que representa os interesses dos próprios charqueadores pelotenses (*Sul do Brasil*, 13/08/1888). Por fim, as 18 charqueadas existentes em 1890 fizeram parte do recenseamento feito pelo setor oficial da Prefeitura de Pelotas (*Boletim apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas*, em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclides B. de Moura, diretor de Estatística da mesma intendência. Pelotas, impressão à vapor da Livraria Universal, 1891).

7 Segundo F. H. Cardoso, "a cláusula de prestação de serviços, chamava-se a fórmula milagrosa que permitiu a 'libertação' de 40.000 escravos em poucos meses [na província gaúcha], isto é que permitiu aos senhores de escravos, a um tempo, ilidir a si próprios o grande problema do trabalho livre e esquivaram-se das pressões dos anti ou a-escravagistas, pois todos aceitaram a abolição através dessa fórmula". CARDOSO, op. cit, p. 263.

conseguiram empolgar numerosos senhores de escravos. E, finalmente, em 16 de outubro de 1884, ocorreu a *Festa da Libertação*, na qual cerca de 2500 escravos foram beneficiados com a perspectiva da liberdade, após um período de 3 a 7 anos de prestação de serviço a seus senhores (OSORIO, 1922, p. 95).

Com o desenrolar do processo abolicionista, são os próprios contratos que ficam ameaçados em sua vigência. O jornal *Sul do Brasil*, órgão do *Centro Agrícola Industrial*, publicado em 1888, reflete o pensamento e as preocupações dos charqueadores com respeito à questão, incentivando o trabalho livre e a imigração, mas não descuidando de defender a sobrevivência dos contratos, mesmo após a abolição. Na argumentação enviada pelo *Centro* ao Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, os charqueadores insistem em que a extinção dos contratos reduziria as charqueadas a uma precária situação, pois não poderiam empregar imediatamente imigrantes, os quais não possuíam o treinamento necessário para a execução do serviço. Alegam que os contratos serviam a um duplo fim, pois, para os charqueadores, tratou-se de conseguir tempo para buscar e treinar trabalhadores substitutos. E, com relação aos ex-escravos, o objetivo era educá-los gradativamente para as responsabilidades e deveres que a liberdade envolve. Ocorre, porém que, se a libertação ocorrer de repente, o contratado vai entender que é hora de gozar a mais absoluta liberdade, esquecendo-se da questão da sobrevivência diária; o resultado, assim, pode ser o abandono completo do trabalho, deixando os proprietários sem ter como produzir. Acrescentam que não se pode igualar um liberto a um homem que nasceu livre, porque este “se acostumou a reconhecer desde o seu nascimento que o limite de suas aspirações se detém na justa remuneração do trabalho” (*Sul do Brasil*, 28/02/88). Por isso, pedem que se considerem os transtornos que a rescisão dos contratos trará à província, ao mesmo tempo em que se posicionam contra a aplicação retroativa da (futura) lei de extinção da escravatura, pois os contratos foram assinados antes de sua possível vigência.

Entretanto, eles estão antecipadamente derrotados, não só porque a Abolição vai rescindir os contratos, mas também porque o processo de fuga dos libertos se intensifica nos últimos meses, causando estragos consideráveis à produção. A instabilidade foi de tal ordem que afetou negativamente o preço do boi, porque os charqueadores se intimidaram na hora da compra, com receio de não encontrar meios de proceder à sua industrialização (*A Pátria*, 19/05/88). A solução encontrada, quando do 13 de maio, foi combinar entre si uma data limite para a matança, e negociar com a Comissão promotora dos festejos

da Abolição, para que estes só ocorressem após essa data, sendo atendidos (*Onze de Junho*, 18/05/88).

Em que pesem algumas tentativas de trazer mão de obra estrangeira, especialmente platina, para as charqueadas, torna-se evidente para a análise que, ao contrário de outras produções ou indústrias, as charqueadas não conseguiram se libertar da dependência do braço negro, o qual continuou sendo predominante mesmo depois da abolição. Por isso mesmo, qualquer ação dos partidários do abolicionismo, no sentido de apressar ou consolidar o processo, sempre se chocou com os interesses dos senhores charqueadores. Isso fez com que, ao contrário da imagem que a própria cidade tentou passar, a emancipação em Pelotas não fosse um feito harmonioso e precoce, obra de uma cidade culta, mas sim um processo extremamente complexo e delicado, cheio de recuos e contradições; e no qual a parte mais sensível a ser resguardada nunca foi a pele dos próprios escravos envolvidos, mas sim as superiores necessidades da produção do charque e dos interesses dos donos de escravos.

A AÇÃO ABOLICIONISTA

Em 1881, o pensamento abolicionista instaurou-se na cidade, com a fundação do jornal *A Voz do Escravo*, o qual lutava pela libertação dos escravos, ao mesmo tempo em que denunciava as torturas e os maus tratos a que eram submetidos. Tão logo o jornal começara a circular, a morte de um escravo no tronco, numa charqueada, deu origem a uma comoção na cidade, com os jornais denunciando o fato, e o corpo do escravo sendo encomendado na Igreja Matriz (*A Voz do Escravo*, nº 5). Mas, com a intimidação das testemunhas, não houve punição ao charqueador e apenas foram pronunciados os executores da tortura, também escravos.

A ideia da formação de uma associação abolicionista foi lançada pelo jornal em 1º de maio de 1881 e as primeiras reações dos escravocratas não tardaram, sendo os abolicionistas acusados de incitar a revolta, aventando-se inclusive a hipótese de se haver constituído “*um movimento sedicioso da escravatura*” na cidade (*A Voz do Escravo* nº 10).

O *Club Abolicionista* foi fundado em 21 de agosto de 1881, enquanto que, em 27 do mesmo mês, criou-se o *Club Emancipador 27 de Agosto*, o qual se propunha a constituir um pecúlio, através de uma contribuição mínima por sócio, e apostar este em bilhete de loterias. O prêmio, se houvesse, seria empregado integralmente na alforria de es-

cravos. Ao que parece, a sorte não coroou as boas intenções dos 276 integrantes deste clube e o dinheiro foi perdido em sucessivas apostas que pouco renderam⁸.

Obteve melhor desempenho o *Club Abolicionista*, consolidando-se com um trabalho alicerçado na compra de escravos e sua alforria, além da propaganda de ideias abolicionistas. Este *Club* reunia pessoas de prestígio da sociedade, ao lado de destacados militantes da causa, como Hypolito Detroyat, Serafim Antonio Alves, vigário Dr. Canabarro, João Antonio Ramos e Manoel Conceição da Silva Santos. Formado apenas por pessoas livres e com uma proposta essencialmente conservadora e moralista⁹, a associação incluía negros, mesmo na diretoria. Do mesmo modo, permitia a associação de mulheres, embora estas não pudessem fazer parte de sua diretoria.

O *Club* não estava livre de algumas contradições internas, como o fato de admitir que seus sócios possuísem escravos e ter como seu primeiro presidente o mesmo advogado que defendera o charqueador Paulino Leite no caso do escravo morto sob tortura, menos de 6 meses antes¹⁰. Enfrentou também problemas derivados das lutas político-partidárias, e do apoio do jornal *A Voz do Escravo* à candidatura de Fernando Osorio para representar os interesses abolicionistas, nas eleições para deputado geral. Este fato parece gerar dissidência dentro do jornal, com a saída de membros importantes, como o jornalista João José Cezar, pondo sob suspeição o próprio *Club* que enfrentará uma resistência inicial por parte dos setores ligados ao Partido Liberal, cujo candidato, Sr. Antunes Maciel, também se apresentava como defensor dos interesses abolicionistas.

Em 1884, o *Club Abolicionista* foi quase que atropelado pela formação do *Centro Abolicionista*, entidade criada durante a campanha pela emancipação. Embora o *Club* tenha participado de sua criação, já na primeira reunião interesses político-partidários e econômicos fizeram com que a presidência da entidade fosse posta nas mãos do Barão de São Luís, da família Antunes Maciel e do Partido Liberal. Definiu-se, depois, que a forma da emancipação deveria ser

8 Parece estranho a forma de ação, mas deve-se considerar que a cidade vivia uma “febre de apostas”, de que há amplas provas nos jornais da época. Por outro lado, pode ter sido a forma encontrada por pessoas comuns, sem posses, para participar da campanha de emancipação da escravatura, pois a contribuição era pequena (*Diário de Pelotas* 30/8/81 e *Jornal do Comércio* 4 e 20/11/81).

9 Segundo seus Estatutos, todo o capital arrecadado destinava-se a comprar a liberdade dos escravos. Esta deveria ser negociada com o dono porque o *Club* não aceitava libertar escravos sem seu consentimento. Os escravos a serem libertados deveriam ter boa conduta, não sendo fujões, ladrões ou bêbados e não tendo vícios. Se o escravo já tivesse um pecúlio, este seria preferido entre outro em igualdade de condições. Depois de libertado, a associação exigia rigorosa vigilância sobre todos os libertos quanto a sua conduta. Se mulheres, elas eram empregadas em casa de família e seu ordenado formaria um pecúlio para quando casassem ou completassem a maioridade.

10 *Diário de Pelotas* 23/8/1881 e 26/8/1881.

a da libertação com contratos de prestação de serviços, o que não traria prejuízos à indústria e comércio (*A Discussão*, 5/9/84). Foi esta segunda entidade que liberou a festiva emancipação dos escravos, em 16 de outubro de 1884, em sessão solene, com a presença de todas as autoridades e o apoio de boa parte dos charqueadores. Como resultado em seu gesto em “libertar” seus escravos, vários dos senhores receberam títulos de nobreza do Império. Os contratos variavam de três a sete anos e o Centro informava ter conseguido cerca de 2500 adesões à campanha.

Não se pode dizer que houvesse sérias divergências entre o *Centro* e o *Club Abolicionista*, os quais tiveram uma atuação comum neste episódio, em que pese suas disputas internas¹¹. Contudo, o *Club* era uma entidade permanente com um trabalho orientado no sentido da alforria completa aos escravos e não sua transformação através de contratos. Além disso, havia em sua diretoria um núcleo de pessoas com ideias mais radicais, que buscavam não só a extinção do cativo, mas a integração do negro na sociedade – como João A. Ramos, Serafim Antonio Alves, Manoel Conceição da Silva Santos, Cônego Canabarro, e outros, alguns desses possuindo íntimas ligações com as sociedades negras da época. Dessa forma, aqueles que queriam apenas a transformação do escravo em contrato, devem ter concluído que seria mais produtivo a seus interesses manter o controle do processo de emancipação em suas mãos.

A emancipação de 1884 provocou um certo entorpecimento da sociedade pelotense – inclusive dos abolicionistas – com relação à questão da escravidão. Criou-se um verdadeiro mito de que não existiriam mais escravos na cidade¹² e que, dentro em breve, todos os libertos passariam a gozar de sua liberdade, com o término dos contratos. A própria decadência do *Club Abolicionista* é reflexo desta situação. Ernesto Gerngross, proprietário do jornal *Diário de Pelotas*, vinculado ao Partido Liberal, fez o seguinte comentário frente ao ceticismo de outros setores da imprensa quanto aos acontecimentos de 16 de outubro de 1884:

11 O jornal abolicionista *A Discussão*, de 1/9/84 é contrário a libertação via contratos e protesta contra a nomeação do Barão de São Luis para presidente do movimento, em detrimento dos líderes do *Club Abolicionista*, sendo seu redator, Arthur Ulrich, membro diretor do *Club*. Em plena cerimônia da emancipação, há um protesto público do presidente do *Club Abolicionista* quanto a ata que não contempla a participação do *Club* no esforço emancipatório (*A Discussão*, 17/10/84).

12 Para Cardoso, as festas de libertação, em Pelotas e Porto Alegre, “corresponderam a dramatização do comportamento nobilitante dos brancos, pelo qual se fez uma espécie de catarse coletiva, que eliminou a consciência culpada. Pouco importa que as coisas não tivessem mudado radicalmente: tudo se passou como se, de fato, a Província tivesse abolido a escravidão completamente e sem indenizações.” (CARDOSO, op. cit., p. 264).

Tão esplendido foi o triunfo que Pelotas alcançou na abolição do elemento servil de seu município, que vimos a imprensa escravocrata desorientada, negando que o município esteja livre e afirmando que ele possui ainda 2000 escravos. Desafiámos esta imprensa a provar o que avança. Pelotas não tem escravos. Se algum existe sem contrato o *Centro Abolicionista* está disposto a, pelos seus meios legais, promover a sua liberdade, no que é coadjuvado por todos os que se interessam pela emancipação do município (*Diário de Pelotas*, 21/10/1884).

O tom de entusiasmo e ferrenha convicção com que defende a não existência de escravos na cidade, é compatível com sua posição em 1887, quando se questiona publicamente sobre a existência ou não de escravos na cidade. É impossível que durante este tempo não tivesse visto a sucessão de denúncias sobre maus tratos aos escravos, o desfile de contratados submetidos a sevícias ou usando gargalheiras e ferros, o que acontecia mesmo em janeiro de 1888, em pleno centro urbano (*O Rio Grandense*, 6 e 17/1/1888, 14/2/1888).

A ilusão de que o problema da escravidão havia sido equacionado era conveniente para a elite pelotense, naquele momento, por vários motivos. Para muitos, tratava-se de não falar sobre a escravidão, para não suscitar problemas, tanto em relação aos escravocratas, quanto à imigração que se queria atrair para o município. Nas décadas de 80 e 90, criaram-se várias colônias no município, a maioria delas particulares (GRANDO, 1990, p. 73), e não interessava deixar passar a imagem que a cidade ainda teria escravos. Quanto aos escravocratas, sabiam ser a hora de aproveitar e sugar até a última gota de seus escravos e contratados, antes que definitivamente não mais pudessem dispor deles¹³.

Sobraram os militantes de sempre, dos quais os esforços não bastaram para dar conta da grande tarefa de luta contra a escravidão no município e cujo o trabalho foi marcado por inúmeras pressões adversas. Muitos desses militantes eram negros ou mulatos e tinham íntimas

13 Cardoso discrimina alguns tipos de interesses que faziam parte do bloco abolicionista de 1884; "Havia os 'emancipadores' que nada mais desejavam senão manter a escravidão na forma pela qual ainda era possível. Estes, quando o movimento de 84 atingiu o auge, foram os que mais rapidamente passaram a conceder cartas de alforria com a cláusula de prestação de serviços. Havia os que, não possuindo escravos, transigiam com os escravistas 'emancipadores' porque só se interessavam pela imigração e aceitavam qualquer forma de transição para o trabalho livre. E havia ainda os que, por serem filiados a situação liberal, aceitavam o movimento emancipador de 84, mais por razões político-partidárias do que por motivos econômicos... em nenhum deles o problema central é o homem negro e a crítica da sociedade escravocrata" (CARDOSO, op. cit, p. 259, nota 108). Embora sua análise esteja correta para a maior parte dos integrantes do bloco abolicionista em Pelotas, entretanto ele desconsidera o fato da existência de setores que lutavam pela extinção da escravidão na perspectiva de elevação do negro a categoria de cidadão. É necessário lembrar que o autor, empenhado em provar que a abolição foi um processo de brancos para brancos, praticamente desconhece a participação do próprio negro no processo da abolição e, portanto, não pode ver as formas em que esta se realizava.

ligações com as sociedades negras da época¹⁴. Para esses, era claro que o processo de extinção da escravatura deveria dar-se de forma a promover a integração do negro à sociedade como trabalhador livre, como operário, o que seria um avanço real, dada a situação de marginalização e opressão que recaía sobre o elemento negro liberto. Eles reconheciam e criticavam os limites da emancipação de 1884 e estavam sempre buscando ampliar as oportunidades para a raça negra, inicialmente na luta contra a escravidão, depois buscando a elevação e integração econômica e social do elemento negro à sociedade, através da educação e da luta por melhores condições de vida e trabalho para o operariado. Não é por acaso que as associações negras estarão sempre presentes em todos os atos, manifestações e festas operárias da República Velha na cidade, como também não é indiferente que tantos líderes operários pelotenses sejam negros e com dupla militância: em associações operárias e em associações da raça, sejam recreativas, de representação ou beneficentes¹⁵.

A partir de 1880, os negros começaram a formar associações na cidade, das quais algumas possuíram uma longevidade invejável. Seu número e vitalidade demonstram um alto grau de organização para a época: entre 1880 e 1888, contam-se 3 entidades beneficentes: *S. B. Fraternidade Artística*, *S. B. Feliz Esperança* (1880) e *S. B. Harmonia dos Artistas* (1881); duas entidades recreativas: *S. Bailante Recreio dos Operários* e *Club Carnavalesco Nagô* (1882) e uma entidade representativa: *Centro Ethiópico*¹⁶. No terreno religioso, havia as Irmandades Católicas de *Nossa Senhora do Rosário* e de *São Benedito*, além da *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* (MELLO, 1994, p. 48). O caráter benéfico ou recreativo dessas entidades não escondia seus objetivos mais amplos de elevação econômica e social do negro e nem seu caráter abolicionista¹⁷.

14 Normalmente cita-se como negro apenas Manoel Conceição Silva Santos, membro do *Club Abolicionista*. Entretanto, vários indícios, como sua associação e/ou participação em diretorias de entidades negras, apontam no sentido de que Serafim Antonio Alves, secretário e participante de várias gestões do *Club Abolicionista*, além de dirigente maçônico de destaque, fosse, pelo menos, mulato. Mas abolicionistas não eram só os integrantes dos clubes abolicionistas, mas também todos aqueles, negros e brancos, que de alguma forma reforçaram a luta contra a escravidão e assim seu número incluía todas as sociedades negras e algumas de brancos, além das sociedades beneficentes ou recreativas operárias.

15 Dados preliminares de pesquisa de doutorado da autora, em andamento junto ao Programa de Doutorado de Sociologia da UFRGS: "*Classe e identidade operária em Pelotas, 1889-1937*".

16 Ainda são citados outros clubes como participantes da passeata dos negros quando da emancipação de 1884: *Club Carnavalesco Republicano* e clubes *Netos da África* e *Juvenil*.

17 Em 1881, num contexto de possível apoio eleitoral do presidente da associação a um determinado candidato e deputado, um grupo de membros da diretoria da *S. B. Fraternidade Artística* desliga-se da entidade e justificam sua atitude "*em razão de procedimento reprovável com que muitos dos seus sócios perfidamente se tem exibido, deixando dominar a especulação sediosa de indivíduos que, sobre a capa da sinceridade e da virtude, só visam interesses sórdidos, sacrificando nas áreas da ambição o que há de mais leal e respeitoso, a liberdade! e o amor a causa que (sic) nos votávamos!*" (D. Pel, 31/8/81).

O *Club Carnavalesco Nagô* era uma associação singular, pois tinha atuação dupla, com uma face voltada à abolição e à crítica da escravidão e outra face voltada à resistência cultural negra (MELLO, 1994). Entretanto, seu principal objetivo foi a derrubada da escravidão, tanto que seu próprio destino é selado por ela: em 30 de maio de 1888, depois de uma triunfal passeata que contou com a representação de várias entidades amigas e a presença de mais de 600 pessoas, ele entrega seu estandarte e livro de atas às autoridades e extingue-se¹⁸.

Essas associações negras também serão responsáveis pelo desenvolvimento do processo, na medida em que faziam parte de um corpo de entidades contrárias à escravidão – que incluía algumas entidades de brancos ou mistas – e formavam uma rede de apoio aos escravos e de pressão sobre os setores dominantes. Isso, multiplicado pelas várias formas de resistência individual dos escravos e contratados, auxiliou no resultado final.

A maçonaria também constituiu um canal importante de apoio ao movimento abolicionista, mas a real dimensão de sua participação ainda é imponderável, não só pelo segredo que caracterizava a organização, mas também porque, como uma instituição amplamente disseminada entre os estratos médios e superiores da sociedade naquele período, congregava indivíduos dos mais diversos modos de agir e pensar sobre esse assunto.

As relações entre abolicionistas e escravocratas na cidade sempre se desenvolveram de forma conflituosa. Já em seus primeiros números, o jornal *A Voz do Escravo* tem de se defender da acusação de que só em Pelotas existiram abolicionistas¹⁹. Depois, no primeiro ano de criação do *Club Abolicionista*, os jornais locais volta e meia preveem levantes gerais de negros ou sua utilização política em eleições²⁰. O acirramento entre as partes, nos últimos meses antes da Abolição, deixou os abolicionistas física e emocionalmente intimidados. O periódico *A Ventarola*, de janeiro de 88, chega a lamentar a situação de retrocesso do movimento, pois justamente quando mais esperavam que o processo da abolição se completasse, questões momentâneas pareciam fazer o processo recuar. Serafim Antonio Alves, um dos mais destacados lutadores, advogado e defensor de negros contratados, denuncia ameaças à sua pessoa por parte dos escravagistas, enquanto o jornal republicano *A Pátria*, tornando-se porta-voz dos charqueadores, acusa os abolicio-

18 *Diário de Pelotas*, 1/6/1888 Club Nagô: “Este distinto Club Carnavalesco que tão saliente parte tem tomado há alguns anos nos folguedos carnavalescos, dissolveu-se ontem em consequência de haver desaparecido do solo brasileiro, a instituição que justificava a existência da mesma associação”.

19 *A Voz do Escravo* n° 3, 1881. Isto ocorre no contexto de uma polêmica com o jornal “*O Diabrete*”.

20 *Correio Mercantil* 5/7/81 e *Diário de Pelotas* 30/8/81.

nistas de incentivar fugas de contratados (*Rio Grandense*, 17/1/88). Ao lado disso, conhecidos escravocratas se diziam também abolicionistas de longo curso, o que desanimava os militantes, que sabiam perfeitamente ser esta mais uma manobra diversionista, buscando a diluição da ideia.

O silêncio dos jornais pelotenses sobre os males quotidianos da escravidão torna-se ainda mais evidente em fins de 1887, quando o jornal porto-alegrense *A Federação*, de 11 de novembro de 1887, traz denúncias graves sobre o tratamento do negro nas charqueadas. Segundo o jornal, que diz possuir fontes fidedignas:

Alguns charqueadores de comum acordo organizaram e iniciaram várias partidas de capitães do mato incumbidas de apreender os pretos refugiados na serra dos Tapes; que as partidas tem ordem de matar a tiro os que tentarem escapar e atar e açoitar os que forem agarrados; que além dessa ordem, os comissionários receberam autorização escrita de uma autoridade policial no mesmo sentido; que os pretos que são caçados, além das surras aplicadas pelos capitães do mato, são açoitados nos estabelecimentos dos respectivos senhores; que em uma das últimas caçadas foi morto à tiro de pistola, um dos refugiados que tentou escapar, ficando o cadáver abandonado e insepulto, fato que foi noticiado por uma folha pelotense; que os pretos assim agarrados pertencem na sua quase totalidade ao número de contratados, qualidade que ao menos deveria torná-los isentos da pena de açoites; que, finalmente, alguns deles são livres por lei, visto que são maiores de sessenta anos". (*A Federação*, 11/11/87)

Apesar da gravidade das denúncias, manteve-se o silêncio, com o *Diário de Pelotas* (18/11/87) fazendo menção à notícia de forma breve e considerando-a inverídica, mas pedindo ao juiz da cidade seu averiguamento, na tentativa de uma saída honrosa para a situação.

Somente *A Ventarola* (27/11/87), jornal literário e humorístico, praticamente a confirma, através de um artigo irônico e zombeteiro, em que, após afirmar que a notícia provocou "muito gemido e descontentamento" na cidade, coloca que os fatos denunciados nunca poderiam ocorrer em Pelotas, que se constituía em verdadeiro "paraíso dos negros" e onde as leis de extinção da escravidão eram cumpridas fielmente. Em outros números, *A Ventarola* voltava a criticar a situação dos negros, ora denunciando que "mais um negrinho foi esfolado a facadas e tiros para os lados da Costa" (5/2/88), ora zombando de que os negros estão aprendendo a se afogar aos pares e chegando a sugerir que se use a pele deles para fazer sapatos, vergalhos, bacalhaus, etc. (12/2/88).

A REVOLTA

É neste contexto que se deve inserir o episódio de revolta na charqueada de Junius Brutus de Almeida. Em primeiro lugar, convém situar este estabelecimento: era o maior do município, industrializando 10% do total da safra de reses abatidas em 1890²¹. Seu dono, Ten-Cel. Brutus de Almeida era membro proeminente da diretoria do *Centro Agrícola Industrial* e um dos que mais investiam na modernização das charqueadas, praticando a instalação de máquinas à vapor, que economizavam mão de obra, e a importação de operários do Prata para fazer seu estabelecimento funcionar “segundo o sistema platino”. Ao mesmo tempo, tomava atitudes progressistas para a época, estabelecendo um armazém para uso de seus empregados e construindo casas para abrigá-los. Pouco depois da Abolição, substituiu quase totalmente o plantel de operários nacionais pelos platinos, na busca de igualar seu produto ao dos saladeiros do Prata²². O fato de ainda manter seus trabalhadores escravizados em 1887, pode significar porém que, mais do que um empresário progressista, ele fosse um empresário preocupado com a melhor forma de realização de seu capital, para o que a existência de um plantel cativo de mão de obra lhe parecia mais seguro do que a duvidosa confiabilidade em um contrato do qual não se teria como cobrar seu cumprimento²³. Suas atitudes deixam entrever que não possuía muitas ilusões quanto ao alcance legal dos contratos, tanto que até então não optara por trabalhar dessa forma. Em 1884, participara da festa da emancipação libertando apenas uma escrava – uma mulher de 18 anos; portanto, sem interferência na produção.

A charqueada de Cassius de Almeida ficava exatamente na Costa, local das denúncias de atrocidades contra os negros. Também na Costa localizava-se a charqueada de Paulino Leite, onde, em 1881, ocorrera o assassinato de um negro sob tortura.

É difícil recuperar o que realmente ocorreu naquele momento, pois as fontes são extremamente contraditórias, com os jornais e setores abolicionistas negando histericamente a existência de qualquer revolta

21 *Boletim apresentado a Intendência Municipal de Pelotas*, por Euclides B. de Moura, diretor da Repartição de Estatística da mesma intendência. Pelotas: Livraria Universal, 1891.

22 *A Pátria*, 27/11/1888 e 14/5/1890.

23 A esse respeito são muito lúcidas as colocações de Véritas, escrevendo em nome dos partidários do escravismo ao *Echo do Sul*, sobre os limites dos contratos com os escravos: “A facilidade com que se obteve o acordo bem mostra as boas disposições dos senhores. Estes sabem perfeitamente que o escravo não tem personalidade legal para fazer ou autorizar contratos em seu nome, sabem que tais contratos nada valem e que, portanto, nem o Clube Abolicionista, nem instituição particular alguma tem força para obrigar o ex-escravo a cumprir os compromissos contraídos com seu ex-senhor... D’ora em diante os contratados podem, quando bem lhes parecer, suspender com a trouxa e... peguem lhe com trapo quente” (*Echo do Sul*, 7/12/1887).

ou complô escravo, enquanto os escravagistas acusam-nos de tentar sublevar os escravos para depois forçar seus senhores a libertá-los. Toda a imprensa de Pelotas silencia ou nega esses fatos, que só serão conhecidos por notícias vindas de Pelotas, mas divulgadas em jornais como *A Federação* e a *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, e o *Echo do Sul*, de Rio Grande.

Vejamos as diferentes versões sobre o assunto:

Em 30 de novembro de 1887, *A Federação* coloca a seguinte notícia, tirada da *Folha da Tarde*, também de Porto Alegre:

<<Pelotas, 29 de novembro: Libertos contratados da charqueada de Brutus Almeida abandonaram o trabalho. Presos na cidade, opôs-se à prisão o vigário Canabarro, sendo acompanhado pelo povo. A noite, grande manifestação ao vigário Canabarro, muitos discursos.>>

Dr. Chefe de polícia telegrafou, permitindo manifestações ordeiras.

Explicando este telegrama à vista de novos pormenores, diz o colega da *Tarde* que os trabalhadores da charqueada do Sr. Ten.-Cel. Brutus Almeida não são contratados e sim escravos e que tudo estava terminado."

Esta notícia é negada pelos jornais pelotenses *Diário de Pelotas* e *A Discussão*, não sendo comentada pelos demais. Contudo, o mesmo *Diário* de 28/11 dera a notícia da prisão de um negro no mercado público, a pretexto de que era escravo, e de sua condução à casa do senhor, com a intervenção da polícia. O jornal informa estar omitindo detalhes deliberadamente, questiona se é função da polícia participar de tais atos e indaga às autoridades se ainda existem escravos no município. Ou seja, é um caso de hipocrisia explícita, porque, além de assumir que omite fatos, remete às autoridades o admitir ou não a existência de escravos na cidade, como se esta não fosse uma realidade sentida quotidianamente por todos. Todas as fontes convergem quanto à realização de uma grande passeata festiva em homenagem aos abolicionistas Canabarro e João Ramos no dia 28, à noite, a qual reuniu compacta massa de povo. Mas discordam quanto ao conteúdo de dita manifestação. Os jornais pelotenses asseveram que é simples homenagem. O *Echo do Sul* (29 e 30/11/87) de Rio Grande, em notícia própria baseada no panfleto que convocava a manifestação, informa que foi provocada por ofensas dirigidas à mãe do Cônego Canabarro, por grupos de escravagistas que foram a sua casa insultá-lo. Corroborando esta versão, sabe-se que na manifestação foi saudada a mãe do vigário e, em seu discurso, este agradeceu "aquela prova de simpatia que vinha de receber do povo que, gigante poderoso, não podia

deixar-se amesquinhar pela facção microscópica dos escravocratas" (*Diário de Pelotas* 29/11/87).

Já o defensor dos interesses escravagistas e correspondente pelotense do *Echo do Sul*, Veritas, afirma que a manifestação deveu-se ao "fato de haverem os manifestados assumido atitude ostensiva em relação ao alevantamento de negros da charqueada de Junius Brutus Cassius de Almeida" (*Echo do Sul*, 4/12/87) o que se harmoniza com a notícia da Folha, vista acima.

Nesse dia, e principalmente em carta publicada no mesmo jornal, dia 7/12, Veritas coloca maiores informações sobre a revolta. Segundo ele, Canabarro e vários membros do *Club Abolicionista* instigaram os cativos a fazerem parede, colocando-se o vigário à frente deles, para constranger os senhores a cederem e libertá-los, tentando utilizar aqui o sistema posto em prática pelos abolicionistas de Campinas. Contudo, o estratagema "*não surtiu aqui o efeito desejado*", porque

o povo quer a lisura e a lealdade nas questões que afetam a ordem social e o que o nosso pároco fez com os seus sectários, outra coisa não foi senão uma surpresa que poderia ter determinado uma crise industrial, tal como determinou um conflito, que a prudência de alguns cidadãos e das autoridades não permitiu assumisse maiores proporções.

Critica a posição da imprensa ao silenciar os fatos de forma censurável, aparentemente temerosa pela iminência do conflito entre os grupos. Protesta contra o procedimento assumido no episódio por parte do cônego e dos abolicionistas em geral, e destaca a boa fé dos senhores que, mesmo sabendo da fragilidade do acordo feito, a ele se dispuseram, como forma de encerrar o conflito. Quanto aos abolicionistas, fizeram o acordo intimidados pela indignação popular aos seus atos. Finaliza com uma ameaça:

a indignação ferve surdamente no seio das classes que simpatizam com a causa dos senhores e não será difícil que ao primeiro desmando dos amotinadores de escravos, sofra o chefe destes uma decepção bem amarga, vendo-se constrangido a abandonar precipitadamente o teatro de suas façanhas. Violência contra violência: eis o mote dos prejudicados pelas deslealdades dos abolicionistas (*Echo do Sul*, 7/12/87).

Sobre a contramanifestação, Veritas afirma que "amigos do industrial", reunidos a numerosas pessoas que reprovaram a conduta dos negros, promoveram manifestação contra os abolicionistas, na qual quase foram espancados Serafim Antonio Alves e João Antonio Ramos, enquanto o Cônego Canabarro por pouco não foi expulso da cidade.

Cita que haveria em torno de “trezentos e tantos cidadãos, entre os quais contavam-se muitas pessoas altamente colocadas” e que a polícia teve de intervir no conflito, juntamente com o Barão de Santa Tecla (*Echo do Sul*, 4/12/87).

Essas suas afirmações serão totalmente contestadas por Serafim Alves, escrevendo n' *O Rio Grandense*, dias 6 e 10/12/87, que o acusa de intrigante e impatriota, querendo atrair o ódio sobre os abolicionistas, expedindo telegramas falsos. Nega expressamente que Canabarro tenha aconselhado levas de negros a abandonar a casa de seus senhores ou a não lhes prestar os serviços a que estão obrigados, como também nega que a associação abolicionista tenha instigado “os cativos a fazerem parede, com o fim de arrancar de seus senhores, por meio do terror, suas cartas de liberdade”. Os membros dessa associação “não são tão inconsiderados ou faltos de senso que fizessem uma tão indigna e infame propaganda, pois eles não sabem quais serão as primeiras vítimas.” É significativa a ligação feita entre a recusa ao trabalho – greve – e o terror; ou seja, até nas mentes de abolicionistas convictos, a imagem do negro escravizado estava ligada ao binômio: ordem-trabalho, de onde derivam seus pares opostos: não trabalho-desordem, terror, motim.

Serafim Alves também desmente as afirmações sobre a contra-manifestação e seus acontecimentos e termina por não reconhecer a própria existência de conflitos entre as duas partes: “Para honra dos créditos desta terra e mais para a honra de todas as pessoas envolvidas na questão abolicionista, não houve o menor motivo para recriminações entre os propugnadores da ideia da emancipação dos escravos e os senhores destes”. Afirma que os abolicionistas não querem a anarquia, e sim a paz e harmonia entre abolicionistas e senhores de escravos. Por fim, rebate as acusações de que tenham sido forçados a aceitar o acordo, dizendo que, se o aceitarem, “é porque entendemos que desse acordo provinha a felicidade para os trezentos e tantos escravos que ainda existem”.

Dois jornais da cidade, *Correio Mercantil* e *A Ventarola* (4/12/87), referem-se, de modo breve, a problemas entre abolicionistas e escravocratas. O primeiro, ao noticiar o compromisso firmado entre eles, praticamente confirmou a existência do conflito. “Com isso se encerra, de modo honroso, a delicada questão suscitada pelo abolicionismo”²⁴.

Ora, se foi necessário um acordo, é porque havia pendências. Se uma massa compacta dirige-se à casa do vigário da Igreja Matriz para desaforá-lo e, não o encontrando, ofende sua mãe, é porque a exasperação dos ânimos está muito elevada. Se notícias são coloca-

24 Citado no *Echo do Sul* 4/12/87

das em jornais de outras cidades relatando uma pretensa revolta escrava, por parte de escravocratas, não é cabível acreditar que estes a tenham inventado em sua totalidade. Até porque notícias de levantes de negros sempre foram muito temidas pelos senhores, pelas ideias que poderiam levantar no restante da massa escravizada. Ainda mais naquele momento em que os jornais não cansam de informar sobre os acontecimentos de Campos (Rio) e Campinas (SP); levante de escravos e/ou perseguição severa aos abolicionistas. E se realmente aceitar-se a versão dos abolicionistas, de que nada houve, então quais os motivos daquele acordo e da criação do *Club São Sebastião*? E por que a manifestação (que se torna, então, extemporânea) de homenagem ao clérigo e a um influente abolicionista?

Por fim, que motivos levariam abolicionistas a servirem de zeladores de contratos entre escravos e escravocratas, senão o sério problema de manutenção da paz entre os dois grupos, extremamente ameaçada? Os nomes que constam da diretoria do *São Sebastião* reúnem os mais destacados e antigos militantes da causa abolicionista, e, entre eles, aqueles já citados como mais consequentes na crítica à escravidão e à condição social dos negros. E, no mesmo sentido, se nada houve, porque motivo o charqueador J. B. Cassius de Almeida libertara 70 de seus escravos, em plena safra, alguns sem ônus e outros com contrato por 3 anos (*Rio Grandense*, 25/12/87), no que foi seguido por vários outros senhores?

Tentando reconstituir o episódio, pode-se imaginar que seu início foi uma recusa ao trabalho, por parte de uma parcela de escravos da charqueada de Brutus de Almeida, em 26 ou 27 de novembro de 1887. Talvez isso tenha degenerado em motim, talvez em fuga, não se sabe, como também se desconhece a extensão da revolta. Entretanto, a greve está presente nos relatos de Veritas, como estratégia principal de luta. Quanto aos seus objetivos, pode-se inferir que tenham a ver com maus tratos denunciados por *A Federação*²⁵, além da busca da liberdade.

De qualquer forma, ela foi suficientemente grave para obrigar esse charqueador, logo depois, a rever suas posições e liberar seus escravos, sob cláusula de prestação de serviços por 3 anos. Um ou mais desses escravos foram presos por capitães de mato e conduzidos à cidade, manietados numa carreta, com apoio da polícia. Ao passar jun-

25 Poucos dias antes do acidente, houveram as festividades da *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, composta na maioria por negros, e no sermão, o cônego Canabarro pronunciara oração antiescravagista muito comentada. À tarde, houve procissão. Não sabemos se um acontecimento influenciou o outro, mas essas festas eram momento de reunião e confraternização de negros e exposição de seus rituais de dança, o que ocorreu também nesta, a julgar pelos comentários de *A Ventarola* de 27/11/87.

to ao mercado, sua visão causou grande indignação. Houve, então alguma intervenção do Vigário Canabarro e de outros, contra a prisão e circunstâncias desta, no que tiveram apoio do povo. Revoltados, os defensores dos charqueadores foram a sua casa, só tendo encontrado sua mãe, que foi ofendida por eles. No dia 28, foi tributada ao cônego, a sua mãe e a João Antonio Ramos uma homenagem, que constou de passeata pelas ruas da cidade, com foguetes, archotes e bandas de música, e discursos, saudando os homenageados. Nesta mesma noite, ou, mais provavelmente, no dia seguinte, houve uma contramanifestação dos escravagistas, no qual quase houve confronto físico entre ambos os grupos, o que foi evitado com a ajuda da polícia e do Barão de Santa Tecla, porta voz dos escravocratas, o qual costurou um acordo, que passava pelos seguintes itens: 1) todos os escravos seriam libertados até 1º de janeiro de 1888, mediante cláusula de prestação de serviços por três anos; 2) os abolicionistas zelariam pelo fiel cumprimento dos contratos, inclusive não ajudando os contratados que porventura não respeitassem os seus termos. É interessante que, se a contra-manifestação não aparecesse nos jornais pelotenses, o acordo tem sua existência confirmada, sendo criada uma nova associação para cumpri-lo, o *Club São Sebastião*, cujos estatutos foram feitos com a colaboração do Barão de Santa Tecla e de Epaminondas Piratino de Almeida, representante dos charqueadores²⁶, não divergindo da letra do acordo.

CONCLUSÃO

Ao final do trabalho, sente-se uma certa frustração devido às fontes não permitirem um maior aprofundamento sobre a dimensão real da revolta e seus desdobramentos. Embora haja evidentes exageros dos dois lados, pode-se afirmar que houve, guardando as devidas proporções, não só uma revolta, mas duas: uma de escravos contra seus senhores e outra dos senhores contra os abolicionistas. A revolta dos escravos buscava a liberdade; a dos escravagistas, a continuidade da opressão, mesmo que tivessem que se sujeitar à nova forma jurídica. No embate, houve a vitória dos segundos, que a partir de agora, poderiam contar com o auxílio, ou pelo menos a não-ação dos abolicionistas, tolhidos pelos limites do acordo celebrado entre ambos. Contudo, também a letra do acordo permitia brechas de atuação. A nova forma jurídica do ex-escravo possibilitava que, em caso de maus tratos, o contratado tivesse o direito de recorrer judicialmente para sua completa libertação, tática que vai ser empregada pelos seus defensores no início de 1888.

26 Por ironia, este último foi exatamente o primeiro presidente do *Club Abolicionista* de Pelotas.

As notícias posteriores, sobre a elaboração dos estatutos da São Sebastião confirmam os seus limites: seus estatutos são publicados na imprensa para a discussão, sofrem interferência dos representantes dos senhores e propostas de aditivos, vindas de João Antonio Ramos e Manoel Conceição da Silva Santos, não são aceitas. Seu artigo 2º esclarece que seu objetivo é conseguir a redenção completa dos poucos escravos que ainda existem na cidade, de forma pacífica, até 1º de janeiro de 1888, seja através da alforria completa ou com cláusula de prestação de serviços pelo menor tempo possível. A associação também demandará todo o seu empenho em que os contratos já realizados, ou que venham a ser, sejam rigorosamente cumpridos, comprometendo-se a associação a não dar, nem por si, nem por qualquer de seus membros, proteção a contratados que façam alguma infração aos mesmos. Contudo, há um avanço em relação às associações abolicionistas anteriores: aos senhores que não queiram libertar seus escravos, a Associação demandará judicialmente, comprando sua liberdade, sem que para isso aceite, a qualquer título, dinheiro do libertando (*O Rio Grandense*, 4/12/87). Ou seja, diferentemente do início da década, agora se entende que a liberdade é um *direito* de qualquer indivíduo e deve ser provido pela sociedade, e não um negócio particular entre dono e coisa possuída.

O tecido social pelotense foi tensionado em vários momentos pela questão da extinção da escravatura, dado o montante dos interesses em jogo, especialmente de ordem econômica. O episódio em apreço marca apenas um momento de maior tensão deste relacionamento. Tentou-se retornar à situação anterior, através da costura de um acordo que propiciasse um mínimo de harmonização de interesses. Mas o acordo não foi cumprido por nenhum dos lados: os escravagistas continuaram a reprimir violentamente escravos e contratados, e muitos contratos superaram os três anos de vigência. E as fugas de contratados se intensificaram de inícios de 1888 até maio, ao mesmo tempo que as cadeias se enchiam de contratados presos por mau comportamento.

Quanto as abolicionistas, se tiveram sua imagem prejudicada no episódio, logo depois a situação política na cidade evoluirá de forma favorável a eles: nos primeiros dias de dezembro, uma contratada é morta, depois de sofrer severas e contínuas torturas por sua senhora, e a indignação popular, desta vez, encontrará profundo eco nos jornais.

Em maio de 1888, ainda haverá vários escravizados na cidade, além de milhares de contratados. A festa da abolição contará com cerca de 3.000 negros a comemorar sua liberdade. Mas, provando que na cidade os interesses do charque têm prioridade, a festa de libertação só ocorrerá a partir de 6 de junho, depois do término da safra daquele ano.

O término de uma luta significa o início de outra. Em nível mais imediato, inicia-se a luta pela tutoria dos ingênuos, requeridas pelos senhores na tentativa de aproveitar, por mais alguns anos, essa fonte de mão de obra gratuita. O problema não é local, mas sim nacional: em São Paulo, a luta contra esse expediente obrigou ex-escravos de idade avançada a se casarem para poder garantir a guarda de seus filhos (*A pátria*, 11/7/88). A longo prazo, trata-se de luta pela integração do negro, agora como trabalhador livre e cidadão, à sociedade de classes brasileira, o que, em Pelotas, frequentemente se confunde com a história da própria classe operária.

REFERÊNCIAS

- BERND, Z. & BAKOS, M. *O negro, consciência e trabalho*. Porto Alegre Ed. Universidade/UFRGS, 1991.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, DIFEL, 1962.
- GRANDO, Marinês. *Pequena agricultura em crise – o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1990.
- LONER, Beatriz. O pensamento da elite agrária pelotense em 1888: a revista Sul do Brasil. Comunicação apresentada no VII Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – PIPSA, realizado em Pelotas, de 22 a 24 de novembro de 1995.
- MAGALHÃES, Mario, O. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estado sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. Pelotas: Ed. UFPEL/livraria Mundial, 1993.
- MARQUES, Alvarino. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.
- MELLO, Marcos A. L. *Revirais, batuques e carnavais – a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1994.
- OSORIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*, Pelotas: tip. Diário Popular, 1922.
- PESAVENTO, Sandra. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.
- PICCOLO, Helga. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. In: *CADERNOS de estudo nº 6*, do Curso de Pós Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- REIS, João J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. In: *Revista da USP nº 28 – Dossiê povo negro – 300 anos, dezembro/janeiro/fevereiro 95-96*. São Paulo: USP, p. 14-39.

Fontes Primárias:

Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre

A Voz do Escravo, jornal, Pelotas, 1881, n^{os} 1 a 13.

Biblioteca Pública Pelotense (Museu):

Jornais:

Discussão (A) – Pelotas, 1881, 1884, 1887.

Correio Mercantil – Pelotas, 1881, 1884, 1887, 1888.

Diário de Pelotas – Pelotas, 1881, 1884, 1887, 1888.

Echo do sul – Rio Grande, 1887.

Federação (A) – Porto Alegre, 1887.

Jornal do Comércio – Pelotas, 1881.

Onze de Junho – Pelotas, 1881, 1884, 1888.

Pátria (A) – Pelotas, 1888, 1890.

Rio Grandense (O) – Pelotas, 1887, 1888.

Sul do Brasil – Pelotas, 1887, 1888.

Ventarola (A) – Pelotas, 1887, 1888.

Documentos:

Estatutos do *Club Abolicionista* e Relatório do ano de 1882.

A Praça do Comércio da Cidade de Pelotas (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), ao comércio nacional e estrangeiro. Pelotas, tipografia do *Correio Mercantil*, 1878.

Boletim apresentado à Intendência Municipal da cidade de Pelotas, em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclides B. de Moura, diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas. Impressão a vapor da Livraria Universal, 1891.

ANEXO I

Quadro demonstrativo dos filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados no município de Pelotas até 30/06/1884

Filiação	Idade	Matrícula dos até 30 de junho de 1884	Falecidos	Saídas do município	Existentes em 30 de junho de 1884	Remidos por desistência do ônus do serviço	Entregues às mães libertandas
Pertencentes população escrava urbana	Menores de 8 anos	H: 829 M: 811	H: 257 M: 244	H: 14 M: 19	H: 534 M: 514	H: 4 M: 5	H: 20 M: 29
Idem	Maiores de 8 anos	H: 187 M: 207	H: 79 M: 93	H: 4 M: 3	H: 93 M: 98	H: 3 M: 2	H: 8 M: 11
Pertencentes população escrava rural	Menores de 8 anos	H: 312 M: 287	H: 83 M: 57	H: 4 M: 3	H: 217 M: 219	H: 1 M: 2	H: 7 M: 6
Idem	Maiores de 8 anos	H: 98 M: 72	H: 31 M: 22	H: 4 M: 2	H: 60 M: 40	H: 2 M: 1	H: 1 M: 1
Total		H: 1426 M: 1377	H: 450 M: 416	H: 26 M: 27	H: 904 M: 877	H: 10 M: 10	H: 36 M: 47

Fonte: *Correio Mercantil*, Pelotas, 23/08/1884, p. 2

Existia ainda uma coluna que dizia: entregues ao estado, *por ação declaratória ou título de renda*, mas foi excluída, por estar totalmente zerada em seus valores.

Obs.: H = escravo; M = escrava.

ANEXO II

**Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas,
província de São Pedro do R. S. de 30 de setembro de 1873 a 30 junho 1884.**

		Serviço na lavoura	Idem	Idem	Serviço estranho à lavoura	Idem	Idem	Sem profissão declarada	Idem	Idem	Total
Idade		Menor de 21	21 a 60	Maior de 60	Menor de 21	21 a 60	Maior de 60	Menor de 21	21 a 60	Maior de 60	
Matriculados até 30/9/73	H	10	314	107	225	3293	467	630	64	15	5125
	M	5	29	5	248	1988	108	613	14	6	3016
Matriculados depois	M	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Averbados: mudança para dentro município	H	2	31	3	95	350	7	103	20	-	611
	M	-	-	-	11	352	3	93	7	-	567
Falecidos	H	1	38	24	19	560	134	46	12	4	838
	M	-	6	4	24	217	23	55	7	1	337
Mudados para fora do município	H	-	9	-	31	257	5	66	2	2	372
	M	-	-	-	36	199	3	46	2	-	279
Libertos (fundo emancipatório)	H	-	2	-	2	5	-	4	-	-	13
	M	-	-	-	5	17	10	6	-	-	38
Libertos (liberdade particular)	H	1	28	18	9	330	120	28	3	6	543
	M	-	-	-	25	368	39	40	3	4	479
Libertos (ato oneroso particular)	H	-	6	8	21	212	35	19	3	-	304
	M	2	-	1	21	144	10	18	3	3	199
Existentes no município até 30/06/84	H	10	262	60	238	2279	180	570	64	3	3666
	M	3	24	-	248	1403	26	541	6	1	2252
TOTAL		13	286	60	486	3682	206	1111	70	4	5918

Fonte: *Correio Mercantil*, Pelotas, 23/08/1884.

Nota: Os dados desta tabela apresentam um engano na soma da coluna dos mudados para fora do município. Além disso, ela deve ter sido feita a partir de dados oficiais, sem levar em conta o desgaste que os escravos sofreram durante o período. Isso implica que, especialmente a divisão "sem profissão declarada" apresenta dados talvez não condizentes com a realidade, no que se refere aos menores de 21 anos. Da mesma forma, talvez a tabela não tenha levado em conta o passar dos anos e seja bem maior o número de escravos com mais de 60 anos do que os reconhecidos pela tabela.

Obs.: H = escravo; M = escrava

ANTÔNIO: DE OLIVEIRA A BAOBAD¹

Beatriz Ana Loner

Esta comunicação descreverá a trajetória de Antônio Baobad e de seus amigos, na Pelotas de final do século XIX. Ex-escravo que foi liderança operária e étnica, fazendo parte do grupo fundador do jornal *A Alvorada*, Antônio aparece em várias atividades importantes da Pelotas operária de fins do século XIX e inícios do novo século. Sendo incomum, sua trajetória explora ao máximo as potencialidades abertas com a libertação dos trabalhadores negros em 1888, ao mesmo tempo que configura algumas das limitações que enfrentaram, em sua tentativa de integração a sociedade branca e capitalista.

Teoricamente, filio-me aqueles que ainda trabalham com condicionantes estruturais que balizam as trajetórias dos agentes históricos, mas também procuro ver, em cada trajetória individual, as marcas das escolhas possíveis entre as trilhas disponíveis, desde aquelas mais fáceis ou óbvias, até as fabricadas pelos próprios atores, normalmente mais difíceis ou trabalhosas.

Como sua vida conseguiu ser relativamente bem documentada, nessa comunicação nos deteremos mais particularmente em sua evolução da condição de escravo até seus primeiros anos de liberdade e sua troca de nome, inclusive respeitando a delimitação temporal desse próprio simpósio. A ideia é contextualizar um pouco a situação dos grupos de trabalhadores negros na cidade, utilizando-se sua trajetória como fio condutor. Ele consegue ser representativo daquele grupo de

¹ Texto originalmente publicado no II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional (2005). [http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos2/beatriz%20loner%20completo.pdf?fbclid=IwAR1nEO_8yyYceMTrRjFpJ4ief6maHGtbR6hgrMSWWk2Lmfm9Ikjfi16WiCY]

trabalhadores negros da cidade, pois ao longo de sua vida, compartilha experiências e esperanças com vários outros militantes negros, a maioria trabalhadores manuais como ele e os acompanha na luta por uma vida melhor. Desta forma, pretende-se também fazer referências a outras trajetórias, que entrecruzaram com a sua.

O título diz respeito diretamente à evolução intelectual e política de Antônio. Afinal, de Oliveira era o sobrenome de seu patrão, do qual não se conseguiu descobrir maiores dados. Depois de liberto, o que deve ter acontecido por volta de 1880-1881, exatamente ao início da luta abolicionista na cidade, Antônio continuou ainda, por alguns anos, a usar este sobrenome, até que, em meados da década de 1890, ele livra-se do passado, adotando o sobrenome de Baobad, gigantesca árvore africana conhecida por suas grossas raízes. O momento de troca do nome também parece ser de uma inflexão em sua trajetória de vida, quando decididamente sente que a luta étnica tem igual importância que a luta operária. Então, modifica seu nome, dando ênfase maior a sua condição étnica e reivindicando suas origens africanas, embora continue sua atuação sindical e reafirme seu ideal socialista.

INTRODUÇÃO

Os negros foram levados para Pelotas para trabalhar, como escravos, nas charqueadas, que constituíam a principal produção econômica da região. Na última década do Império, os escravos eram cerca de 6.000 no município. Com a Abolição e a República muitos deles permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também se empregando em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto. Praticamente, eles eram encontrados em todo o tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes.

A sua concentração em Pelotas, devido à atividade charqueadora, fará com que o contingente de trabalhadores negros seja o maior grupo em disponibilidade para trabalhos braçais na cidade. Além disso, constituía o que tinha menor possibilidade de ascender na escala social e portanto, a ele é que interessava, em grau maior, a conquista e manutenção de posições operárias dentro da sociedade, o que abrangia desde a luta pela melhoria das condições de vida, saúde, urbanização e educação popular até as lutas propriamente classistas e organizatórias do operariado. Para este grupo, ser operário, embora significasse uma vida difícil e sofrida, ainda era superior à situação de biscateiro, sem profissão definida, mão de obra apenas para tarefas humilhantes, pesadas ou esporádicas, que era o que a sociedade parecia querer

reservar a eles. A situação de paria ainda era pior do que a situação de operário, mesmo que a segunda implicasse em trabalho pesado, remuneração baixa e muito esforço físico.

Já no período da escravidão, havia um regular contingente de negros livres na cidade, contingente suficiente para organizarem-se três entidades beneficentes negras, no início da década de 1880, duas delas reunindo artesãos. Embora não fossem excludentes em relação aos brancos, uma delas sempre permaneceu como entidade negra (S. B. Fraternidade Artística) e a segunda configurou-se como entidade mista (S. B. Harmonia dos Artistas), embora com predominância negra no período imperial. A terceira entidade (S. B. Feliz Esperança) era apenas de negros, também trabalhadores, sendo a única a aceitar escravos entre seus quadros.

É necessário ressaltar o papel dessa última entidade na aglutinação e representação, inclusive política, da etnia negra na cidade, representando o grupo e, especialmente, servindo como agregadora de esforços diferenciados de setores entre eles, emprestando suas sedes para reuniões de associações menores, buscando oferecer aulas para os filhos de seus sócios, amparando-os em momentos de necessidade, etc. Ela também ocupou um papel importante na organização da classe operária na cidade, não só sediando entidades como participando decididamente das mobilizações e comemorações operárias.

ANTÔNIO, ESCRAVO, CRIULO, DE COR PRETA...

A maioria dos dados biográficos sobre ele foi conseguida através de crônicas de seu irmão, Rodolfo Xavier, publicadas em dois números do jornal *Alvorada*, distantes entre si exatamente 20 anos². Na primeira, em 5/5/1935, é enfatizado seu papel na liderança da categoria dos chapeleiros e na segunda, sua dedicação ao jornal *Alvorada*, do qual participou em seus primeiros números, tendo falecido logo a seguir, com 48 ou 49 anos.

Antônio nasceu escravo por volta de agosto de 1861, tendo por mãe a crioula Eva. Em algum momento de sua infância, ou, mais provavelmente na adolescência, foi vendido, pois sabemos que seu sobrenome, Oliveira, vinha de seu último dono. Seu irmão, nascido depois da lei de 1872, Rodolfo, teve por sobrenome Ignácio Xavier, o que indica que sua mãe continuou de posse do mesmo senhor de escravos, enquanto Antônio trocou de senhor.

2 Respectivamente, *Alvorada* de 5/5/1935, p. 2. e *Alvorada* de 5/5/1955, ambas intituladas "Antônio Baobad". Elas são as principais fontes disponíveis, complementadas por notícias de jornais. A partir de agora, serão referenciadas através de RX, 5/5/1935 e RX 5/5/1955.

Não sabemos em que atividades trabalhou como escravo, mas o mais provável é que tenha sido encaminhado para serviços urbanos, porque, tanto o fato de ter conseguido se libertar precocemente, quanto o preparo mental, a profissão especializada e urbana que teve posteriormente e a informação de Rodolfo, de que "pagou professores para se alfabetizar", logo depois de liberto, dão ideia de que já tinha algum traquejo urbano, conhecendo os caminhos daquela sociedade em que iria se inserir. Se tivesse sido empregado no trabalho da charqueada, por exemplo, viria a cidade apenas muito eventualmente e teria uma profissão vinculada aquela atividade, como magarefe, boleeiro, sebeiro, etc, o que não foi o caso, pois trabalhou sempre como chapeleiro e foi mestre no seu ofício.

Também nada se sabe sobre a forma como adquiriu a liberdade, nem quando. Seu irmão economizou ao máximo neste tipo de informações, apenas nos deixando saber que teve a desdita de ter nascido escravo. A data em que se torna livre, situa-se, provavelmente entre os anos de 1880 e 1881, pois em 1882 está ingressando nas aulas noturnas da Biblioteca Pública, exclusivas para pessoas livres. Porém, neste momento, já estava alfabetizado, segundo Rodolfo (RX, 5/5/1935): "estudando até altas horas da noite, depois de ter mourejado o dia anterior e pagando professores logo após em que obtive a liberdade (...) isto depois de 80 ou 81..."

É possível que Antônio tenha se emancipado via alguma forma de contrato de prestação de serviços com tempo determinado, embora essa forma só tenha se disseminado amplamente na cidade dois anos depois. Mesmo assim, desde os inícios da década de 1880, era frequente encontrar nos jornais pequenos informes de pessoas que haviam negociado com seus escravos alguma forma de liberdade condicional, normalmente exigindo em troca a continuidade do trabalho por alguns anos, ou então que servisse seus senhores até a morte desses, ficando posteriormente livre.

Outra possibilidade é a de que seu dono, sensibilizado pela campanha abolicionista, o libertasse incondicionalmente, ou ainda que pudesse ter sido alforriado através de disposições testamentárias, quando da morte de seu senhor ou senhora. Nesses dois casos, ou seu dono tinha uma ideologia abolicionista muito forte, ou ele deveria ser um escravo muito especial para alguém, pois alforriar um escravo masculino, com 19 a 21 anos, em plena capacidade física, significava, na época, abrir mão de um investimento financeiro apreciável, como sabemos. Restam ainda algumas alternativas: Antônio poderia ser parte de um plantel de escravos que foi liberto, com vistas a que seu dono, ou responsável legal, obtivesse algum bônus, mesmo que apenas no campo simbólico

e honorífico, como por exemplo, aproveitando a possibilidade, existente naquele momento, de serem os donos de muitos escravos, que os alforriassem, agraciados com títulos de nobreza do Império³. Há notícias desse tipo de acontecimento nos jornais da cidade, nessa época.

A última possibilidade é que ele tenha feito um pecúlio próprio e comprasse sua liberdade. Mas, parece evidente que, se fosse esse o caso, Xavier teria provavelmente alardeado esta condição de liberto por si próprio, coisa que não fez, utilizando uma expressão neutra, OBTEVE e não comprou. Contudo, o fato de Xavier não ter explicado melhor as condições da libertação do irmão nos coloca algumas questões sobre o próprio Xavier. Ele já nasceu liberto, beneficiado pela Lei do Ventre Livre, mas obviamente, teve muito contato com a escravidão, pois sua família, seus amigos, enfim, a maioria de sua 'raça' que o cercava, tinha passado por esta experiência. Contudo, ao falar dos males da escravidão e ao condená-la, ele raras vezes se referiu especificamente à sua cidade, mesmo assim de forma generalizante: "A Escravidão, nem nos cafezais, foi tão dura e aviltante como nas senzalas das charqueadas" (*Alvorada*, 7/8/1932). Quando fala sobre "os tempos da escravidão" em Pelotas, são sempre comentários sobre eventos, pessoas ou instituições – festas, pretas minas, capoeira, associações – e nunca sobre a condição dos escravos. Obviamente, devia ter dados interessantíssimos para colocar em suas crônicas sobre a condição escrava, mas nunca os usou. Por que? A resposta parece ser complexa:

Aos cronistas, devemos aplicar os mesmos cuidados que aos depoimentos orais e já são sobejamente conhecidos os mecanismos seletivos da memória. No caso de Rodolfo, pela sua própria relevância e papel dentro da comunidade negra de Pelotas, ele praticamente estava instituindo a história oficial do grupo na cidade e a sua seria, assim, a memória étnica desse grupo. Mas era uma memória negociada, pois boa parte do grupo negro não queria relembrar suas raízes, como o próprio Rodolfo denuncia⁴. Dessa forma, se pode utilizar, em relação a ele, as advertências de Raphaël (1980) sobre a questão das memórias de grupos étnicos. Para este autor, há uma relação dialética entre a memória coletiva e a "bricolage", entre a imaginação reprodutiva e a imaginação criativa, pois a memória coletiva eleva a imaginação do grupo à das experiências fundadoras e

3 Ao final da escravidão, o Imperador passou a distribuir títulos de nobreza para aqueles que se distinguiram na libertação de seus escravos e Pelotas teve alguns interessados em obtê-los.

4 Aqui, como não há entes humanos para caçá-los nas selvas, os descendentes de sangue africano, terceirões e quarteirões, mulatos "descascados" negam e menosprezam a sua própria origem! (*Alvorada*, 7/8/1932). Isso se repete em várias outras crônicas, por exemplo, em "Pretas minas" (*Alvorada*, 12/5/1935).

também é, antes de tudo, mais uma memória “constituente” que uma memória “constituída” (p. 129).

A narração do fato passado não é o verdadeiro deste fato: o passado é imediata e inevitavelmente reconstruído por aquele que o conta, em qualquer meio social que ele pertença. Os esquecimentos são tão significativos quanto as lembranças porque elas testemunham o trabalho seletivo da memória, que descarta, mais ou menos inconscientemente, “aquilo que desarranja a imagem que nós fazemos de nós mesmos e de nosso grupo social” (p. 131)... A história oral deve necessariamente levar em conta o trabalho incessante da memória, que opera uma triagem dentro do passado em função das exigências do presente e que, ao mesmo tempo, inscreve, na paisagem e nos corpos, os mitos e as atitudes que remetem aos valores normativos do grupo (p. 135).

Rodolfo passou toda a vida querendo superar as consequências nefastas da escravidão, pois sua luta, como líder sindical e étnico sempre foi no sentido de dar ao trabalhador condições de existência dignas – exatamente o que ele não possuía no período anterior. Devido a isso, para ele, lhe interessava mais o que os trabalhadores poderiam fazer, forjando seu futuro, agora que eram livres, apostando na luta sindical, na república e no socialismo, e não relembrando fatos e situações lamentáveis do período anterior, e que poderiam dar ensejo a que alguns se utilizassem do passado como desculpa para sua falta de ação no presente. Entendo que é nesse sentido que se deve entender a sua postura frente à situação anterior de seu irmão.

Feitas estas considerações, podemos, exercitando a hipótese de que tenha se libertado pela compra da alforria, chegar a algumas constatações: a primeira é que seria difícil a uma pessoa tão jovem conseguir a quantia necessária, por muito alta. Mas ele poderia ter feito um pequeno pecúlio com seu salário e depois obtido auxílio, seja de sua família, seja da Sociedade Feliz Esperança, da qual sabemos que foi sócio. Ou ainda, poderia ter sido libertado com o apoio dos seus colegas de trabalho, talvez os próprios chapeleiros, que fizessem uma quotização para tanto. Sabemos que isso aconteceu, em outros locais do país, e em algumas categorias, como por exemplo, tipógrafos do Rio de Janeiro (VITORINO, 2000). Agora, isso seria um exemplo claro de solidariedade operária e certamente Xavier lembraria o fato, o que não fez. Ainda, era mais fácil isso acontecer quando a categoria estava organizada, que só se organizou, na cidade, alguns anos depois.

Sobre o auxílio da Sociedade Feliz Esperança para sua libertação, esta é uma hipótese plausível. Pelo que se conseguiu descobrir, essa sociedade tinha sido formada ainda antes de 1877 e funcionou durante

muito tempo como uma associação lotérica, o que estava implícito no seu nome “Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança”, que comprava bilhetes de loterias com o dinheiro arrecadado dos sócios. Como não temos seus estatutos, não sabemos o destino dado a eventuais prêmios, se seriam repartidos entre os quotizadores ou se era empregado na alforria de escravos-sócios. Esta é uma hipótese plausível, haja visto que, em agosto de 1881, cria-se uma associação emancipacionista na cidade, o Clube Emancipador⁵, que funcionaria por um sistema de quotas com valor fixo, cujo resultado seria investido na compra de bilhetes, e do prêmio eventualmente recebido, se libertaria escravos. Sabemos também, que, mesmo depois de 1880, quando muda de nome e transforma-se numa sociedade beneficente, a Feliz Esperança continuava a contribuir para a libertação de seus consócios⁶. Em breve parêntese, deve-se informar a quem ache estranho ter tanta fé em loterias, que um grupo de escravos da cidade já tinha sido contemplado com o primeiro prêmio de uma loteria na década de 1880⁷ e outros casos ocorreram naqueles anos, no Brasil, o que disseminou uma febre de apostas em loterias por toda a cidade.

Quanto à família de Antônio, também é possível que ajudasse em sua libertação. Tudo leva a crer que os laços familiares não foram rompidos com sua venda, pois depois de liberto, foi morar próximo à sua mãe, que por sua vez, se mudara exatamente no período que corresponde a sua provável libertação, o que indica que ela também pode ter se tornado livre neste momento. Enfim, seja de que forma for, em inícios da década de 1880, Antônio está livre, devendo buscar seus caminhos numa cidade preconceituosa e conservadora, embora com um potencial econômico importante, com várias indústrias desenvolvendo-se naqueles anos, o que era extremamente favorável para quem deveria sustentar-se por sua própria conta, na juventude e na velhice, na abundância e na pobreza, na saúde e na doença, sem nenhum outro amparo do que aquele que conseguisse angariar entre os seus, o que era a sina de todo operário daqueles anos.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA, OPERÁRIO CHAPELEIRO, LIVRE

Rodolfo documentou muito bem sua infância, então sabemos que Antônio, já liberto, teria lhe ensinado leitura, dando início a grande amizade que reuniu estes dois homens, ao longo de suas vidas. Naque-

5 *Diário de Pelotas*, 30/8/1881.

6 *A Discussão*, 5/2/1884.

7 Veja-se, por exemplo, *A Discussão* de 10/6/1881 ou *Diário de Pelotas* de 1/7/1881.

les anos, a família morava na rua São Jerônimo⁸ (atual Mal. Floriano), em local central hoje, mas zona periférica na época, contando com algumas indústrias e moradia de trabalhadores, muitos deles negros. Local de entrada da cidade, próximo ao canal de Santa Bárbara, tinha também um posto de descanso dos carreteiros, apropriadamente chamada de "Praça das Carretas" e naquela praça, até 1857, esteve erigida a forca, que justicou poucos escravos, em termos reais⁹, mas cuja presença simbólica deixou marcas profundas, rendendo-lhe o apelido de "Praça dos Enforcados", que sobrevive até hoje na cidade, quase 150 anos depois.

Ainda a mesma fonte nos diz que Baobad foi seu mestre de primeiras letras, e depois fizeram um ano de estudos conjuntos nas aulas da Biblioteca Pública. Isso está de acordo com os assentamentos das aulas noturnas da Biblioteca, na qual consta que Antônio entrou em 15 de maio de 1882 e Rodolfo um ano depois, em 14 de maio de 1883. Também estes assentamentos nos dizem do bom aproveitamento de seus estudos, sendo considerados dos mais assíduos e adiantados (PEREZ, 1995).

As aulas noturnas da Biblioteca foram escola básica de preparação para muitos artesãos e operários daqueles anos, inclusive pessoas que depois despontaram em várias profissões, como por exemplo Justo José do Pacífico, negro, que entrou também em 1883, orador do Congresso Operário de 1887, batendo-se contra a "Tarifa especial" do Império¹⁰. Devia ter propensão a oratória, pois ainda foi orador de várias outras associações, como a Feliz Esperança em 1885 e a Fraternidade Artística em 1886 e 1887, sendo ainda orador do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados (1888), como dono de oficina de sapatos. Em 1899 participa ainda de chapa para a eleição da União Operária Internacional, central operária de orientação socialista. Participou ativamente, como membro da coordenação do Centro Ethiópico, da festa da Abolição em 1888, juntamente com os filhos de Manoel Conceição da Silva Santos, este último eminente figura da Abolição na cidade, dono do A jornal A Voz do Escravo de 1881, presidente da sociedade de artesãos Fraternidade Artística e tesoureiro do Clube Abolicionista, entre outras atividades. Os três jovens, que já deviam ter sido alfabetizados antes, pois frequentaram a escola da Biblioteca apenas em 1880, nas aulas de português (PEREZ, 1995), depois serão professores da escola do

8 Alvorada, 6/6/1953.

9 Segundo Al-Alam (2005) foram quatro os espetáculos de enforcamento que a cidade presenciou.

10 A chamada Tarifa especial permitia uma injusta concorrência de produtos importados frente aos nacionais, favorecendo o comércio de Porto Alegre e quase impedindo o desenvolvimento de certos ramos, como sapatos e chapéus no interior, motivo pelo qual provocou a organização do Congresso Operário, que dois anos depois, dará origem à Liga Operária na cidade.

próprio Clube Abolicionista (sustentada pelo seu pai) entre os anos de 1882 e 1883¹¹. Um deles, José da Silva Santos será liderança importante do Centro Ethiópico, organização negra coordenadora dos esforços abolicionistas, seu secretário em 1884 e presidente em 1888, além de presidente da S. B. Fraternidade Artística em 1888. De profissão construtor, será também presidente da primeira diretoria de cor do Asilo São Benedito, para crianças negras, em 1901 e desempenhará vários outros cargos no novo século. Contudo, na década de 1920, depois de ter construído, com sua empresa, o Cine Teatro Guarany, e ter sido impedido de sentar nas cadeiras da plateia do teatro, devido a cor, vai iniciar campanha contra o racismo na cidade, fato que contribuirá para sua morte, pelos desgostos sofridos com a falta de apoio da comunidade negra. Seu irmão, também construtor, João Vicente da Silva Santos participará da diretoria do Centro Ethiópico, da Fraternidade Artística, do Recreio dos Operários e outras, sendo elemento de relevo em todas, mas falecendo precocemente.

Negros e futuras lideranças operárias também eram Pedro Elísio de Alcântara e João Batista Lorena. Este último acompanhou Antônio em várias associações operárias, pois também era chapeleiro¹², e foi assíduo participante de diretorias de associações negras da época, como, por exemplo, o Clube José do Patrocínio e o Clube Carnavalesco Flores do Paraíso, além de, como músico, ser iniciador da Banda União Democrata, que conseguiu subsistir até nossos dias. Em 1900, alista-se eleitoralmente, declarando ter 33 anos, ser filho de Abrahão Lorena, casado, vivendo do comércio.

Mas também encontramos brancos, seja nacionais, seja imigrantes ou seus filhos, como Ricardo Pretz e Francisco Cardona dos Santos, ambos frequentando aulas de português em 1877 e 1878, respectivamente e que vão fazer carreira no comércio, posteriormente. Talvez seja necessário lembrar aqui que as ofertas de aulas para pessoas pobres eram muito escassas naquele momento, e que, especialmente com relação aos negros, apenas as aulas do Clube Abolicionista e a Biblioteca Pública os aceitavam, o que ajuda a explicar o elevado número de negros que a frequentaram.

Foram centenas as pessoas que frequentaram a escola da biblioteca e que depois tiveram participação relevante, em seu meio, na cidade, mas, para encerrar, vamos falar de Rodolfo, também ele líder operário, mas nascido em 10/5/1873, com atuação concentrada no sé-

11 Conforme Carta de Manoel Conceição da Silva Santos, tesoureiro do Clube Abolicionista, publicada no jornal *Onze de Junho*, de Pelotas, em 13/2/1885.

12 *Correio Mercantil*, 10/6/1890

culo XX. Começou a trabalhar com treze anos, em 1886, aprendendo os ofícios de vassoureiro, colchoeiro e maleiro, tendo sido ainda pedreiro durante dois anos. Em 1891, foi incorporado nas tropas federalistas e depois lutou ao lado dos republicanos. Na volta, foi trabalhar como chapeleiro, mas por fim, abraçou o ofício de pedreiro, no qual trabalhou durante o resto de sua vida. Participou das diretorias da União Operária Internacional de 1895, do Centro Operário 1º de Maio um ano depois, da União Operária de Pelotas em 1907 e 1908, do Sindicato dos Pedreiros em 1933/34 e de outras associações, de raça ou de classe, ao longo da primeira metade do século XX. Foi colaborador e redator do jornal da Liga Operária, em 1926 "O Proletário", participando do III Congresso Operário, realizado em Porto Alegre em 1925, do encontro de lideranças anarquistas gaúchas em 1927 e do IV Congresso Operário gaúcho, realizado em Pelotas, em 1928 (LONER, 1997a). Participou ainda de várias lutas operárias, como pelas 8 horas de trabalho em 1911 e de movimentos étnicos, como a luta pela posse do deputado Monteiro Lopes em 1909 (Alvorada, 7/6/1952), de ações contra a discriminação racial e pela educação, além de ser grande incentivador da criação da Frente Negra Pelotense na década de 1930. Socialista, dava palestras sobre o tema, na cidade ou no estado (A defesa, Bagé, 1911) e candidatou-se a deputado pelo Partido Socialista Brasileiro em 1934 (LONER, 2001). Colaborador do jornal Alvorada desde seus inícios, destacou-se como cronista e comentarista de vários temas, demonstrando erudição¹³. De posições políticas socialistas moderadas, conseguiu trabalhar conjuntamente com anarquistas, trabalhistas e comunistas no meio sindical, sempre defendendo seus pontos de vista.

Essas trajetórias terminam demonstrando a potencialidade da educação para os setores e grupos subalternos, especialmente naquele momento de mudanças e transformações sociopolíticas, dando-lhes vantagens relativas entre seus conterrâneos e despertando novas ideias, mesmo num meio social tão limitado quanto o de uma cidade conservadora e periférica em relação ao contexto nacional.

E qual era essa cidade, em que Antônio, livre, tentava encontrar seu caminho?

Na década de 1880, a cidade estava extremamente agitada, devido a insegurança social e econômica trazida com a perspectiva da abolição da escravatura. Tendo sua economia e fonte de riqueza baseada no charque, Pelotas via com apreensão a iminência da abolição, porque ela a afetaria em dupla forma: enquanto mercado para

13 Sobre o jornal *Alvorada*, veja-se Santos (2003) e sobre a posição de Xavier na década de 1930, Alves (2005).

seus produtos e enquanto eliminação da fonte principal de mão de obra para as charqueadas. Por isso mesmo, a campanha pela libertação dos escravos deu motivos a muitas dissidências e contramarchas na cidade, com sua elite sempre sobressaltada pelas notícias de revoltas nas províncias do Rio e São Paulo, que chegavam através dos jornais. Para conjurar estes problemas, a elite apostou no mecanismo dos contratos por tempo de serviço, forma pela qual o escravo era juridicamente transformado em contratado, devendo, entretanto, prestar serviços a seus ex-donos em troca do pagamento de seu valor, por um número variável de anos. Apresentada como a grande solução final, levou a realização da "Festa da Emancipação" em 16 de outubro de 1884, sendo a cidade declarada livre de escravos pelos defensores mais entusiasmados da ideia, embora em termos práticos, pouco modificasse em termos do tratamento e nível de exigências dos donos/patrões sobre os trabalhadores sob coerção.

Em termos jurídicos, diminuiu-se drasticamente o número daqueles que eram considerados escravos (e com isso, os donos de seus contratos deixavam de pagar o imposto correspondente), mas também levou a aceleração do deterioramento da instituição escravista, com muitos contratados começando a apresentar comportamentos considerados inaceitáveis pelos seus "contratantes", de forma tal que muitos destes preferiram rescindir os contratos, abrindo mão de seus direitos sobre os trabalhadores. Outros contratados começaram a fugir, tomando a rota dos países platinos, nos quais a escravidão já havia sido abolida há tempos, ou então, deslocando-se para outras cidades e contando, nesse momento, com o apoio efetivo de parcela significativa da população gaúcha. Para os charqueadores, o pior foi que o clima de colapso do escravismo terminou por contaminar também aqueles trabalhadores que tinham sido mantidos como escravos, dando por resultado a intensificação das fugas. Com isso, eles começaram a tomar medidas drásticas para segurar sua mão de obra, o que resultou em caçadas aos fugitivos e justicamento sumário de alguns. A cidade enfrentou, em fins de 1887, um arremedo de revolta escrava (LONER, 1997b), que terminou, aparentemente, com vitória dos escravagistas. Contudo, a realidade das fugas continuou acentuando-se, especialmente a partir de janeiro de 1888, levando a uma grande insegurança em relação à possibilidade de funcionamento das charqueadas naquela safra, com a redução da quantidade de gado comprado.

Alguns setores dos trabalhadores urbanos tentaram apoiar a luta abolicionista, o que se tornava mais difícil na cidade, tal a violência dos escravocratas. Uma das formas encontradas era a libertação de alguns

escravos, outra, mais evidente e pitoresca, era a atuação de clubes carnavalescos e suas críticas durante os períodos carnavalescos.

A entidade Feliz Esperança, participou desse esforço para a libertação de escravos, como Valentim, ao qual a entidade integralizou a quantia necessária para sua alforria em 1884, quando Antônio era primeiro secretário da associação¹⁴. Mas, aparentemente, Antônio estava mais preocupado com a política, associando-se em 1887 ao Clube Republicano (OSÓRIO, 1922, p. 109), ainda usando o nome Antônio de Oliveira. Seu irmão recorda-se deste período: "Amante da liberdade, a qual entre nós era tradicional, sendo o pai de nossa mãe, segundo ela contava - moçambique - e que tinha andado na Guerra dos Farrapos, fugindo da casa de seu senhor, com Antônio Baobad, aos 13 anos de idade, acompanhávamos os ideais da propaganda republicana" (RX, 5/5/1935).

Se não era fácil ser negro e abolicionista na década de 1880 em Pelotas, também não era muito mais fácil ser republicano, e o clima ficou especialmente tenso em 1888, forçando a criação de uma guarda especial que dormia na sede para impedir invasões¹⁵. Em seu ativismo republicano, Antônio tinha a companhia constante de Armando Achylles de Álvares que alistou-se no partido republicano junto com Baobad, em 1887. Negro, nascido em 1866, ele participou de várias diretorias de associações negras e operárias algumas delas juntamente com Baobad. Eleitor em 1900, dizia trabalhar no comércio e era solteiro, com 34 anos¹⁶.

Provavelmente foi no Partido Republicano que Antônio travou conhecimento com João Tolentino de Souza e Alberto Ferreira Rodrigues, ambos militantes da causa republicana, mas que vão divergir dos rumos do partido, desiludidos com a permanência da situação social e econômica, ainda nos primeiros anos do novo regime. Além de republicanos, eles também se associaram à Liga Operária, tal como Antônio. João Tolentino, marceneiro e Alberto Rodrigues, jornalista, depois professor, logo se dedicaram ao jornal da Liga, o Operário, que terminou sendo suspenso devido a reclamações pela orientação socialista que eles lhe impuseram. Desiludidos também com essa associação, que consideravam tomada pela burguesia, fundaram, junto com outro Guilherme Sauter, o jornal Democracia Social, um dos primeiros jornais socialistas do estado e que nucleou um bom grupo de trabalhadores que, em suas oficinas e nas discussões e estudos realizados, orientou-se pelo

14 *Correio Mercantil*, 15/9/1885 e *A Discussão*, 5/2/1884.

15 Xavier, in *Alvorada*, 27/8/1949.

16 *Diário Popular*, julho de 1900

socialismo. Nesse grupo, estava Baobad, que já os acompanhara no lançamento de uma chapa "reformadora" para a Liga e que, a partir de outubro de 1893, passa a fazer parte da equipe, angariando assinaturas para o jornal. Nesse mesmo ano, é direção da greve dos chapeleiros, juntamente com outros companheiros da redação do jornal.

Antônio trabalhava, na função de fulista, na fábrica Bahman e Cia., tendo sido fundador da Sociedade de Socorros Mútuos União e Fraternidade dos Operários Chapeleiros, criada em maio de 1886. Na diretoria provisória, ocupava um cargo na Comissão de Contas, mas na diretoria seguinte, já era vice-presidente da entidade¹⁷. Vai ser líder destacado da categoria, liderando-a também quando da fundação do Centro Operário 1º de Maio, em 1899.

No final de 1893, a situação novamente se complica na cidade. Estava-se em pleno período revolucionário e, em dezembro, o Democracia Social é forçado a fechar, pois a luta entre federalistas e castilhistas não deixava espaço para uma proposta como a sua. O núcleo de operários socialistas ao redor do jornal se dispersa¹⁸, para evitar serem constrangidos a lutar por um dos lados. Nesse momento, não sabemos o que aconteceu com Baobad, se ficou na cidade, se conseguiu ir embora como os demais, ou se foi lutar pelos castilhistas, como republicano que era. Naquela época, alguns operários chegaram a dormir nas fábricas, para evitar sua incorporação às tropas.

ANTÔNIO BAOBAD, LIDERANÇA NEGRA E SOCIALISTA

Foi em algum momento, entre o fim do jornal em 1893, em que ainda aparece como Oliveira e 1897, quando aparece na Comissão Revisora dos Estatutos da Sociedade Feliz Esperança, como Baobad, que Antônio decide mudar seu sobrenome. Na justificativa do fato, Rodolfo sempre ressalta o caráter étnico e consciente dessa escolha: "Assinava-se então, Antônio de Oliveira, apelido de seu ex-senhor e cujo apelido, não se conformando com ele, foi buscá-lo na flora africana, no gigantesco Baobad." (RX, 5/5/1935),

Poderíamos acrescentar também o caráter ideológico dessa escolha: numa sociedade que tentava esquecer a existência, ainda há poucos anos, da escravidão e que desprezou e abandonou à própria sorte, os negros, ele se assumia como negro e reivindicava suas origens africanas, inventando seu próprio sobrenome. Não achei outros membros da comunidade negra em Pelotas, que tenham seguido seus pas-

17 *Correio Mercantil*, 13 de Maio de 1886 e 05 de Abril de 1887.

18 *Echo Operário*, 23/1/1898.

sos nesse particular¹⁹, nem Rodolfo, que revela-se seu discípulo: “As suas instâncias, fizemos as primeiras colaborações na Alvorada e daí para cá não desmentimos seu pensamento quanto as diretrizes de nosso cérebro” (RX, 5/5/1935).

Provavelmente, a leitura de livros sobre o socialismo deu-lhe a ideia de desvencilhar-se dum nome que representava exatamente sua inserção no mundo como propriedade de outro homem. É uma ruptura simbólica fundamental com a visão de mundo de seus conterrâneos, inclusive porque não é um sobrenome cristão. Ao mesmo tempo, deve-se alertar para possíveis leituras que tendam a ver em Baobad e sua troca de nome, como uma possível influência religiosa afro: ele era socialista e esse grupo não compartia nenhuma simpatia sequer pela religião católica, muito menos por religiões que, a seus olhos, representariam sinais de ignorância e misticismo.

Outra questão importante a abordar é que, mesmo em uma sociedade conservadora como Pelotas, durante os anos finais da luta pela abolição, se formou uma espécie de aliança entre setores progressistas da sociedade e representantes de grupos negros, com o fim específico de abolir o estatuto escravista. Contudo, depois disso, houve um recuo, por parte dos grupos brancos, com o que os grupos negros tiveram que se reorientar no sentido de buscar seus caminhos numa sociedade de transição para a economia de mercado capitalista. Paralelamente a isso, também ocorria o surgimento do operariado como força separada e importante da sociedade. Com a República, ocorre um movimento de reorganização em geral, mas ele é limitado em suas possibilidades econômicas, sociais e políticas em relação aos membros das camadas populares, tendendo a frustrar as expectativas dos operários e artesãos mais conscientes daqueles anos. Participando desse processo, provavelmente Baobad se ressentiu da falta de espaço para os trabalhadores, da discriminação contra os negros imperante na sociedade, das atitudes ambíguas de elementos da própria comunidade negra de Pelotas, em relação à sua herança africana e então resolveu se assumir como negro, descendente de africanos, sem deixar de trabalhar nas outras frentes.

Como liderança negra, Baobad teve participações importantes na entidade Feliz Esperança, da qual foi integrante durante toda sua vida e muito colaborou, seja na direção, seja em cargos menores, e no jornal Alvorada, do qual só conseguiu acompanhar seus primeiros meses. Entre outras pessoas que cruzaram seu caminho nestes e em outros

19 Entenda-se: foram achadas outras pessoas, negras ou brancas, que mudaram seus sobrenomes, ao seu bel-prazer, o que era possível naquele tempo, mas nenhuma cujo conteúdo do sobrenome referenciasse, mesmo que de forma remota, a ascendência africana.

espaços, deve-se destacar Pedro Joaquim Domingues, muitas vezes presidente ou secretário da Feliz Esperança²⁰, que também foi presidente da União dos Culinários em 1891. Ainda participou do Recreio dos Operários, e fez parte de várias direções da União Operária Internacional de Pelotas, foi professor de ensino fundamental da aula dessa entidade em 1898, e manteve compromisso com a União até o fim, sendo seu último secretário em 1909²¹. Em 1911 está na diretoria do Asilo São Benedito e participa da S. B. União dos Boleeiros, de 1911 a 1913, pelo menos. Dizia-se socialista, fez parte da equipe de colaboradores do jornal Alvorada e teve que aprender vários ofícios para sobreviver, a julgar pelas entidades de que participou, como cozinheiro, boleeiro, sapateiro, etc. Sua relação com Baobad merece maior investigação, pois partilham cargos de direção em várias entidades, e é um dos oradores da cerimônia em sua homenagem, quando da morte, em 1907. Contudo, não se deve esquecer que é ele que assume a presidência da União Operária Internacional, quando Baobad e Rodolfo demitem-se, saindo para formar outra entidade, o que, provavelmente, indica divergências políticas fortes entre ambos.

Por falta de espaço, não vamos acompanhar os últimos anos de Baobad, deixando estes para próximo artigo, mas ainda temos que ressaltar, como corolário da trajetória desse grupo negro que estamos acompanhando, a sua participação na primeira entidade operária nitidamente socialista de Pelotas, a União Operária Internacional, fundada em 1898, sob inspiração de Baobad, que se torna seu primeiro presidente. A nominata das duas primeiras direções, revela o imenso peso do operariado negro em sua composição:

Diretoria da Sociedade União Operária Internacional para o ano de 1898: Pres. *Antônio Baobad*, vice *Pedro Joaquim Domingues*, 1º sec. *Rodolpho Xavier*, 2º sec. *José Alves das Neves* (?), 1º tesoureiro *Virgilio José da Silva*; 2º tes. *Izaias Baptista Gomes*; 1º Procurador: *Manoel da Silva Vasconcellos*; 2º Proc. *Adão Cardozo Machado*, C. Sindicância: *João Baptista Lorena*, *Guilherme Augusto da Rosa*, *José Martins Villar*. Comissão de Contas: *Lúcio Manoel do Porto*, *Rodolpho Baptista Flor de Liz*, *Leopoldo Xavier*, *João Achylles*, *Armando Achylles de Álvares*²².

Para 1899, a chapa oficial é: Pres. *Pedro Joaquim Domingues*, vice: *Raphael Ignácio da Silva*, secs. *Boaventura Xavier* e *Manoel da Silva Vasconcellos*, tes. *Maximiano Marques de Amorim* e *José Bastos*, pro-

20 Conseguimos descobrir participação nesta entidade, nas diretorias de 1884, 1885, 1911, 1912 e 1913, pelo menos, sempre como presidente ou secretário. Ressalve-se que não temos todas a nominatas da direção, ano a ano.

21 *Opinião Pública*, 21/1/1909.

22 *Opinião Pública* 11/4/1898.

cs. Lydio Antunes Soares e Avelino Francisco de Conceição. CC. *Justo José do Pacífico* (relator) José Luis Pereira, *Lúcio Crespo*, C. Sindicância: Vitalino da Rosa, Jerônimo Fabiano da Costa, *João Batista Lorena*. Oradores: João Thomaz Mignoni e *Guilherme Augusto da Rosa*²³. Os nomes em itálico são de negros ou mulatos. Veja-se como vários dos aqui citados, comparecem na criação e direção desta sociedade, provando que há um padrão de militância em associações negras e operárias, por parte desse grupo. Outros, dos quais não se havia falado, como Boaventura Xavier e Raphael Ignácio da Silva, também tinham estudado na escola da Biblioteca.

Poucos meses depois, Baobad demite-se dessa entidade, fundando outra, o Centro Operário 1º de Maio, organização predominantemente de chapeleiros, embora haja outros operários fabris, que também tinha expressiva quantidade de lideranças negras, embora menos conhecidas.

Nos primeiros anos do século XX, Baobad deve ter sido forçado a deixar sua ocupação de operário, em função da grave doença que o acometeu, a tuberculose, e que vai levá-lo a morte, em julho de 1907 (*Diário Popular*, 9/7/1907). Dedicar-se, então, ao comércio e ao ensino e participa ainda da organização e fundação do jornal negro *A Alvorada*, que reúne o que Santos (2003) chamou de "intelectuais orgânicos" da etnia em Pelotas.

Para concluir, queremos lembrar que as lideranças operárias negras desta época, terminavam desenvolvendo dupla militância: como operários em suas associações de classe e como direção de organizações e associações negras dos mais variados tipos. A dupla representação era praticamente uma necessidade para os elementos mais conscientes da comunidade negra, pois as duas frentes de luta careciam de organização, e ambas eram importantes para a sobrevivência do grupo negro. Essa ligação entre a militância operária e a militância negra estará presente em várias ocasiões, em numerosas associações, contribuindo inclusive para manter um tom mais proletário mesmo em clubes recreativos e, provavelmente, pode estar na base de várias tentativas de reorganização de entidades sindicais, na República Velha.

Aqui, tentamos traçar, num breve esboço, a vida de alguns dentre esse grupo negro e a forma como tentaram inserir-se e modificar a dura realidade com que se confrontaram logo após a abolição, marcada pela exclusão, discriminação e falta de oportunidades. Mesmo assim, eles ampliaram os limites das possibilidades para sua classe, a operária e para a etnia negra.

23 *Opinião Pública*, 1/4/99.

REFERÊNCIAS

- AL-ALAM, Caiuá. *Pelotas: a força e o negro Belizário*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Monografia (Licenciatura em História), 2005.
- ALVES, Lucio Xavier. *Rodolfo Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Monografia (Licenciatura em História), 2005.
- LONER, Beatriz. Quarto Congresso Operário do Rio Grande do Sul (1928). *Cadernos do ISP*, n. 11, dez, 1997a, p. 21-48
- LONER, Beatriz. A revolta que efetivamente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, v. 3, p. 29-52, 1997b.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe – operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EDUFPel, 2001.
- PEREZ, Eliane. *Templos de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca Pública Pelotense. 1875-1915*. Porto Alegre, 1995, UFRGS, Dissertação (Mestrado em Educação).
- RAPHAËL, Freddy. Le travail de la mémoire et les limites de l' histoire orale. *Annales*, 35 année, n. 1, janvier-février 1980, p. 127-145.
- SANTOS, José Antônio. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa em Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: EDUFPel, 2003.
- VITORINO, Artur. *Máquinas e operários*. São Paulo: Annablume, 2000.

LÍDERES NEGROS, LÍDERES OPERÁRIOS¹

Beatriz Ana Loner

No Brasil, a história da formação da classe operária, ainda recentemente, passava por algumas divisões temáticas, que isolavam completamente a luta do trabalhador livre, assalariado ou autônomo, das diversas formas de trabalho coercitivo existentes até 1888 e mesmo depois. Assim, concebia-se a história do trabalho e perseguia-se a formação da classe operária tomando como marco 1888, ano da abolição da escravatura, ou o início do século XX. E creditava-se muito da formação dessa classe à atuação de imigrantes europeus, deslocados de seus países de origem e que vieram abastecer os quadros da nascente indústria brasileira no final do século XIX e início do XX.

A própria história do trabalho ainda é um tema recente em nossos estudos acadêmicos, só tendo ganhado força depois de 1970, especialmente com a implantação dos programas de pós-graduação na área de história e sociologia². Com isso, esquecia-se o período da formação brasileira, desde os tempos coloniais até o Império, em que paulatinamente foi se desenvolvendo uma camada de trabalhadores e artesãos livres, libertos ou escravos no meio urbano, e não havia qualquer menção ao trabalho escravo, em suas diversas formas. Apenas há poucos anos iniciou-se uma revisão nestes estudos tentando integrar

1 Texto originalmente apresentado no LASA 2009 – Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, junho de 2009. [https://www.researchgate.net/publication/266168120_LIDERES_NEGROS_LIDERES_OPERARIOS].

2 Havia pesquisas sobre o trabalho, mas feitas por memorialistas ou sociólogos e que procuravam, então, enfatizar o trabalhador do presente, falando do passado apenas para enfatizar sua distância do modelo ideal de formação da classe operária, que seria o europeu (SADER; PAOLI, 1986).

o trabalhador escravizado e suas experiências à formação da classe operária brasileira, vendo a transição da escravidão para o trabalho livre como um terreno fértil para a busca das formas de coexistência e/ou continuidades entre as lutas das várias gerações de trabalhadores³.

Nesta comunicação, vai-se explorar algumas facetas dessa continuidade, através do estudo de duas gerações de trabalhadores negros da cidade de Pelotas, alguns deles nascidos escravos, descrevendo suas estratégias de libertação, bem como as formas que assumiu sua militância operária e étnica nas primeiras décadas do regime republicano. Para tanto, vai-se reconstruir suas biografias, a partir de informações encontradas em jornais e outras fontes, enfatizando sua participação nas redes associativas operária e étnica, que ajudaram a criar e consolidar naquela cidade.

Pelotas está situada no sul do Brasil, próxima à fronteira com o Uruguai. No final do século XIX, ela constituía, juntamente com Rio Grande, cidade portuária a 60 Km de distância, um dos principais polos industriais do estado do Rio Grande do Sul. Sua principal produção e fonte de riqueza, até o final da escravidão no Brasil (1888), veio da transformação da carne de boi em charque, vendida para o próprio mercado interno brasileiro ou exportada, pois o charque fazia parte da dieta de escravos.

A produção do charque, feita com mão de obra escrava, terminou levando para a região uma grande quantidade de afrodescendentes, o que fez com que Pelotas tivesse cerca de um terço de sua população urbana, em 1890, composta por negros e mulatos, a maioria ex-escravos que permaneceram na cidade após a conquista da liberdade. Em sua grande maioria, foram se encaminhando para o setor de serviços, transporte e construção civil, ou para as indústrias, compondo boa parte dos trabalhadores urbanos. Embora houvesse colônias estabelecidas ao seu redor, a cidade pelotense nunca representou um grande polo de atração para os imigrantes europeus, e dessa forma, os afrodescendentes conseguiram estar presentes em quase todos os ramos da economia, como trabalhadores.

No século XX, a cidade entrou em decadência econômica, mas conseguiu manter sua importância, devido a sua grande população e ao respeitável acúmulo de riquezas e poder feito no século anterior, o que deu vazão à continuidade de um estilo de vida conservador, com traços aristocráticos, baseada nas tradições dos antepassados, por parte da elite descendente dos portugueses; a qual, através do casamento com alguns imigrantes melhor sucedidos, conseguiu manter-se em posi-

3 Como exemplo, veja-se Mattos (2008) e Cruz (2005).

ção social elevada. Essa situação, por sua vez, determinou a manutenção de códigos de conduta baseados em valores oriundos do tempo do Império e levou também a uma intensificação da discriminação racial contra os negros no período republicano.

Quanto aos ex-escravos e seus descendentes, para sobreviver numa sociedade discriminatória, que não lhes concedia nenhum benefício, social, educacional ou previdenciário, cedo tiveram que se congregarem em associações próprias, de lazer, educação e socialização dos jovens, religiosas, de mútuo socorro ou profissionais, desenvolvendo uma rede associativa que, com o tempo, se tornou maior que em outros locais do país, mesmo entre aqueles que contaram com grande presença negra.

A REDE ASSOCIATIVA NEGRA

A organização negra se desenvolveu desde o início da cidade (1836), inicialmente com as irmandades que aceitavam membros de cor (Virgem do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora da Boa Morte⁴) e, a partir do início da década de 1880 com entidades mutualistas leigas, como a Fraternidade Artística, de artesãos livres e a Feliz Esperança que aceitava sócios livres e escravos. Em meados dessa mesma década, surgiram ainda entidades recreativas (Recreio dos Operários, Clube Carnavalesco Netos d'África) e o Centro Ethiópico, formado de comissões que representavam os afrodescendentes nas questões vinculadas à abolição da escravatura.

Com a discriminação em relação à cor ampliando-se no início do período republicano em todo o país e atingindo fortemente aqueles de coloração mais escura ou menores possibilidades econômicas, embora se fizesse sentir também sobre os demais afrodescendentes (FERNANDES, 1978), muitas outras entidades tiveram que ser criadas, para dar conta de todas as necessidades do grupo negro em Pelotas. Praticamente excluídos das sociedades recreativas e com participação limitada naquelas com outros objetivos, com pouco ou nenhum acesso à educação⁵, os negros criaram uma rede associativa própria. Assim, surgiram sociedades teatrais, dançantes e carnavalescas negras, que congregavam o grupo afrodescendente. Uma instituição beneficente, de amparo e educação para meninos e meninas negras foi criada, o

4 Não se trabalhou com os estatutos dessas entidades, mas se constatou que a primeira era apenas de elementos negros, enquanto as outras tinham em seus quadros, uma certa proporção de afrodescendentes, especialmente em alguns cargos, normalmente limitados aos elementos com condições de vida acima da média.

5 Muitas escolas públicas no estado negavam-se a aceitar crianças negras e outras as discriminavam, com um tratamento diferenciado e humilhante (LONER, 2001).

Asilo São Benedito; e fundaram-se também montepios e associações de socorros mútuos. Jornais e entidades de representação política também existiram embora apenas um periódico tenha resistido por maior tempo.

A Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas, nascidas como mutualistas profissionais e sem contemplar barreiras de cor, terminaram sendo restringidas aos afrodescendentes, com a retirada dos sócios brancos. A primeira sociedade exclusivamente negra, a Feliz Esperança, se tornou a entidade matriz dessa rede organizativa nas primeiras décadas republicanas, acolhendo e incentivando a criação de outras associações ou grupos em seu interior, e tendo um papel essencial na congregação de esforços pelo que eles chamavam de "a elevação do negro", ou seja, sua integração como cidadão na sociedade brasileira, com os mesmos direitos e deveres dos demais.

Essa situação evoluiu, com a comunidade diferenciando-se lentamente, até que, por volta de 1920, todas as antigas associações tinham desaparecido, substituídas por cordões e clubes carnavalescos, além do surgimento de vários times de futebol, que vão dar a tônica da organização negra, desfazendo-se sua rede associativa. Apenas em 1933, surgirá uma importante entidade, a Frente Negra Pelotense, inspirada na criação da Frente Negra Brasileira em São Paulo e que irá além dos limites de sua inspiradora, pois terá um caráter mais radical e contará com elementos socialistas, enquanto a Frente Paulista segundo análise de Andrews (1998) seria xenófoba e partidária de Vargas. Para encerrar essa rápida descrição das principais organizações negras pelotenses, falta falar do jornal *A Alvorada*, o jornal negro publicado durante mais tempo no Brasil, pois nascido em 1907 existiu até meados da década de 1960.

*A Alvorada*⁶ nasceu da congregação de esforços de um grupo de trabalhadores negros, que lutavam pela melhoria de vida dos afrodescendentes e pelo despertar de uma consciência racial entre estes. Como os negros estavam basicamente restritos aos trabalhos manuais, devido às dificuldades para educar-se e aos empecilhos colocados para sua ascensão social, este grupo cedo descobriu que, para os negros como um todo, a sociedade brasileira só reservava uma possibilidade de integração social: unir-se e melhorar sua posição econômica e social como integrante da classe operária brasileira.

Esse é o motivo pelo qual se encontrou tantos negros participando e/ou fundando sindicatos e outras associações de trabalhadores em Pe-

6 Para Santos (2000), que analisou o jornal, o grupo envolvido em sua sustentação constituía-se em verdadeiros "intelectuais orgânicos" da raça negra em Pelotas

lotas, colocando em vigor a estratégia de conseguir melhores condições de vida para o conjunto da classe operária, o que, segundo pensavam, terminaria melhorando as condições de vida do grupo negro. Na perseguição dessa estratégia, um grupo entre eles apresentou o que chamamos, em outro trabalho (LONER, 2001), de fenômeno da dupla militância; ou seja, os militantes interessados na “elevação da raça negra” como eles diziam, tinham que ser também militantes operários, e cada uma dessas frentes tinha que ser estimulada e apoiada, para que a melhoria na posição de vida da classe trabalhadora também representasse uma melhoria na condição de vida da população negra e esta não perdesse espaço para trabalhadores brancos, nacionais ou estrangeiros.

Nesse estudo pretende-se aprofundar, com a utilização de dados biográficos das primeiras lideranças da Associação Beneficente Feliz Esperança, do Centro Ethiópico e da Sociedade União Operária Internacional, algumas questões sobre o caráter da participação dessas lideranças negras, analisando suas estratégias, rumos, escolhas e suas relações com os demais grupos organizados de trabalhadores. Elegeu-se um conjunto mínimo, mas representativo de suas principais direções para analisar. Este conjunto foi montado com base na relevância da atuação, em sua possível liderança também em outras entidades, a fim de deixar claro sua inserção na rede associativa e, como não poderia deixar de ser, de acordo com a maior ou menor quantidade de dados que se conseguiu levantar sobre cada um dos biografados.

Um apoio que esses operários tiveram foi da Biblioteca Pública Pelotense, através de suas aulas noturnas em que numerosos membros do grupo pesquisado estudaram, como Justo José do Pacifico, Antonio Baobad e Rodolpho Ignácio Xavier⁷. Outros que por lá estiveram, foram os filhos de Manoel Conceição da Silva Santos, pouco depois membros do Centro Ethiópico: José, Manoel Conceição e João Vicente. Ainda aprenderam a ler nas aulas da Biblioteca, Pedro Elisio de Alcantara e João Batista Lorena, o primeiro alfaiate, com 17 anos e o segundo, já trabalhando como serralheiro aos 13 anos. Muitos outros passaram por suas aulas, negros e brancos, pois era uma das poucas chances de estudo disponíveis para membros das classes mais pobres da sociedade⁸.

AS SOCIEDADES EM ANÁLISE

Por volta de 1877 ou 1878 surgiu uma associação de negros, livres ou ainda escravizados, cujo objetivo era reunir esforços para apostar

7 Todos os três receberam menção honrosa, pela aplicação aos estudos no final de 1883.

8 Ver dissertação de Eliane Peres (1995) sobre o papel e a função destas aulas no contexto do final do século XIX.

em loterias, como seu nome indica: Associação Lotérica Feliz Esperança. Essa associação, em 1880, consolidou seu objetivo abolicionista, perdendo aos poucos, seu caráter lotérico, passando a chamar-se Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Após a abolição, constituiu a sociedade mais importante do grupo negro na cidade, conquistando sede própria e mantendo-se por mais duas décadas em atividade.

Não há certeza quanto a sua composição original, mas sabe-se que possuía escravos entre seus membros, inclusive na diretoria, como prova a comparação entre as nominatas de suas primeiras diretorias conhecidas e as listas de concessões de alforrias consultadas⁹. O início da sociedade não foi documentado, não se encontrando estatutos ou a notícia de sua instalação pelos jornais. Sabe-se, contudo, que associações com membros escravos, exceto religiosas, não poderiam legalizar-se no Império. E ela não só tinha escravos como sócios, mas também em sua diretoria, pois em 1881 seu próprio presidente, Justo José do Pacifico, ainda estava escravizado. Parece, portanto, que a associação viveu durante certo tempo, impossível de dimensionar com os dados atuais, numa situação de semilegalidade, ou seja, era conhecida na cidade, mas não possuía reconhecimento formal pelo Império. Seu surgimento como sociedade lotérica, como várias outras na cidade, seguramente deve ter auxiliado no seu estabelecimento como sociedade informal. Com o tempo ela começou a dirigir seus esforços para libertar sócios escravos, o que é demonstrado pela seguinte notícia, publicada como propaganda para a abolição:

UMA AÇÃO NOBRE

A sociedade beneficente Feliz Esperança, composta por artistas e operários obscuros, que tiram do afanoso trabalho diário o indispensável para prover a sua subsistência, contribuiu com a quantia de 249\$000 para a liberdade de seu sócio Valentim, parido de 18 anos de idade, escravo do Sr. Diogo Pires da Fonseca. Essa quantia mais o que ele tinha somou a quantia exigida pelo senhor que lhe passou a carta de liberdade. (*Correio Mercantil*, 5/2/1884)

Moreira (2003) estudou uma sociedade em Porto Alegre, a Esperança e Caridade, que também possuía sócios escravos e cuja finalidade era utilizar os pecúlios de todos para libertar um por um de seus sócios. Ao falar sobre um processo que a envolveu em 1883, este pesquisador comenta que a justiça, investigando-a, chegou a conclusão que não possuía nenhum registro público, sendo, portanto, ilegal como outras existentes na mesma época. Portanto, pode-se pensar a Feliz Es-

9 Rio Grande do Sul, *Catálogo de Alforrias*, volume 1, 2006.

perança, de Pelotas não estava sozinha em sua informalidade perante a lei, nem no fato de aceitar homens escravizados em seu meio.

Mas também há indícios que houve homens livres em sua formação, como José Maria de Carvalho e Silva, que em 1882 e 1883, ao mesmo tempo estava presente nas diretorias da Feliz Esperança e da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, esta última sendo uma associação de artesãos cujo regimento proibia a participação de cativos. Carvalho e Silva tinha um perfil de participação social que não condizia com a posição de um ex-escravo, nem financeira, nem socialmente. Depois de 1888, seu nome aparece apenas em sociedades recreativas negras e como membro, em 1898, da Sociedade Beethoven, orquestra filantrópica composta, majoritariamente, por brancos. Tudo indica que trabalhava pela abolição, e que foi nessa condição que participou da Feliz Esperança e também do Centro Ethiópico

O Centro Ethiópico foi criado para comemorar a emancipação dos escravos, no segundo semestre de 1884 e teve atuação restrita à questão abolicionista. Ele era uma entidade de representação, assim colocado pelos jornais, embora não se tenha conseguido descobrir quais os critérios utilizados para formar sua coordenação. Contudo, a grande quantidade de jovens presentes, faz pensar que um dos requisitos fosse ter tempo e disposição para organizar festejos e mobilizações. O Centro Ethiópico tem muita relação com a Igreja Católica e com o Clube Abolicionista. Pertencentes as irmandades católicas, estão presentes Adão Gerena de Oliveira, Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos e os filhos de Manoel Conceição da Silva Santos. Do Clube Abolicionista, o próprio Manoel Conceição Santos, seu tesoureiro, era a maior influência. Entre os cinco coordenadores do Centro e seu primeiro presidente, conseguiu-se averiguar que dois deles eram ex-escravos, libertos recentemente, como o já citado Adão Gerena de Oliveira e Justo José do Pacífico.

A Fraternidade Artística era uma sociedade de artesãos livres, brancos e negros, inicialmente e depois restrita a afrodescendentes, a partir de uma dissidência surgida pelo apoio de seu presidente, Manoel Conceição da Silva Santos, a um políptico dissidente do Partido Liberal¹⁰. Após a abolição, ela vai se aproximar da Feliz Esperança e também vai dividir muitas de suas lideranças com a Sociedade União Operária Internacional. Quanto a esta última, era uma central de classe do operariado pelotense, formada em 1898, aceitando operários brancos

¹⁰ Este episódio foi muito prejudicial à campanha, pois teve repercussões na extinção do jornal *A Voz do Escravo* e no enfraquecimento do Clube Abolicionista (LONER, 2006), contribuindo para partidarizar a luta abolicionista.

e negros e com ideologia socialista¹¹. Só recuperamos a nominata das duas primeiras diretorias, das quais a maioria dos membros são negros, o que se explica porque a Liga Operária, a quem pretendia fazer um contraponto, discriminava operários pobres e de cor.

SÓCIOS LIBERTOS E ESCRAVOS

Quanto à identificação de algumas lideranças como ex-escravos, foi feita cotejando-se os dados das cartas de alforria da cidade com as informações dos jornais sobre associações e registros eleitorais, além de outras fontes. Entretanto, é necessário dizer que em poucos casos temos certeza absoluta quanto a situação de indivíduos escravizados, apenas quando é explicitada nos próprios documentos. Nos demais, trabalhou-se com indícios, que contém razoável dose de certeza, mas deixando sempre margem para o erro, impossível de ser diminuído, devido aos problemas das fontes. O principal é a falta de regras com relação aos sobrenomes assumidos pelos indivíduos, que é própria da época. Mesmo entre a população branca, era comum as mulheres não usarem o patronímico dos maridos e nem sempre os próprios filhos utilizavam aqueles dos pais. Acresce-se a isso que, sendo Pelotas razoavelmente próxima ao Uruguai, havia aqueles que seguiam a tradição espanhola de utilizar o sobrenome do pai como segundo nome e aquele da mãe como último. Todas essas situações dificultam a tarefa de acompanhar trajetórias individuais através de jornais ou fontes oficiais mínimas, como cartas de alforria.

Especialmente entre os escravos esta situação podia ser ainda mais complexa, pois ao libertar-se poderiam assumir o sobrenome do ex-proprietário, apenas um dos patronímicos deste ou nenhum deles, utilizando uma referência religiosa, um apelido ou qualquer outro signo distintivo que, porventura lhe agradasse no momento. Sem falar no caso de mudança de sobrenome após a libertação, ou no descaso das autoridades com a identificação dessas pessoas, copiando seus nomes de forma malfeita ou atribuindo, nos registros eleitorais especialmente, ao nome da mãe, o sobrenome do filho.

Pela observação feita, notou-se a utilização do primeiro nome de parentes ou amigos como sobrenome, como no caso de Faustino Antonio Maria, o primeiro presidente do Centro Ethiópico, ou Manoel Armando Achilles, ou ainda Pedro Joaquim Domingos, diretores da Feliz Esperança. No início da década de 1880 nem sempre as pessoas apa-

¹¹ Ao falar de ideologia socialista, estamos nos referindo a uma corrente ainda muito difusa, influenciada pelo pensamento darwinista, positivista e cristão, devido a sua pouca difusão no país. Veja-se Cláudio Batalha (1995), a respeito.

recem com seu nome grafado de forma igual todo o tempo, o que também dificulta a identificação. Contudo, o fato de estarem presentes nas diretorias anos a fio, muitas vezes nos mesmos cargos, auxilia a compreensão que os dois últimos indivíduos citados correspondam a Armando Achilles d'Alvares e Pedro Joaquim Domingues, como aparecem posteriormente. Já Faustino Antonio Maria, pode ou não ser o mesmo Faustino Antonio da Cunha Mira ou Myra, que também aparece nas fontes, embora se possa ter 90% de certeza que se refiram a mesma pessoa. Como seu caso é exemplar dos problemas encontrados, vamos detalhá-lo: Com o nome de Faustino A. da Cunha Maria ele aparece como procurador na primeira diretoria da Fraternidade Artística em 1880 (*Jornal do Comércio*, 30/5/1880). No ano seguinte, é eleito para secretário da mesma associação, com o nome de Faustino Antonio da Cunha (*Diário de Pelotas*, 30/8/1881). Logo a seguir, acontece a divisão desta entidade, mas ele continua participando, sendo diretor do mês nas diretorias de 1882 e 1883, com o nome de Faustino Antonio Maria (fontes: *Correio Mercantil* e *Onze de Junho* de 20/6/1882 e *Correio Mercantil* de 6/6/1883). Em 1884, foi presidente do Centro Ethiópico com seu nome grafado da mesma forma (*A Discussão*, 17/10/1884). Posteriormente, será encontrado como secretário da Sociedade Progresso da Raça Africana em 1893 (*Diário Popular*, 6/5/1893) e como orador da S. R. Flores do Paraíso em 1898 e 1903, então com o nome de Faustino Antonio da Cunha Mira (*Opinião Pública* de 11/8/1898 e *Correio Mercantil* de 12/6/1902).

É na sua qualificação eleitoral que aparecem as maiores divergências de dados: no ano de 1880 tem um Faustino Antonio Mira, 35 anos, casado, de profissão sapateiro e sabendo ler. Sua mãe era Antonia Maria¹², morava na rua Paysandu, e auferia 200\$ de renda pela profissão. Em 1884, no rol de eleitores, aparece o nome de Faustino Antonio Maria, residente no 2º distrito policial (*A Discussão*, 29/11/1884). Já na qualificação eleitoral de 1900, novamente surge Faustino Antonio da Cunha Myra, com 45 anos, sendo filho de Francisco da Cunha, solteiro e artista (*Diário Popular*, 3/5/1900). Veja-se que, nesta última, seus dados (idade, filiação, estado civil) diferem dos iniciais, o que também é muito possível de acontecer, havendo casos em que a pessoa tem três ou quatro datas de nascimento e seu estado civil flutua¹³. Por isso, e levando-se em conta a difícil probabilidade de haver duas pessoas

12 Não escapa à observação que seu nome pode ser uma corruptela daquele de sua mãe, tal como provavelmente aconteceu com Pedro Elísio de Alcântara, também do Centro Ethiópico e da Fraternidade Artística, cuja mãe se chamava Elisa Maria do Bonfim, quando de sua inscrição nas aulas da Biblioteca Pública Pelotense, com 17 anos (Arquivo da BPP, fundo BPP- relatório de aulas).

13 Por exemplo, Antonio Baobad foi enterrado com o nome de Baubab e consta como casado e branco, em seu atestado de óbito.

com nome muito parecido, negras, eleitoras e participante das mesmas associações e cargos, ao mesmo tempo na cidade, pode-se considerar que o sobrenome Mira, Myra ou Maria refiram-se a mesma pessoa.

Nas diretorias¹⁴ da Feliz Esperança para a década de 1880, participaram alguns escravos, que se libertaram naquela década, com ou sem o auxílio da associação. Valentim Candido da Rosa, o escravo antes citado¹⁵, libertado em 4 de fevereiro de 1884, por 700\$ contando com o auxílio da sociedade em 249\$, já era da sua direção desde 1881 e 1882, no cargo de tesoureiro (*Correio Mercantil*, 11/1/1882). Ele foi o único ostensivamente citado em todos os jornais da cidade¹⁶ auxiliado pela sociedade, o que não impede que outros tenham conseguido o seu apoio financeiro, de forma mais discreta

Alguns, talvez, não tenham utilizado dinheiro da própria sociedade para sua libertação, mas seguramente muitos fizeram uso da oportunidade de expandirem suas relações pessoais, conhecendo pessoas de influência, entre a comunidade negra e os elementos abolicionistas, para conseguirem sua libertação, como Adão Gonçalves da Silva, orador da Feliz Esperança em 1881 e 1882 (*Correio Mercantil*, 11/1/1881), tesoureiro em 1885 (*Correio Mercantil*, 15/9/1885), vice-presidente em 1888 e segundo orador em 1890 (*A Pátria*, 7/10/1890). Ele deve ser o mesmo Adão, escravo de Leão Gonçalves da Silva, que se libertou em 20/08/1882, mediante pagamento de 710\$ sendo 340\$ por ele mesmo e 370\$ do Clube Abolicionista. Na época, tinha 34 anos, era descrito como solteiro, preto, brasileiro¹⁷. Na Feliz Esperança ele era companheiro de diretoria dos filhos de Manoel Conceição da Silva Santos, do Clube Abolicionista e, na diretoria de 1882, ocupava o cargo de primeiro orador, sendo secundado por José Maria de Carvalho e Silva, já citado, também negro, mas com certo poder de influência por suas ligações e que acompanhava o grupo de Manoel Conceição da Silva Santos.

Imersos numa sociedade clientelista e em que os conhecimentos pessoais valiam mais do que os méritos próprios, não é de estranhar que setores oprimidos, talvez os mais prejudicados por estes mesmos métodos, também os utilizassem. Afinal, era esse o costume, o habitual na vida política e social. Empregos, benesses e auxílios para os amigos e apadrinhados e a indiferença, arbitrariedade ou não encaminhamento de suas petições, para os demais. Anos depois, na República, os mais

14 Outro problema da pesquisa é que nem sempre se encontrou as nominatas das diretorias todos os anos, pelos jornais. Com isso, prejudica a visualização da trajetória dos biografados, e não permite conhecer outros diretores,

15 *Catálogo de Alforrias*, v.1,p. 460.

16 Veja-se *Diário de Pelotas*, *Correio Mercantil* e *Onze de Junho*, do dia 5/2/1884.

17 *Catálogo de Alforrias*, vol. 1, .p. 553 e também no jornal *A Discussão*, de 22/8/1882.

cínicos vão formular a síntese que comporta esta "peculiaridade", da sociedade brasileira até 1964: "aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei".

Aqui, é necessário realçar uma questão. Referindo-se especificamente a Pelotas, Cardoso (1962) vai dizer que o apadrinhamento e a inserção nas relações clientelistas foi quase que um tributo obrigatório pago pelos negros da cidade que buscavam inserir-se na sociedade pós-abolição:

Os canais de ascensão do negro, entretanto, eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas. A democracia brasileira e sua matriz social classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime[...] A mobilidade social controlada fazia com que, como condição para a ascensão, estivesse inscrito já um princípio de subordinação. O negro, "cria de casa" do coronel fulano é que poderia ser porteiro de repartição pública; não era fulano de tal, por seus méritos, que obtinha um emprego determinado. A sociedade de classes parecia sancionar a velha ordem de senhores e fâmulos (CARDOSO, 1962, p. 299).

Ao longo dos estudos sobre a sociedade gaúcha e pelotense deste período e da república, viu-se esse mecanismo em ação. Mas, diferentemente de Cardoso, também se notou que alguns procuravam escapar a ele, mesmo entre aqueles que poderiam utilizá-lo facilmente, mormente por questões político-partidárias. A sociedade fundada no mérito e não no conhecimento individual também era um ideal deste grupo, ainda mais que consistiam nos mais prejudicados pelo clientelismo e apadrinhamento dominante. É significativo que, em 1933, a Frente Negra Pelotense esteja lutando para que os estudantes negros que tenham mérito, pudessem cursar o Colégio Pelotense (colégio municipal padrão da cidade). Ou seja, não se pedia favores, mas justiça. Claro está que este é um pequeno grupo dentro do conjunto dos afrodescendentes pelotenses, mas é deles que estamos tratando, portanto, cabe a ressalva.

Outra forma de conseguir apoio para sua libertação, foi através dos canais da Igreja Católica e as relações interpessoais entre seus membros. Adão Gerena de Oliveira, da coordenação do Centro Ethíópico, foi alforriado sem ônus em 4/5/1884, por Emília Nunes Gerena, em atenção ao seu bom comportamento. Ele já utilizava este nome ainda como escravo, em 1879, quando era mesário da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora e, em 1881, estava na diretoria da Irmandade de São Benedito¹⁸. Adão Gerena não tem o perfil dos demais, em termos de participação sindical ou política e também não sendo en-

18 *Jornal do Comércio* 6/1/1880.

contrado como eleitor. Depois de 1888, vai ter pequena participação em uma diretoria de sociedade recreativa, o Recreio dos Operários, em 1888 e fez parte do Clube José do Patrocínio, de representação política da raça negra, em 1905. Era muito considerado na comunidade negra, pois em 1907, um ano após sua morte, foi inaugurado seu retrato em sessão solene na sociedade carnavalesca e bailante Flores do Paraíso, por iniciativa do Clube José do Patrocínio (*Alvorada*, 12/9/1953). Por sua vez, a Flores do Paraíso, como indica seu sugestivo nome, era formada por operários católicos, com a família de Manoel Conceição da Silva Santos, sendo um de seus principais sustentáculos internos.

AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS NEGRAS

Nesse estudo, a todo momento, tropeça-se com a figura e poder de influência de Manoel Conceição da Silva Santos, tesoureiro da Irmandade do Rosário, proprietário do jornal *A Voz do Escravo*, fundador e presidente da Fraternidade Artística, sociedade na qual participou por muitos anos. Ele é um personagem singular: nunca foi escravo, tinha várias propriedades na cidade, tendo também boas relações políticas, como membro do Partido Liberal, acompanhando Fernando Osório em sua dissidência nesse partido no início da década de 1880. No período republicano, sua família sobressaiu-se, sempre vinculada à Igreja, sendo que um de seus netos, Carlos Santos, tendo iniciado como líder sindical metalúrgico e deputado classista, depois se tornou deputado estadual por muitas legislaturas. Por parte de seus filhos, haverá uma luta constante contra a discriminação racial na cidade, estando sempre presentes em várias atividades do grupo negro da cidade. Ele tinha a profissão de construtor e seus filhos a seguiram, dessa forma distanciando-se um pouco dos demais trabalhadores negros da cidade, meros assalariados urbanos. Manoel foi um lutador pela abolição e seus filhos lutaram pela igualdade de direitos de negros e brancos, em questões cotidianas como sentar a mesa de um bar ou assistir um espetáculo nas cadeiras de um teatro e não empoleirado nas galerias (LONER, 2001).

AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS

Mas, voltando aos líderes da Feliz Esperança, é o momento de falar dos principais dentre eles. O próximo biografado utilizou até o limite as poucas possibilidades abertas para quem, como ele, nasceu escravo, construindo uma eficiente estratégia para sua libertação: Justo José do Pacifico, sapateiro, era escravo de D. Balbina Chaves Silveira, e foi libertado pelo Fundo de Emancipação do Município em 22/12/1882. Nesse momento, já havia se casado com Maria Joana, escrava de José

Dias de Castro, também liberta por este fundo no mesmo dia (A Nação, 23/12/1882). Muito provavelmente, casou-se para se libertar, já que as regras do Fundo de Emancipação priorizavam a liberdade de famílias, antes que de solteiros e seu casamento foi patrocinado pelo Clube Abolicionista, conforme consta do relatório desse clube publicado no jornal Onze de Junho de 14/5/1884. O nome dele e de sua esposa encaixam a lista dos onze libertandos daquele ano, nove mulheres e dois homens. Mas Justo, já bem antes de 1884, lutava pela abolição, sendo eleito presidente da Associação Lotérica Feliz Esperança em 1881 e reeleito em 1882 (*Correio Mercantil*, 8/1/1881). Nessa década, vai estar presente em todas as diretorias que se encontrou da sociedade, sendo orador em 1885, 1887 e 1888 e, novamente em 1905. É primeiro secretário em 1890, 1892 e 1897 e fez parte da Comissão Revisora dos Estatutos em 1897¹⁹. Ainda foi diretor em 1896 e 1906.

Mas suas habilidades associativas vão além, pois está na Comissão Coordenadora do Centro Ethiópico em 1884, participando das festas da emancipação (*Onze de Junho*, 21/10/1884). E também amplia seus espaços de influência, se fazendo presente na diretoria da entidade dos artesãos negros em Pelotas, a Fraternidade Artística. Chegando num momento de crise associativa (1886/1887), participa de uma comissão de Sindicância da mesma²⁰ (*Correio Mercantil*, 27/5/1887), e, em 1888, é eleito presidente da mesma (*Correio Mercantil*, 17/6/1888), mantendo participação regular desde então e sendo vice-presidente em 1898.

Após obter a liberdade, logo passou a frequentar as aulas noturnas para operários da Biblioteca Pública Pelotense e buscou alistar-se como eleitor, em 1890, aparecendo nos registros como casado, com 39 anos, brasileiro, sapateiro e filho de Delfina Benedita do Pacífico. Em 1900, em novo alistamento eleitoral é cadastrado como tendo 56 anos, casado, artista, constando o nome de seu pai(!?) como Delphino do Pacífico. Talvez isso seja motivado pelo fato que sua ascensão social, a dono de oficina de calçados tenha motivado o escrevente a conferir-lhe um registro mais “digno” enquanto eleitor. Provavelmente sabia que, em sua nova posição social muito teria a ganhar participando, embora limitadamente, da vida eleitoral do seu tempo. Nisso, teve um desenvolvimento bem diferente dos seus demais colegas de diretoria de 1885, como Antonio de Oliveira e Pedro Joaquim Domingues, dos quais falaremos a seguir e que deixam de participar do processo eleito-

19 Todas estas participações estão documentadas pelos jornais da época, que não são indicadas aqui pelo seu grande número.

20 *Correio Mercantil*, 27/5/1887 e 17/6/1888.

ral, exatamente por entendê-lo como falho e inútil na conjuntura do início do século XX, marcada pela dominância sufocante dos castilhistas na política estadual.

Sua trajetória ainda não terminou: em 8 de agosto de 1888, é eleito orador da primeira diretoria permanente do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados, substituindo o italiano e socialista Giovanni Thomaso Mignone, orador na diretoria provisória. Chama-se a atenção aqui para o posto que ocupou. O Centro Cooperador foi uma associação que juntou brancos e negros donos de oficinas ou fábricas de calçados para lutar contra uma tarifa pró-importação de produtos estrangeiros que estava sendo exigida pelos comerciantes da capital e que, segundo os empresários do interior, iria levá-los à falência. Foi desse Centro que depois se organizou a Liga Operária. Justo, portanto, ao ter a delegação de representação oral de sua categoria em momento tão importante, deveria ter obtido o reconhecimento de seus pares como artesão e dono de oficina²¹. Por outro lado, pode-se pensar que, ao lutar contra uma tarifa que beneficiava produtos estrangeiros, os demais proprietários podem ter achado interessante ter um elemento 'nacional' como orador e não um estrangeiro portador de uma ideologia considerada exótica.

Se Justo foi escravo, membro da classe operária e depois ingressou no escalão mais baixo da burguesia, fugindo de suas origens, outros diretores da Feliz Esperança, também muito capazes, pelo que demonstra sua própria trajetória associativa se mantiveram a frente dos rumos da classe operária em Pelotas até o final de suas vidas. Dois desses chamam a atenção.

O primeiro é Antonio de Oliveira ou Antonio Baobad também nascido escravo, que se libertou por volta de 1879/1880, quando contava com 18 a 20 anos de idade. Participou da Feliz Esperança por longos anos, desde a década de 1880, até sua morte em 1907, tendo ocupado diversos cargos, embora nunca tivesse sido seu presidente. Não se descobriu como conseguiu sua liberdade, apenas há a informação que pagou por ela. Antonio também estudou na escola da Biblioteca Pública, e tinha a profissão de chapeleiro, sendo mestre na firma Banmam e Cia., por volta de 1883. Em 1886, participou da criação da Sociedade de Socorros Mútuos União e Fraternidade, de chapeleiros e em 1887 fez parte do grupo de fundadores do Partido Republicano na cidade, junto com Armando Achylles de Álvares, outro sócio e diretor da Feliz Espe-

21 Tem-se dados para demonstrar que, na cidade, a feitura artesanal de calçados ainda era uma atividade em que a maestria e o domínio da técnica imperavam, como é evidente no repto para um teste, feito por Giovanni Mignone a um seu rival, sobre quem faria com maior arte e em menor tempo, uma bota, publicada pelos jornais em inícios da década de 1890.

rança. Também vai ser membro da Liga Operária em seus inícios, integrando, em 1892 uma chapa contrária às tendências burguesas dessa mesma liga, mas que perde a eleição. Em 1893, era do grupo de lideranças da greve dos chapeleiros das três fábricas a vapor da cidade e, no segundo semestre daquele ano, participa da sustentação do jornal socialista Democracia Social, que dura apenas até o final do ano, vitimado pelas próprias atividades de denúncias das péssimas condições de trabalho nas fábricas pelotenses e sofrendo os efeitos do clima político opressivo provocado pela “revolução federalista”.

Com o início da guerra civil no estado, sua pista se perde por alguns anos, mais precisamente até final de 1897, quando surge como fundador e presidente de uma central sindical operária, a Sociedade União Operária Internacional, de tendência socialista. Contudo, em meados de 1898 demite-se de sua direção, fundando outra associação operária, o Centro Operário 1º de Maio, formado majoritariamente por chapeleiros fulistas. Neste momento, não usa mais o sobrenome “de Oliveira” trocado pelo de Baobad ou Baobab. Em inícios do século XX, sofrendo de tuberculose, deixa de trabalhar como operário e passa a sobreviver de serviços variados, como dono de venda de lenha e frutas, na mesma rua da sede da Feliz Esperança. Para conseguir algum dinheiro, também passa a ensinar primeiras letras para meninos negros. Sua última atuação política é ajudar a fundar o jornal *A Alvorada* em maio de 1907, pois morre pouco depois, em 8/6/1907.

Resumidamente²², esta é a história de Baobad, a qual levanta várias ponderações. Tendo sido republicano de primeira hora, e assim permanecido até morrer, provavelmente Baobad teria, se o quisesse, possibilidade de conseguir um emprego melhor, que lhe exigisse menos esforços, por via política, pois era “orador fluente” e tinha inteligência que superava a média, segundo seu biógrafo, Rodolpho Xavier²³. Mas não foi o que ele fez: ao contrário, aguçou as contradições com os homens influentes da terra. Insubordinado, como se ser homem pobre e negro já não fosse suficiente, em termos de desvantagens a vencer, envolveu-se com um grupo dissidente e radical na Liga, depois passou a fazer parte do comando de greve de sua categoria e, não satisfeito com tudo isso, ainda fez parte do único jornal socialista do estado em 1893, justamente numa situação em que a prudência recomendaria a maior discrição, para não atrair sobre si a ira dos grupos oligarcas em

22 Já se analisou sua trajetória longamente em Antonio: de Oliveira a Baobad, (LONER, 2005) para a qual remete-se os interessados.

23 Rodolpho Xavier fala de Baobad em duas crônicas do jornal *A Alvorada*, em 5/5/1935 e 5/5/1955, normalmente quando da comemoração do aniversário do jornal. Elas são importantíssimas para analisar sua vida o que se tornaria difícil de outra forma, devido a sua mudança de nome. Outros dados foram retirados de outros jornais da época, como as nominatas de diretorias, greves e necrológio.

confronto. Quando os editores do jornal são forçados a fechá-lo, devido ao agravamento do clima político na cidade, Baobad também se ausenta. Talvez tenha se apresentado voluntariamente para defender a República, aqui entendida como o governo dos partidários de Julio de Castilhos, talvez tenha tentado se tornar invisível, desaparecendo de onde era conhecido, justamente para não ser convocado, não se sabe.

Em algum momento, entretanto, parece ter se desiludido com a República e descoberto que seu desejo de cidadania para todos, não seria satisfeito tão rapidamente nesse país. É isso que o leva a mudar seu nome para Antonio Baobad, abandonando o patronímico que lembrava seus tempos de escravidão. A busca das raízes africanas, num momento em que os próprios negros procuravam esquecer-se delas, é sintomática que continuava rebelde. Rebeldia que levou até o fim, ao voltar e fundar uma central operária socialista, para contrapor-se à Liga, e desgostoso dos seus rumos, a apostar na criação de ainda outra entidade. Nisso, conseguiu envolver grande número de amigos e companheiros de outras lutas e associações, como alguns que vieram da Feliz Esperança, dos seus companheiros chapeleiros, etc. Em maioria, negros, pois as duas centrais sindicais citadas tinham de 80 a 90 % de suas direções compostas por afrodescendentes. Portanto, sabe-se que ele não estava sozinho, muitos o seguiam e comungavam de seu desencanto. Indiferença, aliás, fácil de avaliar pelas próprias listas eleitorais: a busca atenta dos nomes dessas lideranças entre os qualificados para votar em 1900, não encontrou resultados. Diferentemente de 1890, poucos se alistaram, entre os que sabiam ler e escrever. Essa indiferença é sintomática de que não consideravam que, naquele sistema, corrompido em sua forma eleitoral e autoritário politicamente o voto de operários poderia modificar alguma coisa.

Baobad parece ter feito parte de um grupo muito especial de lideranças operárias, que sempre compartilhavam cargos de direção nas mesmas entidades e mantinham uma trajetória em comum, mas também possuíam a certeza de que suas vidas e de sua "raça" estavam unidas a constituição da classe operária no país. Ou seja, tinham a convicção de que, para melhorar a vida dos negros brasileiros, era necessário lutar pelo fim da discriminação racial, mas também era indispensável lutar pela melhoria das condições de vida e emprego dos trabalhadores.

Além de Baobad, nesse grupo destaca-se Pedro Joaquim Domingues. É muito provável que tenha sido escravo, pelo perfil que apresenta, mas pouco se descobriu sobre sua vida anterior à participação na Feliz Esperança, apenas que, em 1881, associa-se a um grupo na

compra de bilhetes de loteria²⁴. Na primeira vez que seu nome aparece nessa associação, já como presidente, encontra-se grafado como Pedro Joaquim Domingos. Foi presidente da Feliz Esperança em 1884, 1885, 1887 e 1888/1889, orador em 1890 e novamente em 1896, tesoureiro em 1898. Em 1910 uma notícia indica que ele tinha sido reeleito sucessivamente presidente dessa associação, sete vezes naquela década. A seguir, foi seu secretário de 1911 a 1915²⁵.

Embora não aparentasse fazer parte de sua prioridade estar em diretorias de associações recreativas, teve uma participação marcante na Recreio dos Operários, em 1890, presidindo uma chapa que, em reunião tumultuada, venceu a disputa para a direção da entidade. A análise do episódio dá a entender que ele atuou como liderança de um grupo, que, no meio a uma crise, vence a eleição para a direção da entidade, que se divide pouco tempo depois. A saída encontrada para a Recreio, foi sua dissolução e posterior reconstituição, com o mesmo nome, logo a seguir. Nesse processo também é criada outra associação, englobando os dissidentes (*A Pátria*, 29/12/1890). A entidade dissidente formada, a Satélites do Progresso reunia elementos do que se poderia chamar de estratos mais elevados entre o grupo negro, compondo-se de professores, funcionários públicos, profissionais liberais, militares e pessoas de maior posse entre o grupo. Então, talvez ele continuasse, com sua intervenção na eleição, defendendo os interesses da parcela "operária" entre a comunidade negra pelotense, pois a Recreio dos Operários era a sociedade recreativa negra mais antiga da cidade e poderia representar um símbolo para a comunidade.

Essa atuação ressalta seu perfil de militante étnico, embora ele nunca diminuísse o espaço da atividade sindical. Em toda sua vida ativa, ele manteve a característica de estar sempre presente em momentos de necessidade de sustentação de entidades. Como secretário, foi talvez o único que continuou a apostar na União Operária Internacional por dez anos, até 1909, embora ela perdesse seu potencial de representação antes da virada do século. Significativamente, ela funcionava junto à Feliz Esperança, da qual ele era o presidente. Mas isso não o impediu de apoiar a criação da Sociedade União Operária de 1905, central classista que reunia operários pobres e/ou de cor, tendo a presença de libertários em seu meio. Quanto a associações sindicais, foi presidente da União dos Culinários em 1891 e também liderou a criação da Sociedade B. União dos Boleeiros (cocheiros) sendo seu presidente em 1912 e 1913.

24 *Jornal do Comércio*, 15/9/1881. Desse mesmo grupo participaram muitos dos sócios da Feliz.

25 É possível que seu envolvimento associativo fosse ainda maior, mas não se achou mais notícias dele depois dessa data e a sociedade praticamente desaparece dos jornais, indícios de seu enfraquecimento.

Sua atividade sindical parece indicar que desempenhou várias funções, profissionalmente, além do que, em sua qualificação eleitoral de 1890, apresentar-se como casado, de profissão sapateiro. Provavelmente, isso foi o efeito da falta de empregos e do marasmo econômico que dominou a cidade durante a República Velha obrigando as pessoas a mudarem de profissão várias vezes ou deslocando-se para outras cidades, deixando a família a cargo das mulheres, para buscar trabalho.

Líder de um grupo, sempre estava presente, fortalecendo as associações, buscando mantê-las vivas ou fundá-las. E como liderança negra, sabia que tinha que lutar em todas as frentes. Assim, o encontramos na diretoria dos homens de cor do Asilo São Benedito para Órfãos nos anos de 1909, 1910 e 1911 (era vice-presidente). Também foi fundador e tesoureiro do Centro Ethiópico Monteiro Lopes, criado para protestar contra tentativa de esbulho eleitoral a deputado negro em 1909. Nesses espaços sempre esteve acompanhado de outros militantes desse grupo, mostrando que a sua não era uma opção individual, mas sim de todos aqueles que, como lideranças negras colocavam-se como meta "a elevação da raça"²⁶. O Asilo São Benedito aceitava a todas as meninas necessitadas e, em pouco tempo, estendeu sua proteção também aos meninos órfãos. Naquela situação, ele se constituía numa necessidade para uma comunidade carente de apoios institucionais.

O fato de ter participado do Asilo, entidade que em 1913, passa a ser administrada pela Igreja Católica, não significa que não pudesse ter orientação ideológica diferenciada. Era socialista, professor das aulas noturnas da União Operária Internacional e também foi colaborador do jornal *A Alvorada*. Sua ligação com Baobad sempre foi próxima, pois os dois estiveram presentes em muitas diretorias da *Feliz Esperança*, nas duas diretorias da União Operária Internacional e no jornal *A Alvorada*, além de Domingues ser o orador oficial da cerimônia em homenagem fúnebre à Baobad na própria sede da *Feliz*. É provável que eles tenham divergido na diretoria da União Operária Internacional, pois o último e seus companheiros saem da diretoria, indo fundar nova associação, em cuja composição predominam os chapeleiros fulistas, companheiros de Baobad. Contudo, ao final da vida deste, os dois eram vizinhos, morando à pouca distância e próximos a sede da *Feliz Esperança*.

Outro companheiro de lutas de Baobad era Armando Achylles de Álvares, indivíduo sempre presente em boa parte das diretorias de que Antonio participava. Armando, nascido provavelmente em 1866, era eleitor em 1900 e aparece como vivendo do comércio, com 34 anos e

26 Usa-se, aqui, a expressão que eles próprios utilizavam naquele momento.

solteiro. Em 1920, quando morre, seu necrológio o coloca como casado com Quília Álvares e deixando um filho, Hipócrates²⁷. Ele se alistou no Partido Republicano junto com Baobad em 1887 e participa de várias diretorias de associações, estando na Feliz Esperança em 1885, 1888 e também ao final de sua vida, entre 1914 a 1916, estas últimas vezes no cargo de tesoureiro.

Em 1893 participa com Baobad da chapa reformadora para a Liga Operária, a qual tenta mudar por dentro a entidade, mas perde. Perde também, participando da “chapa radical” para a sociedade bailante Recreio dos Operários, mas na dissidência desta, não parece acompanhar os elementos que saíram (*A Pátria*, 29/12/1890). Provavelmente, pela pouca participação que teve e pelo cargo menor que ocupou, “empreste” seu nome para a diretoria provisória da Sociedade União Operária Internacional, articulada por Baobad.

Armando representa outro tipo de liderança: nunca foi o nome principal, em nenhuma chapa, aparecendo sempre em cargos menores ou de confiança, como tesoureiro. Além disso, demonstra um grande interesse por entidades recreativas, provavelmente sendo sócio de muitas, como era usual naqueles tempos. Assim, é um exemplo daqueles militantes que, em parte participam porque acreditam na união, mas em larga medida também porque nutrem sentimentos de amizade e confiança por outros, como Baobad ou Domingues, e então os apoiam em suas campanhas, pela criação ou fortalecimento de uma ou outra entidade.

Analisando as nominatas de diretorias diversas, pode-se perceber outros em tal situação. Esta também é uma via de mão dupla, com os líderes sindicais de maior peso, às vezes participando em entidades recreativas ou assistenciais em momentos de crise. Domingues parece protagonizar bem tal comportamento, tanto na sociedade Recreio Operário como no Asilo São Benedito, em que participa nos anos finais da sua gestão por homens de cor, já que em 1911, ele passa aos cuidados de ordem de freiras católicas e, a partir de 1914, sua diretoria é formada de gente branca da região, filantropos.

Estes militantes representam a primeira geração dos trabalhadores negros em Pelotas, pessoas que conviveram com a escravidão e que tiveram que enfrentar os principais obstáculos trazidos por ela, em termos da sua luta pela integração social. Nesse sentido, já eram velhos para a época, ou haviam desaparecido, quando as entidades negras da cidade começam um novo reciclar de seus objetivos e tipologias, por volta da primeira década do século XX. Esta reciclagem vai

27 *Rebate*, 20/01/1920.

privilegiar agora, clubes e cordões carnavalescos, bem como equipes de futebol, as vezes em conjunto. Por outro lado, talvez presente na própria dissidência da Recreio dos Operários, o que se investigará em outro trabalho, deve estar presente uma diferenciação entre a própria comunidade negra, com alguns setores mais abertos a uma política de ascensão individual, dominada por valores do próprio grupo dominante na sociedade e que se conhece com o nome de “estratégia do embranquecimento”, já discutida, entre outros, por Hofbauer (2004) e Domingues (2006), aos quais remete-se os leitores.

A SEGUNDA GERAÇÃO

Quanto às sociedades mutualistas, elas têm seu momento de auge no século XIX. Com a diferenciação entre elas praticamente desaparecendo depois da extinção da escravidão, a Fraternidade Artística começa a ter muitos diretores oriundos da Feliz Esperança e ambas “doam” militantes para a composição da Sociedade União Operária Internacional. Posteriormente, as duas vão desaparecendo das notícias e deixam de existir na segunda década do novo século. Os militantes posteriores continuarão com a preocupação de criar e manter entidades étnicas, mas mais voltadas para atividades recreativas, embora continuam se fazendo presente nas entidades operárias. Como elemento de transição, pela sua longevidade e importância, temos Rodolpho Xavier.

Rodolpho nasceu em 1873, beneficiado pela Lei do Ventre Livre e morreu em fevereiro de 1964, pouco antes do início da ditadura militar no Brasil. Durante toda sua vida, desde a infância, acompanhando as lutas republicanas com Baobad até a velhice, participou das lutas dos negros pelotenses e dos trabalhadores, como pedreiro e líder sindical. Foi cronista do jornal *A Alvorada*, memorialista do grupo, lutador da causa negra e militante sindical, tendo participado em muitas entidades. As associações sindicais mais relevantes foram, a Sociedade União Operária Internacional de 1898, outra Sociedade União Operária de 1905 e a Liga Operária, nos anos 1920, sob a orientação sindicalista. Em 1924 e 1925, foi redator do jornal da Liga, demonstrando sua capacidade de trabalho em comum com pessoas de ideologias diferentes da sua²⁸. Participou depois da Frente Sindicalista de Pelotas e tentou fundar um Sindicato de Pedreiros, a ela ligado, em 1932/1933.

Nas lutas étnicas fundou o jornal negro *A Alvorada* em 1907, foi fundador e secretário do Centro Ethiópico Monteiro Lopes (1909) e do Centro Alcides Bahia (1924), ambas organizações criadas para lutar

28 Correspondia-se com militantes libertários, nos anos 1950 e 1960. Sua trajetória nos anos 30 está em Loner 1999, 2º volume.

pela posse de deputados negros eleitos, e a quem a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso ameaçava não empossar. Na década de 1930, fez parte da Frente Negra Pelotense, auxiliando a dar-lhe um cunho mais socialista e de luta contra o preconceito racial, papel também que assumiu em suas crônicas no *A Alvorada*, sempre lembrando aos negros suas origens, discutindo e posicionando-se sobre temas de interesse específicos dos trabalhadores e/ou políticos, nacionais ou mundiais.

Foi candidato às eleições parlamentares de 1934, pelo Partido Socialista Proletário Brasileiro, partido regional cuja nominata de candidatos era constituída por negros e/ou sindicalistas. Nos inícios dos anos 30, acreditou na implantação das leis trabalhistas, mas já em 1934 demonstrava seu desapontamento com a "Revolução de 1930". Talvez devido a isso, tenha resistido a tirar a carteira de trabalho, só o fazendo ao final da vida, com o objetivo de amparar seus familiares. Morreu pouco antes da ditadura militar de 1964, sendo poupado ao menos desse desgosto, pois todos os demais desde seu nascimento ele os teve: a frustração com o alcance extremamente moderado da luta abolicionista; as decepções com a política republicana da República Velha; a luta árdua para sobreviver com dignidade, como operário e como negro numa sociedade excludente e discriminatória e até a decepção com os próprios limites do comportamento operário e dos homens de sua cor. Todas essas experiências ficam bem explícitas em suas crônicas do tempo da velhice, em que recorda as batalhas que travou e das quais jamais se arrependeu, desde as físicas, como soldado republicano na guerra civil de 1893, até as político-ideológicas e raciais, pela "elevação do negro na sociedade", como costumava dizer. Em suas crônicas, lembrava a "desobediência civil", dele e de um punhado de amigos, ao não aceitar a proibição de negros frequentarem determinado bar, exigindo serem atendidos, mesmo pagando mais caro pelas bebidas. Lembrava os feitos de seu irmão e de outros lutadores da causa operária e negra, orgulhando-se de suas raízes e trazendo-as ao presente da comunidade. Dessa forma, não nos legou só suas lutas, mas excelentes fontes para conhecer a história daquele período.

Para terminar, outra biografia, de um militante ao mesmo tempo representativo dos novos tempos da liderança negra em Pelotas, mas também excepcional pela sua articulação com o movimento libertário da década de 1910, sendo exemplo da tolerância com outras ideias e da versatilidade com que podiam assumir novos comportamentos, desde que necessário. Florentino de Barros Lima, que, provavelmente nasceu por volta de 1890, pois está participando ativamente do movimento operário na década de 1910, como liderança do movimento de

greve geral da cidade de Rio Grande em 1918, sendo preso no decorrer da mesma, como um dos coordenadores da União Geral dos Trabalhadores de Rio Grande.

Sua trajetória anterior à prisão, em Pelotas, nada tinha de radical. Foi encontrado pela primeira vez em um "apedido" no jornal *Opinião Pública* de 14/8/1912, defendendo sua sobrinha, que trabalhava como empregada doméstica e foi acusada de roubo e maltratada pelos patrões, mas sua culpa não foi provada. Pertencendo à nova geração de militância, Lima teve ampla participação em entidades recreativas, diretor ativo da S. B. R. Sete de setembro de 1908 a 1913, sendo orador neste último ano. Também foi orador da S. B. Recreativa Aliança em 1910, mas sua maior participação associativa foi na S. B. 24 de Junho na qual pronunciou conferência em agosto de 1913 para comemorar seu aniversário de fundação, participando no Conselho Fiscal deste ano. Foi seu secretário em 1915 e tesoureiro em 1916. De temperamento um pouco violento, participa de um episódio, juntamente com o presidente do Clube, Accacio Caldeira, em que os dois são acusados do espancamento de um indivíduo que, proibido de entrar em um baile (exclusivo para os sócios), em 1916, chamou o clube de "charqueada" por um jornal da cidade.

Florentino Lima e Accacio Caldeira vêm a público assumir que bateram nesse indivíduo, enfatizando a importância desse gesto, justificando-o pela atitude do ofensor. O orgulho que demonstram é relativo ao fato que não deixaram insultar um clube negro que primava por selecionar seus sócios, exatamente para impedir brigas em suas dependências, constringendo as famílias frequentadoras. Na verdade, essa atitude era indício da resposta encontrada para um grave problema das associações populares e especialmente negras que promoviam bailes, aquele de conseguir respeito e bons modos por parte dos frequentadores de suas atividades. O principal problema era evitar que indivíduos não pertencentes a seus quadros pudessem provocar brigas em seus espaços. Isso porque, sendo os negros tidos em tão pouca consideração na sociedade, não faltava quem buscasse frequentar seus bailes apenas para divertir-se com as mulheres do grupo, muitas vezes bêbados, o que acarretava brigas, até com intervenção policial. Dessa forma, Florentino, em sua participação na comunidade negra, mostrava um comportamento que primava pela defesa da moral e bons costumes, policiando a participação nas sociedades de que fazia parte.

Como militante sindical, mostrou uma atuação destemida, mas respeitadora de posições políticas oligárquicas tradicionais, em Pelotas. Presente em posições de relevo nas entidades operárias, foi secretário da União Operária em 1913 e outros anos. Presidiu e participou de cam-

panhas, juntamente com a Liga, contra a carestia, não receando posicionar-se contra o todo poderoso Partido Republicano Rio-Grandense, mas fazendo frente comum com políticos de oposição. Na cidade de Pelotas ele já havia construído uma boa relação de convivência e provavelmente simpatia as ideias dos libertários, embora fosse evidente, pelo seu comportamento associativo, que não era defensor das mesmas em todos os espaços da vida social²⁹. Em Rio Grande, para onde deve ter ido, em fins de 1917, logo ocupou posição de destaque entre as lideranças operárias, mas então participando de uma entidade constituída segundo o padrão sindicalista libertário, ou seja, recusando qualquer comprometimento com políticos tradicionais e partidária da ação direta. A greve de 1918 em Rio Grande foi muito séria e violenta para todos os participantes, com acusações de boicote, prisões e conflitos variados, além de denúncias de tentativas de sabotagem da usina e de equipamentos de uma empresa privada. No meio deste conflito ele é preso, quando da invasão da União Geral de Trabalhadores sendo solto apenas ao final do movimento.

Assim, é um militante que facilmente enquadra-se no padrão de militância dos espaços de que participa. Sua participação radical em Rio Grande, entretanto, tem um custo: depois de solto, ele desaparece do movimento negro e operário, não mais sendo encontrado nem nas entidades de Rio Grande, nem em Pelotas, sequer nas sociedades recreativas. Esse é um dos poucos casos de militante negro que desaparece completamente da cena associativa. Aparentemente, sua participação lhe trouxe transtornos que o obrigaram, ou a deixar de vez o movimento, ou a emigrar para outras regiões, nisso se assemelhando não aos militantes negros, que costumavam permanecer nos mesmos locais de militância, mas aos anarquistas, que eram forçados a imigrar para outros locais, a cada posicionamento ou atuação mais forte, como forma de livrar-se da vigilância policial. Paz a seus manes, onde se exilou.

CONCLUSÃO

Concluindo, pode-se dizer que, se para este grupo específico de negros tinha se colocado, como ideal de vida a inserção na sociedade via trabalho, a experiência de participação em entidades operárias era uma coisa normal e semelhante, para alguns deles, com a participação em entidades recreativas, sendo que eles transitavam o tempo todo, de

²⁹ Rodolpho Xavier também cultivou essa tolerância, tendo tido rugas e conflitos com os libertários, mas que não o impediram de trabalhar junto com eles em alguns momentos. Ao final de sua vida, recebia o Ação Direta, de Edgar Rodrigues, de Portugal e citava Oitíca.

um para outro tipo de entidade. Thompson, com sua ênfase na experiência e vivência da classe operária, pode nos auxiliar a compreender melhor os mecanismos em jogo neste caso, especialmente o sentido de fraternidade, de necessidade inseparável da militância para a vida, etc. Efetivamente, nesse nosso estudo dos militantes negros, ressalta-se, comparativamente aos brancos, a maior duração de sua participação associativa.

Enquanto a maioria das lideranças operárias brancas daqueles anos, dedicava-se à causa operária, pelo tempo de alguns anos, ou de uma década, em raros casos passando disso³⁰ os negros permaneciam quase por todo o tempo de sua vida útil, em associações de classe ou recreativas, ou ambas. Mesmo ao final da vida encontram-se aqueles dispostos a participar como conselheiros de associações, chamados a intervir em momentos de grave crise das mesmas. Reitera-se que isso ocorria porque a militância, muito mais que uma disposição, ou atitude individual, passava também pelo crivo da necessidade de seu grupo, de sua estratégia de inserção na sociedade³¹.

Ainda há outras considerações que se devem fazer sobre esse grupo de negros pelotenses. Primeiro, sua forte vinculação com a Igreja Católica, visível por exemplo, no jornal *A Alvorada*, na participação em entidades recreativas ou beneficentes vinculadas à Igreja e na assunção de uma moral marcada pelos valores do trabalho e do comportamento cristão. Há exceções, obviamente, como Rodolpho Xavier, que, culto e influenciado pelos seus companheiros libertários e sindicalistas, apresenta forte traço anticlerical em seus escritos.

Em segundo, o tom normalmente moderado, mas persistente de suas atividades, que se desenrolam por anos a fio e envolvem grupos, de companheiros de outras associações, ou até vizinhos, mas que tem em comum o apego a uma determinada comunidade, da qual dificilmente se afastam para sempre. Nesse ponto, se diferenciam bastante dos militantes partidários, como comunistas ou anarquistas, que encararam a militância como missão e partem em jornadas diversas por vários pontos do país, ou emigram.

Ainda apresentam uma grande tolerância em trabalhar com pessoas de ideologia diferenciada, como ficou marcado, especialmente nos casos de Florentino e Rodolpho, membros mais jovens desse grupo e

30 Isso pode ser comprovado pelo estudo das nominatas de seus diretores e sua principal causa estava na fragilidade das associações, dificuldade encontrada para a militância e perseguição que sofriam por parte dos patrões e polícia.

31 A tese de Aldrin Castellucci (2008) sobre o Centro Operário da Bahia, fundado em 1893 e com maioria negra, descreve também uma atuação moderada de seus diretores, embora neste caso, esta fosse uma sociedade reformista e que procurava vantagens políticas, para seus sócios explorando as brechas do sistema político viciado da época e jogando com as relações clientelistas das elites dominantes.

que souberam participar de instituições e atividades anarquistas, sendo respeitados por estes, mas sem comungar totalmente de suas ideias, unindo esforços em prol do bem da causa operária.

Adverte-se que não se pretende aqui traçar um perfil étnico de militância, o que seria recair em erro, pois não é a cor da pele que forma o militante, mas sim seu meio cultural e social e as condições que encontra para sua atuação. Nessa perspectiva, a experiência e a vivência dos trabalhadores negros de Pelotas, os levaram a atuar de uma forma constante, embora discreta e voltada para garantir a manutenção das entidades e das conquistas diárias. Claro que há elementos mais radicais entre eles, mas mesmo eles como o prova o caso de Florentino de Lima, se tornam radicais na medida em que isso é necessário, ou que faz parte do padrão do grupo no qual se inserem. Todavia, seja para estes militantes, seja posteriormente, mantém-se a característica básica de persistir na militância, em qualquer espaço em que se encontrem. Assim, se reciclam e continuam trabalhando, com vistas a consecução de seus objetivos.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC, 1998.
- BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (ORG.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, p. 11-44.
- CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado em História), UFBA, 2008.
- CRUZ, Maria Cecília. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 188-209, dez./fev, 2005/2006.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo: Dominus, 1965.
- GUIMARÃES, Antonio. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

- LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande 1888-1930). Pelotas: EDUFPel, 2001.
- LONER, Beatriz. La lenta construcción de identidades colectivas: trabajadores em el final del Império. *Entrepassados. Revista de História*, ano XV, n. 29, 2006, p. 27-42.
- LONER, Beatriz. Antonio: de Oliveira a Baobad. Comunicação apresentada no *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2005, Porto Alegre, CD ROM.
- LONER, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)* 2 vols. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, 1999.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres*. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem*. Porto Alegre: EST edições 2003.
- PERES, Eliane. "Templos de luz": os cursos noturnos masculinos da de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense. 1875-1915. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação (mestrado em Educação).
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Depto. de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão*. Catálogo de alforrias. Repertório de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do Interior do Rio Grande do Sul. Coordenação Jovani Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Corag, 2006, v.1.
- SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre classes populares no pensamento sociológico contemporâneo. In: CARDOSO, R. *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 36-67.
- SANTOS, José Antonio. *Raiou a Alvorada*. Pelotas: EDUFPel, 2003.
- THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Organizado por NEGRO, Antonio e SILVA, Sergio). Campinas: EDUNICAMP, 2001.

EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DE EX-ESCRAVOS URBANOS NA SOCIEDADE DO TRABALHO LIVRE: TRAJETÓRIAS (IN)COMUNS¹

Beatriz Ana Loner

Nessa comunicação pretende-se, a partir do levantamento e identificação de alguns indivíduos que conquistaram sua liberdade, através das cartas de alforria do estado do Rio Grande do Sul da década de 1880, acompanhar suas trajetórias como lideranças (religiosas, sindicais e de categorias, principalmente) e suas tentativas de participação na vida política do país nos primeiros anos da República. Em que pesem as dificuldades desse tipo de pesquisa, conseguiu-se identificar de seis a sete trabalhadores negros nesta situação, o que remete que, em outras cidades do país, seu número possa ter sido ainda maior.

Busca-se trazer novos questionamentos às explicações tradicionais que apontam como uma das causas da marginalização do negro no pós-abolição a sua suposta incapacidade de adaptação aos novos tempos do trabalho livre, medida pelo seu analfabetismo, a ausência de conhecimentos técnicos ou especializados para seu emprego nas fábricas e, por fim, sua inadequação aos novos tempos do trabalho assalariado, pelos hábitos herdados do tempo da escravidão. Embora esta explicação seja usada até mesmo por militantes do movimento negro, ela esquece a história de uma parcela significativa dos negros

¹ Texto originalmente publicado no *I Seminário Internacional de História do Trabalho - V Jornada Nacional de História do Trabalho* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 25-28 de Outubro de 2010. [<http://labhstc.ufsc.br/files/2012/09/Beatriz-Loner.pdf>]

urbanos, que haviam se constituído como artesãos ou operários especializados no final do período imperial, muitos dos quais ainda eram escravos e que ingressaram na nova sociedade do trabalho livre em situação similar (ou até superior, pois possuíam saberes especializados) a dos imigrantes estrangeiros, em vários locais do Brasil. Mesmo com relação aqueles ex-escravos que não tem indicado em sua carta de soltura uma profissão especializada, vê-se que logo conseguem adequar-se às funções disponíveis na economia urbana. Resta, portanto, repensar adequadamente o peso do racismo na estagnação da evolução desta parcela significativa dos trabalhadores negros, ao longo do século XX.

Ao se investigar comparadamente as cartas de alforrias da região de Pelotas com dados coletados em outras fontes, sobre trabalhadores negros no pós 1888, deparou-se com algumas coincidências, de nomes e profissões, que levantaram a questão de que muitos negros escravos haviam já conseguido, nos últimos anos da escravidão, não só sua liberdade, mas também se associarem a outros negros, ocupando de forma vigorosa, os espaços abertos para a representação negra na conjuntura da abolição. Contudo, verificou-se também que, apenas alguns anos após a abolição, sua participação foi diminuída e restrita à própria comunidade, ou a espaços delimitados, aquém das potencialidades demonstradas anteriormente.

No tempo do Império, a discriminação operava muito mais através do status social do indivíduo do que de sua cor². Entre o negro mais escuro e o branco claro havia uma gradação infinita de cores que, combinada a posição social, a família de origem e a região do país, operava no sentido de diminuir ou acentuar os traços da negritude. Andrews³ num nítido "olhar do estrangeiro" sobre nossa sociedade, identifica vários políticos ou intelectuais de projeção no período imperial como afrodescendentes, mesmo que, oficialmente, eles sempre tenham passado por brancos no Brasil. Obviamente, isso não se aplicava a população como um todo e a tolerância era mais frequente e fácil de acontecer quando mais clara a cor do indivíduo e mais recursos financeiros e sociais ele pudesse aparentar.

A visibilidade maior dos grupos afrodescendentes no pré-abolição pode estar ligada diretamente a que a abolição era um assunto que dizia respeito diretamente aos negros e, portanto, havia a necessidade dessa visibilidade étnica na luta abolicionista em termos sociais e políticos. Principalmente, mesmo que alguns grupos da elite não a quisessem, ela existiria, pois os negros souberam se posicionar de forma

2 IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

3 ANDREWS, George Reid. *América Afro-latina 1800-2000*. São Carlos: EDUSCAR, 2007, cap. 3.

a garantir um lugar, cuja forma e amplitude variaram de acordo com as conjunturas locais, nos movimentos abolicionistas.

A extinção da escravatura interessando, na década de 1880, a vários setores sociais, entre eles aquele vinculado ao trabalho urbano, as classes médias, aos políticos e mesmo aqueles vinculados a atividades produtivas no campo (que tinham interesse no aproveitamento de trabalhadores estrangeiros) formou uma grande coalizão política e social, um movimento poderoso no interior do qual os grupos negros tiveram, talvez pela primeira vez no país, a oportunidade de dividir o espaço antes reservado apenas à elite, com outras camadas da população, no encaminhamento das lutas.

Os esforços e lutas de grupos combinados de afrodescendentes livres e de brancos (artesãos, industriais, professores e jornalistas) vinculados ao grande bloco do trabalho naqueles anos finais da escravatura, junto à resistência dos próprios cativos, auxiliou a fazer a transformação do trabalho escravo em livre e, com isso, a dar um passo importante no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pois que não só afirmava a dignidade do trabalho, como recuperava o domínio da própria vida para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Se a Abolição foi o maior movimento de transformação social que tivemos no Brasil no século XIX (em que pesem todas as limitações que encontrou), entretanto, seu sentido e significado foi paulatinamente encoberto pela continuidade da dominação branca sobre os negros em nossa sociedade, em novas formas. Por outro lado, na tentativa de enfatizar a própria continuidade da dominação e preconceito existente sobre “o homem de cor” em nossa sociedade, os próprios analistas da abolição, historiadores, cientistas sociais ou militantes negros, minimizaram seu alcance, as últimas décadas do século XX. A própria trajetória do “fato histórico” da abolição em nossa sociedade e suas variadas interpretações ao longo do último século são interessantes historiograficamente, pelo que remetem as formas como a sociedade via e pensava as “classes inferiores” ou “subalternas”, inicialmente, os trabalhadores depois, e também como tenta elaborar e conviver com suas contradições étnicas, atualmente.

Contudo, nossa tarefa aqui hoje é discutir a trajetória de elementos negros que viveram o processo abolicionista, seja como livres ou como escravizados, que tiveram visibilidade e protagonismo insuspeitado neste processo e que depois foram novamente relegados a esfera anônima da vida cotidiana. Então, nessa comunicação pretendemos trabalhar com a apresentação sucinta de alguns desses elementos e suas trajetórias na cidade, questionando justamente até que ponto suas trajetórias foram incomuns, ou seja, podemos dizer que não se repeti-

ram em outras cidades do país naquele momento? Não nos parece que os escravos de Pelotas fossem tão diferentes de outros locais, portanto, o mais provável é que tenhamos vários outros casos, ou até um número muito maior em cidades maiores ou menos conservadoras do que a pelotense.

Se esta última hipótese estiver correta, resta ainda colocar por que estes esforços, que exigiram muito de seus agentes naquele momento, não se refletiram na melhoria da condição de vida de parcelas significativas da população negra? Dito de outra forma, se pessoas ainda escravas, possivelmente analfabetas, conseguiram desenvolver formas criativas e eficazes de sair de uma situação tão desvantajosa como a escravidão para outra, em que teriam espaços mais amplos para sua atuação, quais os motivos que levaram a que estes esforços criativos não perdurassem no período posterior à abolição, em que, aparentemente, teriam mais condições de se destacar pelos seus esforços individuais? Parece muito mais provável que os esforços e dinamismo que demonstraram continuassem a ser utilizados em suas trajetórias como livres, porém não alcançando efeitos significativos na melhoria das condições de vida ou na continuidade de um esforço ascensional dentro da sociedade.

Exemplifico isso com o caso de uma das mais importantes famílias negras de Pelotas do final do século XIX, a família de Manoel Conceição da Silva Santos. Aparentemente Manoel sempre foi livre, nascido ao redor de 1831 e falecido em 1918, de profissão carpinteiro e construtor. Ele foi procurador (1ª gestão, 1881) e tesoureiro (2ª gestão, 1882) do Clube Abolicionista, além de proprietário, fundador e redator do jornal *A Voz do Escravo*, em 1881. Era membro do Partido Liberal e tinha posses, pois cedeu um prédio para depósito de armamento e fardamento para a guerra do Paraguai, gratuitamente, aos voluntários que para lá quisessem seguir (*Alvorada*, 24/2/1951). Fundador da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, foi seu primeiro tesoureiro e também participava da diretoria da Irmandade de São Benedito. Seus descendentes também se destacaram, estando três de seus filhos na comissão organizadora das festas da Abolição, o Centro Ethiópico. Seus filhos João Vicente da Silva Santos e José da Silva Santos, construtores, participaram da fundação e redação do Estatuto do Asilo São Benedito, para meninas negras. José, junto com o terceiro filho, Manoel Ramão Conceição dos Santos, participaram de entidades de classe operária em Rio Grande, além de associações do grupo negro. Por sua vez, seu neto, Carlos da Silva Santos, foi dirigente sindical e depois deputado classista na constituinte por Rio Grande na década de 1930, tendo sido, por muitos anos, deputado estadual. Suas filhas ca-

saram e tiveram ampla descendência. Mas seu status privilegiado naqueles anos, não alavancou o conjunto da família, pois vários descendentes seus que tiveram que ganhar a vida pobremente, enfrentaram forte discriminação racial (um de seus filhos morreu em decorrência de sequelas (infarto) de um episódio discriminatório, em Pelotas, quando foi barrada sua entrada num teatro que construía e não encontrou apoio da comunidade negra) e, exceto Carlos Santos (que teve o decisivo apoio da Igreja Católica na sua trajetória) tiveram limitadas oportunidades de ascensão social na sociedade do trabalho livre.

Não pretendemos simplificar a análise, colocando tudo como uma questão de cor ou de preconceito, ou apenas dos mecanismos perniciosos de atuação da ideologia do branqueamento e seus efeitos sobre a comunidade negra⁴. Por outro lado, deve ser feita uma análise mais aprofundada deste cidadão, suas posses, número de filhos e suas profissões nas primeiras décadas do século XX, o que, combinado ao crescimento econômico negativo experimentado por Pelotas e região até meados daquele século, pode fornecer o conjunto de elementos necessários para se estudar este caso.

Examinando a trajetória dessa família negra, vê-se que conseguiram mobilizar a comunidade negra a seu favor, que administraram convenientemente os bens de raiz e também os capitais culturais (Bourdieu⁵) que possuíam, enfim, ao final do Império tinham conseguido, mercê de suas articulações pessoais e associativas e também pelo seu próprio dinamismo e esforço, estar em situação propícia para crescer na República.

Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Passada a conjuntura da abolição, o espaço para os afrodescendentes foi consideravelmente diminuído, apequenado, através de práticas que visavam restringi-los a alguns trabalhos e a algumas categorias de trabalhadores, de profissões menos valorizadas e também menor remuneradas. Não tiveram apoio em suas tentativas de elevação social, não houve políticas de incentivo ou regramento igualitário na partilha de bens e direitos públicos como educação, saúde, justiça. Mesmo o chamado clientelismo para eles não funcionou no sentido de atingir postos mais altos, pois os próprios padrinhos cuidaram de podar suas ambições, empregando-os no estado, mas em postos subalternos e sem possibilidades de ascensão pelo mérito⁶.

Talvez isso explique por que uma das principais estratégias de ascensão empregadas pelo grupo afrodescendente na República tenha

4 Essa ideologia possui múltiplas faces atuando dentro e fora da comunidade negra, segundo Hofbauer, Andreas. *A ideologia do branqueamento, ou o negro em questão*. São Paulo: Ed Unesp, 2007.

5 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

6 CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

sido aquela do ingresso nas forças armadas, na base ou em colégios militares, nos quais ainda havia uma brecha, um espaço menos dependente da cor para a ascensão individual.

Por outro lado, para essa análise também é importante avaliar a participação individual nos episódios do início da República no estado e a distinção de que lado estavam, em termos partidários. Considerando-se o clientelismo como um fator muito importante na formação brasileira, pode-se adendar que, para o estado gaúcho, a escolha do “lado certo”, em termos políticos, podia representar muito para os projetos de ascensão social de cada indivíduo. Depois do final da guerra civil em 1895, aqueles que possuíam poder de indicação efetiva eram os pertencentes ao grupo vencedor, o Partido Republicano Rio Grandense enquanto os demais amargaram mais de trinta anos de vacas magras e ostracismo de cargos públicos⁷.

Agora, vamos nos dedicar aos libertos, aqueles que, com engenhosidade e arte, conseguiram sair da situação de escravos, buscando apoio em variadas fontes.

A pesquisa que os encontrou foi feita com base na comparação entre as cartas de alforria e os outros dados coletados principalmente em jornais. Um problema sério é o de sua identificação, como escravos – quando a maioria não possuía sobrenome – e posteriormente a sua inserção como livres. Enfim, como se tem certeza que esteja se tratando da mesma pessoa? A resposta mais sincera é que não existe esta certeza em termos absolutos, exceto em poucos casos, em que ela já possuía o mesmo nome, como é o caso de Justo José do Pacifico, ou em que há depoimentos da situação anterior de escrava de alguma liderança. Em outros casos, trabalhamos com um conjunto de indícios complementares de que se trata da mesma pessoa, como igual profissão, mesma rede associativa (e filiação a sub-redes internas, caracterizando a delimitação de um setor da etnia), idade aproximada, assumir o mesmo sobrenome dos antigos proprietários ou mesmo prenome do indivíduo e de sua mãe, como cativo e livre, etc. Embora muitos fossem os trabalhadores escravizados no início da década de 1880, homens e jovens não eram tantos, nem a cidade era muito grande, portanto é possível a identificação em alguns casos.

Trabalhou-se copiando todos os dados referentes às diversas associações de trabalhadores existentes na cidade de Pelotas durante as décadas de 1880 a 1937, encontradas em jornais, incluindo suas direto-

⁷ Há estudos sobre a família de Aurélio de Bittencourt, secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros em que se vê que a trajetória de seus filhos foi extremamente distinta da família por nós estudada, pois tornaram-se bacharéis ou médico. Ver SANTOS, José Antonio. O curriculum vitae como vestígio do passado. *IX Encontro Estadual de História, Anpuh-RS*, 2008. CD-rom.

rias e complementou-se estas informações com aquelas colhidas em atas, relatórios, livros de nascimento e óbitos e outros documentos oficiais. Depois, cruzaram-se estes dados, procurando montar o perfil das entidades e seus diretores. Contudo, como de nenhuma associação se encontrou listas de sócios, só se conseguiu acompanhar a vida de suas lideranças quando estão na diretoria e suas nominatas são colocadas em jornais.

No caso das décadas finais da escravidão, se consultou o catálogo das cartas de liberdade de Pelotas, procurando encontrar pessoas escravizadas que tivessem o perfil e o prenome desses líderes, tendo sucesso apenas em alguns casos. Os relatórios do Clube Abolicionista e os nomes dos escravos libertos pelo Fundo de Emancipação, encontrados em jornais, também foram fontes importantes. Utilizou-se ainda a lista de eleitores dos anos de 1880, 1890 e outros, também disponíveis nos jornais, tentando encontrar estas pessoas, quando, já livres, tentavam participar do processo político, pois a qualificação eleitoral trazia dados importantes, como data de nascimento, nome do pai (ou mãe) idade e profissão, o que auxiliou na tarefa de descobrir suas origens.

Justo José do Pacifico já possuía este nome como escravo. Foi presidente da Associação Lotérica Feliz Esperança em 1881, sendo reeleito em 1882⁸, quando ainda era cativo de D. Balbina Chaves Silveira, sendo libertado pelo Fundo de Emancipação do Município em 22/12/1882. Seu casamento com Maria Joana foi patrocinado pelo Clube Abolicionista, o que é expressamente afirmado pelo relatório desse clube⁹. Maria Joana era escrava de José Dias de Castro e foi liberta pelo Fundo no mesmo dia (*A Nação*, 23/12/1882). Como seu nome e o de sua esposa encabeçam a lista de libertandos, não é difícil imaginar que o casamento foi uma estratégia para conseguir a liberdade, já que as regras do Fundo de Emancipação priorizavam a liberdade de famílias, especialmente no caso de senhores diferentes. Como liderança importante do grupo, está na comissão coordenadora do Centro Ethiópico em 1884, participando das festas da emancipação na cidade (*Onze de Junho*, 21/10/1884). Na sociedade Feliz Esperança, ele praticamente percorreu todos os cargos, participando da mesma na diretoria pelo menos até 1908. Mas também foi sócio e diretor da associação mutualista de artesãos negros Fraternidade Artística, estando presente em vários cargos. Em 1888, ganhou o reconhecimento também dos brancos, tendo sido eleito, pelos seus pares,

8 Veja-se *Correio Mercantil* de 8/1/1881 e *Correio Mercantil* de 3/1/1882.

9 Relatório do Clube Abolicionista sobre todas suas atividades desde a fundação, *Jornal Onze de junho* 14/5/1884.

orador da diretoria permanente do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados, substituindo o líder (italiano e socialista) J. T. Mignoni, que havia sido orador na diretoria provisória. Esta entidade, por sua vez, está na raiz da organização dos industriais e artesãos por seus interesses na cidade em 1888. E este foi o ápice de sua atuação. Ainda inscreveu-se como eleitor em vários momentos, e parece estar mais ligado aos castilhistas, embora não tenha tido militância política acentuada. Sua família só é encontrada nas primeiras décadas, talvez depois tendo se retirado da cidade ou suas filhas tendo assumido apenas o sobrenome dos maridos.

Manoel e Justo são exemplos de artesãos negros, que conseguiram, nas décadas do final do século XIX, ressaltar-se entre os demais companheiros e chegar a dispor de uma posição econômica um pouco melhor. Acresce que ambos eram conhecidos e militantes, pelo menos da mesma associação, a Fraternidade Artística. Um nasceu livre, outro era escravo, ambos galgaram posições. Mas não suas famílias, posteriormente.

Agora vamos falar dos operários negros e suas trajetórias:

O primeiro entre eles é Antonio Oliveira (Baobad), do qual já apresentamos sua biografia em outros momentos e que se tornou líder sindical importante até o ano de 1900. Foi dirigente da Feliz Esperança e depois de entidades sindicais classistas, além de participar do jornal *A Alvorada*. Mas vamos nos dedicar agora a alguns menos conhecidos.

Alípio era escravo de Cecília Clara Sátiro Amarante e se tornou livre em 1/5/1882, por pagamento de 600\$ por Manoel Jacinto Dias¹⁰. Este Manoel era membro ativo do Clube Abolicionista e devido à ação desse Clube, Alípio se casou com a livre Maria Adriana Gonçalves, ganhando com isso prioridade para a libertação pelo fundo de Emancipação do Município. Já no Relatório, ele é nominado como Alípio dos Anjos Amarante e também com este nome se inscreveu como eleitor em 1890, tendo 34 anos, filho de Tereza Amarante, vivendo de jornais¹¹. Ele foi segundo secretário da Sociedade Feliz Esperança em 1887. Como dissemos, só sabemos quem era sócio pela nominata da diretoria, então ele pode ter se associado muito antes, sem que se possa descobrir. Depois disso, Alípio, que nunca foi um grande militante operário ou ético, desaparece no anonimato, sequer se qualificando para votar em outros possíveis momentos.

10 *Documentos da escravidão*. Cartas de Liberdade do acervo dos Tabelionatos de Municípios do interior do Rio Grande do Sul, vol. 1. Porto Alegre, CORAG, 2006, p. 516.

11 *A Pátria*, 7 e demais dias de julho de 1890. A quem estranhe um diarista ex-escravo votando em 1890, é bom lembrar que as eleições de 1890 e 1891 foram muito disputadas, pois ainda não se havia estabelecido a dominação do PRR sobre o estado e, provavelmente todos os partidos inscreveram potenciais eleitores.

Adão Gonçalves da Silva é outro militante da sociedade Feliz Esperança que aparece muito em sua diretoria na década de 1880. Foi orador em 1882¹², tesoureiro em 1885, 1886 e 1887. Foi vice-presidente em 1888 e 1889 e segundo orador em 1890. É provável que ele tenha sido o escravo de Leão Gonçalves da Silva, que foi solto em 20/8/1882, mediante o pagamento de 710\$ sendo 340\$ por ele mesmo e 370\$ do Clube Abolicionista. Neste caso, ele teria na época 34 anos, era caracterizado como solteiro, pelotense, preto¹³. Chama a atenção que, tal como Justo, ele era da direção da sociedade, como orador, antes de ser libertado.

Na verdade, deve-se investigar a real função dessa sociedade durante o período abolicionista, pois ela não é uma mutualidade comum, mas muito mais aparenta ter o objetivo de aglutinar os trabalhadores negros e pardos na busca pela liberdade, da forma que fosse possível, o que fica claro desde seu nascimento como sociedade lotérica, uma das tantas formas pelas quais os escravizados tentavam conseguir dinheiro para comprar sua liberdade. Manoel Silva Santos, como artesão, nunca foi membro da Feliz Esperança, mas seus filhos – João Vicente e José - foram lideranças expressivas dessa última entidade, como também o foram depois do Centro Ethiópico, entidade de representação negra nas questões abolicionistas. Seu primeiro presidente, Justo José do Pacifico, que ainda era escravo quando assumiu o cargo, também foi da coordenação do Centro Ethiópico em 1884, após ser libertado. Assim, embora praticamente não esteja visível nas solenidades oficiais da campanha da abolição na cidade, sente-se que a Feliz Esperança deve ter desempenhado um papel importante, como organizadora dos esforços da parcela escravizada dos afrodescendentes. Além disso, seus diretores e as lideranças que possuía estavam muito envolvidos no processo de derrubada da escravidão.

Moreira estudou uma sociedade em Porto Alegre, a Esperança e Caridade, que também possuía sócios escravos e cuja finalidade era utilizar os pecúlios de todos para libertar um por um de seus sócios¹⁴. Ao falar sobre um processo que a envolveu em 1883, este pesquisador comenta que a justiça, investigando-a, chegou à conclusão que não possuía nenhum registro público, sendo, portanto, ilegal.

Portanto, pode-se pensar que a Feliz Esperança de Pelotas não estava sozinha em sua informalidade perante a lei, nem no fato de aceitar homens escravizados em seu meio. Não se encontrou seu es-

12 Referências do *Correio Mercantil*, *Diário de Pelotas* e jornal *A Pátria* das diretorias da sociedade.

13 *Cartas de Liberdade*, p.553.

14 MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem*. Porto Alegre: EST edições 2003.

tatuto original, nem seus objetivos nesse momento e também não se sabe se todo o rendimento auferido com loterias ou outros meios seria empregado na compra de liberdades. As informações trazidas pelos jornais são extremamente parcas sobre ela, ao contrário de outras associações que também incluem negros, cujo nascimento é informado ou até celebrado pela imprensa diária, como a Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas. No caso dela, reina o silêncio, o que pode ser mais um fato comprobatório de sua constituição informal e ilegal, no sentido que violava a lei, não só ao aceitar cativos como associados, mas também ao ter elementos escravizados em sua própria diretoria.

Em alguns momentos, sabe-se que ela própria contribuiu para a liberdade de seus sócios pois auxiliou na libertação do associado Valentim, escravo de Diogo da Fonseca¹⁵, libertado em 4 de fevereiro de 1884, por 700\$ contando com o auxílio da sociedade com 249\$.

Talvez ele também já participasse de sua direção em 1881 e 1882, no cargo de tesoureiro com o nome de Valentim Candido da Rosa (*Correio Mercantil*, 11/1/1882).

Mas aqui não temos nenhum outro indício de que o Valentim libertado e o Valentim tesoureiro sejam a mesma pessoa, exceto o fato que ambos são sócios da entidade. Além disso, o Valentim liberto é muito jovem, contando apenas 18 anos naquele momento, então parece difícil que fosse colocado num cargo de tanta responsabilidade como a tesouraria.

Outro caso documentado em que a entidade auxiliou a conquista da liberdade é o de Euzébio, que era escravo de Bernardo de Souza Lima e que foi beneficiado com uma arrecadação extra, ao final de uma festa abolicionista (*Diário Pelotas*, 27/3/1884) e também contou com recursos da própria sociedade (*Correio Mercantil*, 28/3/1884). Tudo indica que Euzébio teve o auxílio da associação negra e depois conseguiu ser beneficiado pelos abolicionistas brancos. Sua alforria¹⁶ custou 450\$, que era um valor alto a ser conseguido tanto pela Feliz Esperança quanto por uma contribuição espontânea ao final de uma festa abolicionista.

Aqui, não podemos deixar de ressaltar o quanto de articulação deve ter sido desenvolvido tanto por Euzébio, quanto pela sociedade, para que justamente ele fosse o beneficiário da "vaquinha" ao final da festa. Euzébio era muito próximo à diretoria da Feliz Esperança naqueles anos, pois em 1885 e 1886 será vice-presidente da mesma, incorporando então o patronímico de seu escravizador. Novamente, certeza

15 *Cartas de Liberdade*, p. 460.

16 *Cartas de Liberdade*, vol. 1, p. 460

absoluta não há desse fato, mas os indícios são mais do que suficientes para que possamos afirmar que se trata da mesma pessoa. Assim, deve-se avaliar o quanto influenciava, para a libertação de um indivíduo em particular, ele estar em evidência, participando das mesmas redes associativas que as lideranças mais importantes do grupo. E isso poderia ser feito através da Igreja ou da própria associação. Pois a Feliz Esperança não tinha apenas sócios escravos, mas também possuía sócios negros ou mulatos livres, com relativo prestígio, alguns com influência na maçonaria, outros, ao contrário, muito vinculados a Igreja Católica.

A Igreja Católica por sua vez, além de ser uma influência muito importante no processo abolicionista da região, através de seus preladados, também buscava colocar pessoas de sua confiança em cargos de responsabilidade. E, seguramente, estar próximo à Igreja auxiliou na libertação de alguns dos nossos sujeitos. Além disso, o tesoureiro do próprio Clube Abolicionista era o conhecido Manoel Conceição da Silva Santos, uma das principais lideranças católicas negras da cidade.

André Brizolara Cardoso era escravo de Luiz Baptista Cardoso e teve seu casamento com a liberta Maria do Rosário intermediado pelo Clube Abolicionista. Foi libertado em dezembro de 1882, pelo Fundo de Emancipação do Município, no mesmo momento que Justo José do Pacifico. Foi mesário da Irmandade de São Benedito em 1881, participando da mesma diretoria que Manoel da Silva Santos e Adão Gerena de Oliveira. Mais tarde, teve participação em diretorias recreativas negras.

Por último, vamos analisar o caso de Adão Gerena de Oliveira, cristão praticante que já com este nome participava da diretoria da Irmandade de São Benedito em 1879 e 1880/1881. Também era mesário da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora em 1880 e foi uma liderança do Clube Ethiópico em outubro de 1884. Participou, ainda, de algumas entidades recreativas negras. Após sua morte, em maio de 1906, teve o seu retrato inaugurado em sessão solene na sociedade Flores do Paraíso, na qual preponderava a família de Manoel Conceição da Silva Santos (*Alvorada*, 20/9/1907). Muito provavelmente é ele o escravo crioulo Adão, que foi solto em 4/5/1884 por Emília Nunes Gereena em atenção ao seu bom comportamento¹⁷. Nisso, a Igreja pode tê-lo auxiliado, mesmo que de forma indireta, pois foi alforriado sem ônus. No caso de sua indicação para o Centro Ethiópico, ao que parece, ela veio de fora do grupo, pois os nomes dos coordenadores do Centro são escolhidos em reunião da comunidade, mas aquele de Adão só aparece mais tarde, provavelmente por injunção da Igreja. Adão Gerena tem um perfil diferenciado dos demais, vinculado apenas a Igreja

17 *Cartas de Liberdade*, vol. I, p. 566.

e a entidades negras. Depois de 1888, vai ter pequena participação em uma diretoria de sociedade recreativa, o Recreio dos Operários, em 1888 e fez parte do Clube José do Patrocínio, de representação política da raça negra, em 1905.

Outros militantes negros dos primeiros anos do pós-abolição já identificados, podem também ter passado pela experiência da escravidão, libertando-se naqueles anos finais do processo. Não foram colocados aqui, pois ainda não se possui elementos suficientes para comprovação e talvez nunca se saiba realmente, pois as listas de matrículas de escravos não existem e o livro de batismo de escravos dos anos de 1852 a 1878, de Pelotas, desapareceram há alguns anos do Bispado.

De toda forma, isso denota um grau muito grande de articulação e mobilização, por parte dos grupos negros urbanos pelotenses, no sentido de buscar a libertação dos seus. Volta-se, portanto, a questão de se toda essa energia e dinamismo apresentado nestes anos, esgotou a capacidade dos sujeitos em estudo? Ou será que consideraram suficiente as conquistas feitas, acomodando-se posteriormente? A resposta a essa pergunta já a encontramos quando de nosso estudo sobre os operários da região, pois foi detectado que, pelo contrário, o grupo de trabalhadores negros de Pelotas foi dos que mais lutou e se empenhou para conseguir, via sindicatos e associações negras, uma saída coletiva para a melhoria das condições de vida do grupo e para sua elevação social, como diziam.¹⁸ Portanto, no caso em tela, seu fracasso na melhoria das condições de vida tem muito que ver não só com a situação e o tratamento aos trabalhadores durante a República Velha, mas também com os efeitos do racismo e do preconceito.

Nos estreitos limites dessa comunicação (e especialmente do tempo disponível para fazê-la) é impossível agregar elementos novos à discussão do real impacto da discriminação racial no condicionamento das vidas daqueles trabalhadores escravizados, agora livres, e de suas famílias. Vimos que alguns deles possuíam qualidades de liderança, estavam motivados para melhorar sua situação individual e de seu grupo étnico, e também sabe-se que estavam articulados internamente em redes associativas, com alguns possuindo apoios externos valiosos.

Há alguns elementos atenuantes nesse processo, como a falta de um papel ativo do estado, especialmente na questão da educação; o fato que este grupo era sempre um dos mais visados para o recrutamento forçado – e seguramente a guerra civil de 1892 a 1895 levou à morte muitos homens negros, piorando a situação de suas famílias.

18 LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande. 1888-1930*. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

Outra questão específica era que, para aqueles anos, a expectativa de vida era muito menor, portanto, sem dúvida a grande luta que esses homens negros enfrentaram foi se livrar do trabalho forçado, deixando a seus sucessores a tarefa de lutar por melhorias outras em suas condições de vida.

O fato que aquela camada urbana era agora pressionada pelo conjunto das pessoas de cor vindas em levadas sucessivas do interior, tendo vivenciado situações de vida muito piores do que aquelas da capital, sem conhecimento, experiência ou memória do que já havia ocorrido antes, também pode ter influenciado. Não deve ser por outro motivo que o principal jornal negro da região, *A Alvorada*, tenha sido um jornal em que a preocupação com a memória do grupo foi tão importante e esteve sempre presente, havendo cronistas que tentavam levar as novas gerações, o exemplo da não acomodação e das dificuldades que os mais antigos tiveram que enfrentar em seus caminhos.

Todos estes fatores, combinados às políticas discriminatórias com que eles foram tratados ao longo do século XX devem ter feito sérias diferenças na possibilidade ascensional das famílias urbanas negras. Parece-nos que é o momento em que os estudos sobre os trabalhadores negros podem beneficiar-se muito com a confecção de trajetórias de vidas, de estudos biográficos que nos permitam acompanhar os passos de indivíduos ao longo de suas vidas, das condições sociais que enfrentou ao nascer, das possibilidades permitidas pela sociedade à sua cor e sua classe em cada momento dado e das dificuldades que venceu, ou as quais sucumbiu ao longo de sua vida. Investigar suas práticas culturais, o investimento em estratégias individuais ou coletivas, as redes associativas e bens culturais de que dispôs, em grupo ou individualmente, são algumas das fontes possíveis para maior conhecimento destes trabalhadores.

A LOTERIA DO IPIRANGA E OS TRABALHADORES: UM SONHO DE LIBERDADE NO FINAL DO SÉCULO XIX¹

Beatriz Ana Loner

A LOTERIA

O POBRE DIABO
- Ganhava pelo officio
Os meus dez tostões por dia;
Por ambição ou mania,
Se antes não foi malefício,
Nigromancia ou bruxaria,
Contraio o maldicto vicio
De jogar na loteria;
E na fé que me devia
Raia um dia propicio,
Eu, que d'antes nem sahia,
Desde então... (quem me diria!)
Não sei por que antipathia
Acho a casa uma enxovia,
Acho o trabalho um supplicio
E é de vossa senhoria
Que espero algum beneficio

O FIGURÃO

- Eu, ainda que quizesse
Fazer lhe algum sacrificio,
Tenho familia de mais;
E a Santa Casa parece
Que é que deve em casos taes
Valer a quem empobrece:
Apresente-se aos vogaes
Assim mesmo esfarrapado,
Conte-lhe toda verdade,
E fie-se na caridade
De quem o poz nesse estado.

João de Deus²

1 Texto originalmente publicado em *História* (São Paulo) v. 33, n.1, jan./jun. 2014. ISSN 1980-4369. [<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/11.pdf>].

2 Preservou-se a ortografia da época (DEUS, 03/12/1893, p. 3).

Este artigo pretende discutir a difusão das apostas em loterias nas três últimas décadas do século XIX no Brasil, a partir da cidade de Pelotas, no atual estado do Rio Grande do Sul. O propósito é descrever as principais formas de apostas e loterias existentes e avaliar o impacto que trouxe para a vida cotidiana, naqueles anos, essa modalidade de jogo de azar que influenciou o desenvolvimento de formas organizativas populares e mexeu com o imaginário da época, especialmente nas camadas mais pobres da sociedade, como na dos trabalhadores livres ou ainda escravos. Para tanto, se descreverão a introdução das loterias no País e a situação a elas referente, em Pelotas, uma das cidades em que mais se desenvolveu a atração pela novidade, caracterizando-se um verdadeiro modismo em apostas de loterias por volta da década de 1880. Num segundo momento, se descreverá a comoção causada pelo fato de sete indivíduos das camadas populares terem sido contemplados com o primeiro prêmio da Loteria do Ipiranga em 1881, e serão sintetizadas as principais modificações que o fato trouxe à vida dos ganhadores do maior prêmio até então pago por uma loteria no Brasil. Ganhar na loteria nem sempre significa tornar-se um felizardo em tudo, os eleitos pela deusa da fortuna também podem ser personagens de dramas e tragédias singulares.

Em 06 de abril de 1880, Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de São Paulo, em nome da Assembleia Legislativa de São Paulo, concedeu três loterias para a construção do monumento do Ipiranga, uma delas a correr naquele ano. (LEI n. 49, 06/04/1880). Mal sabia ele que este simples fato iria provocar uma verdadeira comoção nacional, a ponto de, no momento final da primeira extração, haver quase seis milhões de pessoas interessadas diretamente no prêmio, entre apostadores e suas famílias (*Correio Mercantil*, 26/02/1881). Ainda, antes do sorteio saiu nova lei provincial que dispunha que o valor dos benefícios arrecadados nesta loteria seria investido na educação fundamental (LEI n. 10, 13/02/1881), e essa extração marcou significativamente a evolução das apostas, desenvolvendo-se entre o público uma atração inédita por esses jogos.

Marcada inicialmente para dezembro de 1880, a extração teve de ser adiada para final de fevereiro de 1881, devido a problemas com o gerenciamento das apostas. “A situação é de quase calamidade, pois desperta muito interesse”, segundo o jornal *Correio Mercantil* de Pelotas (23/10/1880), que informava: “um milhar de números não havia sido ainda contabilizado” Já em fevereiro de 1881, o *Jornal do Comércio* da mesma cidade noticiava que havia sido nomeada uma comissão de engenheiros para averiguar se a máquina que sorteava os números não estaria viciada e divulgaria, pos-

teriormente, o resultado da inspeção destes engenheiros (*Jornal do Comércio*, 6-15/02/1881).

Por fim, no dia 26 de fevereiro, a loteria sorteou, para o primeiro prêmio, o valor de 1.000:000\$000 (um mil contos). E os oito felizes ganhadores eram da cidade de Pelotas, todos oriundos das camadas populares, quatro brancos e quatro afrodescendentes. Entre os brancos havia um caixeiro português, uma dona de casa e dois sapateiros. Entre os afrodescendentes, o filho de um liberto, uma liberta e duas escravas. Eram quatro mulheres e quatro homens, somando-se cinco adultos, dois adolescentes e uma senhora idosa. Diferenciados por origem e status social, suas trajetórias posteriores também guardariam distância entre si.

Não só eles ganharam nesta extração: o montante e diversidade dos prêmios e a extraordinária procura que houve fizeram com que fossem vários os beneficiados em todo o País. A cidade de Pelotas, um dos locais na província sulina em que mais se compraram bilhetes, também foi contemplada com vários outros prêmios menores. Antes porém de serem pagos os prêmios, houve boatos de que tinham sido descobertas fraudes e que a extração seria anulada, o que trouxe uma boa dose de sustos a estes felizardos. Já anteriormente ao sorteio, os jornais noticiavam que havia bilhetes sendo vendidos em duplicata. Depois que ele correu, houve notícias do aparecimento de bilhetes fraudulentos (*Jornal do Comércio*, 6-15/02/1881). Isso mostra o frenesi que a extração provocou na sociedade, o que era agravado pelas dificuldades de comunicação da época.

Este artigo visa a analisar o interesse pelas loterias por parte dos escravos e libertos, ao entender que esta prática foi considerada uma forma de conseguir a alforria e/ou libertar-se das provações e trabalhos, necessários para ganhar a vida naquela sociedade, e era comum à maioria dos pobres, brancos ou de cor. Pretende-se também descrever a trajetória dos ganhadores do prêmio máximo da Loteria do Ipiranga e como eles utilizaram sua fortuna.

A necessidade de um ganho extra era relevante no período final do Império e durante a Primeira República, pois, para todos os indivíduos que viviam do trabalho, o presente era árduo e o futuro, extremamente incerto. Mesmo que um comerciante ou artesão fivesse um negócio estabelecido, ainda assim teria que se garantir para a velhice, para seu sustento quando não mais pudesse trabalhar. A inexistência de garantias previdenciárias e as preocupações com a saúde faziam proliferar as sociedades mutualistas de vários tipos, que tentavam, embora precariamente, atender a estas necessidades. Entretanto, estas associações não asseguravam uma renda mensal para seus associados – cobriam, no máximo, despesas com doenças ou enterro para um reduzidíssimo

número de pessoas, disponível apenas aos mais ricos –, ofertavam a possibilidade de um auxílio pecuniário, normalmente pago de uma só vez quando do falecimento do associado (LUCA, 1990).

Assim, aos menos abonados só restava trabalhar enquanto tivessem forças para tanto e confiar na família. As fotos de asilos da época, repletos de homens de cabelos brancos que não tiveram outra opção depois de uma vida de trabalho duro, retratam a situação enfrentada pelos operários e artesãos sem família ao final da vida. Para os trabalhadores livres, um prêmio lotérico poderia trazer a segurança de uma vida tranquila e uma velhice mais confortável. Já no caso dos trabalhadores escravizados, a sorte na loteria poderia trazer um benefício ainda mais importante e vital: o controle do seu próprio corpo, livre da subordinação à vontade de terceiros.

A historiografia atual sobre os trabalhadores livres e cativos daquele período (MATTOS, 1998; CHALHOUB, 2012; GOMES; DOMINGUES, 2013) procura ver o final da monarquia não mais como uma ruptura completa com uma forma de exploração do trabalho em prol de outra, mas sim como marcada pela existência de um *continuum* entre escravidão e liberdade, gradações entre situações de maior ou menor liberdade que seriam experienciadas pelos indivíduos conforme sua posição social, gênero, idade, e sujeitas ainda a fatores conjunturais. Nesse sentido, tanto antes quanto depois da abolição da escravidão, o chamado trabalho 'livre' no Brasil não faria jus completamente a este título, pois seria marcado por muitas ambiguidades e reminiscências do período anterior, além de sujeito às determinações que provinham do próprio sistema capitalista de produção, especialmente em seus períodos iniciais (BATALHA, 2006; FRENCH, 2006; MATTOS; RIOS, 2004), academicamente chamados como “de acumulação produtiva” e vivenciados pelos trabalhadores como momentos de intolerável exploração.

No final do Império brasileiro, mesmo aqueles livres ou libertos que vendiam sua força de trabalho diariamente sabiam que sua “quota” de liberdade e bem-estar social era pequena, pois para sobreviver estavam sujeitos a realizar tarefas mal remuneradas, perigosas ou estafantes, que consumiam a maior parte de seu tempo, e sua liberdade estava sujeita a arranjos e precariedades diversas numa sociedade em que ainda vigorava o instituto da escravidão. (CHALHOUB, 2012).

Embora correta, esta visão de não ruptura entre escravidão e liberdade pode levar a que se esqueça a importância, para os indivíduos escravizados, de assumir o controle do próprio corpo e, consequentemente, poder se negar ao trabalho, caso o quisessem, mesmo enfrentando consequências severas como a fome ou perseguições policiais por vagabundagem. Pois, afinal, quem estava sujeito a um regime

de coerção física, legal ou ilegal, não dispunha de formas de se negar ao trabalho, qualquer que fosse ele, senão com risco da própria vida, na forma de castigos físicos por consequência das fugas, revoltas ou aquilombamentos. Dessa forma, a perspectiva de desgaste físico e de saúde dos cativos era um fato intrínseco a sua situação, do qual dificilmente podiam escapar, mas que, em última análise, balizava o tempo e a qualidade de vida a que poderiam aspirar.

Maria Helena Machado (1987) discutiu esta questão, contrapôs as expectativas dos senhores e dos escravizados e demonstrou que, intuitivamente, todo escravo sabia que, se cumprisse fielmente tudo que seu senhor esperava com relação a seu trabalho, seu corpo ficaria exaurido precocemente, diminuindo-se suas chances de chegar até a velhice em razoáveis condições de saúde. Mas o domínio do próprio corpo e do que lhe poderia acontecer não era tudo que importava para o cativo. Em especial aos homens casados, ser livre significava também a maneira pela qual eles poderiam resgatar o controle sobre sua própria família, sua esposa e seus filhos. Analisando o período republicano, Andrews (1998) revelou como era importante para os afro-brasileiros a preservação do trabalho de mulheres e filhas fora do lar e de que forma esta premissa orientou suas relações com os fazendeiros de café em São Paulo durante o imediato pós-abolição. A liberdade de ir e vir, dispor do próprio corpo, ser o "*pater familias*", único a mandar em sua própria casa constituía valores muito importantes para os homens negros nos anos iniciais da República, pois diziam respeito a sua afirmação como livres e senhores de si mesmo.



Figura 1 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.

Dessa forma, compreende-se porque era tão importante para os cativos a luta pela liberdade legal, ou seja, a conquista da carta de alforria, a ponto de esta compor a primeira forma de aplicação de economias porventura conseguidas. Naturalmente, havia outras formas de conseguir a liberdade como, por exemplo, as fugas, especialmente em um local de tão amplas e secas fronteiras, região de divisa com o Uruguai, como o Rio Grande do Sul, ainda mais se for adicionado o fato de que, de Pelotas até a fronteira, andavam-se apenas cem quilômetros e que aquele país abolira a escravidão muito antes que o Brasil.³ Mas, mesmo alcançando-se a fronteira, havia a possibilidade de os fugitivos serem presos e recambiados ao Brasil. Estas situações de evasão eram arriscadas e implicavam ainda o abandono do meio em que nascera o indivíduo e sua família, além de a chance de ser descoberto ou morto ser mais frequente do que uma fuga bem-sucedida.

AS LOTERIAS NO IMPÉRIO

Para que possamos compreender como ganhar na loteria se tornou um sonho de milhares de brasileiros nas últimas décadas do século XIX, deve-se primeiro entender como era seu funcionamento. Elas foram introduzidas na Colônia pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, Luiz da Costa Menezes, com o objetivo de financiar a construção da Casa da Câmara de Vila Rica, em 1784. Com o uso de bilhetes numerados e de viajantes que se encarregavam da venda e recolhimento do dinheiro em povoados e vilas, nos campos e garimpos, foi posta em funcionamento uma fonte de arrecadação alternativa (AMARAL, 2005). A partir deste início e de seu sucesso junto ao público, as loterias se difundiram pelas províncias, sendo regulamentadas por D. Pedro II em 1844, pelo decreto 357.

Havia aquelas avalizadas pelo governo, central ou provincial, que concedia seu benefício (ou seja, parte do dinheiro por elas arrecadado) a instituições beneméritas e regulamentava seu funcionamento, dispunha sobre seu "plano", ou seja, a forma como os prêmios seriam distribuídos, e definia também quantas e quais extrações lotéricas deveria haver por ano. Entretanto, seu funcionamento era frequentemente arrendado por companhias concessionárias, o que poderia trazer inconvenientes, como a falta de controle das extrações ou o adiamento da data dos sorteios.

Em 12 de janeiro de 1881, a partir do decreto 2723, foi criada a Caixa Econômica e do Monte de Socorros e aprovados seus regulamentos; com isso, passou a haver fiscalização sobre os estabelecimentos finan-

³ Discussão recente sobre este tema está em GRINBERG, 2013.

ceiros, bem como sobre as loterias (DECRETO n. 2723, 12/01/1861). Mesmo assim, muitos eram os problemas levantados nas páginas dos jornais. Como exemplo, ainda em 1885, um dos principais jornais diários do Rio de Janeiro trazia matéria de três colunas sobre os prejuízos que a companhia concessionária da loteria do Pará impunha à província como um todo e aos apostadores em particular (*O Paiz*, 02/04/1885). Esta notícia é interessante porque expõe o funcionamento e estatutos da empresa, bem como os pretensos vícios que poderiam ocorrer atuando-se daquela forma, segundo os autores.

De 1867 a 1880, a legislação da corte (DECRETO n. 3984, 16/10/1867) sobre o assunto contemplava apenas uma extração em que concorriam 6.000 bilhetes, cujo valor máximo de pagamento ao acertador do primeiro prêmio seria de Rs 20.000\$000, num total de cerca de 1.800 prêmios, e 1.700 deles correspondiam apenas ao valor do próprio bilhete, que era de Rs 20\$000. Em 1883, o valor do bilhete foi baixado para Rs10\$000, mas o número de bilhetes subiu para 200.000.⁴ O decreto imperial nº 7.906, de 20 de novembro de 1880, instituiu dois tipos de extração, das quais a principal e mais utilizada era aquela descrita acima (DECRETO n. 7.906, 20/11/1880).

As províncias também possuíam loterias que poderiam alcançar os mais distantes pontos do País. Em Pelotas, era comum venderem-se bilhetes de Porto Alegre, da Corte, de São Paulo e até de outros países, como Argentina e Uruguai. A venda no Brasil era tão importante para o Uruguai que, em 1876, a loteria de Montevideú avisa que vai começar a pagar o prêmio em ouro e não mais em papel moeda, devido à desvalorização do dinheiro uruguaio. A mesma notícia informa que seu prêmio maior é de 18:000\$000 e que são “700 as sortes”.

Os jornais do Rio de Janeiro traziam anúncios de loterias de províncias de todo o Brasil, do Norte e Nordeste, e o resultado dos sorteios nas províncias do Sul, além de pequenas ou grandes inserções sobre as loterias do próprio centro do País, como São Paulo, Minas e o próprio Rio de Janeiro.⁵

Na década de 1880, houve uma forte tendência para apostas em loterias. Afinal, as loterias da corte eram validadas por ninguém menos que um Ministro Imperial, conforme demonstra o jornal *O Paiz*:

4 Mil reis foi o padrão monetário vigorante no Brasil de 1833 a 1942. Um mil reis era grafado Rs 1\$000, às vezes desprezando-se os zeros depois do cifrão. Um conto de reis era grafado como: Rs 1.000\$000, ou apenas Rs 1.000\$, que era a forma mais comum. Disponível em: Moedas do Brasil <http://www.moedasdobrasil.com.br/>. Acesso em: 18 fev. 2013.

5 Os jornais consultados foram *O Paiz* (edições de outubro de 1884 a dezembro e do ano de 1885); o jornal *Gazeta de Notícias*, dos meses de outubro a dezembro de 1880, fevereiro a abril de 1881, para ver a extração do Ipiranga e números aleatórios de outros anos até 1889, pois se tratava apenas de um levantamento preliminar para ver a extensão do fenômeno lotérico na corte.

2ª grande loteria da Corte:

Por ordem de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda, terá lugar amanhã, às 8 horas da manhã, a extração desta loteria, no lugar do costume.

Acha-se a venda o resto dos bilhetes (ALMEIDA, 02/10/1884).⁶

Esta mistura de oficialismo e institucionalidade com o regime de concessões da exploração de loterias que vigorava naqueles anos, temperado ainda pelo caráter dito beneficente com que a maioria se apresentava (embora sem fiscalização do destino dos lucros), criava ilusões e escondia os aspectos mais prejudiciais do jogo. Sobre esta mesma loteria acima citada há uma crítica feroz de *O Paiz*, em seu terceiro número, publicada em sua coluna diária de primeira página. Entre outras críticas, o artigo lembra que o governo proibira os pequenos jogos de azar, que vicejavam por toda parte, para garantir o espaço para outra modalidade de jogo: a jogatina legal das loterias, com a qual lucrava muito (*Resenha*, 03/10/1884, p. 1).⁷ Após dizer que havia um clamor muito grande contra as loterias, fulmina: “as cadernetas dos operários migram há dias da Caixa Econômica: todos querem ser ricos instantaneamente”. Para o jornal, tudo está errado: as propagandas enganosas, que não deixam perceber que apenas uns poucos serão contemplados; o fato de que a Loteria da Corte dava descontos no preço para quem comparecia à Rua do Ouvidor e comprava bilhetes pouco antes da hora da apuração; o alarido urbano que acontecia neste local, etc.

Em que pesem os interesses políticos do jornal, a crítica merece relevância ao demonstrar que não havia uma unanimidade em relação ao funcionamento das loterias. Além disso, traz detalhes de como funcionava o cotidiano da operação lotérica e como era vista pela sociedade. O articulista vai além, identifica na extração primeira da Loteria do Ipiranga de 1881 a razão atual desta febre lotérica:

Foi de São Paulo que veio o mau exemplo: à sombra do Monumento do Ipiranga surgiu esta jogatina monumental [...]. Os patriarcas da Independência certamente que não se lembraram de tamanha glória quando, as margens do riacho paulista, pediam a morte ou a independência. A sorte grande do Ipiranga fundou a independência do próximo. E logo teve plagiários [...] (*Resenha*, 03/10/1884, p. 1).⁸

6 A primeira edição do jornal foi publicada no dia anterior e neste segundo número, já há três anúncios envolvendo o termo “loteria”.

7 Este seria o terceiro número do jornal e a crítica, pelo local e por fazer parte de coluna diária da redação, poderia ser considerada posição oficial do periódico. Entretanto, é bom lembrar que isso não atrapalhou a contínua publicação de propagandas lotéricas variadas, nos anos e décadas seguintes.

8 Segundo o próprio site da Biblioteca Nacional em sua apresentação do jornal, o redator chefe neste primeiro momento seria Rui Barbosa. Nessa conjuntura, o jornal se destacou pela ampla participação nas campanhas abolicionista e republicana.

De fato, notou-se um grande incremento no interesse pelas loterias depois do início dos sorteios da loteria do Ipiranga. O número de anúncios por jornal aumentou, e o tema loterias parecia fazer parte da vida cotidiana das pessoas, sempre, a julgar pelos jornais. Como exemplo, veja-se a edição de 10 de janeiro de 1887 do jornal *Gazeta de Notícias*: na página 4 há dois anúncios grandes da Loteria da Província de Alagoas (extrações diferenciadas) e uma da Loteria de Pernambuco; na pág. 3, da loteria do Grão Pará e do Paraná; na pág. 2, os resultados do sorteio da Loteria de Santa Catarina e o aviso “corre amanhã a loteria do Grão Pará”. (*Gazeta de Notícias*, 1881, p. 2, col. 3). Essa mesma página tem informe de que a Sociedade Centro Comercial de Loterias está pagando dividendos pelas ações em seu escritório na Rua do Ouvidor. Por fim, na primeira página, utilizou-se o termo ‘loteria’ com o sentido de aventura, acidente. Tudo isso está concentrado em quatro páginas de uma edição, provando-se a popularidade deste jogo.

Outro exercício simples e revelador foi contar a quantidade de vezes que aparece a palavra ‘loteria’ nas edições dos jornais cariocas, seja em anúncios, seja em notícias. Isso foi feito com utilização da ferramenta de busca por palavras propiciada pelo site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Assim, encontrou-se este termo empregado 2.063 vezes pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1875 e 1879, e o termo foi empregado 8.953 vezes na década seguinte (1880 a 1889). Nem sequer a República diminuiu a propaganda e a procura por jogos lotéricos, pois entre 1890 e 1899 a palavra loteria foi encontrada, por esta ferramenta, 13.705 vezes em exemplares da *Gazeta*. A mesma contagem para *O Paiz* aponta o uso de 2.849 vezes de 1/10/1884 a 31/12/1889. Na década seguinte, toda ela republicana, houve 11.331 ocorrências registradas. É bom assinalar que estes números devem ser entendidos apenas de forma aproximada, pois a ferramenta de busca de palavras ainda deixa passar muitas ocorrências em branco,⁹ além de não computar qualquer outra palavra de mesmo radical (como ‘lotérica’) ou relacionada (bilhete, sortes, aposta).

Para Amaral (2005), as loterias são uma estratégia de arrecadação utilizada em países com população muito pobre com o objetivo de amedilhar montantes extras. Na Primeira República, os militantes anarquistas costumavam denunciar as loterias, entendiam que elas desperjavam esperanças que nunca seriam satisfeitas para a grande maioria e, nesse sentido, levavam as pessoas a desviar para esses jogos recursos que necessitariam para sua sobrevivência, em uma batalha quase

9 Um exemplo apenas: a edição de *O Paiz* de 01/01/1890 aponta uma ocorrência relativa à Loteria do Grão Pará. Entretanto, na mesma página 6 podem ser visualizadas mais duas vezes este termo em propaganda da Loteria do Rio de Janeiro. E a página 5 da mesma edição traz anúncio da Loteria da Bahia.

sempre perdida com a sorte. O poema satírico que abre este texto foi publicado em 1893 pelo primeiro jornal socialista do estado gaúcho, o Democracia Social, expondo-se as consequências para os trabalhadores do que era considerado pelos seus redatores um sério vício, capaz de jogar na miséria famílias inteiras.

Em São Paulo, a concessão de loterias era tarefa da Assembleia desde 1836, com o objetivo de financiamento de obras, como capelas, instituições pias, colégios e asilos. Em 1876, elas foram regulamentadas pela lei nº 16, de 10 de março daquele ano, que outorgava ao Presidente da Província o poder de alterar e modificar o plano das loterias provinciais. Em janeiro se organizaria a relação dos sorteios a serem extraídos a cada ano, a qual seria publicada pelos jornais e cuja ordem não deveria ser modificada. Para o ano de 1880, foi definida a extração de 13 loterias, incluindo-se aquela para a construção do Monumento do Ipiranga.¹⁰

A Loteria do Ipiranga procurava inovar, em termos de arrecadação e distribuição, com 60 prêmios de valor acima ou igual a 10 contos de reis e os demais de valor menor, num total de 1.060 prêmios. Os prêmios da primeira extração eram: um de 1.000 contos (Rs 1.000.000:\$000); um de 400 contos; quatro de 100 contos, quatro de 50 contos; 20 de 20 contos; 30 de 10 contos; 100 de um conto; 200 de quinhentos mil reis; 700 de 100 mil reis; 1.000 de cinquenta mil reis e 98.000 de 10 mil reis.



Figura 2 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.

10 Legislação disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. [<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-49-06.04.1880.html>]

Segundo a organização, em cada 10 bilhetes com numerais diferentes, pelo menos dois seriam sorteados, desde que tivessem a terminação final igual ou imediatamente superior àquela do bilhete premiado com “a sorte grande, dele em diante”.¹¹ A propaganda também fazia menção ao baixo valor da aposta, visto como uma “democratização” das loterias. Todas estas informações constavam no verso do bilhete, que ainda apelava ao “patriotismo dos brasileiros” para que este esquema inovador, implantado para a loteria do Ipiranga, não fosse copiado por nenhuma outra até que corresse as três extrações previstas para a construção do Monumento.

Ela provocou tumultos desde seu lançamento devido ao alto valor de seus prêmios, como se pode ver pela notícia abaixo:

LOTERIA DE SÃO PAULO – Lê-se na Província do dia 16 do corrente: Ontem nesta capital começou a venda de bilhetes ao balcão da loteria do Ipiranga. Houve cauda permanente a porta do estreito recinto aonde se faz a venda, e apesar de haver sentinelas, foram ali distribuídos muitos socos, dando-se várias rixas entre os concorrentes (*Jornal do Comércio*, 17/11/1880).

Após esta extração, o termo ‘Ypiranga’ entra para a linguagem dos jornais, significando uma grande riqueza que chega de repente. (*Gazeta de Notícias*, 10/03/1881, p. 2, col. 2). Esta loteria tornou-se um fenômeno nacional, incendiou a imaginação popular de tal forma que, segundo o pelotense *Correio Mercantil*, cerca de seis milhões de pessoas em todo o País teriam interesse nela, com apostas feitas diretamente ou como parte de algumas das muitas sociedades existentes para este propósito (*Correio Mercantil*, 26/02/1881). Conforme o número de apostas crescia e se acercava a data do sorteio, começaram a ser vendidos bilhetes no mercado negro, por preços altos, “muito mais do que seria sensato apostar”, segundo ainda a mesma notícia.

Assim, se as loterias gozavam de fácil aceitação pela população do Império, foi realmente a loteria do Ipiranga que fez extrapolar o fenômeno desses jogos, que envolveram milhares de pessoas e ajudaram a difundir ainda mais a modalidade. Uma parte de sua popularidade pode ser creditada à atuação dos jornais, que noticiavam cada uma das diversas extrações, os números sorteados e seus ganhadores, fazendo acender a imaginação de seus leitores.

Em Pelotas, o *Jornal do Comércio* era o principal incentivador das loterias, anunciava todos os jogos e inseria notícias sobre prêmios

11 Registro do meio bilhete premiado com 1000 contos de reis da Loteria de São Paulo (Loteria do Ipiranga), extração do dia 26/02/1881, descrito no Livro 13, de Registros Ordinários do Primeiro Tabelionato da cidade de Pelotas, APERS, fundo 48, Pelotas, p.131 a 133, dia 18/03/1881.

ganhos na província ou outras regiões. O comprometimento deste periódico com as apostas foi tão evidente que seus exemplares do mês de março de 1881, quando divulgou a notícia de que a cidade fora contemplada com o primeiro prêmio da loteria do Ipiranga, não mais existem na coleção da Biblioteca Pelotense, o que deixa claro a ânsia com que suas edições foram procuradas pelos apostadores mais pobres naquele recinto, a ponto de se estragarem as folhas de modo a não permitir exemplares para serem encadernados.

A cidade ainda foi contemplada com uma grande quantidade de prêmios menores, com valor igual ao do próprio bilhete ou pouco mais. Acrescenta-se a este quadro que, cerca de uma semana depois do sorteio do Ipiranga, outra loteria – essa, de Porto Alegre – contemplou, com montante apreciável, um número que fora vendido em Pelotas, pelo que aquele foi o mês mais animado da cidade em muitos anos.¹²

Um expediente utilizado pela maioria das notícias era não colocar o valor pago a cada “felizardo”, resultando-se a falsa impressão de que todos que acertavam ganhavam altas quantias, o que terminava por incendiar ainda mais a imaginação das pessoas. Mas, a julgar pela quantidade de notícias encontradas, havia um bom número de pessoas premiadas na província e na cidade, em diversos sorteios. Aparentemente, isto ocorria pela existência de grande quantidade de prêmios menores. Além disso, em várias loterias de então parecia ser necessário apenas acertar o milhar. É o que se pode depreender de anúncios que notificavam a compra de bilhetes que traziam apenas o milhar ou a centena, em Pelotas, ou do resultado de loterias, como da província do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, publicados em jornais do Rio de Janeiro.¹³

Geralmente, os próprios anúncios procuravam destacar a segurança do empreendimento e exaltar ao máximo as possibilidades de ganhos, como este de um jornal de Rio Grande:

Loteria Geral da Corte [...] garantida pelo governo imperial:
Chama-se a atenção para esta decente loteria, em que com o pequeno número de 6.000 bilhetes pode qualquer cidadão obter a importante soma de Rs 20:000\$000 (*Echo do Sul*, 29/4/1888).

Dessa maneira, a esperança estava sempre presente no coração de todos os que apostavam, cativos ou livres, e estes últimos acalenta-

12 “O maior prêmio da loteria da Província extraído ontem também saiu para Pelotas, ao Sr. Francisco de Paula Nunes Baptista” (*Correio Mercantil*, 08/03/1881).

13 “Declaração: Sociedade Esperança – os bilhetes comprados da loteria que corre em Porto Alegre, no dia 25 de janeiro são os seguintes números: 1088, 343 e 428 (sic) e da que corre em Montevidéu, a 20 de janeiro, são os números 7878, 5830 e 1800. Pelotas, janeiro de 1877”. (*Jornal do Comércio*, 19/01/1877). Para o Rio, o exemplo está em *O Paiz*, 06/10/1884, ou 27/10/1884 ou ainda 05/03/1885.

vam o sonho de se tornarem independentes: do patrão, das longas horas de trabalho em oficinas, das contas, etc. Na visão dos cativos, não deixava de ser uma forma rápida de alforria, pois um dispêndio mínimo poderia trazer, caso o número fosse contemplado, a quantia suficiente para a libertação e talvez um pouco mais.

AS SOCIEDADES DE APOSTAS

É obvio que as probabilidades matemáticas favorecem sempre quem mais aposta, por isso, foi encontrado nos jornais o seguinte comentário: “A sorte grande ainda mais uma vez coube ao comendador Heleodoro de Azevedo e Souza” (*Jornal do Comércio*, 20/10/1880). De fato, havia indivíduos que compravam grande número de bilhetes. Na cidade de Pelotas, muitos colocavam seus nomes e números comprados nos jornais, bem como sociedades de apostas faziam isso. Como esta prática não foi encontrada em jornais do Rio de Janeiro, presume-se que era um recurso extra para se garantirem direitos sobre os bilhetes comprados, motivado pela distância até a Corte, por causa de denúncias de venda de bilhetes em duplicata (*Jornal do Comércio*, 22/11/1880). Quanto à compra, havia lojas que se encarregavam do assunto e cambistas que trabalhavam de forma independente, mas o total dos resultados demorava a chegar. Para a loteria do Ipiranga, houve até mesmo a feitura de um livreto que continha todos os números premiados.

Todos os setores profissionais terminaram sendo envolvidos neste estímulo ao jogo, e houve empresários e imigrantes alemães – como Simão e João Kappel, de Porto Alegre – que ganharam dinheiro dessa forma (*Jornal do Comércio*, 30/01/1880). Por caprichos da sorte, para outro imigrante germânico, um bilhete premiado trouxe a prisão, ainda em Porto Alegre. Tal foi o caso de um mísero sapateiro alemão, cujo filho, segundo ele, teria achado um bilhete premiado na rua. Quando tentou recebê-lo, foi preso e interrogado, pois, aos olhos da lei, o bilhete foi considerado “objeto de valor não devolvido”, sendo criminalizado seu portador (*Correio Mercantil*, 03/07/1880).

Um conto publicado na crônica semanal do jornal *Correio Mercantil* dá uma ideia da amplitude do fenômeno provocado pela extração do Ipiranga. Trata de uma jovem, filha de uma família, obcecada pela ideia de apostar em loterias, que sonhava com o prêmio maior com o qual poderia conquistar outro futuro que não o casamento com um noivo indicado pela família. O conto reflete as expectativas de uma mulher livre e branca, de boa família, para quem o ganhar na loteria poderia, ao lado de uma vida mais confortável, talvez ampliar o leque de candidatos a um futuro enlace matrimonial, ou ter um papel impor-

tante nesta escolha, embora não significasse livrar-se da tutela masculina e familiar,¹⁴ uma liberdade de gênero muito difícil de ser conquistada naquela sociedade.

A ideia de ganhar na loteria se tornou tão normal em Pelotas que chegou a influenciar a formação de sociedades destinadas a apostas lotéricas, em meados da década de 1870, com largo curso na década seguinte. Estas sociedades se disseminaram por localidades e províncias do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro. O anúncio abaixo, encontrado casualmente numa breve procura pelo termo 'loterias' em jornais do Rio, envolve uma sociedade consolidada, pois tem tesoureiro, dinheiro próprio em caixa e regras de funcionamento:

S. L. 50 Filhotes do Lagarto:

Liquidação dos 500 contos. Havendo 50\$ [ou500\$(?)] em caixa, compraram-se nove quartos de 160 série A [sic], loteria de 25 contos, dos n^{os} seguintes: [...]Os sócios que não aceitarem, queiram reclamar até a véspera da extração. 5/10/1884, o tesoureiro, B. M. Guimarães (*O Paiz*, 6/10/1884, p. 4).

Provavelmente, o surgimento de uma sociedade abolicionista que tentou funcionar apenas a partir de ganhos lotéricos parece ter sido exclusividade pelotense. O "Clube Emancipador Vinte e Sete de Agosto" foi fundado por um ourives e tentava libertar escravos mediante os prêmios conseguidos em apostas de loterias, no ano de 1881. Para tanto, incentivava a doação de 1\$000, uma quantia mínima por pessoa, para que com o total arrecadado se comprassem bilhetes, e prometia libertar escravos com os ganhos dos sorteios. Embora a proposta estivesse alicerçada numa hipótese arriscada, foi considerada tão séria que os jornais deram-lhe espaço, publicando seu regimento e as listas de subscrições diárias. Essas listas passaram por casas de famílias, sociedades mutualistas e fábricas da cidade, com grande aceitação. Infelizmente, seu espírito caritativo não foi considerado pela deusa da fortuna, pois nada ele ganhou e morreu sem glórias.¹⁵

Crianças e mulheres também foram encontradas como beneficiárias ou apostadoras – foram formadas a sociedade "Feliz Memória", que beneficiaria crianças com seus ganhos (*Jornal do Comércio*, 25/09/1881), e a "Sociedade Brasileira", composta em sua maioria por mulheres (*Jornal do Comércio*, 29/09/1881), embora elas também participassem de outras associações.

14 Para que seu pai compre o bilhete, a jovem abre mão de um novo vestido de baile, o que, simbolicamente, tem um claro significado. (*Correio Mercantil*, 18/07/1880).

15 Este "Clube Emancipador" foi divulgado várias vezes em 1881, especialmente no *Jornal do Comércio* (em 28 e 29/9, dia 1/10 e seguintes) e no *Diário de Pelotas*, inclusive com o nome dos que subscreveram sua proposta e colaboraram na compra dos bilhetes.

A maioria das sociedades visava a beneficiar seus próprios filia-dos, e se algumas tinham regras e constituição legal, inclusive com secretários e diretores, outras parecem ter sido formadas de modo improvisado, frequentemente ao redor das próprias lojas de vendas de bilhetes ou em locais de trabalho e estabelecimentos de comércio. Como as associações publicavam convocações e informações sobre compra de bilhetes pelos jornais, há bastante material sobre a existência delas, que, de outro modo, passariam despercebidas. Quanto aos riscos da utilização preferencial da fonte jornalística para a realização deste trabalho, o uso de vários periódicos da mesma época, de perfis e interesses diversos, o objetivo da pesquisa e a difusão do hábito de jogo em loterias no final do século XIX auxiliam a minimizar os possíveis problemas. Além disso, como já foi explicitado, o próprio jornal é o maior veículo de difusão desta prática (LUCA, 2010).

Os bilhetes comprados pelas sociedades ficavam nas mãos de um coordenador ou tesoureiro, no caso de associações mais formais e duradouras, ou de um apostador visto como de maior responsabilidade, no caso de grupos ocasionais, formados apenas para concorrer a uma ou duas extrações.

Os nomes de algumas dessas associações também podiam significar brincadeiras com a fortuna, como a sociedade “dos dez atrás dos trinta” (que concorreu ao prêmio de trinta contos de réis pela loteria de Porto Alegre em 1876) ou a “Sociedade dos caiporas” (que pretendia ironizar o próprio azar dos apostadores contumazes que a formavam e que ainda não haviam sido premiados) (Respectivamente *Jornal do Comércio*, 21/12/1880; 22/08/1876; 10/10/1876).

Entre as associações de maior duração foi possível constatar certas lógicas que presidiam sua formação, algumas visíveis em seus títulos, baseados em sua proveniência, como a Sociedade Lourenciana, da cidade vizinha de São Lourenço do Sul, e outras cujos integrantes faziam prever uma origem comum quanto a categoria social ou local de trabalho. Mas elas são muito numerosas, e não se captam suas lógicas internas de formação. Quando se encontra uma associação que envolve elementos muito díspares em termos de cor, status ou classe social, pode-se inferir que sua formação ocorreu em algum estabelecimento comercial e que ali ela se centralizou, como a que recebeu publicação no próprio dia da extração da loteria do Ipiranga e que havia comprado 18 bilhetes inteiros daquele jogo, centralizada ao redor da Cigarraria Bom Fumante. Esta associação, além da família do dono do estabelecimento, era formada por um médico e charqueador (Dr. Maia), por Luís Felipe de Almeida, um tabelião e filho do prócer da revolução Farrou-

ilha – Domingos de Almeida, um pintor, possivelmente espanhol,¹⁶ e dois afrodescendentes (um nascido livre, João Manoel de Oliveira Paroba, e um ainda escravo, Euzébio Barcellos), entre outros apostadores.¹⁷

Outra sociedade em que se constatou uma mescla de origens entre seus membros pode ter origem semelhante, pois há algumas pistas, como nomes de artesãos que eram liderança de associações re-creativas ou classistas e que aparecem entre os apostadores. O grande número de pessoas e os poucos bilhetes comprados são outro indício de sua composição mais modesta:

Sociedade Lotérica Santa Cruz – Declaro que a sociedade organizou-se e comprou 50 meios bilhetes de loteria da corte, a extrair-se em 30 de julho de 1881, com cinquenta sócios, visto alguns não terem satisfeito seus débitos. Bilhetes [segue-se o número dos mesmos]. Sócios: José da Rocha e Cia.; Manoel Martins de Castro, Guilherme Lassal, Arnaldo Almeida; Luiza Amélia Rodrigues; Crispim José Callero, Antonia Cardoza Duarte; Maria Augusta; Jacinto Inácio Gomes, José Francisco Fontes; Francisco Mendes Pereira; João Fernandes; Joaquim Fernandes; Alexandre Pinto de Souza; José Luis; Pacifico da Costa; Manoel Inácio dos Santos; Bernardino Vieiro dos Santos; Francisco Medina Veiga (duas cotas); Guilherme Litran; Domingos Francisco de Jesus; Estevão Ferraz Deandihum; João da Silva Melo. O depositário destes meios bilhetes é o Sr. José da Rocha e C., por alcunha José Peny (*Jornal do Comércio*, 05/07/1881).

A estratégia destes apostadores era clara: se organizaram quotizando-se por valor fixo, mas permitindo-se a compra de mais de uma quota, e compraram meios bilhetes, e não bilhetes inteiros, para ampliar a chance de ganhos. Seu coordenador e depositário trabalhava em um hotel popular, situado em uma rua central da cidade, portanto, de fácil acesso a todos. Entre os apostadores figuram o desenhista, pintor e professor de arte - o espanhol Guilherme Litran, o francês Guilherme Lassale e alguns desconhecidos cujos nomes remetem a imigração (Deandihum, Fernandes), entre outros.¹⁸ Quanto ao depositário,

16 Francisco Monsarro Pons, como aparece na notícia, vai ser encontrado posteriormente assinando apenas Francisco Monsarro (ou Monsarro) e será representante da classe dos pintores na formação da Liga Operária da cidade em 1889 (*Jornal Onze de Junho*, 16/03/1889). Também será, naquela década, filiado à Associação Classes Laboriosas da cidade, que só aceitava brancos como sócios (LONER, 2001).

17 *A Discussão*, 26/02/1881. Dos afrodescendentes identificados, Paroba era oleiro e carroceiro, filho de João Paroba, ligado ao Partido Liberal. Foi membro da Irmandade do Rosário e vice-presidente da S. B. Fraternidade Artística (*Correio Mercantil*, 20/06/1882). Ele e Euzébio também estarão presentes nessa entidade de artesãos negros em outros momentos dessa década, depois que este último se alforriou. Os nomes dos dois aparecem juntos, o que pode significar que tenham comprado sua quota ao mesmo tempo.

18 Guilherme Lassale foi secretário da Sociedade de Beneficência Francesa em 1895 (*Correio Mercantil*, 26/09/1895) e também participou de outras diretorias dessa associação. Fernandes era nome muito comum entre os portugueses da cidade (bem como seus prenomes João e Joaquim), o que dificultou a pesquisa.

era afrodescendente e não ganhará na loteria naquele momento, mas, indiretamente, será contemplado no ano seguinte, quando se casará com uma das ganhadoras do grande prêmio da Loteria do Ipiranga, Clarinda Crespo.

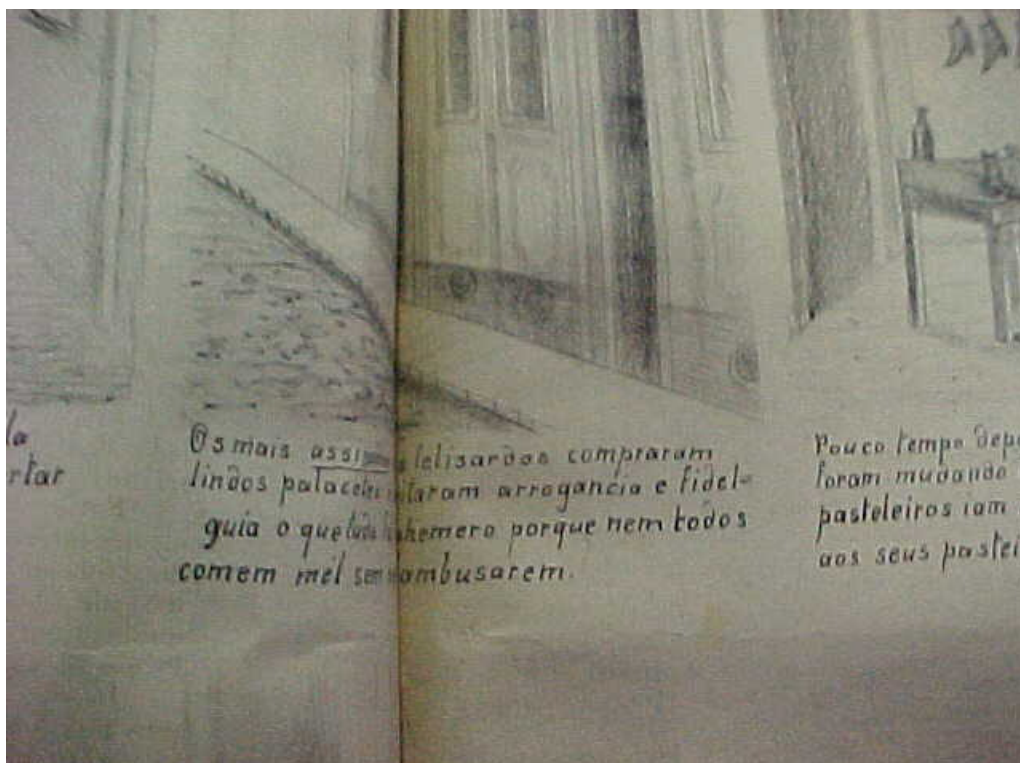


Figura 3 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.

OS TRABALHADORES CATIVOS E AS LOTERIAS

Parece-me bem mais razoável supor que, na vigência da escravidão, as expectativas de liberdade que se abriam aos nascidos livres despossuídos e ao sonho de liberdade dos escravizados, foram culturalmente construídos no interior da sociedade escravista e estiveram a ela integrados. Deste modo, “livres pobres” ou escravos (uma vez que socializados enquanto tais), agiam socialmente a partir dos códigos culturais correntes naquela sociedade, mesmo que reinterpretados a partir de suas posições sociais específicas (MATTOS, 1998, p. 34-35).

Utilizando-se estes parâmetros, vai-se analisar a forma pela qual os trabalhadores afrodescendentes libertos e os ainda cativos participaram do entusiasmo pelas loterias e quais as necessidades primeiras a que buscaram atender, quando e no caso de que fossem “bafejados pela fortuna”, numa expressão de época. Vai-se utilizar como cenário a

cidade de Pelotas, povoação do sul do Rio Grande do Sul, próspera devido à atividade charqueadora, o que fazia com que possuísse grande população de pessoas de cor, livre ou ainda cativa. Em 1873, a matrícula de escravos apontou 8.141 indivíduos escravizados¹⁹. Logo ao início da República, a população considerada de cor correspondia a 30,7% do total dos moradores dos dois distritos centrais da cidade.²⁰

A lei do Ventre Livre, que possibilitava aos cativos acumular pecúlios, facilitou o direito de receber prêmios no próprio nome. As apostas baratas, de meio ou um quarto de bilhete, permitiram uma grande participação popular, e quase todos puderam sonhar com os prêmios lotéricos. Afinal, um único bilhete poderia possibilitar entrar no reino da abundância, com um adeus às carências e penúria que marcavam a vida dos trabalhadores urbanos, especialmente os mais desprovidos de posses, como os cativos e os recém-libertos. Tal como os demais membros daquela sociedade, eles se agruparam para jogar em loterias, como tentativa de ampliar ganhos e comprar mais bilhetes para garantir a sorte. Dessa forma, houve inclusive sociedades estruturadas que aceitavam a participação de escravos, e outras em que eles faziam parte diretamente de sua estrutura organizacional. Um dos casos encontrados nos permite deduzir isso:

ASSOCIAÇÃO LOTÉRICA FELIZ LEMBRANÇA:

A grande loteria de São Paulo

A primeira turma pertencem os bilhetes 197.790 a 197.799. A segunda turma os números 176.196, 176.197, 176.198, 176.199, 197.758, 197.759, 176.200, 197.758, 197.759, 176.200, 197.760, 197.761 e 197.763. Os bilhetes acham-se depositados em poder do tesoureiro da associação, Sr. Euzébio Barcellos. Pelotas, 3/12/1880 C. e Silva, Secretário (*Correio Mercantil*, 7/12/1880).

Euzébio Barcellos era escravo naquela ocasião e, não obstante, foi o encarregado da arrecadação. Por vários outros motivos, sua vida foi interessante o bastante para ter inspirado um artigo próprio, no qual se pretendeu desvendar os motivos de sua incomum respeitabilidade e mobilidade urbana para um cativo e sua ainda mais singular trajetória posterior, pelo que se remetem os leitores a ele (LONER; VIEIRA; MONTEIRO, 2013).

19 Quadro demonstrativo da população escrava no Município de Pelotas, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 30/set./1873 a 30/jun./1884, transcrito no *Correio Mercantil*, 23/08/1884. Segundo o censo de 1891.

20 Boletim de estatística apresentado à Intendência Municipal da cidade de Pelotas, em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclides B. de Moura, diretor da repartição de estatística da mesma intendência, 1891.

Porém, a notícia acima também fala em turmas, sinal de que havia, dentro dessa sociedade, quotas diferenciadas para grupos de apostadores, que concorriam com bilhetes diferentes. A sede desta sociedade ficava na vizinha Rio Grande, que aceitava apostas de Rs 96\$000, concorria para a primeira extração do Ipiranga com 100 bilhetes e estava aliada com outras duas associações de Pelotas, a Boa Esperança – que tinha entrada mínima de Rs 5\$000 e havia apostado em 62 bilhetes, e a mais abonada Sociedade dos 12 – a qual concorria com 200 bilhetes, com entrada de Rs 200\$000. (*Correio Mercantil*, 28/12/1880). Após a extração, houve a prestação de contas pelos jornais: do total, a Boa Esperança teve “13 bilhetes premiados com 10\$000; 38 [bilhetes foram premiados] na Sociedade dos 12; 25 [bilhetes], na Feliz Lembrança, de Rio Grande” (*Correio Mercantil*, 23/03/1881).

Ao mesmo tempo, a Boa Esperança anunciava que já estava associando mais pessoas para a loteria futura, na qual pretendia concorrer com 500 bilhetes, e quem fazia este convite era seu secretário, um artesão afrodescendente (*Correio Mercantil*, 17/03/1881).²¹ Quanto à Sociedade dos 12, seu depositário era um rico imigrante português.²² Os poucos nomes recuperados dos apostadores não permitem distinguir quem participava dessas associações, mas pode-se perceber que elas aceitavam pessoas de diferentes cores e status, a julgar pelos três nomes assinalados, e que possuíam lugar de importância em sua constituição.

Foi encontrado um agrupamento que reunia apenas afrodescendentes e com diferenciados estatutos jurídicos. Era informal, sequer tinha nome e foi formado para participar de outra rodada da Loteria do Ipiranga, em setembro de 1881. O grupo comprou apenas 5¼ bilhetes para serem divididos por 26 apostadores, entre trabalhadores livres, libertos ou ainda escravizados:

Anúncio:

Eu, abaixo assinado, declaro que sou o sócio depositário de cinco bilhetes da grande loteria da corte [...] e mais ¼ de outro, nos quais também tem sociedade os seguintes signatários:²³ Virgilino Rodrigues Peixoto (depositário) (6); Pedro Joaquim Domingues

21 F. A. Pinto de Campos participou da diretoria Fraternidade Artística, entidade de artesãos negros, em 1882 e 1883, mesmas diretorias que outros afrodescendentes já citados neste artigo, como José Morena Penny, Euzébio Barcellos e João Paroba (*Correio Mercantil*, 20/6/1882; 06/07/1883).

22 Da Sociedade dos 12 era depositário Miguel Pinto Rego, que nesse ano estava abrindo um armazém de secos e molhados (*Correio Mercantil*, 19/01/1881) e que em 1880 foi presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, segundo o Relatório desta sociedade (*Correio Mercantil*, 29/01/1881).

23 Ao lado de cada nome, colocou-se a indicação do status de cativo ou liberto (ambos com o nome sublinhado) ou das sociedades negras de que participava ou participará no futuro, assim codificadas. 1- Feliz Esperança, 2- Fraternidade Artística; 3- Centro Ethíópico, 4- Irmandade do Rosário, 5- Recreio dos Operários, 6- Asilo São Benedito. Como se pode ver, alguns dentre este grupo se destacaram pelo número de associações de que participaram.

(1, 3, 5, 6), José Maria de Carvalho e Silva (1, 2, 3, 6); Abraão Marques Evangelista (1, 5, 6), José Maria Almeida; Bento Ladislau Padilha; Paulino Rasgado; Guilhermina Moreira da Cunha; Carolina Maria da Conceição; Miguel de Azevedo; Elias Ventura Campos (1, 2); André Brizolara Cardoso (4); Barbara Rasgado; Adão Braga; Amando de Sá; Amândio dos Santos; Francisco Resende(4); Adão Mendonça; Maria Francisca; Alfredo Marques; Theophilo Antonio Gonçalves (1); Palmira Cunha, Melânia Cunha; Polônia Moreira e Miguel Antonio da Costa (*Jornal do Comércio*, 15/09/1881).

Pode-se afirmar sua composição, pois a cor e situação jurídica de muitos deles já tinham sido descobertas antes pela participação de alguns em diretorias de associações da comunidade negra nas décadas de 1880 e 1890 ou por sua presença em listas de candidatos a alforria pelo Fundo de Emancipação dos Municípios.²⁴ De outros, nada se sabe de concreto, mas a predominância de sobrenomes de conhecidos charqueadores entre eles (Rasgado, Cunha, Moreira) pode indicar que trabalhavam para estas famílias na cidade ou até mesmo nas charqueadas, algumas situadas relativamente próximas ao centro urbano pelotense. Analisando-se com mais vagar, percebe-se que no topo da lista havia aqueles nascidos livres e com maior trato urbano, depois vinham alguns libertos ou libertados havia poucos anos e, por fim, aqueles de pouca visibilidade, entre eles, as mulheres.

Algumas dessas também puderam ser situadas. Assim, Melânia e Palmira Cunha eram, respectivamente, mãe e filha, ambas nascidas escravas, sendo que Palmira foi liberta gratuitamente pela senhora Maria Josefa da Cunha em dezembro de 1884, com a condição de nunca sair de perto de sua ex-proprietária, mas sua mãe permanecia cativa (APERS, 2006, p. 428). Quanto à Guilhermina, pode ser irmã de Abrahão Evangelista, ele, ainda escravizado naquele momento e também integrante da lista.²⁵ Ambos foram cativos de Zeferina da Cunha, viúva de José Inácio da Cunha, cuja charqueada era então administrada por seu genro Dr. Rasgado, o que explicaria outro sobrenome utilizado por seus membros. Desse agrupamento não há mais notícias pelos jornais, pois provavelmente, dada sua composição, foi uma aposta eventual.

24 O fato de identificar alguns deve-se à forma como se trabalha desde 1996 com os operários de Pelotas e Rio Grande do final do século XIX, coletando todos os nomes que compunham as diretorias de associações populares e formando redes de sociabilidade e fraternidade entre elas, o que permitiu distinguir algumas lideranças negras e/ou escravas (Cf. LONER, 1999; 2001).

25 Guilhermina conseguiu a alforria em 1873, e Abrahão, em 1884, Cf. APERS, v. 1, p. 441;520, respectivamente. A ligação familiar se fez pelo pertencimento à mesma proprietária e pela filiação declarada de Abrahão e Guilhermina - o primeiro quando, anos mais tarde, se qualifica como eleitor, e ela, na carta de alforria. Posteriormente, Abrahão terá um açougue no Mercado Público da cidade (fonte: PETERSEN, S.; LONER, B.; SCHMITD, B. Dicionário do Movimento Operário gaúcho, em preparação).

Contudo, uma associação lotérica de escravos muito importante na história da comunidade afrodescendente de Pelotas se organizou naquele exato momento. Nos inícios de 1881, encontrou-se a Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança, que deve ter nascido anteriormente, pois se apresentava com diretoria constituída nesta ocasião, a qual era formada por afrodescendentes, livres, libertos ou ainda escravizados e cujo objetivo inicial parece ter sido a libertação de seus sócios cativos:

Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança:

De ordem do ilmo. Sr. diretor presidente dessa associação, Justo José do Pacifico, convoco a todos os Srs., sócios da mesma, a reunir-se em assembleia extraordinária, domingo 9, às 18 horas, na Rua 24 de outubro, para tratar-se de assuntos urgentes. Secretário Joaquim Francisco dos Passos (*Correio Mercantil*, 08/01/1881).²⁶

Nesse momento, o 'ilustríssimo presidente' da associação ainda detinha a condição jurídica de escravo, da qual só se livraria um ano depois (LONER, 2012), mas seu secretário era um homem livre e letrado. Quanto aos sócios, a maioria era cativa ou liberta, composta de profissionais urbanos. Essa sociedade existirá pelo menos durante 36 anos e terá um papel importante na vida associativa da comunidade afrodescendente da cidade, especialmente nas primeiras décadas republicanas (LONER, 1999; 2001).

No Rio de Janeiro, existiu em 1871 uma sociedade lotérica também com participação de escravos, que cotizava seus membros para comprar bilhetes de loteria e com seus prêmios adquirir a liberdade de alguns sócios. A Sociedade União Lotérica Cadeira de Ouro tinha número limitado de membros e teria buscado aprovação do Conselho de Estado imperial para funcionar, segundo Chalhoub (2003, p. 315, nota 180). Vê-se, pois, que muito antes que em Pelotas as loterias motivassem a criação de associações libertadoras elas já haviam surgido em outros lugares. No caso desta sociedade carioca, sua existência foi vetada pelas autoridades. Quanto à Feliz Esperança, ela existiu continuamente desde sua criação, mas não foram encontrados seus primeiros estatutos, o que leva a suspeitar que fosse clandestina. Supõe-se que seu aparecimento público pelos jornais beneficiava-se da informalidade e ambiguidade das sociedades de apostadores a que expressamente faz menção no nome.

²⁶ Pelas leis do Império, cativos não poderiam associar-se e, efetivamente, não foi encontrado estatuto ou registro dessa associação. Também é bom assinalar que dificilmente poderia ser oriunda das duas sociedades anteriormente mencionadas, a Boa Esperança e a Feliz Lembrança, pois as três coexistiram.

O fato concreto é que alguns desses trabalhadores escravizados terminavam conseguindo comprar sua liberdade com recursos ganhos na loteria, individualmente ou em sociedade com outros. A própria Loteria do Ipiranga não contemplou escravizados apenas em Pelotas, mas também em outras províncias. Nas semanas seguintes à extração, os jornais de todo o Brasil se preocupavam em informar aos leitores quem havia sido contemplado. Em periódico carioca se encontrou a notícia de que dois prêmios de 10 contos de reis cada um tinham saído para moradores do Recife. Um bilhete teria sido comprado pelos “senhores desembargadores do Tribunal da Relação do Recife” e outro “por uma sociedade de seis pretos” (*Gazeta de Notícias*, 08/03/1881, p. 2, col. 3).

Para Porto Alegre, encontraram-se notícias como esta: “Na última loteria da província, uma família de escravos foi contemplada, e o marido, mulher e 4 filhos imediatamente libertaram-se”. (*Diário de Pelotas*, 01/07/1881). Ou acrescentavam um pouco mais de substância à informação, fazendo-a mais presente: “Rita Alves Dias concedeu liberdade ao seu escravo pardo Manoel Antonio, pedreiro, mediante a quantia de 800\$000 que este ganhou na loteria da província” (*Correio Mercantil*, 28/12/1882).

São tão frequentes essas notícias que se pode desconfiar de que algumas fossem inventadas, destinadas a sensibilizar seu público para que também apostasse na sorte. Porém, quando a informação cita o nome do ganhador ela pode ser confirmada pelas cartas de alforria, as quais coincidem no encontrar o felizardo se tornando livre, embora frequentemente não mencionem a forma de aquisição do dinheiro. No caso do pedreiro Manoel Antonio, sua alforria foi concedida em 27/12/1882 mediante o pagamento de Rs 800\$000.²⁷

Devido a isso, alguns comungavam da ideia de que haveria certa ‘justiça divina’ orientando os ganhos na loteria, e houve senhores que apostaram junto com seus escravos, como evidencia essa notícia de Porto Alegre (*Diário de Pelotas*, 08/03/1881), assim retransmitida: “o Sr. Cristovam Ratto libertou sua escrava de 22 anos pela quantia de 400\$.000 que esta ganhou num bilhete de loteria comprado em sociedade com seu senhor”.

Os meios como o dinheiro da aposta eram conseguidos não se sabe como. Entretanto, poucos foram os casos de notícias de furtos relacionados com apostas, pois o mais provável é que fossem subtraídas quantias pequenas, que poderiam não ser notadas ou informadas à polícia. O único caso descoberto trata justamente do oposto, quando o

27 Manoel Antônio, pardo, pedreiro, Sra. Rita Alves Dias, data concessão 27/12/1882, data registro 30/6/1883 (Livro 10, p.77v Pelotas, 2º Tabelionato, livros notariais de registros diversos). Citado em APERS, v.1, p. 517.

escravo Bernardo entregou uma nota muito grande para fazer uma pequena aposta lotérica. Averiguado o caso, descobriu-se que havia sido furtada de Antenor Barbosa, pelo moleque Bibiano, tendo ambos os cativos confundido a nota de Rs200\$000 com uma de Rs20\$.000 (*Jornal do Comércio*, 04-05/10/1881). Entretanto, encontraram-se vários anúncios em que se comunicava a perda de bilhetes, com informação de seu número, notícias colocadas nos jornais tanto por homens quanto por mulheres. Curiosamente, estes anúncios só foram encontrados nos jornais pelotenses, o que enfraquece a hipótese de roubo perpetrado por cativos ou pessoas próximas ao recinto familiar.²⁸



Figura 4 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888

28 Se a pesquisa em periódicos pelotenses foi extensiva, aquela dos jornais cariocas apenas afluou o tema, portanto, não é possível chegar a conclusões sobre este fato, que pode ser mais do que uma curiosidade.

Às vezes, o encontro do cativo com a sorte era apenas o suficiente para comprar a liberdade de um indivíduo do grupo familiar, havia então a necessidade da escolha de quem seria o beneficiado. Não há fonte que possa aproximar o pesquisador das dimensões dos conflitos que poderiam ser deflagrados nessa escolha e, dessa forma, pode-se apenas entrever o dilema sofrido pela escrava Joaquina, que tirou a sorte em um quarto de bilhete da 'grande loteria da corte' em novembro de 1881 e com ele auxiliou com Rs 600\$000 a libertação de seu irmão Bernardino – ao que ele acresceu outros 600\$ para perfazer o total pedido por seu senhor (APERS, 2006, v. 2, p. 726) – enquanto ela permanecia escrava. Por trás deste gesto talvez estivesse a ideia de que o irmão, rapaz de 19 anos, pudesse auxiliá-la a se libertar posteriormente.

Mas, como consequência perversa da sorte que entregava de uma só vez uma quantia alta em dinheiro, aqueles libertados por prêmios de loterias eram normalmente os que terminavam pagando mais caro pela alforria. Não havia privacidade naquela sociedade, e o nome do felizado era rapidamente conhecido por todos, com todos os bônus e incômodos possíveis. Comparando duas alforrias, ilustra-se o fato: Paulino, de profissão marceneiro, com 25 anos, teve cotada sua liberdade em Pelotas no ano de 1870 em 1:350\$000 (APERS, 2006, v.1, p. 543)²⁹, dinheiro que conseguiu por seu esforço próprio, enquanto Tito, escravo de Manoel Farinha e trabalhador sem especialização, comprou sua liberdade por 2:000\$000 em 18/9/1880, logo que se soube que era um dos felizes ganhadores da loteria de Montevideu (APERS, 2006, v.1, p. 513). A diferença de dez anos, em conjuntura tão sensível para o preço da mercadoria escrava, deveria implicar a queda do valor do escravo, e não o contrário.

Por sua vez, o fato de que os trabalhadores pobres, livres ou libertos, pouco entendiam de uma economia urbana que se monetarizava e complexificava cada vez mais, levava-os a serem alvo de muitos espartalhões e aproveitadores, que buscavam compartilhar seus ganhos. O Império brasileiro dispunha de poucos meios de proteção contra especuladores e exploradores da boa-fé, pois era voltado mais para penalizar crimes da gente miúda e não daqueles de 'colarinho branco', e a fiscalização era quase inexistente. A situação não iria melhorar nos primeiros tempos da República, com a inflação provocada por excesso de papel circulante, a queda da bolsa de valores e uma forte brechada na economia, como forma de se adequar às medidas de arrocho financeiro necessárias para satisfazer os credores internacionais.

²⁹ Marceneiro e carpinteiro eram duas das profissões que mais aumentavam o valor de seus executantes, em caso de alforrias de cativos, o que pode ser percebido pela comparação visual dos dados.

Dessa forma, ganhar na loteria poderia não significar o fim das preocupações e dívidas financeiras, mas o início de preocupações bancárias e dívidas com agiotas, situações que vão enfrentar alguns dos ganhadores da Loteria do Ipiranga, independentemente de cor ou gênero.

Antes de encerrar esta parte, deseja-se deixar claro que nem todos eram incompetentes para lidar com negócios ou dinheiro, pois houve vários forros que compraram imóveis e até emprestaram dinheiro a juros na cidade, além do singular caso da preta forra Rita Maria da Conceição, que em 1884 comprou a parte de outro em bilhete premiado da loteria de Porto Alegre, conforme escritura em cartório.³⁰

O GRANDE PRÊMIO DA LOTERIA DO IPIRANGA

Em 19 de setembro de 1880, o *Correio Mercantil* comentava a situação dos muitos prêmios que haviam contemplado a cidade: “Pelotas é a terra dos muitos... Veio-lhe a sorte dos 50.000 pesos metal de Montevideú, e logo em seguida a de 15:000\$000 papel, de Porto Alegre, soma com outros prêmios menores, mais de 150:000\$000 em menos de 12 dias”. E logo acrescenta, em tom premonitório: “Faltam apenas os 1.000 contos, de São Paulo”.

O grande prêmio também sairia para a cidade, em 26 de fevereiro de 1881, para quando foi adiada a extração devido a problemas com o gerenciamento das apostas. Um milhar de números ainda não havia sido contabilizado até a data anteriormente marcada, e assim resume o *Correio Mercantil* (23/10/1880): “A situação é de quase calamidade, pois desperta muito interesse”.

Quando é sorteado o número 159.885, descobre-se que o primeiro grande prêmio da loteria do Ipiranga pertencia a oito apostadores de Pelotas, comprado por dois grupos diferentes de pessoas. Metade do bilhete estava em posse de um caixeiro português, que ficou em silêncio não autorizando a divulgação de seu nome e foi embora para Porto Alegre e Europa, logo depois de vender sua parte à firma pelotense Conceição e Cia, mediante deságio.

Quanto à outra metade, ela tinha sido fruto de uma aposta conjunta de sete pessoas muito pobres. O grupo incluía três brancos – dois sapateiros e uma costureira – e quatro afrodescendentes, um deles nascido livre, Pedro, menor de idade, filho de um liberto, Felisberto Silveira, de profissão coveiro. A liberta Joanna Gonçalves da Conceição era casada com Vitor Gonçalves que vai gerir sua parcela do dinheiro.

30 Livro 14, folhas 73/74, do 1º Tabelionato de Pelotas, APERS, fundo 48, registrado dia 14 de junho de 1883.

Duas escravas, Josefa – cujo proprietário era Zeferino Campos, e Clarinda – escrava de André Crespo, também ganharam o prêmio. Cada um deles havia entrado com 1\$000 réis para a compra do bilhete e ganhou cerca de 64:285\$714, descontadas as taxas.³¹

Eles eram muito frágeis, tanto em grupo como individualmente. Eram pessoas simples, trabalhadores manuais, em maioria analfabetos e pouco acostumados a lidar com dinheiro, como se tornou evidente pelos seus próprios negócios posteriores. Também não contavam com padrinhos ou amigos que pudessem instruí-los em aplicações financeiras. Muito pelo contrário, sobre eles logo desabou um turbilhão em que, ao lado das solicitações e expectativas de seu próprio círculo social, havia demandas e manobras por parte dos muitos espertos que vislumbravam a possibilidade de conseguir lucro fácil em negócios com eles. E começaram as especulações e o assédio aos ganhadores.

Poucos meses antes, o cronista do *Correio Mercantil*, com seu olhar crítico, já descrevera as solicitações e o assédio por que passavam as pessoas pobres que eventualmente recebiam prêmios, ao comentar sobre uma “preta chamada Esperança”, ganhadora, com outros onze indivíduos, de um prêmio de cem contos da loteria de Montevidéu.³² Segundo este jornal, de uma hora para a outra ela e o marido tiveram:

Em sua presença, 15 oradores, 3 jornalistas, 6 advogados, cinquenta corretores, duzentos mendigos, trinta pobres da pobreza envergonhada e não sei quantos escravos, a pedir esmolas para sua liberdade [...]. Antes, quando a Esperança passava por qualquer rua, ninguém a conhecia, ninguém lhe ligava importância, ninguém lhe perguntava quantos anos tinha [...] Os cem contos de réis foram, para muitos, um verdadeiro maná do céu. – Onze indivíduos pelo menos despediram a necessidade que os acompanhava desde a infância e cinco viram-se ou pretendem ver (sic) livres da impertinência dos senhores (*Correio Mercantil*, 19/09/1880).

Se cem contos de reis provocavam este furor, mesmo que divididos por mais pessoas, o que poderia acontecer com mil contos de reis, valor total do primeiro prêmio do Ipiranga? Sabiamente, o apostador que ganhou metade deste valor foi embora antes que a cidade soubesse do acontecido. Mas os demais ficaram. E sobre suas vidas pacatas e simples desabaram muitas solicitações e pedidos.

Henrique José Salgado, dono de uma oficina de sapataria que nucleara os demais apostadores e que havia ficado com a guarda do

31 10% do valor fora descontado para a própria loteria, sendo o total final de Rs 450:000\$000.

32 Nas cartas de alforria, não se encontra nenhuma Esperança libertada perto desta data, o que pode significar que já fosse livre. Notícia do *Jornal do Comércio* de 12/9/1880 informa que “uma preta mina”, em conjunto com outras pessoas, ganhara “a sorte grande de Montevidéu”.

bilhete, vendeu-o para o comendador Manoel da Conceição que lhe deu um sinal em dinheiro, colocando-se em posição privilegiada para comprar os restantes seis sétimos do meio bilhete.³³ A venda para intermediários era justificada pela demora no recebimento do prêmio, além dos vários procedimentos burocráticos sobre somas elevadas, que demandariam procuradores em São Paulo. A firma cobrou a taxa de quatro contos de reis de cada ganhador pela intermediação, exceto de Clarinda, que pagou 2,5 contos apenas, por negociação de seu tutor.³⁴

Os jornais passaram a cobrar dos ganhadores de origem afrodescendente que alforriassem seus familiares e amigos, seus nomes foram rapidamente divulgados e todos tiveram que conviver com a fama instantânea, o que, numa cidade com cerca de 25.000 habitantes apenas, lhes trouxe problemas. Daqueles que se conseguiu inventário ou descrição do que foi feito com o dinheiro do prêmio, viu-se que muitos valores, desde imóveis até bens de consumo, foram inflacionados na hora da compra, além de uma parte ter sido gasta em doações. Especialmente Josepha Campos foi a que mais doou bens, incluindo casas e dinheiro.

Após o impacto inicial, a vida retomou seu curso, embora modificada para os vencedores, que abandonaram seus trabalhos. Quanto àqueles que já eram livres, uma primeira providência foi a compra de casas, de três a cinco aberturas de frente, que caracterizavam residências boas para os padrões da época, todas situadas na mesma zona, concentrando-se preferencialmente na Rua Paysandu e suas imediações. Esta rua era próxima ao centro urbano, embora constituísse uma parte de sua periferia por ser vizinha à várzea alagadiça do arroio Santa Bárbara, do qual era separada apenas por uma rua perpendicular a ela, a Marquez de Caxias, anteriormente chamada "Rua da Lagoa", na qual Josepha e Felicidade também compraram casas, por bom preço.³⁵ O pátio de Josepha, até pela descrição do imóvel, terminava praticamente dentro da água.

A concentração de negócios imobiliários em duas ou três ruas próximas levanta a suspeita de que os ganhadores tivessem sido logra-

33 Como Henrique negociou sozinho o bilhete, os demais ganhadores, exceto Pedro e as duas escravas, deram procuração a Manoel José de Oliveira, para garantir seus interesses na transação e recebimento do prêmio. Josefa deu procuração a seu ex-senhor, com o mesmo objetivo.

34 O livro v. 13, do 1º cartório de Pelotas, já citado, folhas 131, 132 e 133, tem o registro do meio bilhete da loteria do Ipiranga. É cessão de concessão e transação entre Henrique José Salgado, Vitor Gonçalves, por cabeça de sua mulher e outros e Conceição e Companhia. A negociação foi ratificada na folha 84 do livro notarial de transmissões e notas do 3º Tabelionato de Pelotas, v. 17. Nas páginas 494 e seguintes estão registradas as negociações com os demais ganhadores. Livros dos Tabelionatos do Interior, APERS, fundo 48- Pelotas, 1º Cartório, v. 13 e 3º tabelionato, v. 17.

35 Livro Notarial de Transmissões e Notas do 3º Tabelionato de Pelotas, v. 17, p. 495 (Felicidade) e p. 505 (Josepha), 3º Tabelionato, APERS, Fundo 48, Pelotas.

dos pelos vendedores ou eventuais agenciadores da época, pois o local era sujeito a inundações, próximo a um importante arroio. Entretanto, muito provavelmente se tratava do local onde residiam antes, pois tudo indica que houve um esforço em concentrar as compras em certos trechos ou quadras das duas ruas assinaladas acima, com algumas das residências compradas em lotes consecutivos e pelas escrituras de distintos vendedores. Houve também a compra de um ou outro terreno, nas cercanias da cidade. Como nos inventários não há registro de aluguel dos imóveis ou de sua aplicação, talvez tenham sido entregues graciosamente a familiares ou parentes, sem gerar renda.

Henrique Salgado era branco, casado, com dois filhos. Ao receber o prêmio, comprou duas casas, uma para si e outra dada em usufruto aos sogros. O inventário da esposa, feito em 1886, revela que eles possuíam nove imóveis, além de móveis de boa qualidade, pratarias e joias. Contudo, estava onerado com uma dívida de quatro contos, feita para enfrentar as despesas da enfermidade da esposa.³⁶ Presume-se, pela necessidade de recorrer a agiotas, que não possuía mais dinheiro em espécie na ocasião. Mesmo assim, os imóveis em que havia empacado sua fortuna foram avaliados apenas por 20: 900\$000 no inventário e as demais posses em Rs 2: 312\$000.

Pela divisão da herança, ficou com líquidos Rs 9:156\$000 e se casou novamente; teve mais dois filhos e faleceu em 1894, já então pobre, reumático e tendo voltado a trabalhar, o que informa em seus repetidos pedidos ao juiz para que pudesse utilizar os bens do seu filho e herdeiro Setembrino, ainda menor de idade, para manter a si e a ele. Mesmo que isso fosse um estratagema para utilizar os bens do filho, é muito provável que tenha perdido tudo, pois não foi feito inventário quando de sua morte. Apenas, quando da morte do sogro, a casa que estava em usufruto foi repartida entre os herdeiros, o que resultou em um pequeno valor para cada um deles.

O inventário de Joana da Conceição, esposa de Vitor Gonçalves, foi feito em 1893, e por ele pode-se constatar o quanto essa família havia perdido de bens. Com a posse do dinheiro, Joana e Vitor compraram várias casas e terrenos, todas na Rua Paysandu ou logradouros próximos. Contudo, doze anos depois, o patrimônio imobiliário do casal estava reduzido a um amplo terreno e uma casa de “um portão e quatro janelas de frente” avaliada em três contos, constando como: “bem arruinada” no inventário.³⁷ Victor Gonçalves era carpinteiro, como seu

36 Conforme Inventário n. 159, de 01/01/1886, inventariada Augusta Rosa Salgado, inventariante Henrique José Salgado, APERS, fundo 48, Pelotas.

37 Inventário n. 1246, de 01/01/1893, inventariada Joana Gonçalves, inventariante Victor Gonçalves, APERS, fundo 48, Pelotas.

filho maior, Bernardo. Assim, ambos teriam condições de avaliação dos imóveis antes da compra ou de realizar pequenos trabalhos de manutenção. A rápida deterioração em apenas 12 anos parece estranha, a não ser que a casa já tivesse sido comprada mal preservada. Outra peculiaridade é que, embora nos primeiros anos eles tivessem comprado cerca de seis imóveis, entre casas e terrenos, gastando um total de Rs 18:000\$000³⁸ nestas inversões, não há notícia do que ocorreu com eles. O casal tinha seis filhos, sendo dois menores de idade e, apesar de haver poucas dívidas com fornecedores, os dois imóveis que sobraram estavam com impostos atrasados junto à Fazenda Nacional, tendo que ser leiloado um deles como meio de pagar os impostos e taxas devidos.

O espólio final informa que, dos 60 contos recebidos, sobrara pouco além de sete contos para dividir entre ele e os demais herdeiros. No inventário de Victor,³⁹ feito em 1897, vê-se que finalmente ele havia aprendido a poupar e empregar dinheiro a juros, pois havia Rs 2:000\$000 a receber das mãos da firma Conceição e Cia, valor que ele desejava deixar para uma filha, um neto e seus cuidadores na fase final da vida, indicando-se que as relações entre o pai e maioria dos seus filhos não eram boas.

Quanto a Francisco de Oliveira, branco e também sapateiro, ficou viúvo em 1887, com cinco filhos, dois de menor idade. Os bens inventariados somavam cinco imóveis, mas dois deles estavam hipotecados em garantia de dívidas.⁴⁰ A herança foi avaliada em Rs 18:800\$000, sendo que, deste valor, Rs 6:862\$000 eram em dinheiro, Rs 620\$000 em móveis e apenas Rs 11:320\$000 em terrenos e casas. Estes imóveis foram vendidos com desvalorização de mais de 20% em relação à avaliação judicial, pois em três leilões consecutivos não encontraram compradores. As dívidas com agiotas, fornecedores e impostos com o governo totalizaram Rs 15:305\$770, pelo que tocou apenas Rs 1:748\$115 a Francisco.

Vê-se, pois, que mesmo entre as famílias chefiadas por artistas que constituiriam os privilegiados dentre esse grupo, devido ao status, gênero e ocupação especializada, sua adequação à situação propiciada pelo prêmio não redundou em investimentos econômicos com rentabilidade. Dois deles terminaram arcando com dívidas com agiotas. Uma singularidade destes homens é que suas esposas morreram re-

38 Livro Notarial de transmissões e notas do 3º tabelionato de Pelotas, v. 17, anos 1878-1881, p. 509, 513, 533, 554 e 555, 556 e 562, APERS, fundo 48, Pelotas. Não foi feita a busca em livros seguintes, o que poderia revelar ainda mais imóveis comprados ou sua doação a terceiros.

39 Inventário n. 1386, de 01/01/1897, inventariado Victor Gonçalves, inventariante Simão Thadeo, APERS, 1º cartório de Órfãos e Provedoria, fundo 48, Pelotas.

40 Inventário n. 1073, de 01/01/1887, inventariado Emilia Leopoldina de Oliveira, inventariante Francisco Pereira de Oliveira. APERS, Fundo 48, Pelotas.

lativamente cedo, o que trouxe o inconveniente do inventário e dos pagamentos das dívidas, corroendo boa parte do dinheiro restante. Cumpre lembrar os pesados impostos sobre transmissões de bens, pois se observou, na análise dos inventários, que uma parte significativa do espólio era utilizada apenas para pagar gastos de transmissão.

Houve uma tentativa de passar a gerência de seus bens para seu pai e, depois, de emancipá-lo antes da idade legal, como forma de ter acesso ao dinheiro, pois para menores do sexo masculino o casamento lhe trazia a emancipação definitiva. Ele efetivamente se casou em dezembro de 1883, contudo, meio ano depois, alegando prática de gastos desmesurados, seu sogro pediu sua interdição, e a guarda de seus bens passou novamente a um tutor.⁴¹

Figura 5 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.



41 O volume referente a este jornal está rasurado em suas primeiras páginas, impedindo que se saiba a data completa, apenas sabendo-se que pertence ao Correio Mercantil dos primeiros dias de agosto de 1884. E não foi encontrada cópia no APERS.

Descontente, Eduardo aparentemente abandonou a esposa e voltou à profissão de seu pai, como se pode depreender da gravura e legenda do jornal *A Ventarola*, em notícia sobre os ganhadores, que afirmava textualmente: "os menores, despojados de sua sorte por uma nuvem de carnívoros, exerciam funções de coveiros em nosso cemitério" (*A Ventarola*, 24/06/1888). Mas há alguns desdobramentos interessantes de sua história, devido principalmente à identidade de seu sogro, Manoel Conceição da Silva Santos, um dos pilares da comunidade negra da cidade, tesoureiro do Clube Abolicionista e membro da Irmandade do Rosário, além de filiado ao Partido Liberal, e essa parte merecerá maior aprofundamento em outro texto.

Situação diferente é aquela de Felicidade Pereira da Silva, branca, solteira e letrada, da qual se tem muito pouco a falar, pois desapareceu dos registros documentais. Na procuração que passou para recebimento de sua parte do prêmio,⁴² disse ser solteira, maior de 21 anos e costureira, embora pelos jornais fosse apresentada como viúva. Vivia autonomamente, pois nos primeiros negócios que fez ela própria tomou as decisões e assinou, como no caso da compra de dois lances de casas contíguas na Rua Marquez de Caxias, pela quantia de oito contos. A compra de duas residências pode indicar que teria parentes que trouxe para junto de si ou que resolveu estabelecer algum negócio. Essa transação, feita logo a seguir do recebimento do prêmio, foi a última notícia que se teve dela, mas se pode especular que a incerteza das notícias de seu estado civil indique uma situação irregular, como a existência de algum filho natural cujo nascimento bastardo poderia ser mascarado sob o rótulo da viuvez. Só nos resta desejar, se isso é permitido aos historiadores, que tenha feito jus a seu nome em vida e não tenha, como os demais, dissipado seus bens tão rapidamente.

Quanto às cativas Clarinda e Josepha, a primeira providência de ambas foi comprar suas alforrias. Pouco depois, Josepha comprou a liberdade de amigos e familiares, inclusive de João, de mais de 70 anos, com quem se casou.⁴³

Clarinda, que tinha perto de 16 anos, não libertou ninguém em solteira, e seus bens foram administrados por um tutor, o Dr. Campello. Um ano mais tarde, ela casou-se com José Morena Penny, o qual tomou conta dos bens da esposa, tendo recebido Rs 51:971\$622 mil reis como

42 Procuração de Felicidade Pereira da Silva, Francisco Pereira de Oliveira e Victor Gonçalves, por cabeça de sua mulher, Joana da Conceição em 01/03/1881 a Manoel José de Oliveira. APERS, Livro Notarial de Transmissões e notas do 3º Tabelionato, volume 17, p. 468 e 469, fundo 48, Pelotas.

43 As liberdades das duas e também de familiares de Josepha encontram-se em APERS, Cartas de liberdade, v. 1, p. 457.

saldo do prêmio lotérico líquido de Rs 61:713\$572 mil réis.⁴⁴ Note-se que sua fortuna havia diminuído em um sexto em um ano, o que é estranho, tendo-se em vista não haver se encontrado nenhuma alforria patrocinada por ela nem escritura de compra de casas em seu nome no período.

Mas tudo indica que a moça havia gasto, no bilhete, toda a sorte que disporia em sua vida e que o futuro lhe reservava muito trabalho. Com o dinheiro, seu marido tornou-se coproprietário do restaurante e hospedaria Penny, mas foi mal nos negócios e o hotel foi vendido três anos depois⁴⁵. Em 1886, encontrou-se essa notícia no *Diário de Pelotas* (26/11/1886): “Suicidou-se na madrugada de ontem o Sr. José Morena Penny, há longos anos estabelecido entre nós, com hotel e hospedaria”. Prosegue afirmando que ele havia perdido muito dinheiro e “ainda utilizou 800\$ de uma sociedade na qual era tesoureiro. Não tendo como pagar, se jogou no [arroyo] Santa Bárbara”.



Figura 6 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.

Ou seja, a sorte de Clarinda deu novo solavanco e ela se viu viúva e falida, aos 21 anos, tendo pelo menos três filhos para sustentar. Mas conseguiu safar-se dessa situação, pois seus dois filhos homens, Juvenal

44 Escritura de quitação entre José Morena Penny, por cabeça de sua mulher e o doutor João Chaves Campello, lavrada a folha 61, frente e verso, do Livro 18 do Primeiro Tabelionato de Pelotas, ano 1881-1883, fundo 48, APERS. O casamento de Clarinda e José Penny ocorreu dia 05/12/1881, e está registrado no Livro 8 de casamentos da Catedral São Francisco de Paula, anos 1883 a 1886, p. 70, verso, Bispado de Pelotas.

45 Sobre a compra do hotel: *Correio Mercantil*, 09/03/1882. Sobre a venda: *Onze de Junho*, 04/02/1885.

e Durval Penny, aprenderam a ler e escrever e trabalharam como tipógrafos na juventude, quando fundaram o jornal *A Alvorada*, o mais longevo jornal negro do País, o qual foi administrado por Juvenal durante décadas (SANTOS, 2003). Durval tornou-se médico afamado entre os pobres da periferia da cidade e da região, com curso realizado por correspondência no Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro.⁴⁶ Quanto a Clarinda, morreu em maio de 1902, respeitada entre a comunidade e amada pelos filhos e netos, segundo *A Alvorada* (04/06/1911, p. 2).

Josepha Campos teve uma trajetória bem diferente, em parte devido às próprias condições que cercaram sua vida. Como escrava, ela viveu os primeiros 58 anos de sua vida como lavadeira de profissão. Nessas condições, vivia entre a casa do patrão, Zeferino Campos, e as margens do Arroio Santa Bárbara, que ficava próximo à moradia de seu proprietário, na mesma zona da Rua Paysandu com Marquez de Caxias. Não era casada, embora tivesse uma filha, Esperança, com 19 anos em 1881, mas que fora vendida por Zeferino a Manoel Ferreira Batista ainda na adolescência.

Josepha e João foram aqueles que mais libertaram cativos com sua parte do prêmio. Além de seus parentes, Josepha libertou a família da amiga Francisca, ela e seus dois filhos (APERS, v. 1, p. 457-458). A seguir, ela casou com João Tupaveraba, em maio de 1881, que alforriou outros cativos, nenhum deles seu parente consanguíneo, pois em seu testamento diz ter vindo da África ainda pequeno e não ter herdeiros. Era o mesmo caso de Josepha que, à exceção de sua filha, teria parentela apenas na Bahia, de onde viera em criança.

Este é um fator importante na vida dos dois, pois revela que a família que conheciam era aquela de seus amos e que suas amizades foram feitas nas senzalas. Manoel José de Oliveira, o ex-proprietário, era industrialista, dono de muitos trabalhadores que empregava em sua fábrica de chapéus, e onde João convivera com outros cativos. Já Zeferino Campos, pequeno proprietário empobrecido, mantinha próximo a si três escravas, Josepha sua filha Esperança e uma terceira escrava.⁴⁷ Este fato mais a morte de Esperança em 1883 explicam parcialmente a ligação de Josepha com a família de Zeferino que, pelo menos desde que ela ganhou na loteria, passou a mimá-la com carinhos e cuidados.⁴⁸

46 Segundo Santos (2003, p. 127), sua "opção pela pobreza" foi em parte devido a discriminação que enfrentou na cidade.

47 Inventário n. 23, 01/01/1874, de Maria Joaquina Ribas, inventariante Zeferino José de Campos. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes, APERS, fundo 48, Pelotas. Nesse inventário, Zeferino só possuía três escravas e alguns móveis, devendo vender Esperança para pagar as custas do processo.

48 O tratamento cuidadoso recebido por Josepha da família Campos é referenciado nos depoimentos do inquérito policial para apurar a morte de João, tanto no relato dela, Josepha, quanto de seus acusadores.

Também pudera, logo que recebeu o prêmio, Josepha passou uma procuração a seu ex-senhor, pela qual ele gerenciava toda sua fortuna. Esta procuração foi cassada por Tupaveraba após o casamento. Assumindo o papel de cabeça do casal e de gestor dos bens da esposa pelas leis brasileiras, destituiu Zeferino e nomeou seu próprio ex-senhor como novo gerente das finanças.

Os dados permitem concluir que os dois procuradores utilizaram a dependência afetiva e a autoridade moral que mantinham sobre o casal de velhos para se apoderar de parte dos seus bens. Assim, nos três curtos meses em que Zeferino teve a administração da fortuna, gastou cerca de 27 contos, incluindo-se a compra de duas casas contíguas. Conforme a escritura, as casas teriam custado 15 contos de reis, mas na prestação de contas que Zeferino fez a Tupaveraba, ao deixar o cargo de procurador, elas aparecem com o valor de 18 contos, havendo ainda sido gastos seis contos em dádivas e demais despesas,⁴⁹ em que se incluíam remunerações "ao intermediário pela compra das casas", que não é nomeado.

Já com Manoel de Oliveira, a fortuna do casal praticamente desapareceu, restando uma casa e poucos móveis no valor total de Rs 5:500\$000, e ainda havia Rs 1:300\$000 de dívidas a pagar, cuja responsabilidade recaiu na meação de Josepha, com o que ela recebeu apenas Rs 1:337\$880.⁵⁰ Isso porque Manoel conseguiu que João Tupaveraba fizesse um testamento deixando como herdeira universal sua filha, Bianca. O testamento foi feito apenas seis meses depois do casamento dos velhinhos e, portanto, havia muitos bens a receber. Entretanto, seis anos mais tarde, dos 34 contos iniciais que ficaram sob a gestão de Oliveira, cerca de 30 contos já tinham desaparecido, o que revelava uma precária situação financeira do casal e um descontrole dos seus gastos.

Uma das principais fontes de despesas do casal, além das doações iniciais, era o fornecedor de alimentos e dinheiro em espécie, um português indicado por Oliveira. Eles pagavam a prazo, as contas se acumularam por mais de um ano, e não havia controle dos preços nem do que era colocado como débito. É bastante dizer que tiveram que vender um dos imóveis comprados apenas para saldar cerca de dois anos de dívidas com este fornecedor, segundo confirmam o inventário e o inquérito.

Oliveira nunca foi chamado a dar explicações sobre a administração do dinheiro, nem sequer no inventário. Mas, se Josepha não

49 Livro Notarial de Transmissões e Notas, v. 17, p. 505, 3º Tabelionato, APERS, Fundo 48, Pelotas. Inventário 1108, 01/01/1888, de João Tupabera (sic), inventariante José (sic) Campos, APERS, fundo 48, Pelotas.

50 Inventário de João Tupabera (sic), ano 1888, APERS.

tivesse sido condenada pelo assassinato do marido isso aconteceria, pois ela, logo após a morte de João Tupaveraba, voltou a buscar o auxílio de Zeferino como administrador. E essa situação talvez não fosse de interesse para Manoel de Oliveira. De concreto, sabe-se que ele lutou pelos interesses da filha como herdeira de Tupaveraba, e todas as testemunhas que depuseram no inquérito sobre sua morte, exceto um dos médicos, tinham se aproximado do casal por sua intervenção ou eram aparentadas com ele, como seu cunhado, o médico Dr. Campello, que foi testemunha fundamental contra Josepha. Oliveira era imigrante português, mas mercê de seu casamento e daqueles de seus filhos possuía vasta rede de relações na cidade, que lhe foram muito úteis neste caso.

Quando João Tupaveraba morreu, em 1888, Josepha foi acusada de “nos meses de março e abril, ter propinado a seu marido, no alimento que este tomava, substância tóxica, de cuja absorção resultou em sua morte, em 23 de abril”.⁵¹ A investigação foi motivada por queixa policial de João contra sua mulher, feita um dia antes da morte, de que ela estaria lhe ministrando “uns pós brancos”, suspeitos de serem carbonato de chumbo. Depois da morte foi instalado um inquérito policial, acompanhado com interesse pelos jornais e que concluiu ser improcedente a acusação, pois os laudos de autópsia e os laudos químicos, feitos por técnico nomeado pelo governo, não comprovavam o envenenamento, além de o falecido ser muito velho e sofrer de doenças crônicas que apresentavam sintomas próximos àqueles de envenenamento. O inquérito instalado logo após a morte de João termina por declarar improcedente a acusação contra Josepha, devido aos laudos apresentados que comprovam a impossibilidade de se sustentar a hipótese de envenenamento. Contudo, novos laudos são feitos de forma irregular, contestando o resultado dos anteriores, e o inquérito é novamente reaberto. As mesmas testemunhas que depuseram no primeiro inquérito são ouvidas, e algumas mudam consideravelmente suas histórias, de modo que Josepha termina sendo incriminada pela morte do marido. A tramitação posterior não foi encontrada, e não se sabe o que aconteceu com essa estranha e singular personagem em que se transformou Josepha.

51 Sumário crime n. 5438, instaurado em 19/07/1888, p. 2, APERS, maço 124, estante 81.

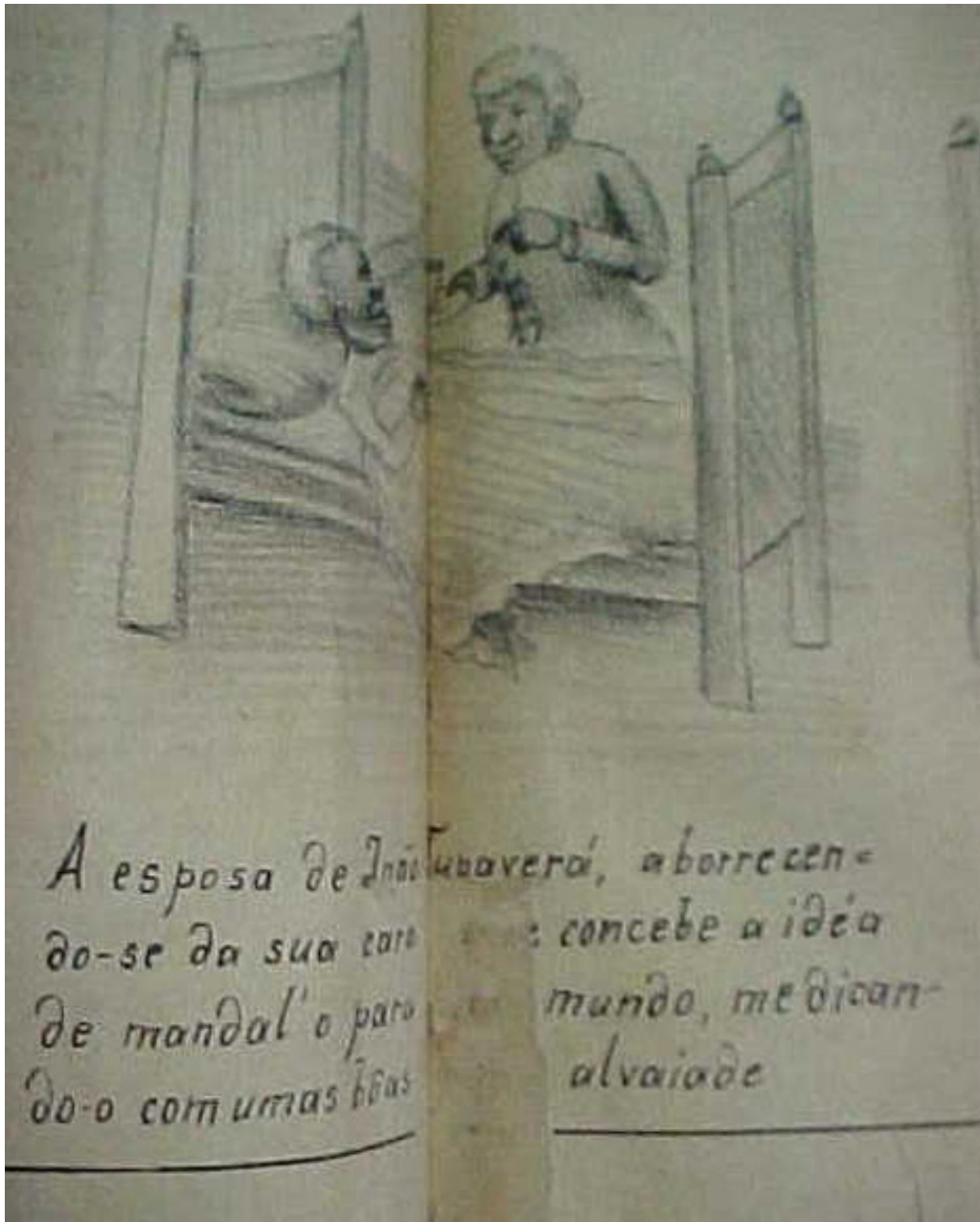


Figura 7 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888

No decorrer do inquérito, enquanto os depoimentos dos demais mudavam ao longo do tempo, Josepha sempre repetia a mesma história, mas nunca foi realmente ouvida.⁵² Em seu relato, ela admitia ter brigas com João, provocadas pelos negócios deste com seu ex-senhor.

⁵² Pode-se fazer um paralelo interessante entre esta história e o processo de julgamento de terroristas italianos, analisado por Alessandro Portelli (2010) em “A forma oral da lei: o processo ‘7 de abril’ e a história”, em que os réus também estão no tribunal apenas para serem condenados, sem possibilidade de defesa.

Disse que ele estava doente, então ela lhe administrou no café um pó, um polvilho contra hemorroidas, que ela também tomou.

O obituário de Tupaveraba, publicado no jornal *Onze de Junho* (24/04/1888; *Echo do Sul*, 24/04/1888) um dia após o acontecimento, já a condenava. Josepha tentou se defender, mas terminou solitária e condenada. O próprio fato de só ter buscado um advogado mais experiente na segunda fase do inquérito indica que não tinha ideia da gravidade da denúncia contra ela.

Seu inquérito foi acompanhado com interesse pelos jornais e pela sociedade pelotense, mas o enfoque distanciou-se, aos poucos, da condenação de Josepha para a disputa paralela entre as autoridades médicas da cidade, representadas de um lado pelo perito oficial, legista que assinou o primeiro laudo, e pelos demais médicos da cidade, unidos na defesa da veracidade do novo laudo que comprovava o envenenamento. No contexto, a disputa dos laudos provocou até um poema de João Simões Lopes Neto, literato pelotense.

Independentemente do fato da culpabilidade ou não de Josepha, é necessário reconhecer que esse processo foi marcado pelo preconceito racial e também de gênero contra uma ex-escrava e esposa que questionava as decisões do marido na frente de outros. Josepha foi prejudgada, incriminada por preconceitos de cor e de gênero, a que os jornais facilmente davam vazão na época. Sua história é muito complexa e, como também termina dizendo respeito a uma disputa de posições entre os detentores dos saberes médicos na cidade, é difícil resumir em poucas páginas todo o conjunto que envolveu o caso da morte de Tupaveraba e o inquérito policial. Dessa forma, deixamos essa análise para outro momento e definitivamente vamos encerrar o caso da loteria do Ipiranga.

CONCLUSÕES

Um dos principais chamarizes dos jogos lotéricos era que ele aparecia aos olhos do público como um meio válido de emprego de dinheiro, especialmente para quem dispunha somente de pequenas quantias. Para as camadas populares observou-se que o ganho na loteria era encarado como uma forma de conseguir segurança e conforto, e para os trabalhadores ainda cativos poderia significar a conquista da liberdade legal, etapa obrigatória para todos aqueles que sonhavam com uma vida melhor para si e os seus. O dinheiro propiciava a compra da alforria, uma vida melhor e talvez a possibilidade de um trabalho mais adequado e menos cansativo. Ou seja, para ser livre realmente, não bastava ter o domínio legal da própria vida, era necessário ter os

meios para que a existência atendesse aos critérios pessoais do que é bom e confortável para cada um.

Contudo, o encontro com a sorte nem sempre significava a felicidade plena ou propiciava uma imperturbável segurança financeira para o resto da vida. Especialmente os contemplados oriundos das camadas populares poderiam revelar um difícil ajustamento a sua nova situação social, marcada por novas demandas do meio social e urbano em que viviam e por sua própria incapacidade de lidar satisfatoriamente com as alterações feitas em suas formas e padrões de vida.

A análise das formas de aplicação do dinheiro dos contemplados pela loteria do Ipiranga deixou evidente as dificuldades enfrentadas e a inabilidade no emprego dos recursos financeiros dos prêmios ganhos, com a consequência de rápida dissipação dos haveres num prazo de uma década ou pouco mais. Nesse pormenor, não houve grande diferença do status anterior do indivíduo, pois tanto aqueles nascidos livres quanto os anteriormente escravizados empregaram o dinheiro obtido em gastos pessoais ou auxílios a terceiros, pelo que foi possível descobrir.

Por um lado, eles se submeteram aos padrões vigentes da sociedade em que viviam, com a compra de casas, móveis e objetos de consumo, como membros de classe média ou alta daquela sociedade. Mas, por outro lado, junto com estes adereços e ornamentos não importaram o espírito de acumulação e a relação possessiva com o dinheiro das classes altas, eles continuaram a ter uma relação apenas de consumo e dispêndio com o dinheiro. Ou seja, o dinheiro serviu para ser usado e gasto, não acumulado e investido. Alguns até investiram, mas não sabemos em que negócios o fizeram e, de todo modo, isso representou apenas uma pequena parcela do total. Dessa forma, a combinação de submissão ao padrão social de comportamento de classes altas e relação com o dinheiro com práticas de vivências e solidariedade das classes trabalhadoras tornou-se fatal para suas aspirações de viver confortavelmente no longo prazo, dissipando-se em poucos anos as pequenas fortunas que haviam sido conquistadas.



Figura 8 – A Ventarola, Pelotas, 24/06/1888.

Quanto às duas ex-escravas, suas trajetórias diferenciadas demonstram também os diferentes graus de inserção de ambas na comunidade negra da região. Clarinda, ainda na adolescência, amparada por seus parentes e pelo casamento com José Penny, homem conhecido na região, conquistou um lugar na comunidade negra que lhe deve ter valido muito quando tocada pelo infortúnio da falência e morte do marido, pois conseguiu educar os filhos e morreu reconhecida por todos, junto a uma família numerosa. Diferentemente, Josepha, sem família e mais idosa, terminou por ficar muito dependente de

seu antigo senhor e sujeita às artimanhas do ex-proprietário de seu marido, e praticamente não teve ninguém a lutar por ela quando necessitou.

Assim termina a história da loteria do Ipiranga, com resultados nos quais não cabe a clássica afirmação dos contos de fada: “e foram felizes para sempre”. Nem do caixeiro português que ganhou sozinho 450 contos pode-se dizer que ficou incólume. Sempre a partir do relato preconceituoso de *A Ventarola*, sabe-se que teria corroído sua fortuna e se contaminado com doenças “secundárias e terciárias” de todo tipo. (*A Ventarola*, 24/06/1888).

Mas isso não significa que tenha sido em vão, para estes personagens, a sorte na loteria. Os acertadores do Ipiranga melhoraram sensivelmente suas condições de vida, nem que tenha sido por poucos anos. E este foi um bom refresco para pessoas trabalhadoras, cujas vidas no Brasil estavam, naquele tempo, marcadas pela atribulação da pobreza e/ou da escravidão.

REFERÊNCIAS

A ALVORADA. Pelotas, 04 jun. 1911.

A VENTAROLA. Semanário pelotense, 24 jun. 1888.

ALMEIDA Luis A. F. de. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 2 out. 1884.

AMARAL, José Ronaldo. *As loterias federais brasileiras: um estudo da arrecadação e de sua previsão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)* Bauru: EDUSC, 1998.

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Documentos da escravidão. *Cartas de Liberdade do Acervo dos Tabelionatos de Municípios do interior do Rio Grande do Sul*, v. 1, Porto Alegre, CORAG, 2006, p. 428.

BATALHA, Cláudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a primeira república. In: LIBBY, Douglas; FURTADO, Junia (orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo*. São Paulo: Anna Blume, 2006, p. 97-110

CORREIO MERCANTIL. Pelotas, dez. 1880; fev./mar. 1881; dez. 1882; ago. 1884.

DEUS, João de. A loteria. *Democracia Social*. Pelotas, ano I, n. 2203, dez. 1893.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DIÁRIO DE PELOTAS, mar./jul. 1881.

DECRETO n. 2723, de 12 de janeiro de 1861. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1861. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2723-12-janeiro1861-556013-norma-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

DECRETO n. 3984, de 16 de outubro de 1867. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1880 p. 803, v. 1, pt 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3984-16-outubro-1867-554262-norma-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

DECRETO n. 7.906, de 20 de novembro de 1880. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1880, p. 803, v. 1, pt 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7906-20-novembro-1880-547207-norma-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

ECHO DO SUL. Rio Grande, 29 abr. 1888.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas; FURTADO, Junia (orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo*. São Paulo: Anna Blume, 2006. p. 75-86.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, colunas 2 e 3, mar. 1881.

GOMES, Flavio; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados dos pós emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GRINBERG, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

JORNAL DO COMÉRCIO, Pelotas, jan. 1877; ago./out. 1876; jan./out./nov./dez. 1880; fev./out. 1881.

JORNAL ONZE DE JUNHO, Pelotas, 16 mar. 1889.

LEI n. 49, de 6 de abril de 1880, da Província de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-49-06.04.1880.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

LEI n. 10, de 13 de fevereiro de 1881, da Província de São Paulo, depois modificada pela lei 63, de 23 de março de 1885. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1881/lei10-13.02.1881.html>. Acesso em: 27 abr. 2014

- LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.
- LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, p. 7-27, dez. 1999.
- LONER, B., VIEIRA F. M.; MONTEIRO, U. De escravo a doutor: Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos. *Revista eletrônica Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, 2013.
- LONER, B. Trajetórias de setores médios no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: XAVIER, Regina (org.). *Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 417-441
- LUCA, Tânia. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.
- LUCA, Tânia. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004,
- O PAIZ, mar./out. 1884; mar./abr. 1885. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 09 abr. 2014.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010, cap. 3, p. 63-89.
- RESENHA Diária. O Paiz, 2ª coluna, p. 1, 03 out. 1884.
- SANTOS, José Antonio. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: EDUFPel, 2003.
- XAVIER, Regina (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2007.

CLUBES CARNAVALESCOS NEGROS NA CIDADE DE PELOTAS¹

*Beatriz Ana Loner
Lorena Almeida Gill*

Neste artigo pretende-se discutir a organização negra em Pelotas, com ênfase na formação dos clubes carnavalescos negros da cidade.² Em outros trabalhos (LONER, 1999a; 2001), já se descreveu a trajetória dos negros pelotenses até a primeira metade do século XX, em sua busca, contraditória, mas efetiva, pela inserção e participação na sociedade brasileira. Aqui, apenas se trará os dados essenciais para que se possa entender como se deu a transformação organizativa e identitária deste grupo, que passou de uma extensa rede organizativa própria, iniciada ainda no período imperial, para uma associatividade reduzida apenas às entidades recreativas e esportivas, na década de 1940 e seguintes, em parte consolidando exatamente o estereótipo que pesava sobre os negros no Brasil.

Trazido como escravo para esta região, o grupo negro tendeu, para o final do período imperial, a congregar-se em entidades mutualistas, profissionais ou étnicas, que ainda não buscavam a construção de uma identidade racial, mas sim auxiliar na inclusão social e amparar seus sócios. Com a República, suas entidades evoluíram para a formação de uma rede associativa praticamente completa, surgindo propostas identitárias entre este grupo, embora sofresse com a influência desagregadora de ideologias, como a do branqueamento, com forte apelo na sociedade brasileira.

1 Texto originalmente publicado em *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009. [<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/5798>]

2 O artigo é resultado de uma pesquisa financiada pelo CNPq, e que contou com as bolsistas e voluntárias Débora Clasen de Paula; Marcelle dos Santos, Viviani Tavares e Fernanda Oliveira da Silva.

A inserção produtiva e social do negro no Brasil apresentou diferenciações regionais, influenciadas pela oferta de trabalho e pelas correntes migratórias. Dessa forma, enquanto em São Paulo o negro foi praticamente excluído do mercado de trabalho (ANDREWS, 1998), para outros estados, como o Rio de Janeiro (CRUZ, 2000) e a Bahia (CASTELLUCCI, 2004), este formou parte considerável da força de trabalho urbana. Quanto ao Rio Grande do Sul, os negros estiveram presentes desde seu povoamento como trabalhadores escravizados trazidos para os campos e cidades. Especialmente na região sul, devido às charqueadas (CARDOSO, 1962), foi grande a utilização do negro, que, após a abolição ali continuou residindo, integrando-se como trabalhador manual ao mercado de trabalho da região.

No Rio Grande do Sul, apenas recentemente se buscou desvendar os caminhos do negro durante a República. Para Porto Alegre, contamos com os estudos de Müller sobre as entidades negras (1999), enquanto Barcellos (1996) estudou a forma de estruturação familiar da classe média negra, e Germano (1999) preocupou-se em analisar as formas de carnaval negro nesta cidade. Na Antropologia, há várias pesquisas sobre sociabilidade urbana e religião, de que são exemplos os trabalhos organizados por Leite (1996) e Oro (1994). Para o interior do estado, temos os estudos de Loner (1999b) referente à organização negra e operária em Pelotas, e se começa a buscar pela população afrodescendente mesmo em regiões de colonização estrangeira (GOMES, 2007). Outra vertente de pesquisa recente, em uma parceria da História com a Antropologia, é aquela que procura confirmar as terras de origem quilombola.

Pelotas, cidade que enriqueceu com os produtos da charqueada, teve uma expressiva presença negra em seu povoamento, pois eles formavam um terço da população urbana em 1890. Contudo, se consolidou na cidade uma ideologia conservadora e elitista (LONER, 2001), fazendo com que a discriminação racial, após o final da escravidão, fosse muito forte, como pode ser observado pelos relatos de antigos moradores ou cronistas negros. Em algumas de suas praças, negros não podiam sentar, assim como não tinham ingresso em cafés, cinemas, teatros e outros estabelecimentos públicos. Em 1927, as principais associações negras vieram a público denunciar esta e outras formas de discriminação vigentes na cidade.³

Como forma de reação, os negros pelotenses formaram uma completa rede associativa, que incluía clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos (clubes e federação de futebol) entidades

3 *O Libertador*, 17/7/1927.

mutualistas, de assistência às crianças e de representação, as quais auxiliavam na integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento. A rede associativa começou a se desenvolver ainda no período escravista, se consolidando e diversificando nas primeiras décadas da República. Entretanto, por volta de 1915-1920, evoluindo mais rapidamente nas duas décadas seguintes, houve uma reorientação das entidades, que abandonaram seu caráter de representação, o mutualismo e os objetivos educacionais, para dedicarem-se principalmente às questões de sociabilidade e recreação. Datam dessa época a criação das primeiras entidades dedicadas especificamente ao futebol, e a ênfase dada às associações carnavalescas, com o nascimento dos clubes que, meio século depois, iriam se tornar os únicos representantes do associativismo negro na cidade.

ORGANIZAÇÃO INICIAL

No tempo do Império, as primeiras sociedades que apresentavam forte ou exclusiva presença de negros e mestiços eram suas associações mutualistas, seja de categorias (como, por exemplo, a Fraternidade Artística, de artesãos negros), ou do grupo como um todo (caso da Feliz Esperança, que aceitava inclusive sócios escravos). Estas e outras foram criadas por volta da década de 1880, momento que se constituiu também no início da campanha abolicionista na cidade. Havia, ainda, a Irmandade da Santíssima Virgem do Rosário, entidade católica criada anteriormente.

Os negros, contudo, também eram encontrados em entidades mistas, especialmente naquelas que diziam respeito à organização profissional, como a Harmonia dos Artistas, cujo primeiro presidente era de "tez escura", como referenciado pelos jornais da época. Já as entidades recreativas eram normalmente separadas, seja pelas nacionalidades, seja por categorias, e, ainda, pela cor da pele, já que existia o Recreio dos Artistas, para as famílias de artesãos brancos e o Recreio dos Operários, frequentado pelos de maior pigmentação. Mesmo para aquela década recuada, existia certa diversidade associativa, pois se encontrou um Grêmio Dramático vinculado ao Recreio dos Operários, e pelo menos uma entidade carnavalesca, os Netos d'África, de presença marcante na "festa da emancipação dos escravos", de 1884.

Na República, esta rede associativa se diversificou e multiplicou, visando a preencher todas as necessidades de sociabilidade e cultura da comunidade, havendo associações variadas entre eles, embora

seja difícil relacionar estas primeiras entidades a diferenciações internas ao grupo, em parte pelas escassas fontes encontradas. Contudo, havia a forte presença de um setor, entre a massa de afrodescendentes da cidade, formado por aqueles que buscavam a integração na sociedade como trabalhadores manuais, militares ou empregados públicos e que eram a maioria dos sócios e diretores das associações negras na cidade. Muitos deles também eram encontrados nas diretorias e nos conselhos de entidades profissionais de operários. Esses grupos funcionavam como liderança de classe e de raça⁴ para os negros, e são deles as principais ações no sentido da melhoria das suas condições de vida, como, por exemplo, através da promoção de cursos de primeiras letras para associados e seus filhos (imprescindíveis num momento em que muitas crianças negras eram praticamente proibidas de frequentar a escola ou humilhadas em sala de aula, quando aceitas). De outra parte, através da luta sindical, tentavam conseguir melhores condições de trabalho para os operários, entre os quais, na região, muitos eram os afrodescendentes (LONER, 1999b).

Essas lideranças perseguiram um processo de ascensão coletiva do grupo negro, o que incluía educação e organização na luta contra a marginalização, que lhes era reservada pela sociedade republicana, especialmente em cidades conservadoras e com hábitos aristocráticos, como era Pelotas. O jornal *A Alvorada*, que teve uma longa atuação entre a comunidade negra e operária da cidade, fundado em 1907 e existindo até meados da década de 1960, compartilhava deste projeto, pois uma parte da direção do jornal e de seus colaboradores compunha-se de militantes operários, que Santos (2003) chama de intelectuais negros, pois tinham uma proposta de integração na classe operária.

No ano de 1933, houve a mais importante iniciativa de organização política negra na cidade, com a formação da Frente Negra Pelotense, que se propunha a lutar pela educação e elevação do negro na sociedade, articulando um expressivo grupo, na tentativa de conscientizar os demais, através de palestras e conferências nas associações negras. A Frente Negra Pelotense enviou um representante ao 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife (1934), o qual leu um manifesto denunciando a existência da segregação no sul. Apenas em poucas cidades do país houve a criação de associações do mesmo gênero, a maioria delas, tal como a pelotense, inspirada na Frente Negra Brasileira de São

4 Há certo tempo abandonou-se o estudo de raças humanas no sentido biológico, o que não ocorre em termos antropológicos ou sociais, em que, devido às complexas mediações da construção de identidades culturais e coletivas, ainda se discute a validade do termo raça, especialmente em relação aos negros. Nesse artigo não pretendemos discutir esta questão, remetendo os leitores interessados a Hofbauer (2006), o qual mapeia a questão, ou, na compreensão da existência de uma raça social, a Guimarães (2002).

Paulo, que depois progrediu para a ideia da criação de um partido negro, o que não aconteceu devido à conjuntura repressiva do Estado Novo (ANDREWS, 1998). Contudo, a Frente Pelotense era diferenciada ideologicamente, pois, além de lutar contra a discriminação racial, buscava, através da educação, capacitar o grupo negro a ocupar uma melhor posição na sociedade e tinha elementos socialistas em seu seio, enquanto a frente paulista era simpática ao governo Vargas e desenvolveu posturas xenófobas.

A Frente Pelotense enfrentou várias incompreensões, inclusive da própria comunidade, mas manteve-se em atividade de 1933 a 1936, constituindo-se num momento determinante de politização da luta do negro na cidade. Em 1934, surgiu o Partido Socialista Proletário Brasileiro, que concorreu às eleições daquele ano com oito candidatos em todo o estado, quatro deles militantes da Frente Negra Pelotense.

No episódio da formação da Frente Negra, pode-se observar a diferenciação interna da comunidade, pois havia muitos que, negando as raízes africanas e afastando-se dos demais, trilhando caminhos individuais de ascensão e integração na sociedade, consideravam não haver motivo para a sustentação dessa Frente. A polêmica pode ser acompanhada através das páginas dos jornais, especialmente do *A Alvorada*. A própria conjuntura encarregou-se de definir a questão, pois com o fechamento político da segunda metade da década de 30, culminando na ditadura do Estado Novo, as vozes operárias e socialistas tiveram de se calar e as associações de que participavam foram eliminadas, apenas subsistindo as entidades recreativas e esportivas, entre as quais estavam os clubes carnavalescos que são objeto expresso deste artigo.

A ideologia do branqueamento disseminou a ideia de que, com o tempo, o negro terminaria sendo absorvido pelo elemento dominante branco e, portanto, não se necessitaria ter políticas de Estado para sua integração, pois tenderia ao desaparecimento, ao cabo de algumas gerações. Mas há um outro viés dessa ideologia, que incide mais fortemente sobre a subjetividade individual, fazendo dos elementos do próprio grupo dominado, cúmplices de sua dominação. Hofbauer entende que a ideia do branqueamento esteve presente desde os tempos coloniais, com "o ideal do branco sendo (re)semantizado constantemente". Para ele,

o ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem deste ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de essencializar os limites de cor e ou de raça, uma vez que faz com que os indivíduos tendam a apostar em negocia-

ções pessoais e contextuais das fronteiras identitárias e tendam a rejeitar processos e mecanismos formais de delimitá-las. Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas (HOFBAUER, 2006, p. 27-28).

Dessa forma, muitos negros recusaram considerar a possibilidade da existência do racismo, vendo a sociedade pelos próprios olhos dos grupos dominantes e assimilando seus valores e padrões de comportamentos. Por exemplo, em 1942, ao justificar porque considerava que o *Fica Aí* não deveria participar de um “festival patriótico”, o qual culminaria numa apoteose das três raças formadoras do Brasil, como parte do esforço de guerra, seu secretário afirmou que, conhecendo o organizador do espetáculo, sabia que os negros seriam apresentados.

com suas representações africanas [colocando] as pessoas que têm a mesma cor de sua pele, em uma flagrante demonstração de inferioridade perante as pessoas imbuídas na confraternização racial brasileira, que desconhecem preconceito de cor, que reconhecem somente o nível intelectual e moral dos homens. Por isso acha inconveniente que o *Fica Ai* coopere nessa demonstração de solidariedade, ou melhor, de inferioridade, ao sr. Presidente da República (Ata 248, de 30/9/1942).

Domingues (2004) estudou os efeitos desse tipo de comportamento para São Paulo, desvelando resultados parecidos com aqueles aqui assinalados. Sansone (2003), em trabalho de pesquisa sobre bairros negros na Bahia atual, chega a resultados muito ilustrativos do quanto, até hoje, a noção de cor e raça continua a ser móvel no Brasil.

OS CLUBES CARNAVALESCOS

O carnaval em Pelotas era modelado por aquele do centro do país (QUEIROZ, 1992; VON SIMSON, 1989), entretanto, era o mais forte do interior, especialmente quanto ao carnaval de rua, e mantinha um forte apelo entre a população local. No início da República, o carnaval de Pelotas concentrava-se ao redor de bailes à fantasia, em salões ou em casas, passeios burlescos, corso com carruagens, além do persistente entrudo, que se buscava coibir. Nas primeiras décadas do século XX, surgiram novos clubes de classe média ou alta, e passou-se ao carnaval de rua, com a participação de blocos e cordões e desfiles de carros (BARRETO, 1996). Durante os anos 20 e 30, houve muitos desfiles de rua dos cordões e blocos existentes, entre eles, aqueles que reuniam os negros.

Queiroz (1992) e von Simson (1989) demonstraram que, para o Rio de Janeiro e São Paulo, o carnaval da elite ocorria em espaços completamente separados daquele do carnaval popular. Entretanto, em Pelotas, todos os clubes se apresentavam nos mesmos locais, em algumas ruas centrais e no entorno da atual praça Cel. Pedro Osório, bem no centro da cidade. Contudo, os dias eram separados, pois os clubes de classe média e alta, como o Diamantinos e o Brilhante, se apresentavam em um dia e os cordões em outro. Havia mais, pois as classes/grupos da população costumavam ocupar locais diferentes nos lados da praça. Dona Sirlei⁵ revela que a concentração de jovens na Praça Coronel Pedro Osório era muito grande. "Do [clube] Caixerai até a esquina do [banco] Itaú parava a classe rica branca [...] e a classe mais pobre negra ficava da esquina do Itaú até a Prefeitura".

Para as primeiras décadas republicanas, as principais associações recreativas que aceitavam negros eram o Recreio dos Operários, que teve depois uma dissidência, a S. B. Satélites do Progresso, em 1891, e o clube carnavalesco Flores do Paraíso, em 1898, a S. R. Quadro da Aliança, de 1902 e um pouco mais tarde, o Grêmio Recreativo 24 de Junho, que existiu pelo menos até 1929.⁶ Várias outras entidades surgiram, algumas durando apenas um ou dois carnavais, outras com maior duração. Em meados da década de 10, começou o processo de desaparecimento de entidades tradicionais, como a Feliz Esperança, Satélites do Progresso e Recreio dos Operários, e o surgimento de blocos e cordões carnavalescos, ao mesmo tempo em que os clubes de futebol negros se organizavam e formavam uma Federação, a Liga José do Patrocínio (1919).

O primeiro desses clubes carnavalescos de nova geração, o Depois da Chuva, nasceu em 1917, e já em 1929 estava inaugurando sua sede própria, em zona central da cidade. Esse clube manteve atividades até meados da década de 80, estando atualmente seu patrimônio invadido por um posseiro urbano e tendo desaparecido seus principais documentos. Foi inicialmente apelidado de clube dos "cisqueiros", pois era próximo a um depósito de lixo da prefeitura. Posteriormente, com a maior urbanização do local, passou a ser o clube da zona da "Cerquinha", sendo que, nas décadas de 1940 e 1950, vários blocos carnavalescos se originaram dessa região, como o "Girafa da Cerquinha".

Quem Ri de Nós Tem Paixão, nascido em 1921, sobreviveu até inícios de 1940. Apesar de ser um clube muito popular, prestigiado pe-

5 Depoimento de Sirlei da Silva Amaro, obtido no dia 22 de agosto de 2003. Acervo do NDH/UFPel.

6 O quadro total das entidades negras da cidade, para a República Velha, bem como as referências que embasam esta pesquisa, já foi apresentado em Loner, 1999a.

los seus desfiles na rua, estando bem colocado em concurso do “cordão carnavalesco mais simpático” (*Folha do Povo*, carnaval de 1938), ele desapareceu completamente da memória das pessoas da cidade, sendo que, de todos os depoentes, apenas uma pessoa declarou saber que um parente fora ex-sócio deste clube. Sua sede era na rua Urbano Garcia, em direção ao Areal, então uma zona de moradia de trabalhadores. Ele parece muito vinculado ao G. R. 24 de Junho, em cuja sede fazia a maior parte de suas festas.

Já o Chove Não Molha foi fundado no dia 26 de fevereiro de 1919, na alfaiataria de Otacílio Borges Pereira, por um grupo que resolveu, segundo sua ata de fundação⁷, organizar um grupo apenas para festejar o carnaval de 1919. Como a integração foi grande, resolveram criar o Grupo Carnavalesco Chove Não Molha, o qual ainda está em atividade, com sede própria. Em 1938, em concurso realizado pelo jornal *Folha do Povo*, ele foi eleito como o cordão carnavalesco mais simpático.⁸

Quanto ao Está Tudo Certo, só surgiu em 1931, e teve importante participação até a década seguinte nos carnavais de rua, sendo o principal clube de jovens negros da década de 1930. Sua vida está ligada ao jornal *A Alvorada* e ao Dr. Juvenal Penny, que foi seu diretor e também era dono do jornal nesse período. Sua sede era bem central, na rua General Osório. O Clube Fica Aí para ir Dizendo foi fundado em 27 de janeiro de 1921, como um cordão carnavalesco, com o objetivo de congregar pessoas para brincar o carnaval. Seu primeiro ponto de encontro foi a Praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade. Há várias versões sobre sua fundação e seu pitoresco nome, uma delas informando que seria uma dissidência do Chove Não Molha, provocada por desentendimentos iniciados em jogo de futebol entre os clubes América e Juvenil, a qual evoluiu para separação de parte dos sócios, que foram fundar o Fica Aí⁹ e um deles permaneceu no local, para avisar aos demais. Conseguiu construir edifício próprio na década de 1950, estando em atividade até hoje. Seus sócios eram, dentro da comunidade, o que se poderia chamar de elite negra, famílias com uma situação social mais estabelecida, os quais poderiam arcar com as despesas necessárias para frequentar o clube e que atingiam as elevadas exigências associativas do mesmo.

7 Documento oficial do Clube, existente em seu arquivo. No documento é dito que no ano de 1966, houve seu reconhecimento como de utilidade pública, passando a denominar-se Clube Cultural Chove Não Molha.

8 Chama a atenção neste concurso que, dos seis cordões mais votados, os primeiros cinco eram negros.

9 Informação oral prestada pelo senhor Mario Chagas, atual presidente do Chove não Molha, em 31/08/2007.

Houve outras sociedades, um deles o S. R. Democráticos, aparecido em 1934, sobre o qual os depoimentos orais¹⁰ informam que seria de mulatos, e discriminaria pessoas de cor mais escura. O último clube negro dessa década foi o Juvenil. Em 1937, surgiu o Bloco carnavalesco Futurista, que procurou limitar suas atividades ao carnaval de salão, exigindo muito luxo em suas vestimentas, mas tendo um comportamento muito aberto em relação aos participantes de seus bailes.

Entretanto, mesmo tendo por objeto principal apenas o carnaval ou o esporte, o que configura uma involução em relação à extensiva rede associativa anterior, estes clubes representavam a população negra da cidade. De fato, em 1927, eles formaram as principais entidades que denunciaram a existência de racismo na cidade, aos que se somaram os esportivos. E, de 1933 a 1935, era também nestes clubes que se realizavam as sessões e conferências da Frente Negra Pelotense, embora alguns fossem mais receptivos às suas propostas do que outros. Mais particularmente sensível aos apelos da Frente pareciam ser os dirigentes do Chove, que abriam amplo espaço para suas atividades, como aulas e palestras, além de propiciar auxílio nas tarefas de arrecadação financeira (*A Alvorada*, 2/9/1934 e 30/9/1934). Também o Está tudo Certo, composto de jovens, contribuiu com a Frente, inclusive com militantes em conjunto.

Embora seja difícil medir o grau de politização de clubes cujo objetivo básico fosse o lazer e que, mais do que tudo, percorreram uma longa trajetória, portanto, passando por muitas conjunturas diferenciadas, algumas atitudes devem ser destacadas, pois uma posterior e mais aprofundada pesquisa pode elucidar em que medida representariam diferenças entre os sócios de cada agremiação. Assim, o Depois da Chuva parece ser o mais politizado, fazendo uma passeata comemorativa à revolução de 1930, em 15 de novembro do mesmo ano, e, logo a seguir, uma coleta de dinheiro para resgate da dívida do Brasil (*A Opinião Pública*, 13/11/1930). Mas em fevereiro de 1932, eles saíram às ruas com uma faixa com os dizeres "Salve a Constituinte", o que, sabe-se, não era propriamente a expectativa de Vargas. Havia um bom intercâmbio entre o movimento sindical e os clubes, pois representantes do Depois da Chuva participaram de cerimônias no Sindicato dos Marítimos, e a Frente Sindicalista Pelotense realizava assembleias em sua sede em 1934. Também o Chove algumas vezes emprestou sua sede para reuniões dos sindicatos dos alfaiates e dos *chauffeurs*. Obviamente, conforme a situação do país se tornava mais tensa, ocorrendo o

10 Entrevista de José Facundo Mira, em 10 de julho de 1996, em Pelotas, a Beatriz Loner. Além deste, outros depoentes reportaram também haver um clube que promovia a discriminação com base na cor.

fechamento político, essas atitudes desapareceram, substituídas por cerimônias de entronização do retrato do Getúlio, ou participação no esforço de guerra.

Vinculados a esses clubes ou às agremiações esportivas, surgiram vários outros grupos ou blocos carnavalescos que funcionavam dentro deles, agregando sócios, e que se apresentavam, nas festas, desfiles e outras atividades internas, como agremiações próprias.¹¹ Costumavam organizar promoções, especialmente bailes para auxiliar os clubes e, em sua fundação e organização, as mulheres tinham uma forte importância.

Com relação à participação feminina, os clubes negros mais tradicionais apresentavam especial preocupação. Assim, ao mesmo tempo em que possuíam uma diretoria feminina sempre presente e atuante, os homens exerciam grande vigilância sobre o comportamento das sócias, inclusive desligando filiadas que não seguiam os padrões restritos da moralidade vigente na época, enquanto o comportamento masculino era vigiado apenas em relação a bebedeiras ou brigas no recinto social, para evitar desordens e tumultos. Para conter esses problemas, os principais clubes fizeram uma reunião, ainda em 1932 (*A Alvorada*, 14/8/1932) em que foram definidas formas de controle comum dos elementos desordeiros e, mais tarde, o Fica Aí, pelo menos, terminou com a prática dos convites para os bailes, reservando suas promoções exclusivamente para associados. Isso, se resolvia parte do problema, refletia-se na sustentação financeira dos clubes, que ficavam na dependência exclusiva dos sócios e do pagamento das mensalidades, além de módica contribuição da prefeitura para o carnaval ou do dinheiro arrecadado em festivais, prática corrente da época. Porém, da mesma forma que outras agremiações, como o Bloco dos Futuristas e o Bloco das Sevilhanas, utilizavam a prática da venda do convite, desenvolveu-se certo preconceito quanto a seus bailes, por parte do Fica Aí, que tentava inibir a participação de seus associados nestas festas, punindo as sócias que os frequentassem.

Isso nos remete também a outra preocupação constante desses clubes, referentes à forma de sua integração na sociedade pelotense. O Fica Aí utilizava, como padrão de comportamento para seus sócios, o mesmo vigente nos clubes de classe média da cidade, sendo extremamente rigoroso com a moral e o vestuário próprio para festas, etc. Os demais, aparentemente, eram mais flexíveis neste último ponto, compreendendo a dificuldade de seus associados, vários deles traba-

11 O Bloco das Sevilhanas pertencia ao Chove, antes de se autonomizar, e o Bloco dos Futuristas só existiu dentro deste clube.

lhadores de serviços ou comércio da cidade. Contudo, no conjunto, sua inserção social era limitada, pois pelo menos até a década de 1950, não há notícias de convites ou intercâmbios com os clubes brancos da cidade, havendo apenas algumas ações comuns, tomadas no foro do Comitê Carnavalesco, em relação à questão dos desfiles.

A evolução do carnaval de rua em Pelotas levou a que, no início dos anos 30, os cordões carnavalescos negros dominassem a cena. Havia dias marcados para seus desfiles e seu corso, e eles eram aguardados com muita expectativa pelo público, sempre caracterizado em vários milhares pelos jornais. Pelotas possuía o principal carnaval do interior do estado, e isso resultava em afluência de estrangeiros, como os cerca de mil uruguaios que viriam assistir aos desfiles em 1939 (*Folha do Povo*, 22/12/1938).

Contudo, naquele final de década, o carnaval de rua entrou em séria crise. Em 1937, em protesto contra decisão da Câmara Municipal, que disponibilizou uma verba muito baixa para os desfiles, cinco cordões negros, mais o Espia Só, comprometeram-se, em reunião conjunta, a não desfilar (*Diário Popular*, 5/1/1937). Coincidentemente ou não, os jornais informaram, neste ano, sobre a intenção de alguns clubes brancos, de “reviver” o carnaval de rua de Pelotas. E efetivamente, eles fizeram desfiles naquele carnaval, mas, segundo a insuspeita fonte do principal jornal de Pelotas, sem conseguir substituir os cordões, pois, “faltou às ruas a sua alma popular... Conquanto Diamantinos e Fantoques tivessem preenchido um espaço de alegria carnavalesca, ficou, entretanto, um vácuo que era preenchido pelos nossos briosos cordões” (*Diário Popular*, 16/1/1937).

Naquele final de década, armou-se uma conjuntura extremamente complicada para a manutenção dos cursos de rua. A partir de 1938, com a decretação do Estado Novo, impuseram-se regras especiais, tanto para desfiles nas ruas, quanto para simples reuniões associativas e recreativas, que passaram a necessitar da permissão da polícia. Em 1938 e 1939, alguns dos cordões saíram às ruas, mas o problema com a falta de financiamento continuou, agravado pela cobrança de taxas e impostos estaduais, os quais oneravam o desfile, fato criticado pelo *Folha do Povo* (23/01/1940), que entendia que cordões compostos por trabalhadores não poderiam ser onerados. Mesmo com a suspensão dos tributos, o brilho dos desfiles não voltou ao patamar anterior para os cordões. Por outro lado, a Prefeitura afirmava que liberara verbas, embora haja uma significativa diferença no montante para os cordões estudados, neste ano, e o Diamantinos e Fantoques, que desfilaram nas ruas em 1939 e 1940. Não fica claro o motivo, embora tudo leve a crer que a diferença se devesse ao fato de estes últimos terem desfilado nas ruas e os demais não (*A Opinião Pública*, 23/01/1940).

Outro motivo da desistência das sociedades negras pelo desfile nas ruas talvez esteja relacionado ao incidente acontecido no desfile do Chove em 1939. A descrição do jornal é por demais significativa e, devido a isso, apesar de longa, vamos transcrever a maior parte da notícia:

CARNAVAL DE SANGUE

A sociedade culta e ordeira desta terra assistiu, ontem, em pleno carnaval, a um fato inédito nos anais de sua história sem mancha: a um grupo de civis, tendo entre si pessoas de responsabilidade pelos cargos que exercem, com uma patrulha, a golpes de sabre [sic], o ordeiro e tradicional Cordão Carnavalesco "Chove Não Molha", que ia em passeata pela principal rua da cidade. O querido cordão Pelotense, tradicional pela sua compostura e pela sua seriedade, transitava, debaixo de aclamações pela Rua Andrade Neves, segundo a voz unânime da população, quando um grupo de pessoas em traje civil, que as autoridades estão identificando, penetrou na formatura, tentando agarrar, em gestos obscenos, as senhorinhas que faziam parte do préstito. Em legítima defesa de seu patrimônio moral e para resguardar, também, os foros de honradez da nossa população – que jamais assistiu cenas desse jaez – o pessoal do cordão, num revide justo, expulsou do seu seio o grupo em desordem. Pondo-se em marcha, sob vitores e palmas, o simpático conjunto entrou, sempre sob aplausos, na nossa Rua XV, a principal artéria, onde um povo inteiro – principalmente senhoras e crianças – assistia ao desfile.

Quando já em frente à Confeitaria Gaspar, perante uma multidão confiante, desenrolou-se, então a tragédia. Surge, de inopino, um grupo de soldados (não se sabe ainda por ordem de quem) e dissolve a golpes de sabre, o cordão em marcha. Imagine-se uma batalha em plena rua 15, onde estavam, talvez trinta mil pessoas, e ter-se-á, a idéia do que foi a hecatombe. Mulheres feridas, crianças aos gritos, casas invadidas, cadeiras quebradas, a confusão, a dor, o sangue, enfim. Diversas pessoas, inclusive senhoras, receberam curativos na Santa Casa. Há uma sombra de tristeza envolvendo a cidade em luto.

A imprensa, que é uma auxiliar da ordem, não pode silenciar diante desse fato inominável, que constitui uma diminuição lamentável do carnaval antigo, que foi sempre uma gloriosa tradição do povo Pelotense. O nosso silêncio, atendendo a pedidos, seria a conivência com os perturbadores... (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p. 4).

Nesse relato, estão presentes muitos elementos importantes: o assédio físico às mulheres participantes do desfile, dando razão àqueles

que não queriam que sócias desfilassem nas ruas,¹² a reação dos Chovianos e sua vitória. E depois, a retaliação dos ofendidos, que jogaram o exército contra o povo e o cordão, ferindo vários. Contudo, o texto jornalístico insinuou que havia pessoas importantes envolvidas (“pessoas de responsabilidade pelo cargo que exercem”), sendo pressionado para que nada noticiasse. Concluiu, colocando a lista de injuriados, com muitas mulheres feridas a sabre e cinturão, tendo uma delas desmaiado, pelas ofensas físicas. No dia seguinte, o jornal não circulou, proibido pela censura, que também interferiu nos demais órgãos de imprensa, inclusive forçando a que nem sequer pudesse ser feita uma campanha de solidariedade financeira ao clube. Pelo que se conseguiu apurar, pelos jornais e depoimentos orais, a agressão envolveu o exército e a Brigada, mas a conjuntura repressiva do Estado Novo sufocou todos os protestos.

Entende-se que foi este acontecimento o desencadeador para tirar das ruas os desfiles dos cordões negros, que já não compareceram no ano de 1940 e posteriores. Mais tarde, utilizaram como pretexto, o fato da entrada do país na guerra, mas todos os temores da comunidade negra estavam presentes no episódio: a tentativa de abuso de suas mulheres, a irritação dos “poderosos” com a reação dos homens negros e a intervenção armada para restaurar a “ordem” e recolocar os negros em seu “devido lugar”. Humilhados e ofendidos, lembrados dolorosamente da posição subalterna que ocupavam naquela sociedade e atualizados em relação à falsidade das relações cordiais entre as “raças” no Brasil, não havia, para estes clubes, motivo para seus desfiles de rua e eles se refugiaram dentro de suas sedes, mantendo atividades apenas nos salões.

Seu espaço nas ruas será ocupado pelos blocos, que na maioria se utilizaram de nomes de bichos (Dromedários, Camelos, Girafa...) e, na década de 1950, pelo surgimento das escolas de samba. Tanto em um quanto em outro tipo de associação, se fizeram presentes muitos sócios dos clubes, mas o contexto era diferenciado. No final dos anos 40 e inícios da década seguinte, tentou-se, novamente, reeditar sua presença nas ruas, inicialmente com muita apreensão, com apenas homens desfilando e várias precauções. Mas a expansão do modelo de escolas de samba terminou por prevalecer e, embora algumas delas iniciassem seus passos dentro desses clubes, em pouco tempo terminaram por se estabelecer como entidades separadas.

Havia rivalidade entre os clubes, que competiam pelo título de melhor carnaval do ano, melhor desfile, e, às vezes, em torneios de

12 Quando os desfiles de rua retornaram, clubes como o Fica Aí só permitiram que homens desfilassem e, mesmo assim, com muitas restrições a isso.

ping-pong. No entanto, ao lado dessas competições “oficiais”, havia outras, só importantes internamente à comunidade, pelo orgulho de promover o festival mais deslumbrante, os bailes luxuosos e ter a melhor decoração, o que sempre era complicado para uma comunidade de baixa renda. Isso transparece muito claramente nas entrevistas orais, com relatos de casos em que um clube tentou “furtar” (aliciar) rainhas de outro,¹³ ou como o Fica Aí, que tomou resolução no sentido de proibir suas sócias de participarem em corais de outros clubes. Os padrões associativos muito exigentes e dispendiosos do clube Fica Aí, que praticamente impediam muitas famílias de participar do clube, terminavam provocando um ressentimento entre os demais, que se sentiam segregados pelos ficaianos. Segundo o relato de dona Sirlei, ela própria sócia do Depois da Chuva e do Chove não Molha,¹⁴ “os frequentadores do Fica Aí eram aquelas pessoas que tinham mais posses, a gente até nem ia... Eu não me lembro como é que era a discriminação, a seleção, porque as pessoas tinham que se associar, então conforme a profissão e as condições, não eram nem aceitos, então aquela pessoa que já sabia que não tinha condições, não ia mesmo”.

Na verdade, embora no imaginário da cidade perpassem muitas explicações sobre quem seriam os sócios do Fica Aí (que passam pela seleção econômica e cor da pele, basicamente), nenhum deles se confirmou na pesquisa de seus livros de atas. O clube não aceitava brancos, mas as fotos dos sócios ressaltam uma gradação variada de cores, dos mais claros aos mais escuros. O critério financeiro era importante, como forma de atender às exigências de caros vestidos e do fraque masculino, mas não o único, pois a manutenção do padrão de moralidade adequada também era tão importante quanto as posses materiais. Com isso, não se quer dizer que os demais não mantivessem um padrão moral, mas que, neste clube, ele atingiu um ápice nunca visto em nenhum dos demais, com o clube tentando implantar padrões de comportamento para seus sócios e, por extensão, para a comunidade negra (LONER; GILL, 2005).

Os clubes pelotenses tinham uma forte inserção no estado, pois foram muitos os momentos em que viajaram para outras cidades, especialmente para Porto Alegre, Rio Grande e até Bagé, participando de festividades junto à comunidade negra e também recebendo visitas dos clubes de lá. Com o tempo, desenvolveram-se torneios, especialmente de ping-pong, que motivavam a ida ou vinda de caravanas de competidores juvenis.

13 Entrevista de Jaci Oliveira, Enilda Chagas e Idalina Cardoso, no dia 23 de novembro de 2004. Acervo NDH.

14 Idem.

Quanto à programação dos clubes, todos eles seguiam um mesmo padrão: festas em datas comemorativas, como aniversário da instituição, Dia das Mães, Dia dos Pais, além de quermesses, chás dançantes e, é claro, muita atividade carnavalesca. Nos anos 30 e 40 tiveram muito destaque os chamados festivais, que combinavam manifestações artísticas com cerimônias, como a coroação da rainha. Havia vários festivais ao ano, sendo que aquele do carnaval poderia durar mais de um dia. Naqueles momentos, os cordões faziam desfiles pelas ruas, buscando em casa as homenageadas e levando-as até o teatro em que seria desenvolvido o espetáculo, com muita pompa. No carnaval, estes desfiles normalmente incluíam uma volta ao redor da praça Cel. Pedro Osório e a passagem na frente da sede de outras agremiações carnavalescas, brancas e negras. Nos tempos do Estado Novo, houve notícias de clubes, cumprimentando as autoridades policiais e militares em suas residências.

Na análise das atas, fica claro o papel das agremiações carnavalescas da comunidade negra, naquelas décadas, como locais estratégicos para o encontro de jovens e suas definições matrimoniais, pois se nota que muitos pais de família só pediam filiação enquanto tinham filhas em idade núbil, se desfilando posteriormente. Dentro desta vertente, é mais facilmente entendível a situação das sócias jovens, que trabalhavam como empregadas domésticas e que, morando no emprego, podiam dar-se ao luxo da associação, pois terminavam despendendo boa parte dos seus proventos com vestimentas e bailes em busca de um possível parceiro para toda a vida.

Os clubes também poderiam auxiliar na busca de empregos e na maior qualificação profissional para seus sócios, com o oferecimento de vários cursos, como corte e costura, técnicos, etc. O Fica Aí contou com um time de futebol, sala de ginástica e grupos de danças e, durante algum tempo, abrigou a Escola Primária Francisco Simões, em convênio com o governo do estado, o que resultava em subsídio para sua manutenção, além de dar ênfase ao aspecto cultural do clube.

Ainda um último papel era cumprido por estas entidades e mostrou-se muito importante na formação da identidade étnica: a instituição de concursos internos sobre "a mais bela negra", a "miss mulata" e outras denominações. Esses concursos, que se disseminaram por todas as cidades e clubes do país, começaram, paulatinamente, a reforçar a autoimagem do grupo negro, visto, muitas vezes, de forma negativa na sociedade. Tais atividades diferiam da escolha já tradicional de rainhas e princesinhas, porque nestes, o critério de beleza não era o principal, já que as escolhidas eram normalmente filhas ou netas de dirigentes ou pessoas importantes dos clubes.

Contudo, nos concursos de beleza, o que estava em jogo era a afirmação de um novo padrão de beleza estética. O que se tentava provar era que a “raça” negra também podia ser bela e que os critérios de beleza, fundados apenas no modelo estético branco, não eram os únicos a serem seguidos. Essa foi uma inovação fundamental, e que repercutiu no comportamento posterior e na estratégia de autoafirmação étnica dos negros. Os clubes de Pelotas, como de outras partes do país, participaram também desse processo.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- BARCELLOS, Daisy. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. 1996. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- BARRETO, Álvaro. *O apogeu do carnaval veneziano em Pelotas (1906-1921)*. Cadernos do ISP, Pelotas, n. 8, p. 5-32, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. Afro-Ásia, UFBA, n. 24, p. 243-290.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.
- GERMANO, Íris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930-1940*. 1999. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GOMES, Fabrício. *Associativismo negro em Caxias do Sul*. Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007. www.labestc.ufsc.iiiiencontro.htm
- GUIMARÃES, Antonio. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: ED. UNESP, 2006.
- LEITE, Ilka B. (Org.). *Negros no sul do Brasil*. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.

- LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, p. 7-27, dez. 1999b.
- LONER, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888- 1937*. 1999a. Porto Alegre. 2 v. Tese (Doutorado Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.
- LONER, B.; GILL, L. Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros. In: www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/anais.htm. *XXIII Sim-
pósio Nacional de História* – Londrina, 2005.
- MÜLLER, Liane. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. 1999. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- OLIVEN, Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka B. (Org.). *Negros no sul do Brasil*. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.
- ORO, Ari Pedro (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANTOS, José Antonio. *Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: EDUFPEl, 2003.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Edufba/Pallas, 2003.
- VON SIMSON, Olga. *Branços e negros no carnaval popular paulistano (1914- 1989)*. 1989. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENTREVISTAS

- Sirlei da Silva Amaro, no dia 22 de agosto de 2003. Acervo do NDH/UFPEl.
- Flávio Alves da Costa Farias, no dia 16 de junho de 2004. Acervo do NDH/UFPEl.
- Jaci Oliveira, Enilda Chagas e Idalina Cardoso, no dia 23 de novembro de 2004. Acervo do NDH/UFPEl.
- José Facundo Mira, no dia 10 de julho de 1996. Acervo do NDH/UFPEl.

OUTRAS FONTES

- Livro de Atas de Diretoria e de Assembleia do Clube Fica Aí, referentes aos anos de 1938-1943. Arquivo do Clube.
- Livro de atas do Clube Chove Não Molha. 1931-1941. Acervo do Clube.

ENFERMIDADE E MORTE: OS ESCRAVOS NA CIDADE DE PELOTAS, 1870-1880¹

*Beatriz Ana Loner
Lorena Almeida Gill
Micaele Irene Scheer*

O jornal *Onze de Junho*, do dia 6 de novembro de 1883, noticiou em sua primeira página – com incisivas palavras desde o título: “Crime Abominável” – que Paulo, “um infeliz pardo”, escravo do senhor Antonio Rodrigues Condeixa, sofria de enfermidade pulmonar que certamente o levaria à morte. Segundo a notícia, mesmo diante desse quadro de profundo padecimento humano, seu proprietário só concordaria em libertá-lo com a condição do pagamento de um conto de réis, o que, naquele momento, representava o valor de um escravo sadio.

O fato ocasionou uma intervenção do Clube Abolicionista, por meio da divulgação da história, visando à obtenção da liberdade de Paulo, para que pudesse procurar algum tratamento que prolongasse sua vida ou lhe proporcionasse condições mais amenas. O senhor Condeixa, no entanto, não se compadeceu com o pedido e, mesmo com o fornecimento de atestados de dois médicos pelotenses sobre as péssimas condições de saúde do escravo, puniu-o com quatro dúzias de palmatoadas, além de mantê-lo retido em uma delegacia de polícia.

O fato requer algumas considerações. Era comum que os jornais abordassem assuntos vinculados à saúde de um indivíduo, sem se referir à doença em específico, sobretudo se ela fosse contagiosa, mas, no

¹ Texto originalmente publicado em *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, supl. 1, Rio de Janeiro, dez. 2012. [<http://ref.scielo.org/3n96ny>].

caso de escravos, não havia preocupação com a questão do estigma e do preconceito. Assim, as notícias publicadas em dois dias consecutivos (6 e 7 de novembro de 1883) não deixaram dúvidas de que se tratava de tuberculose ou física, como era comumente chamada. Por outro lado, a tragédia pessoal de Paulo só provocou escândalo na sociedade pelotense por acontecer em plena campanha abolicionista; a publicação da notícia, aliás, estava submetida a essa consideração política, por parte do periódico e de seus editores

A situação de Paulo é bastante representativa dos problemas de saúde enfrentados pelos escravos: além de sofrer com a moléstia que mais mortes causava na época, ele também foi vítima de maus-tratos, ou seja, sua doença, sabidamente grave, não lhe trouxe nenhum alívio em relação às exigências de trabalho nem provocou a compaixão que costumava acarretar no relacionamento com os indivíduos livres. Tratando-o como máquina, da qual se exige a máxima produção sem preocupação com seu desgaste, seu proprietário planejava obrigá-lo a cumprir suas tarefas, mesmo em seus últimos momentos, o que, de fato, deve ter acontecido, uma vez que a seu respeito nada mais foi dito.

Ao perseguir exemplos como os fragmentos da trajetória de Paulo, neste artigo, analisamos as enfermidades de escravos nos Livros de Registro dos Internamentos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS), entre 1870 e 1880, período pouco anterior ao abordado pelo jornal *Onze de Junho*. O recorte cronológico explica-se pelo uso concomitante de fontes jornalísticas, que podem trazer mais informações à análise, e porque só a partir daquela década a imprensa diária se generalizou na cidade. Por outro lado, a observação da década seguinte torna-se difícil no que tange à escravidão, pois a campanha abolicionista iria fazer com que vários escravizados passassem à categoria de contratados, por meio da qual, apesar de ainda prestar serviços a seus senhores por algum tempo, como pretensa indenização por seu custo, já adquiriam status de indivíduos livres.

Os livros com a movimentação dos enfermos internados no Hospital da Santa Casa estão preservados e em bom estado, e a coleção está praticamente completa. Esses documentos fornecem mais informações do que os relatórios de enterramentos, uma vez que permitem a verificação da trajetória de pacientes que, até o óbito, retornam por várias vezes ao hospital. Além dos dados obtidos por meio da análise desses documentos, também utilizam-se notícias de jornais – especialmente do *Correio Mercantil* e do *Onze de Junho*, presentes no acervo da Biblioteca Pública Pelotense – e relatos de viajantes. Embora os jornais também estejam sujeitos a críticas sobre sua veracidade e condicionamentos (LUCA, 2005), as narrativas de viajantes merecem particu-

lar cautela, tal como sugerido por Karasch (2000, p. 22), ao dizer que: “Poucos eram capazes de evitar críticas etnocêntricas ou preconceitos de cor, ao mesmo tempo em que a maioria era incapaz de penetrar no verdadeiro significado do que descrevia ou pintava”.

O NÚCLEO CHARQUEADOR

O povoamento da cidade se deu motivado pela busca de uma boa localização para a atividade charqueadora, visto que a região de Rio Grande, município do qual Pelotas se emancipou, era extremamente ventosa, o que trazia prejuízos para a qualidade do produto final. A cidade, distante cerca de 60 km de Rio Grande, tinha muitos rios e arroios navegáveis, o que permitia o rápido escoamento do produto, pois cada charqueada possuía seu próprio porto e carregava o charque em embarcações rasas, depois transferidas para aquelas de alto-mar. A planura, proporcionando fácil acesso, e a vegetação do local permitiram aproveitar, como fontes de matéria-prima, o interior do estado, especialmente a serra dos Tapes e a região do pampa, de onde convergiam muitas manadas para abate. Com isso, Pelotas chegou a ocupar o posto de principal exportadora de charque na região, o que lhe valeu muita riqueza e prestígio político, funcionando como centro social que, no período do Império, foi mais importante que a capital, Porto Alegre.

A povoação desenvolveu-se em uma pequena elevação central, pouco distante do canal de São Gonçalo, em cujas margens, bem como nas dos arroios próximos, se localizariam as charqueadas. Nessa região plana, marcada por bom pasto e muita água, a cidade prosperou.

A salgação da carne era realizada de modo a permitir sua conservação por maior tempo. Iniciada anteriormente, foi a partir de 1780 que se tornou atividade sistemática e economicamente significativa. Em Pelotas e na região atual de Monte Bonito, existiram cerca de quarenta charqueadas, com emprego de trabalhadores escravizados que oscilava de no mínimo 21 a no máximo 127 pessoas por charqueada. Segundo Gutierrez (2004), eles cumpriam distintas tarefas, algumas muito especializadas, como as dos carneadores, salgadores, tanoeiros, graxeiros e sebeiros. Infelizmente, no que diz respeito aos escravos, essa distinção de funções só é percebida nos registros de internamento (Livros..., 1870-1880), entre 1870-1871, uma vez que, nos anos seguintes, haveria a generalização do uso do termo trabalhadores. Crianças e mulheres existiam em pequeno número nesses estabelecimentos, como auxiliares dos trabalhos.

É por demais conhecida a comparação que Nicolau Dreys (citado em Magalhães, 2000, p. 94), comerciante que residiu na cidade

na década de 1830, faz de uma charqueada 'bem administrada' com um estabelecimento penitenciário, referindo-se ao cuidado com a segurança e o tratamento ríspido dado aos escravos, o que se explicava pelo temor dos senhores de possíveis fugas ou revoltas, devido à grande concentração de trabalhadores escravizados na região.

No século XIX, as condições sanitárias da cidade eram muito precárias e não somente na zona das charqueadas. A umidade intensa, os terrenos alagadiços, o frio e o vento combinavam-se, provocando muitas doenças. Os terrenos, com muita água e pântanos, também estabeleciam condições propícias para a proliferação de insetos que invadiam as residências. Segundo Gutierrez (2004), metade de cada animal abatido terminava sendo descartado, poluindo a água e a terra locais. Cercas feitas de ossos eram comuns na região, enquanto os riachos sufocavam com o sangue e as vísceras dos bois.

A cidade, situada relativamente próximo à região da matança, vivenciava nos anos 1870 um paradoxo visível: "a área urbana crescia, modernizava-se, a população urbanizava-se. Ao mesmo tempo, era invadida pelos cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das vísceras deterioradas, dos ossos carbonizados, das nuvens de moscas e de fumaças das gorduras fervidas na zona fabril" (GUTIERREZ, 2004, p. 144).

Todos os viajantes que ali chegaram reportaram essa mesma situação: a existência de forte odor e a presença de muitos insetos. Passando pela região em 1904, o missionário holandês Thomas Schoenaers (2003) se surpreenderia com a quantidade de moscas e as vicissitudes sofridas pelos viajantes. O missionário estava viajando em 24 de fevereiro de 1904, portanto, em pleno período de safra, quando o calor é mais intenso. Porém, é preciso lembrar que já se estava no período de decadência das charqueadas e, nessa ocasião, havia muito menos do que as 34 existentes em 1878.²¹ Se os problemas de frei Thomas Schoenaers foram rapidamente solucionados com a navegação para outras paragens, essa questão permanecia insolúvel para muitos habitantes da cidade, sobretudo para os mais pobres.

DEMOGRAFIA

Em 1780, segundo o primeiro levantamento demográfico conhecido, dos 17.923 habitantes da província, eram 28% trabalhadores escravizados, 53% brancos e 19% índios aculturados, o que, em números absolutos, se traduzia em 5.102 negros, 9.433 brancos e 3.388 índios. Res-

2 Em 1890, havia apenas 18 charqueadas, e seu número decresceu rapidamente com a República (LONER, 2001).

salta-se que, àquela altura, estava ainda sendo introduzida a atividade charqueadora, a qual iria ampliar exageradamente a quantidade de mão de obra escrava (BAKOS, 1982).

Em 1814, considerando toda a província, foram encontrados 20.611 escravos, 8.655 indígenas, 5.399 livres e 32.300 brancos, além de 3.691 recém-nascidos, perfazendo o total de 70.656 habitantes. No início de seu desenvolvimento e ainda fazendo parte de Rio Grande, quase metade da população de Pelotas era escrava (1.126 escravos para 2.419 livres, dos quais, apenas 712 eram brancos, 105 indígenas e 232 livres). A expressão 'livre' só tem sentido se aplicada a negros ou índios, uma vez que os brancos eram livres por definição. Ademais, se somarmos esses grupos, encontraremos 64,11% de indivíduos afrodescendentes. Acrescentem-se a eles os indígenas, e veremos que os brancos estavam em minoria. Desse total, foram retirados os recém-nascidos, contados à parte. Desse modo, pode-se inferir que se distribuiriam de maneira semelhante entre os vários estratos e, portanto, não alterariam a proporcionalidade (Fundação..., 1986, p. 50).

De acordo com o censo de 1872, Pelotas possuía 21.756 habitantes em seu núcleo e mais 2.747 na paróquia de Santo Antonio da Boa Vista (Fundação..., 1986, p. 82), não se computando dados de duas outras paróquias, o que somaria 24.503 habitantes. Só a partir de 1873 temos dados mais seguros sobre o total dos cativos, provindos dos resultados da matrícula de escravos, sistema de cadastramento obrigatório de todos os indivíduos escravizados do país, implantado pela Lei do Ventre Livre. Por meio desse instrumento, todos os senhores de escravos deveriam matriculá-los e pagar uma taxa anual, sob pena de perder sua propriedade, uma vez que seriam considerados livres, caso não fossem matriculados.

Os dados trazidos pelos jornais diários, referentes à implantação desse sistema, confirmam que Pelotas era a cidade do Rio Grande do Sul com o maior número de cativos, ou seja, às vésperas da campanha de emancipação de 1884 possuía 6.526 escravizados, enquanto a capital do estado, Porto Alegre, tinha 5.790. Já as cidades próximas, Rio Grande e Canguçu, que faziam parte do polo charqueador, contavam com 2.345 e 2.080, respectivamente, conforme o jornal *Onze de Junho*, de 27 de agosto de 1884.

Nesse mesmo ano, outra notícia mostra como evoluíram numericamente os escravizados na cidade passados 12 anos da implantação da obrigatoriedade da matrícula. Segundo dados do jornal *Correio Mercantil* de 1884, havia, em setembro de 1873, 8.142 escravos, sendo 5.125 homens e 3.017 mulheres no município, ou seja, 33,23% do total da população. A eles devem ser acrescentados mais 1.178 que foram leva-

dos para a cidade, ao longo desses 11 anos, enquanto no mesmo período de lá saíram 651 pessoas cativas, levadas para outros municípios.

Muitos haviam alcançado a liberdade pela emancipação, o que significa que ainda deveriam prestar serviços a seus antigos donos, a pretexto de indenização, por tempo variável entre dois e sete anos. No estado gaúcho, essa campanha atingiu seu clímax no final de 1884. Consequentemente, já estava em curso, influenciando os dados finais aqui apontados. Nesse período, 1.576 pessoas obtiveram sua liberdade, condicional ou definitiva. Os chamados contratados não podiam ser castigados nem tratados como escravos, mas seu trabalho estava sujeito aos mesmos deveres dos cativos, motivo pelo qual se tem notícia de vendas de tempo de serviço de contratados a outros senhores e anúncios muito frequentes de suas fugas (LONER, 2007). Embora não fossem permitidas, as sevícias também eram realizadas, como se pode perceber em denúncias de jornais.

Quanto aos falecimentos, morreram 838 homens e 337 cativas nesse intervalo de 11 anos, no total de 1.175 óbitos, perfazendo 14,4% do total inicial, o que se harmoniza com os dados sobre a mortalidade por gênero na sociedade. Contudo, deve-se também ter em mente que a interpretação dos dados é em parte dificultada pelas alforrias, pois muitos senhores terminavam por conceder a liberdade a escravos idosos para se isentar da responsabilidade por sua sobrevivência.

De fato, se consultadas as tabelas de idade, vê-se que os escravos com mais de 60 anos conseguiram, proporcionalmente, muito mais cartas de liberdade do que as demais faixas etárias. Assim, enquanto em 1883 havia 708 pessoas com mais de 60 anos escravizadas, no período citado faleceram 190 e foram alforriados 254, o que representa cerca de 62,7% do total inicial, embora se deva considerar a ausência de um quadro ano a ano que possibilitasse calcular quantos trabalhadores, inicialmente considerados 'plenamente produtivos' (de 21 a 60 anos), ingressaram nessa nova situação.

Ao analisar suas ocupações, deparamo-nos com dados ambíguos, que distribuem os escravos em três categorias: trabalho em lavoura; serviços estranhos à lavoura e sem profissão declarada. O problema dessa classificação é que ela inclui, no segundo item, o trabalho doméstico, todas as profissões urbanas e o trabalho na charqueada, pouco servindo para especificar a distribuição dos trabalhadores escravizados em suas ocupações. Para o primeiro ano da tabela, 1873, tem-se 431 homens e 39 mulheres trabalhando na lavoura. Já na categoria de serviços estranhos à lavoura, contam-se 3.985 homens, de todas as idades, e 2.354 mulheres. Por fim, "sem profissão declarada" são mencionados 709 homens, dos quais 630 crianças e 15 velhos; e 634 mulheres,

na maioria (613) menores de 21 anos e 14 já idosas. Vê-se que o resíduo aqui é insignificante, provavelmente referindo-se a pessoas doentes ou inválidas e sem condições de trabalhar. Essa classificação era feita pelos próprios senhores e obviamente visava liberá-los do pagamento das taxas sobre cada escravizado. Sendo assim, ela pode estar um pouco inflada no sentido de que, mesmo sendo consideradas inválidas ou muito idosas, essas pessoas continuavam no trabalho escravo.

Do total de quase quatro mil homens em idade produtiva, sabe-se, por outras fontes, que mais da metade estavam empregados no serviço das charqueadas. Também foi essa faixa etária que menos condições teve para alcançar a alforria até junho de 1884. Além disso, naquele mês, ainda havia exatos 2.279 escravizados pertencentes a essa faixa, aos quais se somavam mais 286 que teriam, na ocasião, entre 13 e 21 anos (como se deduz, também já produtivos) e 180 homens com mais de 60 anos.

TRABALHADORES CATIVOS

Pelotas teve sua riqueza construída pelo braço escravo, o que exigiu a importação de milhares de cativos, atraindo igualmente muitos artesãos e imigrantes, em especial nas últimas décadas do século XIX. Os africanos já haviam chegado junto com os primeiros povoadores portugueses, sendo citados nos testamentos dos seus senhores. Por esse meio sabe-se que, desde sua fundação até 1850, a maioria dos escravizados era composta por africanos vindos das regiões da Costa – especialmente minas ou jejes – do Congo e de Angola (MOREIRA; GARCIA, 2011). Devido ao encerramento do tráfico negreiro, na década em estudo, a maioria dos escravos já era originária do próprio estado, outros, do tráfico interno

Dreys (citado em MAGALHÃES, 2000) afirma que os cativos, em outras regiões do Brasil, que apresentassem mau comportamento seriam ameaçados com a venda para o Rio Grande do Sul, pois diante do clima e do tipo de trabalho ali realizado, essa seria uma ameaça passível de aquietar os mais recalcitrantes. Provenientes de regiões mais quentes da África ou do restante do Brasil, sua vinda para a província sulina era penosa, devido ao clima rigoroso e à pouca roupa recebida, ainda que seu destino final não fossem as charqueadas. Contudo, o próprio Dreys desfaz a ideia de que a condição dos escravos era péssima na região. Segundo o autor, eles eram bem nutridos, agasalhados, tratados em suas doenças, e o trabalho exigido seria moderado. Quanto aos castigos, constituiriam uma necessidade para o trato com os escravos, sendo aplicados sem exageros. Tal opinião, demasiado fa-

vorável aos charqueadores e estancieiros, não deve surpreender, vindo de um comerciante que, por força dos seus negócios, convivia intimamente com esses proprietários, tendo até mesmo residido em algumas charqueadas e estâncias.

Em relação aos agasalhos, os melhores exemplos do que seria a roupa de um escravo do campo são fornecidos pelos anúncios de fugas. Suas roupas eram coloridas, sendo utilizados barretes, calça de riscado, mescla ou linhagem, ou ainda de tecido grosso (ganga). Camisa ou camisolão de baeta (tecido grosso e felpudo) e poncho com punham o figurino da primeira metade do século XIX. Segundo Weimer (1991), após 1850, com o encarecimento da mão de obra escrava provocado pelo fim do tráfico, eles passaram a ser mais bem abrigados, porém seu estado geral continuava ruim, com muitos anúncios demonstrando sinais de desgaste físico e de maus-tratos, o que englobava desde cicatrizes até amputações de dedos ou falta de orelhas.

No concernente à alimentação, havia abundância de carne, pois os restos não utilizados ou menos nobres da carne das reses eram destinados. Todavia, isso não significa que todos os cativos teriam boa alimentação, mas tão somente que, devido à situação singular de a principal produção da cidade estar alicerçada na carne de gado, talvez esse não fosse um dos principais problemas dos trabalhadores escravizados na região. Assim, provavelmente sua dieta era excessiva em termos de proteína animal. Os relatos de viajantes, por sua vez, ressaltam a falta de hortaliças ou de verduras para o consumo dos trabalhadores na área das charqueadas.

A situação do negro ou pobre livre era diferente, já que certamente poderia vir a apresentar doenças decorrentes de carência alimentar. A esse respeito, há notícias de que, logo após a abolição, em 1890, houve grande falta de alimentos na cidade.

Em que pese a condição dos cativos moradores do centro urbano, a maioria estava empregada em ocupações domésticas, e a riqueza da cidade contribuía para que alguns proprietários tivessem vários escravos a seu serviço. Outra parcela considerável, entretanto, dividia-se em ocupações urbanas, como os negros e as negras de ganho, que vendiam quitutes ou carregavam mercadorias pelas ruas, trabalhando como carroceiros, aguadeiros, remadores, marinheiros ou realizando outros serviços. A construção civil e trabalhos vinculados ao porto empregavam muitos desses trabalhadores. Especialmente na construção civil, o tempo de trabalho, no verão, era de sol a sol; suas condições de trabalho eram propícias ao desenvolvimento de doenças respiratórias, no inverno, e traumatismos ou ferimentos em qualquer época do ano. Como consequência, vários deles terminavam

sendo levados para a Santa Casa, não só no período em análise, mas também em outras décadas, como revela um estudo exclusivo sobre esses operários (GUTIERREZ, 2004).

Segundo a autora, percebe-se uma diferença fundamental entre os trabalhadores de construção civil livres e aqueles escravizados: enquanto os livres davam entrada no hospital independente de idade, os escravizados atendidos não passavam dos 40 anos, demonstrando que, como acarretaria custo elevado a seus senhores, a hospitalização de escravos com idade mais avançada não era feita.

É preciso ponderar também que, muitas vezes, a busca da cura se dava por meio de rituais vinculados à tradição africana, os quais incluíam elementos da natureza e rezas específicas para cada moléstia, tema abordado por autores como Chalhoub (2003), Figueiredo (2002), Pimenta (2003) e Witter (2007).

No que diz respeito aos trabalhadores, alguns tinham um ofício, uma profissão especializada e ofereciam seus serviços por sua conta, reservando a maior parte do que recebiam para pagar suas dívidas com seu proprietário. Outros ainda eram alugados por seus patrões para trabalhar em ofícios diversos. Nas próprias charqueadas também era comum o emprego de mão de obra alugada na época da safra. Com isso, o charqueador diminuía o gasto com a compra de escravos, pois eles eram contratados apenas para a safra ou até mesmo por um ou dois meses. Para o proprietário, por sua vez, isso significava a oportunidade de um bom lucro extra, pois a escassez de trabalhadores poderia elevar o preço dos aluguéis. Breve análise dos jornais diários, no período da safra, evidencia, aliás, que os alugados eram os que mais fugiam, o que é compreensível, uma vez que sua curiosa situação de alugados a um senhor, sendo propriedade de outro, fazia com que seus locatários tivessem maior preocupação em não os castigar muito severamente, para não prejudicar o 'bem' de outrem. O trabalhador alugado, por sua vez, certamente conheceria outras possibilidades de trabalho, menos desgastantes, e poderia manifestar sua contrariedade ao senhor, como alguns anúncios de jornais deixam entrever.

O COTIDIANO NAS CHARQUEADAS

Para que se possa entender o trabalho nas charqueadas, é preciso explicar a singularidade de sua safra. Normalmente, a produção compreendia os meses de novembro a maio. Iniciados os trabalhos no meio da primavera, quando o gado ainda se recuperava do emagrecimento do inverno, o abate terminaria no final do outono, e o charque, produzido ao longo de um ano, só seria comercializado no seguinte.

Tal situação era motivada, obviamente, pelo clima e pelo ciclo natural das pastagens e da engorda do boi no pasto. Claro está que os meses de maior trabalho eram os do verão, de dezembro a março. Contudo, algumas tropas ainda continuavam a ser comercializadas até maio. Sendo assim, nos últimos dois meses de outono, os escravizados estariam trabalhando sob baixas temperaturas, à beira d'água e sujeitos a intempéries próprias da estação. No caso dos carneadores, a situação era agravada pelo corpo molhado pelo sangue dos animais, coagulado sobre a pele, enquanto suas tarefas eram inteiramente realizadas de joelhos, posição que forçava seus corpos.

O trabalho iniciava com a compra da manada em Tablada, local de chegada das tropas de gado. Em seguida, ela rumava para as mangueiras das charqueadas próximas, ou seja, os animais não pertenciam à própria charqueada, pois essa dificilmente teria pastos suficientes para abrigá-los. A compra de bois feita em um dia seria processada até o dia seguinte, para dar espaço à nova aquisição que normalmente chegaria à tardinha ao local de abate. Conceitos como dia e noite eram muito elásticos na região, especialmente no verão, quando o sol costuma nascer por volta das 6:30h e se pôr por volta das 19:30h, proporcionando, por conseguinte, jornada de trabalho de 13 horas de sol a sol.

Na verdade, a realidade sobre o tempo de serviço era outra. A respeito do cotidiano das charqueadas apenas uma testemunha nos deixou seu depoimento, envolvido em contexto literário, por meio do conto intitulado 'Pai Felipe ou um episódio de charqueada'. Trata-se do filho de um charqueador pelotense que, em sua juventude, escreveu um pequeno drama contando a vida dos trabalhadores de charqueada com os quais convivera. Seu conto termina com a morte de dois deles, o que é considerado pelo autor uma verdadeira redenção, pois não acreditava em saída diferente para aquele inferno, tal como descreveu.³ Segundo o conto, a jornada de trabalho começava à meia-noite – com o trabalho do abate sendo feito à luz de lampiões – e se prolongava até o meio da manhã, quando o lote já estivesse retalhado. Depois da matança, outras tarefas esperavam os trabalhadores, como a salgação e o contínuo empilhar, desempilhar e estender as mantas de charque, tarefas cotidianas e, às vezes, também o auxílio no descarregamento do sal. No auge da safra, o dia de trabalho poderia ter 16 horas, pelo menos. Após o serviço, os trabalhadores estiravam-se sobre a tarimba para acordar novamente com a sineta à meia-noite e iniciar nova jornada, em tudo igual à anterior.

3 Trata-se de Alberto Coelho da Cunha, filho do charqueador Felisberto Inácio da Cunha que, com menos de vinte anos, escreveu esse conto publicado na revista do Partenon Literário, em 1874, números dois e três, sob o pseudônimo de Vitor Valpírio. Seu perfeito conhecimento do tema revela-se no uso da terminologia própria da charqueada e nos detalhes do trabalho cotidiano.

Dreys (citado em MAGALHÃES, 2000) também descreve o início do trabalho à meia-noite, mas afirma que tudo estaria terminado até o meio-dia e que a tarefa seria tão pouco cansativa que não seria raro vê-los folgar no batuque após terminá-la. Independente da notável propensão desse cronista a apresentar o trabalho das charqueadas como saudável e a exaltar o bom tratamento dado aos negros, deve-se lembrar que batuques e demais folguedos, de forma geral, não eram permitidos na maioria desses estabelecimentos. Quando o eram, só deveriam ser realizados esporadicamente, muito provavelmente após a safra. Afinal, na cidade, até mesmo a comemoração do dia 13 de maio de 1888 fora adiada – em acordo com as entidades representativas dos negros e dos abolicionistas – para o início de junho, de modo a não prejudicar os trabalhos nas charqueadas (LONER, 2001).

Trabalhar à noite durante o verão era menos penoso devido à diminuição do calor. Já a partir de março, o trabalho iniciava, na maioria dos dias, com cinco graus de temperatura, ou menos, à beira do canal, em um galpão com inúmeras frestas, por onde passava o vento minuano. Nos dias mais frios, conta o autor, lhes eram fornecidos um ou mais copinhos de cachaça, origem de hábitos alcoólicos nocivos que mais tarde lhes seriam imputados, pela sociedade, como defeitos inatos.

O resultado do que absorviam das duras condições de trabalho, da alienação moral e do entorpecimento dos sentidos se traduzia em seu comportamento indiferente em relação aos animais – devido à pressão com que deveriam trabalhar para cumprir as exigências da produção –, igual descaso sendo demonstrado com os seres humanos, fossem companheiros de infortúnio, fossem seus superiores. Ao que parece, a fraternidade não tinha muito espaço nos matadouros de bois. Os jornais relatavam casos de escravos que haviam injuriado ou matado alguns colegas, embora em geral sua ira fosse dirigida contra os feitores. Em um caso específico noticiado pelo *Jornal do Comércio* (16 jan. 1880), o escravo responsável pela morte do capataz numa charqueada disse que matou o primeiro que lhe apareceu pela frente, pois queria ser preso, para ir embora daquele lugar. Coerentemente, ele mesmo se entregou e confessou seu crime.

Quando se acidentavam, ficavam doentes ou eram castigados no tronco, o que se mostrava comum devido ao excesso de trabalho, os escravos eram então levados ao que se chamava de hospital, na própria charqueada, mas que não passava de uma enfermaria com poucos recursos. Mesmo nesse local, ainda estavam sujeitos ao braço do feitor, como demonstra Vitor Valpírio (citado em MAGALHÃES, 2002, p. 88), já no início do conto:

Vai a safra a todo o rigor e a negrada, estrompada pelo cruel serviço da charqueada, geme e resmunga sobre o boi que a perita faca acaba de sangrar. Já por três vezes o hospital encheu-se de carneadores semimortos de cansaço; e por três vezes foi despejado a força de cotia pelo severo Manoel Gomes. E a negrada, renegando-se da sorte, passa as noites na cancha e os dias nas pilhas e na salga ...

Os castigos também merecem menção especial, pois a característica de concentrar uma população escrava numerosa, armada com facões e instrumentos cortantes, acrescida do alto grau de tensão provocado pelo trabalho, requeria vigilância armada e disciplina forte para que não houvesse revoltas. Mesmo Dreys, com sua inclinação a relevar os piores aspectos dos estabelecimentos saladeiris, afirma que uma charqueada funcionaria como uma espécie de prisão. Por conseguinte, faltas pequenas poderiam dar origem a castigos severos, os quais, tal como em outros locais de grande concentração de escravos, eram aplicados na frente de todos, para dar exemplo aos demais. Sob a fiscalização do feitor, o trabalhador a ser punido era amarrado ao tronco e chicoteado por outros cativos. Ainda assim, os jornais costumavam apresentar um grande número de fugas do território das charqueadas justamente nos meses do verão, o que demonstra que, na cabeça dos cativos, nem o medo do castigo poderia ser pior do que continuar trabalhando naquelas condições.

AS DOENÇAS

As doenças que afetavam a vida dos escravos eram aquelas comuns à maioria da população, ampliadas pelas condições precárias de exercício dos diversos trabalhos manuais com os quais se ocupavam. Dessa forma, foram muitos os casos de tuberculose que ocasionaram a morte de imenso número de pessoas; de varíola, especialmente quando relacionada a uma espécie de pico de contágio; de disenteria e de febre tifoide, vinculadas às péssimas condições de saneamento da sociedade; de boubas, também conhecidas como úlceras bubáticas e febre bubeirra, que se trata de "doença não venérea causada por um espiroqueta que é facilmente contraído por contato direto da pele ou indiretamente, mediante material contaminado" (KARASCH, 2000, p. 236).

Para Langgaard (1873), ratificando o pensamento existente na época, coube aos negros a introdução de graves doenças contagiosas no território brasileiro, como a sífilis, a febre amarela, o escorbuto e as boubas. Carvalho (2006) sugere que os historiadores do tema sejam críticos aos 'consensos biológicos', que eventualmente remetem a pensamentos como o de Langgaard. Porto (2007, p. 1023) concorda

com Carvalho e acrescenta, ainda, que “estudos recentes de paleopatologia têm esclarecido um pouco mais essa questão, mostrando ... a presença de algumas dessas doenças antes da chegada do homem branco à América”.

Verificavam-se igualmente muitos casos de bronquite e de pneumonia, doenças que se agravam em meses de muito frio, quando as pessoas estão com o sistema imunológico fragilizado e habitando lugares com condições precárias de salubridade. Embora as internações acontecessem por causas diversas, um dos maiores índices de morte estava relacionado às doenças de pulmão, principalmente à tuberculose⁴, que, por ser contagiosa, afetava todos (GILL, 2007), mas se propagava mais facilmente em situações de pobreza – situações essas nas quais se encontravam os cativos, como Theophile, africano, 50 anos, preto, propriedade de Francisco Nunes de Souza, internado do dia 4 ao dia 19 de fevereiro de 1878 com pneumonia crônica. Em abril do mesmo ano, entre os dias 24 e 30, ele seria novamente hospitalizado em decorrência de uma tísica, que o vitimou. Por outro lado, era bastante comum que, enquanto não houvesse sinais mais expressivos da tuberculose, o diagnóstico fosse impreciso, relacionado a moléstias do aparelho respiratório como um todo, como no caso de Theophile.

Um estudo comparativo entre morbidade de escravos de Porto Alegre e Pelotas, nas décadas de 1830 e 1850 (MOREIRA; GARCIA, 2011) apurou que Pelotas teve cerca de 156 cativos mortos por doenças do sistema respiratório, entre 1.675 falecidos, enquanto Porto Alegre teve 216 entre 4.702. Em termos relativos, isso significa 9,31% para a primeira cidade e 4,6% para a segunda. Uma rápida análise demonstra a fragilidade desses dados, já que, em Pelotas, mais da metade dos óbitos, cerca de 966 (57,67%), não apresentou causa definida, enquanto em Porto Alegre, os óbitos sem causa relatada somavam cerca de 1.231, ou seja, apenas 26,18% do total.

Os autores também advertem que esse total se refere exclusivamente àqueles enterrados em cemitérios vinculados à Igreja Católica, e que o número de cemitérios não oficiais, bem como a ocorrência de enterramentos em propriedades privadas, era muito comum, especialmente em relação aos corpos de cativos que não entravam em nenhuma estatística. É de se presumir que em Pelotas se verificasse um grande número de enterramentos desse tipo nas charqueadas e estâncias, especialmente no primeiro caso, onde, nos meses de verão, todo o movimento era subordinado à safra. Assim, a vinda dos companheiros

4 Mary Karasch (2000) demonstra também a alta incidência de doenças pulmonares, como a tuberculose, em escravos internados na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Paulo Moreira (2010) cita a tuberculose entre as principais causas das mortes dos escravos na capital gaúcha.

de trabalho para um enterro na cidade ocasionaria muitos problemas de ordem econômica e de segurança para os charqueadores, o que praticamente impelia ao enterro próximo ao local de trabalho.

Eram também comuns as moléstias do sistema digestivo, principalmente embaraços gástricos, prisão de ventre e diarreia que, naquela época, poderiam levar à morte. Para o Rio de Janeiro, Karasch (2000) concluiu que a segunda maior causa de mortes entre os cativos era o grupo de moléstias vinculadas ao sistema digestivo. “Conforme as concepções do século XIX, a quantidade de escravos que morria de diarreia era incomum. Com muita frequência, os médicos não davam outra explicação além de ‘diarreia’ para a morte do cativo” (p. 238).

Nos dados compilados, de 1820 a 1884, junto à paróquia matriz de Porto Alegre, Moreira (2010) aponta que, entre as primeiras causas de morte, constavam a hidropisia e a diarreia; já no acervo da Santa Casa de Misericórdia dessa mesma cidade, 16,81% das mortes tinham como causa problemas digestivos.

Tabela 1: Internamentos de escravos motivados pela incidência de epidemias (1870-1880)

Moléstia	Percentual sobre o total de epidemias
Febre tifoide	6
Varíola/Bexiga	11
Boubas	47
Tuberculose	18
Disenteria	18

Fonte: Livros..., 1870-1880

Era comum que as causas das mortes ou dos internamentos fossem anotadas de maneira simplista, se resumindo ao sintoma inicial. As moléstias do trato digestivo podiam estar relacionadas a vermes e parasitas, como o bicho-de-pé e a lombriga, acrescidas das complicações provenientes de alimentação precária, pobre na diversidade de nutrientes.

Tabela 2: Internamentos de escravos motivados por doenças venéreas (1870-1880)

Moléstia	Percentual sobre o total de doenças venéreas
Gonorreia	66
Sífilis	18
Doenças venéreas combinadas	6
Bubão	10

Fonte: Livros..., 1870-1880

Os dados revelam números elevados das chamadas doenças venéreas, como a sífilis, a gonorreia, o bubão e as moléstias combinadas. As doenças venéreas possuíam, e ainda possuem, forte conotação

moral. Juntamente com outras moléstias contagiosas e também com a embriaguez, propiciavam rápido julgamento das escolhas individuais, expresso tanto na imprensa da época como em teses médicas. Thomé, escravo de Felisberto Inácio da Cunha, pardo, natural de Pernambuco, foi internado em duas oportunidades devido a úlceras sifilíticas. Em 1875, com 32 anos, o sapateiro ficou 105 dias tratando da moléstia, que voltou a perturbá-lo em 1879, fazendo com que permanecesse no hospital por mais 97 dias. Já o escravo de Francisco Alves Ribas, chamado Cambolim, pardo de 19 anos, natural de Jaguarão, foi internado duas vezes: a primeira delas em outubro de 1876, quando passou 13 dias tratando um *cancros veneris*. Passadas duas semanas de sua alta, pois fora considerado curado, teve de voltar à enfermaria, já que, além do *cancros veneris*, o diagnóstico era de blenorragia, outra denominação de gonorreia, devido a seu mal-estar generalizado. Após tratamento de 22 dias, no qual foram utilizadas sanguessugas, o enfermo saiu do hospital.

Joana, escrava de Antonio Souza, parda de 26 anos, natural de Pelotas, esteve internada 30 dias durante os meses de agosto e setembro de 1870. O motivo de sua internação foi a combinação de supressão de transpiração e blenorragia, a primeira sendo entendida como uma desarmonia das secreções. A diminuição da transpiração, motivada pelo frio, supostamente causaria moléstias como a "bronquite, a pneumonia, o pleuris, o reumatismo, as impigens, as dores nervosas" (CHERNOVIZ, 1870, p. 1036).

Karasch (2000) discute a presença das doenças venéreas entre a população escrava do Rio de Janeiro, referindo-se, em especial, à sífilis, à gonorreia e ao cancro. Segundo a autora, no entanto, a identificação dessas doenças era difícil, tendo em vista o fato de vários dos sintomas serem parecidos com os de outras doenças, pelo menos em seu início.

Ainda que haja problemas para a obtenção de dados mais concretos a partir das fontes do século XIX, as doenças venéreas eram endêmicas entre a população escrava, sobretudo por haver muitas trocas de parceiros, decorrentes de maior número de homens do que de mulheres, como nas charqueadas, por exemplo. Nas cidades também ocorria o fenômeno das ligações casuais e não definitivas, por parte de parceiros sexuais. Somem-se a isso os males advindos da prostituição, da inexistência de políticas profiláticas para essas doenças, além do desconhecimento das formas de infecção pelas mesmas, o que acarretava a existência de pessoas enfermas de mais de uma doença sexualmente transmissível.

Ao se considerar o pequeno número de mulheres nas fazendas e nas charqueadas, deve-se pensar que tal fato tenha provocado uma mudança nos hábitos sexuais e de casamento seguidos pelos africanos.

Kátia Mattoso (1982, p. 127) nos auxilia a pensar sobre as transformações que se processaram na vida sexual dos africanos no Brasil:

Nas fazendas, os dormitórios de homens e de mulheres são separados, e os encontros de casais, mesmo legalmente casados, são realizados furtivamente, durante a noite. A política dos senhores é tornar os contatos sexuais difíceis, mas não impossíveis. Assim foi que a poligamia africana foi substituída no Brasil por uma sucessão de ligações passageiras.

Outro quadro comum inclui os traumas, representados por contusões, ferimentos e fraturas ocasionados durante a rotina de trabalho, assim como casos de reumatismo, que promoviam restrições graves aos movimentos. Se a eles somarmos o tétano e a gangrena, 14,8% dos enfermos foram internados, possivelmente, por motivações relacionadas à exaustiva rotina de trabalho. Por exemplo, o pardo Tibúrcio, escravo de Antonio Roiz Cordeiro, necessitou de cuidados médicos em quatro oportunidades no período de julho de 1874 a fevereiro de 1879, a partir dos 19 anos de idade. Os cuidados duraram em média quatro dias, relacionados a dores reumáticas por duas vezes, contusões e constipação, nas demais ocasiões. Alguns dos internamentos reportam outra situação comum na vida do cativo: os castigos. Antônio, escravo de Manoel Baptista, natural de Pernambuco, 50 anos, morreu em 1872, depois de seis dias de internamento devido à gangrena nas pernas, motivada por surra no tronco. Aqui temos mais uma consequência nefasta dos castigos aos escravos: a possibilidade de infecção causada pelo próprio instrumento de castigo não limpo, pelas péssimas condições de higiene em que os escravos viviam, ou ainda, pelos locais em que eram colocados para curar suas feridas. É sabido que, para evitar esse tipo de infecção, alguns senhores, de São Paulo ou do Nordeste do Brasil, costumavam esfregar pimenta ou sal nas feridas (o que potencializava ainda mais os tormentos do punido), aparentemente visando prevenir o risco de infecções (MACHADO, 1987). Contudo, não há relatos do emprego desse recurso, seja nas charqueadas, seja na própria cidade.

Ao analisar as mortes de escravos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Moreira (2010) aponta 8,11% de mortes classificadas como violentas e acidentais entre 1850 e 1885. O cruzamento desses dados com notícias de jornais da capital, nas quais o assunto é recorrente, problematiza a questão de se pensar se os senhores, podendo responder criminalmente pelos maus-tratos, não teriam obtido, eventualmente, a proteção dos médicos. O autor lembra que “os médicos possuíam uma certa dependência dos senhores, já que boa parte de

seus rendimentos era fruto do tratamento das famílias das casas grandes e suas senzalas" (p. 88).

O Correio Mercantil (8 nov. 1877) noticia o caso de um escravo que se supunha sofrer de vitiligo, embora o periódico o descrevesse como 'albino'. Na verdade, havia completo desconhecimento da condição médica do escravo e, para o redator, esse caso, em especial beirava o milagre. O tom da matéria é sensacionalista ao se referir ao 'negro branco' "como uma coisa que, se não é fenomenal, torna-se digna da admiração dos curiosos". Em nenhum momento, o redator chama o escravo pelo nome, mas estabelece um julgamento sobre a sua 'sorte': "Passar de negro retinto a branco perfeito é felicidade que não está reservada a todos os descendentes da Etiópia. Pior seria o inverso. O negro branco pensa ter encontrado a suprema ventura nessa importante metamorfose" (Um negro..., 8 nov. 1877, p. 2). Para o dia 14 daquele mesmo mês era anunciada uma exposição do 'negro branco' pelo preço de 400 réis por pessoa, valor que seria usado para a aquisição de sua liberdade.

A tabela a seguir demonstra, de forma geral quais moléstias provocaram a internação de escravos na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas:

Tabela 3: Moléstias que causaram os internamentos de escravos (1870-1880)

Moléstia	Percentual sobre o total de doenças
Doenças venéreas	13
Doenças no pulmão	11
Doenças no sistema digestivo	11
Doenças neurológicas	2
Traumas	6
Doenças no sistema circulatório	5
Doenças no sistema reprodutor	2
Doenças infectoparasíticas	10
Reumatismo	8
Inflamações	3
Doenças mentais	1
Sem informação	6
Diversas ⁴	22

Fonte: Livros..., 1870-1880

Os registros eram pouco precisos, embora tentassem ser minuciosos, prevendo o nome do paciente e sua filiação (no caso do escravo, o nome do senhor), a idade, a naturalidade, o estado civil, a profissão, as datas de entrada e de saída da entidade, a moléstia, o valor pago pelo período de internamento, além de observações referentes ao tra-

tamento e à condição da pessoa quando da saída do hospital. Contudo, vários desses registros não eram preenchidos de forma integral e havia heterogeneidade de dados, relacionada ora a mudanças nos campos de dados dos livros, ora à substituição do escrivão.

Além disso, grande parte dos adoentados não chegava a ser atendida pelos hospitais, sendo cuidada no ambiente em que vivia e não isolada em um universo hospitalar, problemática também apontada por pesquisadores responsáveis pelo estudo dos óbitos, já que muitos eram aqueles enterrados sem nenhum registro.

Manuais e dicionários de medicina popular, como o Chernoviz (1870) e o Langgaard (1873), publicados durante o século XIX, possuem linguagem acessível e pedagógica, facilitando aos leigos o entendimento das principais moléstias que perturbavam os enfermos, ao caracterizar seus sintomas e recomendar meios de apaziguá-los e/ou preveni-los. Witter (2007) esclarece que, em algumas circunstâncias, o próprio senhor poderia utilizar esses manuais de medicina popular, visando curar seu escravo. Segundo a autora, em algumas situações, não era prestado socorro ao adoentado.

por razões múltiplas: ódios recolhidos, julgar que o escravo simulava, ou achar que sua cura não valia o investimento. Nestes casos, a alforria aparecia como uma das soluções possíveis para os senhores que queriam livrar-se de gastos e incômodos que consideravam inúteis ou das sanções da 'boa sociedade' por não cumprir com a 'obrigação moral' de tratar das mazelas daqueles sob seu jugo (p. 108; grifos do original).

Os senhores deveriam pagar pelos dias de internamento de seus escravos, salvo aqueles que fossem pobres. No artigo nono do Regimento da Santa Casa (1872) consta que "o escravo de família pobre, que seus senhores não possuam outro que lhes preste serviço, nada pagará por seu tratamento", como demonstra o caso de Romana, escrava brasileira de 39 anos, internada por oito dias por sofrer de boubas. Nesse caso, sua senhora, Maria Benvinda, "por ser pobre não pagou", conforme o relatório da Santa Casa. Por vezes, os escravos muito adoentados eram abandonados à própria sorte, embora de acordo com a medida sancionada pelo barão de Cotegipe, em 1854, esse fato não pudesse acontecer, uma vez que o texto legal determinava "punição aos senhores que alforriem ou abandonem seus escravos por motivo de doença ou de incapacidade para o trabalho" (PORTO, 2007, p. 7). De toda maneira, no Livro de contabilidade, receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1847-1868), no dia 31 de outubro de 1868, encontra-se uma anotação sobre o pagamento das despesas de

Luis, escravo de José Antonio Moreira na qual se pode ler: “dando-lhe a carta de liberdade para não pagar mais” (p. 344).

Ângela Porto (2006) acredita que alguns ‘mitos’ atrapalham a análise referente à saúde dos escravos, como a ideia do senhor benevolente ou absolutamente negligente. Outra questão a ser pensada é a concepção de total dependência dos escravos em relação aos senhores em termos do que hoje consideramos saúde. Segundo a autora, deve ser igualmente considerada a manutenção da cultura africana e seus possíveis métodos de cura, o meio em que viviam e o relacionamento entre senhor e escravo.

A maioria das pessoas não procurava os hospitais. As estatísticas apresentadas em relatórios oficiais indicam que cerca de 90% das pessoas morriam em casa naqueles anos. Documentos da Provedoria da Santa Casa enfatizam a dificuldade de os doentes buscarem o ambiente hospitalar, no qual poderiam receber algum tipo de auxílio enquanto ainda havia tempo para a cura.

Verificareis ... que foram tratados 932 enfermos, dos quais, saíram curados 718, faleceram 154 e continuam em tratamento, 60. Parecer-vos-á sem dúvida, exagerada a porcentagem da mortalidade superior a 16%, mas uma simples consideração vos demonstrará que o fato não é de tal modo surpreendente, atendendo-se a que muitos e muitos acodem a reclamar auxílios da Santa Casa quando o seu mal já não tem mais remédio, e que outros entram para o hospital apenas com horas de vida (COSTA, 1889, p.2).

Michel Foucault (1998) considera que o hospital, como instrumento de cura, é invenção bastante recente, datada do final do século XVIII. De acordo com o autor, antes desse período, cabia às casas de saúde assistir aos pobres, em função caritativa, própria ainda da fase medieval. Nesse espaço, dificilmente se obtinha melhora, razão pela qual não era muito procurado. A salvação da alma era imaginada e sonhada por aqueles que ministravam os cuidados aos doentes, na maioria das vezes, pessoas vinculadas à causa religiosa.

Os hospitais não configuravam ambiente propício para a cura nem o médico era preparado para atuar em seu interior. “A experiência hospitalar estava excluída da formação ritual do médico. O que o qualificava era a transmissão de receitas e não o campo de experiências que ele teria atravessado, assimilado e integrado” (FOUCAULT, 1998, p. 102).

Segundo o autor, a transformação deu-se, em primeiro lugar, na tentativa de alteração dos fatores negativos presentes na rotina hospitalar, lugar de profunda desordem, no qual era mais fácil disseminar

doenças do que promover a saúde, devido ao perigo de contágio. Foucault afirma que o novo hospital, surgido em fins do século XVIII, tinha preocupação especial com a distribuição de seus pacientes e com o lugar onde o próprio prédio hospitalar deveria se localizar. "É preciso que o espaço em que está situado o hospital esteja ajustado ao esquadramento sanitário da cidade. É no interior da medicina do espaço urbano que deve ser calculada a localização do hospital" (FOUCAULT, 1998, p. 108).

Outra transformação significativa refere-se ao exercício do poder. Cada vez mais as pessoas vinculadas a ordens religiosas perdiam o domínio, sobressaindo o médico como articulador da organização hospitalar que, a partir desse momento, passou a ambicionar a cura do doente. Por fim, o hospital passou igualmente a estimular as anotações sobre tudo o que dizia respeito ao enfermo, o que constitui documentação antes inexistente.

A Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, fundada em 20 de junho de 1847, surgiu com o espírito de caridade e assistência aos pobres, própria de sua organização no período medieval, mas com postura que, algumas vezes, pode ser relacionada ao paradigma antigo e, em outras ocasiões, ao paradigma do novo hospital. No Brasil daquele momento, assistia-se a uma mudança de mentalidade em relação à morte e às enfermidades, de modo que o tratamento nesse hospital combinava características dos dois paradigmas.

Entre 1870 e 1880, foram atendidos pela Santa Casa 5.985 enfermos, sendo que 1.509 escravos, ou seja, 20% do total. Deve-se lembrar que, nessas décadas, os negros perfaziam 33,23% da população de Pelotas, entre escravos e livres ou libertos, sendo esse um valor adequado a seu número entre os internados, embora, como já visto, haja motivos para desconfiarmos de que o número de moléstias existentes entre eles fosse maior, considerando-se o conjunto da população.

A média de dias de internamento girava entre um e cinco (31%). A lógica que presidia as altas e as admissões do enfermo ainda era a de que, posto que a internação poderia não curar, o espaço servia para a realização de exames; para o fortalecimento do organismo, por meio de uma alimentação melhor, e para proporcionar um pouco de descanso a corpos fragilizados pelo trabalho. No caso dos cativos, no entanto, a intenção não era apenas a de apaziguar corpos. Como constituíam propriedade, com a qual se obtinha lucro, havia a perspectiva de curar as moléstias, de modo que o escravo pudesse continuar exercendo suas atividades laborais. Quando não havia possibilidade de melhora, ou assim se considerava, era comum que o escravizado não fosse enviado ao hospital, aguardando a morte junto aos seus, ou no trabalho.

O Relatório da Provedoria da Santa Casa, período de 1879-1880 (ASSUMPÇÃO, 1889), informa que, dos 727 internos durante o ano, 163 eram escravos, tendo só 13 morrido no hospital. Dados sobre os enterramentos, nesse mesmo relatório, apontam que 61 escravos haviam falecido no período, o que significa que, do total de óbitos de escravos, cerca de 80% ocorreram em domicílios. Dessa forma, a taxa de falecimento de escravos na Santa Casa não era alta, como se pode observar na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4: Relação da entrada anual de enfermos cativos e seus falecimentos (1870-1880)

Anos	Enfermos internados	Internos que faleceram
1870	85	8
1871	79	12
1872	130	10
1873	160	15
1874	119	21
1875	119	5
1876	136	6
1877	138	6
1878	197	8
1879	196	8
1880	150	11
Total	1.509	110

Fonte: Livros..., 1870-1880

Havia constância de reinternações. Muitos dos cativos retornavam ao hospital por motivos diferentes, como é o caso de Joana, escrava de Santiago Iriart, parda de 44 anos, internada três vezes, no período de 9 de março a 10 de abril de 1875. Em sua primeira internação, consta no registro *cancro veneris*, e ela permaneceu no hospital 12 dias; na segunda, o motivo foi disenteria (oito dias), já na última vez, a causa anotada relacionava-se a gastrite simples, da qual foi tratada apenas dois dias. Nesse caso, nota-se que houve o empenho de seu dono para que ela fosse cuidada, pois mesmo uma moléstia simples como a gastrite havia levado à internação, o que talvez indicasse que outros fatores, não apenas pecuniários, haviam pesado nesses cuidados: aos 44 anos, seguramente, Joana não valeria bom preço no mercado de escravos. Talvez esse fosse o mesmo caso de Saul, africano, 60 anos, escravo de Antônio José da Silva Maia, internado entre 2 e 16 de junho de 1880 por conta de bronquite e entre os dias 20 e 22 de agosto, pelo mesmo motivo, ocasião na qual veio a falecer. A combinação de sua doença com a idade não augurava bons prognósticos a seu tratamento, o que de fato ocorreu.

Ainda que as charqueadas funcionassem entre novembro e maio, período mais quente do ano, não foi possível verificar grande os-

cilação de internações por mês, apesar de dezembro e janeiro terem em média 10%, enquanto os outros meses variavam entre 6,8 e 9%. O percentual de internações possivelmente vinculadas a esforços físicos, no último mês da safra, chegou a 12%, enquanto nos meses da entressafra, a média foi de 7%. Contudo, não devemos esquecer que, quando os escravos não estavam trabalhando na safra do charque, tarefa profundamente penosa que os exauria fisicamente, exerciam outras atividades, tais como a confecção de tijolos e a construção civil, também debilitantes, já que os expunham ao vento, ao frio e à chuva durante o outono e o inverno.

Dos internados, 81% eram homens, e 19% mulheres, oscilando suas idades entre 11 e 20 anos (15%), 21 e 30 (31%), 31 e 40 (21%), 41 e 50 (18%), 51 e 60 (11%) e 61 e 70 (2%), no total do período analisado. A disparidade entre os gêneros é compreensível, uma vez que o tráfico negreiro internacional era majoritariamente de homens, o que se refletia no total da população escrava. Quanto à idade, note-se que a maioria dos internos encontrava-se em seu período mais produtivo para o sistema escravista.

O número de crianças hospitalizadas foi muito pequeno (2%), embora seja preciso levar em conta que desde 1871 já não nasciam mais crianças escravas, em virtude da Lei do Ventre Livre. Foi possível encontrar, no entanto, casos como o de Rita, filha de Jacintho, escravos de Thomaz Bento. Filha e pai, ambos pardos, tinham quatro e trinta anos, respectivamente, sendo naturais de Jaguarão, cidade na fronteira do Brasil com o Uruguai, no momento em que deram entrada na Santa Casa, em 3 de setembro de 1880. A menina faleceu no dia 7, por conta de uma pneumonia; o pai, acometido de constipação, teve alta no dia 16 de outubro. Comparando-se esses dados com outros coletados por Alberto Coelho da Cunha (1869-1881), as crianças sepultadas nos cemitérios da cidade correspondem a 46% do total de enterramentos no período. Percebe-se grande discrepância, o que indica que os filhos de escravos dificilmente chegavam ao hospital. Considerando 6.506 registros de óbitos nos quais consta a idade, nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1850 a 1884), Moreira (2010) percebe que 36% deles ocorreram entre o nascimento e os sete anos de idade. Além disso, deve-se levar em conta que, nesse período, os senhores teriam ainda menos interesse pecuniário na sobrevivência das crianças, uma vez que eram consideradas livres.

Note-se que, em termos de local de nascimento, 21% dos cativos declararam ter nascido na África, 12% em Pelotas, e 38% em outras cidades do estado, especialmente em Porto Alegre, Camaquã, Piratini, Rio Grande e Jaguarão, assim como havia 19% provenientes de outros

estados, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. O restante dos 10% abrange outros países do Prata, ou dados imprecisos. Tal fato situa-se dentro do esperado, tendo em vista que o tráfico negreiro colapsou em 1850 e, portanto, duas décadas mais tarde, era natural haver percentual relativamente baixo de escravos africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pode-se dizer que embora naquela época o conjunto da população pelotense estivesse muito desprotegido diante de doenças das quais não se sabia nem mesmo as causas, muito menos o tratamento, os trabalhadores cativos constituíam segmento de alto risco, o que se deve basicamente ao fato de que as decisões principais em relação a seus corpos, sobretudo concernentes aos esforços físicos despendidos, quantidade de alimentação e abrigo, não eram tomadas por eles e sim por seus senhores, que nem sempre tinham como interesse maior o bem-estar de seus trabalhadores. Por outro lado, estando mais expostos à vida das ruas e das manufaturas, como as próprias charqueadas, eles eram mais facilmente acometidos de doenças epidêmicas e endemias, como tuberculose, febre tifoide, varíola, disenteria e boubas.

O artigo demonstra que os dados oficiais da Santa Casa podem não refletir diretamente a realidade, tendo em vista que, tanto a finalidade maior da instituição de caridade (acolher enfermos) quanto o interesse pecuniário dos patrões poderiam confluir para mascarar os dados do real impacto das doenças sobre os escravizados. Entretanto, considera-se que, apesar dessas limitações, essas fontes permitem estabelecer, ainda que relativamente, algumas das principais moléstias que recaíam sobre esse grupo, além de facilitar o entendimento da própria lógica senhorial em relação aos cuidados com seus escravizados.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Joaquim José de. *Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1879-1880)*. Pelotas. Arquivo Histórico. Fundo Entidades; pasta 21, anexo 6 (Biblioteca Pública Pelotense). 1889.
- BAKOS, Margaret M. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CARVALHO, Diana Maul de. Doenças dos escravizados, doenças africanas? In: *Encontro Regional de História*, 12., 2006. Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Diana%20Maul%20de%20Carvalho.pdf> Acesso em: 20 fev. 2011. 2006.

- CHALHOUB, Sidney. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Campinas. 2003.
- CHERNOVIZ, Pedro L. N. *Dicionário de medicina popular*. 2 vols., 4. ed., Paris: Casa do Autor. 1870. CORREIO... *Correio Mercantil*, Pelotas. 8 nov. 1877.
- COSTA, Francisco Gomes da. *Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1888-1889)*. Pelotas. Arquivo Histórico. Fundo Entidades; pasta 21. (Biblioteca Pública Pelotense). 1889.
- CUNHA, Alberto Coelho da. *Estatísticas das inumações nos cemitérios da cidade*. Pelotas. Arquivo Histórico. Fundo Alberto Coelho da Cunha; pasta 20. (Biblioteca Pública Pelotense). 1 jul. 1869 a 30 jun. 1881.
- DIÁRIO DE PELOTAS. *Diário de Pelotas*, Pelotas. 1878.
- FIGUEIREDO, Betânia. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio e Janeiro: Vício da Leitura. 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1998.
- FUNDAÇÃO... Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS. Porto Alegre: FEE. 1986.
- GILL, Lorena. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930*. Pelotas: Educat. 2007.
- GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue*. Pelotas: Editora da UFPel. 2004.
- JORNAL... *Jornal do Comércio*, Pelotas. 16 jan. 1880.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- LANGGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de medicina popular I (A-D)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873.
- LIVRO... *Livro de contabilidade, receita e despesa da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*. Pelotas. Fundo Contabilidade, série B; AS-CP4B01 (Museu da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas). 1847-1868.
- LIVROS... *Livros de registro dos internamentos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*. Pelotas. Fundo Hospital; série A, AS-CP2A02 e AS-CP2A03 (Museu da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas). 1870-1880.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: Editora da UFPel. 2001.

- LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Alves, Francisco (Org.). *Imprensa, história, literatura e informação*. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: FURG. p. 57-64. 2007.
- LUCA, Tânia de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- MAGALHÃES, Mario. *Pelotas, toda a prosa*. vol. 1. Pelotas: Armazém Literário. 2002.
- MAGALHÃES, Mario. *Pelotas, toda a prosa*. vol. 2. Pelotas: Armazém Literário. 2000.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOREIRA, Paulo. Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio. Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbitos (Porto Alegre/RS). *Espaço Plural*, Paraná, v. 11, n. 22, p. 78-89. 2010.
- MOREIRA, Paulo; GARCIA, Natália. O cadáver de um preto, que parecia ser crioulo: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830-1850). *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, p. 124-128, jan./abr. 2011.
- ONZE... *Onze de Junho*, Pelotas. 1881 a 1889.
- PIMENTA, Tânia. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Campinas, 2003. p. 307-330.
- PORTO, Ângela. Fontes documentais do arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro para a história do tratamento de escravos na segunda metade do século XIX. In: *Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 3, 2007. Florianópolis. Anais.... CD-ROM. 2007.
- PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-1027. 2006.
- REGIMENTO... *Regimento interno da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas*. Pelotas. Arquivo Histórico. Fundo Entidades; pasta 20 (Biblioteca Pública Pelotense). 1872.

SCHOENAERS, Thomas Aquino. *Três anos no Brasil (1901-1904)*. Pelotas: Educat. 2003.

UM NEGRO... Um negro branco. *Correio Mercantil*, Pelotas. p. 2, 8 nov. 1877.

WEIMER, Gunter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS. 1991.

WITTER, Nikelen. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

DE ESCRAVO A DOUTOR: EUZÉBIO DE QUEIROZ COUTINHO BARCELLOS¹

*Beatriz Ana Loner
Miguel Angelo Vieira da Cunha Filho
Ubirajara Soares Monteiro*

Faleceu ontem, o benquisto cidadão, nosso amigo Sr. Euzébio de Queiroz Coutinho Barcelos, médico licenciado, contando a avançada idade de 80 anos, viúvo e natural desse estado.

O corpo foi colocado em fina urna de madeira de lei, estilo francês, e ricamente guarnecido com emblema prateado e acolchoado com veludo roxo, e conduzido em carro de primeira classe, ao cemitério, onde ficou depositado na catacumba da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário n. 49.

As cerimônias fúnebres tiveram lugar, com crescido acompanhamento, a cargo da casa Constantino Ribeiro.

O extinto gozava de geral apreço, sendo sua morte muito sentida.

A exma. família enlutada apresentamos sentidos pêsames.²

Esta simples notícia, publicada num dos maiores jornais pelotenses ao final da República Velha, pouco informa da extraordinária vida do falecido, o Dr. Euzébio Barcellos. O fato de ter posses lhe propiciou um rico enterro, mas a extensão do cortejo ficou por conta de seus relacionamentos, das sociedades de que participou durante sua vida e do respeito que mereceu na região. O resumido necrológio passou

1 Texto originalmente publicado em [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/28007>]

2 *Diário Popular*, 07 jun. 1928.

por cima de questões vitais para a reputação do doutor Euzébio, pois, por exemplo, não falou que ele fora membro do partido republicano na cidade, nem que era muito ligado à Igreja Católica. Claro que essas informações poderiam, em parte, ser deduzidas a partir da matéria jornalística. Afinal, o *Diário Popular* pertencia ao Partido Republicano Rio-Grandense, que governava o estado gaúcho há décadas. Quanto à Igreja Católica, a proximidade poderia ser facilmente deduzida da referência à irmandade, que consta no texto. E, sendo Irmandade do Rosário, nos leva a suposições sobre as tonalidades mais escuras da pele do doutor Euzébio, que o necrológio também houve por bem silenciar.

Mas a não informação sobre sua cor deve ser debitada na conta das práticas jornalísticas seguidas durante a Primeira República, com o sentido de não mencionar a cor de qualquer cidadão fora das páginas policiais, o que, aliás, só era feito se a pessoa não fosse branca. Numa sociedade racialmente misturada, partia-se do pressuposto de que a cor padrão fosse a branca e que outro tom de pele só merecesse destaque quando a conduta do indivíduo fosse desviante.

Ora, muito longe disso estava a conduta do Dr. Euzébio, católico praticante e muito chegado à hierarquia local da Igreja Católica, na qual atuou com denodo, tanto em irmandades quanto na consolidação de associações operárias católicas que desenvolvessem ideias de moderação e conformidade entre os trabalhadores, antes do que aquelas veiculadas pela Liga Operária e outras associações que possuíam caráter ateu e socializante.³

Por outro lado, o necrológio informa que era médico licenciado, ou, dizendo de outro modo, que teria licença para atuar como médico no estado, embora não fosse formado, uma peculiaridade das leis gaúchas, feitas sob forte influência da doutrina positivista. Desse modo, havia a possibilidade de que pessoas sem diploma, mas reconhecidas como curadores por aqueles que os procuravam, pudessem requerer licença para montar consultório e atender seus pacientes – exatamente desse modo que o Dr. Euzébio atuara. E era reconhecido, pois foi dessa forma que conseguiu a maior parte dos imóveis e a fortuna que possuía antes de morrer.

Mas, o que torna a sua vida tão interessante e extraordinária para os historiadores não está nesse necrológio ou em outros que porventura tenham sido dedicados a ele. O que o tornava tão excepcional pouco havia sido mencionado publicamente durante os últimos quarenta

3 Sobre as associações operárias e suas orientações ideológicas em Pelotas, ver: LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.

e oito anos de sua vida: ele nascera escravo, e nessa condição viveu toda a sua juventude. Essa era uma dimensão oculta de sua existência, a qual nunca se reportou depois de ter recuperado a liberdade.

Mas fora uma experiência marcante, pois debaixo da infame condição de escravo, ele nasceu e viveu, alforriando-se apenas com mais de trinta anos. Sem dúvida isso lhe trouxe marcas, tanto na educação quanto no modo de ver a vida e nos traços de seu caráter. A condição⁴ de escravo de charqueada pela qual passou não lhe tirou a ousadia – que o fez desfeitear publicamente alguns redatores e jornalistas brancos em 1916 –, nem a agência e a criatividade que demonstrou durante sua vida. E são essas exatamente as qualidades que interessam investigar neste artigo. Esse filho de africanos teve uma trajetória ímpar, que se conseguiu, em parte, desvendar, com a análise de múltiplas fontes, cartoriais e jornalísticas, embora alguns pontos ainda permaneçam sem esclarecimento.

A ORIGEM NA CHARQUEADA

Quando morreu, Euzébio estava recolhido em casa, devido à avançada idade que lhe impedia de continuar a frequentar as associações de que gostava. Apesar disso, ainda estava à frente da Irmandade do Rosário, no cargo de diretor (no qual aparecia um significativo “Dr.” precedendo seu nome)⁵. Essa foi a entidade na qual mais constantemente ele se fez presente, desde seus tempos de cativo, e, de certo modo, ela representava as duas dimensões em que se apoiou em sua vida: a Igreja Católica, da qual era ativo participante, e a comunidade negra pelotense, na qual se criou e da qual foi respeitado membro.

Euzébio nasceu em 05 de agosto de 1848; era filho da “preta Ângela, ambos escravos de Cipriano Rodriguez Barcellos”, como consta de sua certidão de batismo, datada de mais de um ano depois.⁶ Sua mãe aparece como nagô em alguns documentos, como em sua carta de alforria e nos batismos de alguns de seus filhos e, em outros, aparece como “de nação”. Segundo Scherer, a maioria dos escravizados procedentes da África desembarcados ou presentes na vizinha cidade de Rio Grande, porto pelo qual entravam todos os cativos

4 Meillassoux, em *Antropologia da escravidão*, distingue entre estado e condição do escravo. Estado seria o fato de ser escravo, condição seria o uso que teria sua força de trabalho e, conseqüentemente, ele próprio, na sociedade que o escravizava. Ou seja, em alguns casos, embora o estado fosse o de escravo, a condição poderia ensejar uma melhor posição se contrastada com outros que compartilhavam do mesmo estado. Consideramos essa distinção importante em relação à “sorte” de Euzébio e seus irmãos. MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

5 *Jornal A Opinião Pública*, Pelotas, 10 fev. 1928.

6 BISPADO DE PELOTAS. Livro 2 de *Batizados de escravos de 1835 a 1852*, folha 187, frente e verso, dia 13 de setembro de 1849.

para o estado, eram minas, seguidos pelos nagôs.⁷ Reis afirma que as comunidades minas gaúchas eram numerosas e organizadas e que, para aquela província, o termo *mina* consistia num “guarda-chuva étnico”, abrigo “nagôs, jejes, haussás e outros grupos importados dos portos do golfo de Benim”⁸, ou seja, para o estado gaúcho, os termos *mina* e *nagô* às vezes podiam ser intercambiáveis. Ao final, sua origem africana será retomada, mas é melhor tratarmos de sua mãe agora.

Nascida por volta de 1828, segundo a idade que aparece no Documento de Venda de 1862 (trinta e quatro anos) juntamente com todo o lote da charqueada em que vivia, provavelmente Ângela fez parte dos africanos ilegalmente, porque importados depois da lei de 1831.⁹ Seu nome consta em algumas cartas de batismo dos anos de 1848 e 1849 como madrinha de outros africanos adultos do plantel de Cipriano que estavam sendo batizados, mas não se conseguiu descobrir seu assento de batismo nos livros da catedral São Francisco de Paula, em Pelotas. Talvez tenha sido batizada em outro local, tendo em vista que muitos charqueadores debandaram da cidade durante os anos da Revolução Farroupilha.

Quanto ao pai biológico, pouco se sabe. Quando se qualificou como eleitor, muitas décadas mais tarde, Euzébio informou ser filho de Cosme Rodrigues Barcellos, mas seguramente não era filho de algum branco. Na extensa genealogia de toda a família Rodrigues Barcellos, não consta nenhum Cosme, e Euzébio não era considerado mestiço, mas preto. Havia um cativo carpinteiro com esse nome no plantel de Cipriano, mas que teria cerca de quatorze anos, senão menos, quando do nascimento de Euzébio. Esse Cosme, também africano, libertou-se em 1868, por uma bela quantia¹⁰ e, provavelmente, é o mesmo que libertou Euzébio, anos mais tarde. Quanto aos seus padrinhos, consta que eram Manoel Redozino Vaz e Maria José da Porciúncula Vaz, casados e médios proprietários de terras em Jaguarão.¹¹ Apesar disso, seja pela distância ou por falta de interesse, não parecem ter feito muito pelo seu afilhado.

7 SCHERER, Jovani. A nação da liberdade: os minas e outros grupos de procedência em Rio Grande (1810-1865). Comunicação apresentada no 3.º encontro “Escravidão e Liberdade”. CD ROM. *Anais do 3.º encontro “Escravidão e Liberdade”*. Florianópolis, UFSC, 2007.

8 REIS, João José. *Domingos Sodré um sacerdote africano*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 260.

9 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). *Documentos da Escravidão: Livro de Compra e venda de Escravos*. Porto Alegre: Corag, 2010, v. 2, p. 83. Documentos de venda de escravos de Cipriano Rodrigues Barcellos e Domingos Pinto França Mascarenhas a Cândido Barcellos e irmão, em 1/12/1862.

10 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). *Documentos da Escravidão: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade dos Municípios do Interior*. v. 1. Porto Alegre: Corag, 2006, p. 487. (Doravante relacionado como APERS, cartas de liberdade).

11 APERS. *Inventário* n. 617. Inventariado: Manoel Redozino Vaz, inventariante: Maria José da Porciúncula Vaz, ano de 1874, fundo Jaguarão.

Seu proprietário, Cipriano Rodrigues Barcellos, era dono de dois saladeiros em Pelotas, local em que sua mãe, e possivelmente seu pai, trabalhavam. O regime disciplinar das charqueadas, aliado à péssima higiene e à concentração do trabalho em poucos meses, não deixava entrever muitas chances ao pequeno Euzébio. O trabalho extenuante em época de safra, iniciado à meia-noite e prolongado até parte da tarde seguinte era árduo, não poupava esforços e era feito de forma rústica, prejudicando o corpo e a saúde dos trabalhadores envolvidos em alguma de suas tarefas. Além disso, normalmente se prolongava de novembro a maio e era realizado à beira do rio, com calor e insetos no verão e frio cortante no outono, especialmente durante as madrugadas, momento em que se abatiam as reses. Na entressafra, esses trabalhadores eram empregados em olarias, em sítios e na construção civil, erguendo os palacetes de seus senhores no centro urbano da cidade.¹²

Estabeleceu-se a existência de trinta a quarenta charqueadas¹³ entre 1780 e 1890, cada com vinte e nove a cem trabalhadores escravizados, sendo dispostas uma ao lado da outra, ao longo do Arroio Pelotas e da Costa do São Gonçalo. Dessa forma, o chamado sítio charqueador pelotense parecia propício a levantamentos de escravos, dos quais os senhores tinham muito medo, empregando rígida disciplina sobre os cativos, para evitar revoltas ou fugas.¹⁴ Se as primeiras não passaram de ameaças, as segundas foram constantes e contínuas, o que invalida qualquer suposição de um bom tratamento por parte dos senhores. Apenas se pode dizer que a alimentação desses trabalhadores seria mais rica do que dos cativos do restante do Brasil, devido ao farto uso da carne, especialmente miúdos e costelas de gado.

12 Sobre as condições de trabalho nas charqueadas, ver: GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2001, p. 185-191; COUTY, Louis. *A erva mate e o charque*. 2.ed. Pelotas: Seiva, 2000. Sobre as doenças que acometiam os seus trabalhadores, ver: LONER, B; GILL, L.; SCHEER, M. *Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, RS, 1870-1880. História, ciência e saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, dez. 2012, v. 19, supl.1, p. 133-152.

13 Há uma certa divergência sobre seu número, constatada no *Dicionário de História de Pelotas*, organizado por Beatriz Loner, Lorena Gill e Mario Osorio Magalhães, primeira edição, Pelotas: Ed. UFPel, 2010. Verbetes: *Charqueadas* – autora Ester Gutierrez, p. 58-60 e *Charqueadores* – autor Mario Magalhães, p. 60 e 61.

14 O fato de a fronteira com o Uruguai estar a pouco mais de cem quilômetros a pé das charqueadas, podendo também ser alcançada por barcos, era um incentivo às fugas individuais para fora do país. Durante a Revolução Farroupilha, muitos cativos foram levados pelos seus senhores para o Uruguai ou para fora do espaço charqueador pelotense, como meio de proteger seus "bens". Com isso, disseminou-se o conhecimento entre a escravaria, mesmo a africana, sobre a realidade diferenciada do Uruguai e os caminhos a serem palmilhados para as fugas. O Uruguai conseguiu extinguir a escravidão a partir de 1846, o que trouxe vários conflitos com estancieiros rio-grandenses, que possuíam terra nos dois países, obrigando o pequeno Uruguai a fazer várias concessões ao grande e escravocrata vizinho, especialmente durante os primeiros anos. Mas essa situação serviu para quebrar a continuidade do território sob domínio do escravismo, levando cativos do Brasil a buscar rotas de fuga para o Sul, para a liberdade além fronteira. PALERMO, Eduardo. *Cautivos en las estancias en la frontera uruguaya. Trafico de escravos en la frontera oriental en la segunda mitad del siglo XIX. História em Revista*, Pelotas, v. 16, dez. 2010, p. 7-24.

A charqueada que serviu de berço a Euzébio estava localizada na chamada Costa, na margem direita do arroio Pelotas, região hoje conhecida como Areal. Seu proprietário, Cipriano Rodrigues Barcellos, era membro de uma poderosa família, da qual vários irmãos se tornaram charqueadores na cidade. Por meio dos casamentos, os Rodrigues Barcellos mantinham laços entre si e com outros empresários do ramo, o que levava a um constante rearranjo dos estabelecimentos saladeris e, logicamente, dos trabalhadores que elas continham.¹⁵ Em 1862, Cipriano decidiu retirar-se da gerência ativa de seu estabelecimento, em prol da firma Cândido Barcellos e irmãos, da qual também fazia parte¹⁶. Na oportunidade, passou o lote de escravos de uma de suas charqueadas para a firma, em uma venda nominal a preço simbólico (cinquenta e seis escravos foram vendidos por apenas R 1:400\$) a seus sobrinhos, administradores da empresa.¹⁷

Essa venda possibilitou a visualização do conjunto completo de trabalhadores desse saladeiro: quarenta e seis cativos, entre os quais trinta e três homens, seis meninos e sete mulheres adultas. A não existência de meninas explica-se, em parte, pelo fato de que algumas foram alforriadas ainda crianças, como aconteceu com duas irmãs de Euzébio.¹⁸ Entende-se, pois, que essa transação consistiu apenas em uma troca de administração e de propriedade dentro da família Barcellos, portanto sem alterar a rotina diária, embora a entrada de mais dez trabalhadores e a eventual troca de capatazes e feitores trouxesse tensão e incerteza ao plantel.

Contando, também, com mais dez trabalhadores masculinos pertencentes a Mascarenhas, cunhado de Cipriano, a nova firma funcionou por alguns anos, mas terminou indo à falência e deixando dívidas aos sócios. Em 1868, quando da liquidação da empresa, vinte e um desses mesmos trabalhadores foram vendidos para o comendador Domingos Faustino Corrêa, de Rio Grande, integrando um lote de trinta

15 GUTIERREZ, Ester. *Barro e sangue, mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2004.

16 Idem. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

17 APERS. *Documentos da Escravidão, Livro de Compra e venda de Escravos*. Porto Alegre: Corag, 2010, v.2, p. 79 e seguintes. Documentos de venda de escravos de Cipriano Rodrigues Barcellos e Domingos Pinto França Mascarenhas a Cândido Barcellos e irmão, em 1/12/1862. Cipriano e Domingos eram cunhados e Cândido Barcellos era sobrinho e afilhado do primeiro. A análise dos documentos demonstrou serem comuns “vendas” com valor baixo dentro das parentelas dos proprietários, provavelmente para não pagar taxas elevadas de transmissão de propriedade.

18 Heduviges, sua irmã, foi batizada em 21/12/1851 (Bispado de Pelotas, *Livro 2 de batismo de escravos*, folha 274) e alforriada em 17/04/1854 (APERS. *Cartas de Liberdade*. v. 1, p. 419). Sua outra irmã, Julia, foi liberta ao nascer. Ainda outras pequenas escravas de Cipriano também foram libertadas nestes anos, como Maria Dandá, parda, filha de Justina, cuja carta de liberdade foi passada em 31/07/1847 (idem, p. 414).

escravos, pelo preço total de R 33:000\$000.¹⁹

A família nuclear de Euzébio sofreu várias alterações com essas mudanças. Na primeira transação, de 1862, Euzébio tinha quatorze anos e já trabalhava como servente de charqueada. Ângela, sua mãe, havia conseguido sua alforria um pouco antes, embora condicionada à morte do senhor e com um ônus de R \$500,00 a ser pago em prestações.²⁰ Mesmo assim, ela foi arrolada como escrava em 1862, pois seu nome consta do lote da primeira venda. Esse equívoco foi desfeito no inventário de Cipriano Barcellos, em 1869, e ela foi considerada livre para todos os fins. Além dos três meninos, Ângela teve pelo menos mais duas filhas: Heduviges, liberta em 1854 com dois anos e meio e Júlia, alforriada ao nascer, em 1862, pelo seu padrinho, justamente um dos novos donos do estabelecimento.²¹ Esse apadrinhamento, e a liberdade conseguida no batizado, por Júlia, levam a pensar em um possível relacionamento entre Ângela e o novo senhor, Cândido Barcellos, que poderia ser o pai do bebê.

Ângela continuou a morar na casa do senhor, até a morte de Cipriano, em 1868. Cipriano teve o inventário de seus bens feito no ano seguinte, mas nele ainda constam referências à Ângela, como a legalização de sua situação de liberta e a compra de “onze covados de chita e um xale” para ela, que são deduzidos como despesas pelo inventariante.²² Portanto, sabe-se que ela seguiu morando na casa da charqueada até 1869, quando se perde sua pista.

A morte do senhor auxiliou alguns a conseguirem sua liberdade, como Cosme, com trinta e dois anos, carpinteiro, e Lino, quarenta anos, pedreiro. Ambos eram africanos, estavam presentes na venda de 1862 e agora, seis anos depois, conseguiam a alforria pela quantia de R 1:200\$000 o primeiro e R 1:350\$000 o segundo. A certidão de batismo de Lino foi feita em 1848, com ele já adulto, provavelmente ao chegar, o que significa que conseguiu dinheiro suficiente para a sua alforria em vinte anos.

Não obstante a venda, Cosme e Lino continuavam ainda sob o domínio legal de Cipriano, pois as alforrias²³ registradas um mês depois da morte deste último reportavam-se a ele. Cândido Barcellos e Cândi-

19 APERS. *Livro de compra e venda de escravos*. v. 2, p. 130 e seguintes.

20 APERS. *Cartas de Liberdade*. v. 1, p. 426. A carta foi redigida “devido ao bem que me tem servido e por ser mãe de três filhos: Euzébio, Teófilo e Domício”.

21 APERS. *Cartas de Liberdade*. v.1, p. 427. Ela nasceu em 01/07/1862 e foi batizada um mês depois, em 27/08/1862, o que denota uma grande rapidez em legalizar a situação da criança. Compare-se com Euzébio, que foi batizado somente um ano depois de seu nascimento.

22 APERS. *Inventário* do comendador Cipriano Rodrigues Barcellos e sua mulher Rita Bernarda de Barcellos, n. 681, ano 1969, maço 42, 1.º cartório de órfãos e provedoria, fundo Pelotas.

23 BISPADO DE PELOTAS, Livro 2 de *Batismos de escravos*, p. 121, data 5/3/1848

do Alves Pereira, os novos donos, passaram as cartas de liberdade, referindo-se a esses escravos como tendo sido “recebidos de herança” do tio, Cipriano Barcellos. Assim, o documento da venda de 1862 foi contestado pelas próprias cartas de alforria, que reconheceram o direito de propriedade de Cipriano sobre eles. Essa situação corrobora a ideia de que a transação de 1862 foi apenas uma forma de legalizar o aporte de capital empastado nos trabalhadores escravizados na empresa, visto que Cipriano era o seu maior sócio.

O ano de 1868 foi aquele da venda do lote original para outro charqueador, significando o fim da atividade empresarial desse ramo da família Barcellos, o que abriu um momento de mobilização dos escravos com pecúlio, buscando libertarem-se, antes da passagem a um novo senhor. Foi nesse momento que Cosme, Lino e José conseguiram suas alforrias. Ângela, por sua vez, livrou-se da condicionalidade de sua liberdade, com a morte de Cipriano e deve ter ido viver com suas filhas já libertas na cidade. Restaram os irmãos, que tiveram diferentes destinos. Tudo indica que foram utilizados para pagamento de dívidas da firma com credores ou sócios, o que ocasionou a divisão familiar e sua dispersão entre outros senhores.

Os inventários da família Barcellos daqueles anos indicam que houve a falência do empreendimento saladeril e que restaram dívidas por anos a fio. Embora a maioria dos cativos que trabalhavam no estabelecimento tenham sido vendidos para pagar as dívidas, outros foram entregues a pessoas da família, dentro do acerto final de contas da empresa. Euzébio e seus irmãos devem ter passado por essa situação, pois não foram vendidos juntos com o lote, mas também não foram alforriados.

Domício teria provavelmente doze anos em 1868, quando da liquidação da firma, e não há nenhum documento da venda ou passagem dele a outro senhor. Apesar disso, oito anos depois, foi encomendado na catedral da cidade, o corpo de um escravo com esse nome, caracterizado como “preto, 18 anos de idade, desta província”, trabalhador de charqueada, cujos donos, herdeiros de Antonio José Gonçalves Chaves, eram também aparentados com a família Barcellos.²⁴ A causa do falecimento de Domício, “tuberculoses pulmonares”, é perfeitamente compatível com umas das principais doenças que afligiam os trabalhadores de saladeiros, visto as precárias condições de trabalho e as atividades serem realizadas em ambiente insalubre. Pelos dados do APERS, o único trabalhador escravizado que possuiu o nome

²⁴ BISPADO DE PELOTAS, Livro 4 de *registro de óbitos da Catedral de Pelotas*, anos de 1865-1887, fls. 217 verso, dia 8 de novembro de 1876.

de Domício, em todo o interior gaúcho²⁵, foi o filho de Ângela. Se a raridade do nome não adiantou nada a Domício, pelo menos auxiliou a identificá-lo.

Já Teófilo parece ter sido mais afortunado. Era um bebê em 1862 e estava com sete anos em 1868, sendo muito pequeno para tarefas pesadas e, provavelmente, foi encaminhado para aprendizagem de alguma profissão na cidade.²⁶ De fato, em 1881, encontrou-se um Teófilo Antônio Gonçalves, participando de um grupo de apostas na loteria. Suas apostas foram pequenas, constavam apenas de cinco bilhetes e um quarto de um outro, comprados por vinte e seis participantes. Mas a situação era compatível com o fato de que todos os apostadores eram negros e, detalhe importante, tinham patronímicos que lembravam ativos charqueadores da região.²⁷ Mais tarde, já com o nome acrescido de um “Barcellos”, encontrou-se Teófilo Gonçalves Barcellos na diretoria de duas associações negras. A primeira foi a associação mutualista Sociedade Progresso da Raça Africana, uma das duas únicas entidades negras da cidade que se reportavam à África em seu nome, sendo Teófilo o presidente da diretoria provisória e Euzébio seu tesoureiro, durante os anos de 1892 e 1893.²⁸ Na Sociedade Beneficente Feliz Esperança, Teófilo foi segundo tesoureiro em 1905.²⁹

Quanto a Euzébio, em 1868 já teria 20 anos e, provavelmente, uma profissão. Se tivesse continuado como servente na charqueada, poderia ter aprendido os ofícios de carneador, desossador, graxeiro, carpinteiro, ou ainda, marinheiro. Quando foi alforriado em 1882, ele exercia a profissão de carpinteiro, a qual devia ser muito rentável, visto que os carpinteiros escravizados estavam entre o grupo cujas alforrias custavam mais caro entre os cativos. Mas o mais importante é que essa profissão não exigia a presença constante na charqueada, permitindo ao trabalhador ter residência urbana, ou até trabalhar por sua conta,

25 A saber, quatro livros de inventários, dois de alforrias, dois de compra e venda, um de testamentos e um de processos-crime. Infelizmente, o livro de batismos no qual constaria seu batizado foi roubado do Bispo de Pelotas há alguns anos.

26 Havia outros Teófilos, entre eles o mais próximo seria um carneador trabalhando em estabelecimento da parentela dos Barcellos, mas a idade é incompatível, pois este teria vinte e quatro anos em 1872, enquanto o irmão de Euzébio seria um moleque de apenas doze anos naquele mesmo ano. Este outro aparece no inventário de Luis Teixeira Barcellos e sua esposa, o qual também foi sócio da firma Barcellos e irmão. O inventário traz cópia da folha de matrícula geral dos escravos em 1872, na qual está Teófilo, descrito como preto, vinte e quatro anos, solteiro, de filiação desconhecida e carneador, que foi comprado do Rio de Janeiro. APERS. Inventário de Dorothea da Fontoura Barcellos e Luís Teixeira Barcellos, autos n. 777, maço 46, estante 25, 1.º Cartório de Órfãos e Provedoria, ano 1873, fundo Pelotas.

27 *Jornal do Comércio* de Pelotas, 15 set. 1881. Frequentemente, as apostas em loterias eram feitas em grupo, por associações informais, das quais o nome e os números do sorteio eram publicados pelos jornais, como garantia da compra. Nesta notícia, a própria ordem de aparecimento dos nomes aparenta respeitar uma gradação, pois os negros livres estão acima e os libertos, abaixo.

28 Fontes: *Jornal Diário Popular*. 6 e 12 maio 1893.

29 *Jornal A Defesa*, Bagé, n.17, ano II, 21 nov. 1905.

apenas entregando uma quantia acordada entre ele e seu senhor, semanal ou quinzenalmente, como renda devida a este.

A dedução que Euzébio não estava sujeito à rigorosa disciplina de trabalho das charqueadas quando adulto foi feita a partir de notícias de jornais que mostravam sua presença na cidade, mesmo na época de safra da carne, de novembro a maio. Durante os anos de 1880 e 1881, ele participou de agrupamentos de apostadores em loterias, alguns casuais, outros não, como este abaixo, no qual era o tesoureiro:

Associação Lotérica Feliz Lembrança:

A grande loteria de São Paulo

A primeira turma, pertencem os bilhetes 19.7790 a 19.7799. A segunda turma, os números 176196, 176197, 176198, 176199, 197758, 197759, 176200, 197758, 197759, 176200, 197760, 197761 e 197763.

Os bilhetes acham-se depositados em poder do tesoureiro da associação,

Sr. Euzébio Barcellos.

Pelotas, 3/12/1880. C. e Silva, Secretário.³⁰

Esta notícia refere-se ao grande prêmio da Loteria do Ipiranga, que provocou muito furor no país, com seu prêmio de mil contos de réis. Para participar do sorteio, todos queriam apostar o maior número possível de bilhetes e, como consequência, além de surgirem várias sociedades de apostas, algumas também se associaram entre si, como esta acima, que negociou um acordo com outras duas sociedades, cada uma com valor diversificado para as apostas. Essas informações fazem pensar que, se Euzébio era encarregado da tesouraria da Feliz Lembrança naquele momento, isso significa que deveria ser rapidamente acessado pelos demais participantes, o que implica em estar estabelecido ou empregado em local fixo na cidade, de preferência no seu centro. Portanto, é indício seguro que não trabalharia na charqueada, pois os meses de dezembro e fevereiro, datas em que foi citado pelos jornais, constituem o auge da safra, quando a jornada laboral pode chegar até quinze horas por dia. Por outro lado, dificilmente uma pessoa submetida a esse ritmo de trabalho poderia ainda ser arrecadador de apostas pelas ruas da cidade.

Além disso, Euzébio estava presente em outras associações e instituições urbanas. Naquele mesmo ano de 1880, seu nome aparece na diretoria da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora.³¹ Ainda escravo, ele participava como simples mesário, mas depois de liberto, teve importantes papéis na diretoria da irmandade e também na devoção de São Benedito.

30 Jornais: *A Discussão*, 26 fev. 1881 e *Correio Mercantil*, 07 dez. 1880.

31 *Jornal do Comércio*. Pelotas, 06 out. 1880.

DE ESCRAVO A LIBERTO

Sobre os anos de juventude de Euzébio, incluindo sua troca de senhor, não se conseguiu outros dados. Em sua carta de alforria, consta que ele seria propriedade de Cosme Rodrigues Barcellos, que exercia a profissão de carpinteiro e que teria trinta e um anos na data de 26 de janeiro de 1883, quando foi libertado. Sua alforria foi concedida gratuitamente, “em atenção à estima e amizade que lhe tributo e por isso sem receber por esta liberdade a mínima retribuição pecuniária”.³² É muito estranha a forma como está redigida essa carta, pois demonstra que havia relações muito diferentes entre os dois. Afinal, qual senhor diria ter um **tributo de respeito** em relação ao **escravo**? Essa situação desafiava a fórmula comum das manumissões e também as convenções sociais, pelas quais o escravo era liberto pela vontade de seu possuidor e devia sua liberdade, mesmo que paga, a ele, o que ampliava o aspecto de dádiva da libertação, e o entendimento desta como uma graça, uma mercê do senhor, pela qual o libertando deveria ser eternamente grato.³³ Euzébio teria sido matriculado como escravo por Cosme, em 02/05/1882, sob o n.º 2.283 da matrícula geral e n.º 1 da relação de seu proprietário, o que significa que deveria ser o único escravo, ou mais antigo deles, segundo o que se observou das relações de matrícula.

Euzébio refere-se a seu pai como africano, o que Cosme efetivamente era, o colocando dessa forma em sua qualificação eleitoral, em 1890; contudo, esse termo pode ter outro significado, o de mestre, ascendente espiritual etc. Cosme era carpinteiro e essa também foi a profissão de Euzébio, que deve tê-la aprendido com ele na charqueada. A questão da paternidade biológica é difícil de averiguar, não só porque havia outros Cosmes cativos, em plantéis de outras charqueadas, como também devido ao já mencionado fato de que, Cosme, quando do nascimento de Euzébio, recém entrara na puberdade, a julgar pela sua idade na nota de venda na alforria. Ângela, por seu lado, tinha vinte anos na ocasião e, provavelmente, muitos eram seus admiradores, mais fortes e com maior prestígio que o ainda adolescente Cosme.

Mesmo filho de um Cosme africano, resta a possibilidade de que Euzébio fosse liberto por outro Cosme, filho ou sobrinho do ex-proprietário Cândido Barcellos, mas é uma hipótese remota, pois não há registros de descendentes com esse nome entre as parentelas de Cândido ou de Cipriano, ou ainda na família extensa dos Rodrigues Barcellos.³⁴ A utilização

32 APERS. *Cartas de Liberdade*, v. 1, p. 555.

33 Ver: GRIMBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

34 A investigação foi feita por meio dos vários sites de genealogia dessa família e também por: GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas & olarias*. Op. cit.

do sobrenome dessa família provavelmente adviria do fato de Cosme já ter sido escravo dos Rodrigues Barcellos e ter adotado esse patronímico.

Cosme, liberto desde 1868, deveria ter se dedicado à sua profissão, talvez alugando os serviços de Euzébio para auxiliá-lo nos trabalhos de carpintaria e depois investindo em comprá-lo. Estes dois homens, com apenas quatorze anos de diferença de idade, passaram anos trabalhando em conjunto e devem ter desenvolvido uma forte amizade, levando o mais novo a considerar o mais velho como pai, o que o fez oficialmente quando precisou declarar um nome paterno, para ter maior respeitabilidade, em um documento oficial que o instituiu como eleitor, etapa importante de sua incorporação política na sociedade.

Nascido Euzébio, ele compôs seu nome utilizando parte do sobrenome do político Euzébio de Queiróz Coutinho Matoso da Câmara, ministro do império entre 1848 e 1852 e, nesse cargo, autor da lei – que leva seu nome – que impediu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil. Tudo indica que nascido dois anos antes da Lei de Euzébio de Queiróz, aproveitou a coincidência de ter o mesmo prenome para incorporar ao seu, aquele do responsável pela lei que impediria, no futuro, que outros africanos fossem caçados na África e enviados para o Brasil como escravos. Ele não poderia saber que a escravização de seus pais foi facilitada pelo não cumprimento da lei anterior de 1831, da qual o político acima também foi em parte responsável e, dessa forma, carregou durante toda a vida o nome daquele a quem considerava, equivocadamente, um benfeitor de sua raça.³⁵

O outro sobrenome, Barcellos, veio de seu proprietário, quiçá do próprio Cosme, talvez o primeiro, Cipriano Rodrigues Barcellos. Nos primeiros momentos de sua aparição em jornais, ele é apresentado como Euzébio Barcellos, ou como Euzébio de Queiróz Coutinho, mas por fim, afirma-se com todo o seu nome, pelo qual deveria ser conhecido por todos na cidade.

Pelotas, a cidade na qual Euzébio estava começando sua vida livre, era uma das mais importantes do estado gaúcho, muito rica e frequentada devido aos negócios do charque, pois possuía um porto fluvial bem frequentado por navios, além de distar apenas 60 km do porto de Rio Grande, o que permitia muita interação com outras regiões. Seu comércio era muito forte e, nas duas décadas finais do século XIX, estava em processo de industrialização acelerado. Sua população estava dividida entre uma elite culta e educada, que cultivava as artes,

35 Sobre a atuação do político Euzébio de Queiróz Matoso, ver: CHALHOUB, S. *A força da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

a música e o teatro, e era composta de uma grande massa de trabalhadores, muitos dos quais estrangeiros, vindos à cidade como artesãos, ou estabelecendo-se nas colônias do município como agricultores. Sua população escrava, que já tinha se constituído em quase metade dos seus habitantes em meados do século, estava restrita a oito mil cento e quarenta e uma pessoas em setembro de 1873, e cinco mil novecentos e dezoito em julho de 1884.³⁶ Logo a seguir, com a campanha da Emancipação (transformação dos cativos escravos em cativos contratados), esse número baixou significativamente, mas ainda em inícios de 1888 deveria haver por volta de dois mil escravos na cidade.³⁷

Sabe-se que Euzébio, mesmo escravizado, já era reconhecido por parcela significativa da comunidade negra pelotense como pessoa de confiança (mesário de irmandade, tesoureiro de sociedade litérica) e como liderança, tanto que fez parte da primeira comissão do Centro Ethiópico em outubro de 1884.³⁸ Esse Centro foi criado pelos afrodescendentes para representá-los na campanha da emancipação de 1884 – no esforço de transformar todos os escravos em contratados com liberdade sujeita à prestação de serviços –, encaminhada pelos senhores como forma de terminar com a escravidão de forma moderada e gradual.³⁹

Neste cargo, como em outros posteriores, vai aparecer uma característica fundamental de Euzébio: sua ligação com a Igreja Católica, provavelmente um dos meios pelos quais ele mais se utilizou para ser reconhecido pela comunidade negra e obter o respeito dos brancos. Essa aliança esteve presente em toda sua vida, iniciada ainda enquanto escravo, com a participação em duas irmandades negras: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, já citada e a Irmandade de São Benedito, que tinha menos recurso que a anterior. Quando livre, participou como juiz protetor e presidente em diretorias dessas irmandades, auxiliando ainda na fundação do Asilo São Benedito para crianças de cor e tomando parte em sua direção.⁴⁰ Além de sua participação, sua

36 Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, província de São Pedro do R. S. de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de junho 1884. *Correio Mercantil*. Pelotas, 23 de ago. 1884.

37 Dados sobre economia e sociedade do município de Pelotas e sua população no início da República estão disponíveis em: LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Op. cit. cap. 1.

38 *A Discussão*. 17 jan. 1884.

39 Sobre os contratos, ver: MOREIRA, Paulo Roberto S. *Faces da liberdade. Máscaras do cativo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. Sobre a organização negra na cidade, ver: LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: ALVES, Francisco (org.) *Imprensa, história, literatura e informação*. Rio Grande: EDFURG, 2007, p.57-64.

40 Lembrando novamente que só se conseguiu saber algumas diretorias dessas irmandades, Euzébio teve participação na Irmandade do Rosário como mesário (*J. Comércio*, 06 out. 1880) e como presidente (*A Opinião Pública*, 10 fev. 1928), na devoção de São Benedito em 1909, como juiz protetor (*Livro de atas da Devoção de São Benedito*). No Asilo, ele participou como diretor em 1909 e 1911 (*A Opinião Pública*, 31 mar. 1909 e *Diário Popular*, 14 abr. 1911).

esposa também pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo eleita juíza das festividades em 1888.⁴¹

Como liberto, pôde associar-se e participar da diretoria da Sociedade Mutualista Fraternidade Artística, sociedade de artesãos afrodescendentes que não aceitava escravizados. Essa sociedade estava muito ligada a Manoel Conceição da Silva Santos, grande liderança negra católica e abolicionista, também sócio da Irmandade do Rosário, e com quem Euzébio vai compartilhar ainda outras diretorias de sociedades recreativas no futuro. A prova de sua respeitabilidade entre os pares é que, no ano de 1890, quando há uma crise na entidade, ele e um dos filhos de Manoel da Conceição são indicados para a junta governativa daquela associação.⁴² Outra prova de seu prestígio, ainda como escravo, é o fato de que apadrinhou quatro ingênuos, entre os anos de 1881 e 1884, quando cessaram os registros de batismo de escravos na matriz de São Francisco de Paula.⁴³

Já vimos que também esteve presente na Sociedade Progreso da Raça Africana, como tesoureiro, entre 1891 e 1893.⁴⁴ Essa sociedade demonstra que havia, entre alguns afrodescendentes, a preocupação de não esquecerem suas origens africanas, o que é um fato singular para aqueles anos, pois consultando a lista de sociedades da comunidade negra pelotense no período republicano, torna-se evidente que a identidade dos afrodescendentes trilhava outra direção, buscando a integração na sociedade brasileira como trabalhador nacional, silenciando sobre sua situação anterior. Filhos do Trabalho, Recreio Operário, Fraternidade Artística, Satélites do Progreso, enfim, a própria denominação de seus clubes não lembrava sua cor, ou suas origens, sendo esta associação uma das duas únicas exceções a esse quadro, assinalando uma característica especial de seus membros, que talvez fossem todos minas, ou então trabalhadores de charqueada.

Deve ter sido no período da juventude, ainda como cativo, que aprendeu danças e bailados variados, ensino das quais, depois de livre, foi seu ganha-pão por muitos anos e lhe trouxe prestígio e reconhecimento entre a fina flor dos moços brancos da cidade. Esse aprendizado pode ter sido feito na própria cidade, ou ele pode ter

41 *Jornal Onze de junho*, 13 nov. 1888.

42 *Correio Mercantil*, 24 ago. 1890. Mas logo a seguir, chama-se eleição e ele fica apenas na comissão de contas.

43 BISPADO DE PELOTAS, *Livro 8 de Batismo de Escravos*, anos 1879 a 1884, folhas 25, 31, 36 e 37. As mães de cada uma das crianças eram escravas de diferentes senhores.

44 *Diário Popular*, 06 maio 1893.

acompanhado seus senhores até o Uruguai e lá tomado conhecimento de novas danças, que depois trouxe à cidade.⁴⁵

Outra preocupação de Euzébio foi com a educação. Assim, temos esse carpinteiro de trinta e oito anos matriculando-se, em 1886, nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, muito frequentado por ex-cativos como ele. Nesse momento, como em vários outros, não é informada sua filiação e tudo indica que deve ter estudado por poucos meses, pois não se rematricula e não há outros apontamentos a respeito.⁴⁶ Entretanto, deve ter aprendido a ler e a escrever, pois sabia assinar seu nome, demonstrando, mais tarde, ser leitor de obras religiosas. Ele vai preocupar-se em dar boa educação à sua filha Marina, o que não era comum em inícios do século XX para mulheres.

Ao se matricular na escola da biblioteca, ele constou como solteiro, mas deve ter casado mais ou menos por esta época, pois sua única filha nasceu em agosto de 1886 aproximadamente. Sua esposa, Margarida Dias Barcellos, já possuía três filhos e há fortes indícios de que tinha sido escrava, bem como sua primeira prole. Um de seus filhos, à época de seu inventário, tinha paradeiro desconhecido, e os outros dois eram analfabetos, em contraste com a educada letra de Marina, o que é prova evidente do investimento em sua educação.

TRABALHADOR LIVRE NO PERÍODO REPUBLICANO

Talvez a república não tenha trazido muitas modificações ao cotidiano de Euzébio, pelo menos não maiores do que as transformações em sua vida pessoal, devido ao casamento e ao nascimento de sua filha, o que aconteceu em data entre 1885 e 1886. Mas sua esposa faleceu cedo, em 16 de outubro de 1903, e ele teve que fazer um inventário. Assim, sabe-se que, em 1904, seus bens constavam apenas de um terreno rural, comprado em maio de 1898 e avaliado em 250 mil réis. Embora as dívidas contraídas com o enterro da falecida e uma pesada conta de farmácia superassem em muito esse valor, o bem não precisou ser vendido, pois Euzébio assumiu o pagamento das dívidas e o imóvel ainda constava entre seus bens quando de sua morte.⁴⁷ Ressalte-se que seu trabalho como dono da escola de dança e professor deveria

45 Conforme sua declaração, inserida no *Jornal O Rebate*, 26 set. 1916. Durante pesquisas anteriores, anúncios e notícias sobre sua sociedade de dança já haviam sido encontrados nos jornais, mas não anotados, porque nada indicava sua origem escrava e operária e o foco do interesse eram os proletários pelotenses.

46 Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, livro de matriculados nos cursos noturnos desta Instituição, p. 49. Agradeço à Mariana Couto Gonçalves pela cópia da informação, a qual foi negada o acesso a dois dos autores.

47 APERS. *Processo n. 1175*. Inventário de Margarida Dias Barcellos, Inventariante: Euzébio de Queiróz Coutinho Barcellos, fundo 48, Comarca de Pelotas, ano 1904.

render-lhe bons proventos, embora provavelmente não devesse ser o único, como ficará claro mais tarde. De todo o modo, seu patrimônio crescerá bastante até sua morte, em parte graças à rede de amigos e clientela política de que participou.

Euzébio cuidou de ter participação na vida política e era eleitor, qualificando-se nos alistamentos eleitorais de 1890 e 1900, nos quais constou como casado e artista, filho de Cosme Barcellos.⁴⁸ Em todos os demais documentos, não há menção ao nome dos genitores. Mas utilizar o nome paterno na qualificação eleitoral significava mais um passo no sentido da conquista do respeito da sociedade, pois, ordinariamente, quando os pais não eram casados, constava apenas o nome da mãe.

Ele não só se qualificou como eleitor, mas também era filiado ao PRR, Partido Republicano Rio Grandense, que governou o estado até 1930. Em 1916, quando polemiza pelos jornais com detratores, ele invoca essa condição como um símbolo de seu *status* social e uma advertência a seus inimigos: "Como cidadão brasileiro, filiei-me ao pujante Partido Republicano, desde a sua fundação".⁴⁹ Nisso, seguiu a trajetória de muitos artesãos da cidade, brancos ou afrodescendentes, que se filiaram a esses partido ainda em seus inícios, devido ao papel que a agremiação representou na campanha abolicionista no estado e as esperanças de cidadania, igualdade e melhoria das condições de vida associadas ao republicanismo em seus primeiros anos no Sul. Deve-se ainda assinalar que havia pouca opção partidária dentro do limitado sistema eleitoral da época e que pertencer ao partido do governo trazia benesses importantes, especialmente para quem tinha desvantagens nítidas, expressas na cor da pele e na origem social.⁵⁰

A partir do início do novo século, cessam-se as notícias sobre ele nos jornais, o que significava que diminuíram suas participações nas diferentes entidades. Deveria estar trabalhando bastante e dedicando-se a amearhar bens, entre eles propriedades, que lhe permitissem uma vida tranquila na velhice e deixassem sua filha amparada. Entretanto, continuou a prestigiar e participar ativamente das associações vinculadas à Igreja, entre elas as irmandades e o asilo, já comentados. Ao lado disso, teve participação em instituições de comunidade negra, recreativas ou políticas.

Dessa forma, mesmo idoso, aos setenta e seis anos de idade, participou em posição de destaque, na fundação e no desenvolvimento da Associação Centro Cívico Alcides Bahia, que tinha por objetivo "de-

48 Respectivamente, *A Pátria*, 07 jul. 1890 e *Diário Popular*, 03 maio 1900.

49 *Jornal O Rebate*, 26 set. 1916.

50 Sobre as relações dos trabalhadores negros e brancos com os partidos na cidade, ver: LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Op. cit., cap. 7.

fender os interesses da raça etíope”. Desse modo, inicia seus trabalhos enviando telegrama ao presidente Arthur Bernardes, protestando contra a tentativa de depuração do deputado Alcides Bahia, eleito pelo Amazonas, a pretexto de ser negro.⁵¹ Vitoriosos, tiveram a visita de agradecimento do deputado à cidade.

Pelo seu inventário, chega-se à conclusão de que Euzébio investiu todo o dinheiro conseguido na compra de residências na rua Marques de Caxias, especialmente na quadra em que morava. Nessa rua, lhe pertenciam os prédios 460, 468 e 470 e na rua 24 de fevereiro, os prédios 301 e 303. Compunha a herança, ainda, um prédio na mesma Marques de Caxias, mas fora de alinhamento e um terreno na estrada para Monte Bonito.⁵² Na polêmica enfrentada por Euzébio com os redatores do jornal *O Dia*, em 1916, sua casa foi descrita como “muito confortável, debaixo de vários pontos de vista” e com um padrão de mobiliário de classes médias altas, contando inclusive com gramofone, novidade naqueles tempos.⁵³ Ao morrer, deixou um total de sete imóveis. Defendia seus interesses comerciais como qualquer outro proprietário, como quando entra com ação de esbulho contra a moradora antiga de uma casa que recém comprara.⁵⁴

Como pai de família, preocupou-se com que sua filha frequentasse as sociedades negras da cidade, zelando para que sua família se integrasse à comunidade negra pelotense e para que sua filha encontrasse parceiros matrimoniais dentro do grupo. Ele e sua filha parecem ter sido muito próximos, pois mesmo depois de casada, era na casa do pai que ela comemorava seus aniversários, como em 1916, quando houve festa “com animado baile”⁵⁵.

Marina, em sua juventude, esteve presente na ala feminina de algumas diretorias de sociedades recreativas negras, em diretorias de mulheres, dedicadas a promover festas e quermesses, como em 1908 e 1909 na sociedade bailante e carnavalesca *Flores do Paraíso*, que reunia os negros com maior vinculação à Igreja Católica.⁵⁶ Em 1909, participou da Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, como oradora, e do Grupo das Serpentinhas, bloco ligado a *Flores do Paraíso*,

51 *Jornal O Libertador*, 25 abr. 1924.

52 APERS. *Inventário n. 137*, ano 1928. Inventariado: Euzébio Coutinho Barcellos, inventariante: Marina de Barcellos Araújo. Fundo 48, Pelotas. Nota-se que o inventário fala realmente de prédios, ou seja, edificações, mas não as detalha, como era o comum em outros inventários.

53 *Jornal O Dia*, Pelotas, 25 set. 1916.

54 APERS. *Processo de esbulho n. 521*, ano 1921, fundo Pelotas. Ré: Rosa Farias, suplicante: Euzébio Coutinho Barcellos.

55 *Jornal A Alvorada*, Pelotas, 13 ago. 1916.

56 *Jornal A Alvorada*, 05 dez. 1908, citado em 04 dez. 1954 (coluna Coisas do passado).

já então utilizando o sobrenome de seu primeiro marido⁵⁷, Rodolpho A. de Jesus. Mais tarde, casou-se com Manoel Francisco da Silva Araújo, foguista, e desquitou-se em 1929, pouco após a morte do pai, quando contava com quarenta e um anos de idade. Observe-se que o desquite não era comum naquele tempo, trazendo o repúdio social para as mulheres nessa condição. Talvez por esse motivo ela tenha vendido a casa que morava em 1932 e abandonado a cidade, estabelecendo-se em Porto Alegre.

Sem dúvida, Marina herdou do pai a coragem de enfrentar e vencer situações adversas. Mas ela estava preparada, ao menos financeiramente para isso, pois herdara uma casa avaliada em 12\$000.000, além de outros seis imóveis⁵⁸, o que deve ter sido suficiente para lhe garantir uma vida confortável e lhe permitir tomar atitudes ousadas, como o desquite.

DE CURANDEIRO A DOUTOR

O episódio que levou Euzébio a virar doutor, ou seja, médico licenciado e com placa na porta, é ilustrativo pela maneira como ele se colocava frente à vida, aceitando os seus desafios e procurando vencê-los dentro do que era considerado legal e aceitável pela sociedade. Tudo começou com uma figura bem relacionada em Pelotas, o Dr. Antônio Gomes da Silva, branco, juiz, advogado, com pretensões literárias, cuja vaidade era maior do que seus talentos e cujas obsessões o levaram ao descrédito.

Gomes da Silva arrendou o jornal *A Opinião Pública*, de 1913 a 1915, e lhe imprimiu seu estilo. Figura singular e narcisista, queria ser reconhecido pelos seus talentos teatrais e literários, sendo anticlericalista ao extremo, motivo pelo qual até hoje é posicionado por alguns cronistas e historiadores desavisados entre os militantes anarquistas da cidade. Realmente, envolveu-se com a Liga Operária da cidade, auxiliando a fundar um Centro de Estudos Sociais. Porém, em pouco tempo, suas ideias chocaram-se com aquelas dos libertários operários da Liga, os quais cortaram suas pretensões de organizador e articulador de eventos na entidade, ridicularizando suas propostas e denunciando a postura conservadora e subserviente aos poderosos que imprimia a seu jornal.⁵⁹

Gomes da Silva, então, voltou-se a outra de suas obsessões e envolveu-se em desastrosa campanha com sátiras à Igreja Católica e às

57 J Jornal *A Opinião Pública*, 13 mar. e 26 maio 1909.

58 APERS. *Inventário de Euzébio Quiróz Coutinho Barcellos*, Inventariante: Maria Barcellos, autos n. 137, ano 1928, fundo 48, Pelotas.

59 Ver a respeito: LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Op. cit.

autoridades eclesiais da região, em artigos em verso e prosa contra o bispo. Rimada, sua poesia satírica é até divertida de ser lida hoje em dia, não foi assim considerada na época, pois o Bispo lhe lançou a excomunhão. Também ordenou a devolução do jornal e o rompimento das assinaturas a todos os fiéis, sob o risco de excomunhão. A viúva proprietária do jornal, católica e aflitíssima com a perda de prestígio do órgão, exigiu imediatamente o fim do Arrendamento. Gomes da Silva perdeu apoios e teve o desgosto de comprovar a eficácia dos aparatos repressivos da Igreja Católica até sobre uma população, que não era muito crente, mas tinha medo de radicalismos, de ambos os lados.⁶⁰

O jornal *O Dia* iniciou suas atividades em janeiro de 1916, com Gomes da Silva e seus novos sócios comprando equipamentos do antigo *Correio Mercantil*, que deixara de ser publicado recentemente. A nova empresa jornalista era composta, em termos de editoria e redação, por João C. de Freitas, como diretor gerente, e J. F. Villarinho, como redator. Freitas era riograndino e, como jornalista, trabalhou em *O Estado*, *Correio Literário*, *A Luta*, e *Echo do Sul* (em sua cidade natal). Em Pelotas, posteriormente, vai trabalhar no jornal *O Libertador*, opositor ao PRR.⁶¹ Como dramaturgo, deixou várias obras, entre elas a peça anticlerical "Os Solteiros". Pelo pouco que se sabe, Villarinho, o único pelotense, era jornalista e tipógrafo na cidade. Dos outros dois, há notícias de que acumulavam escândalos e/ou posições críticas ao governo republicano e à Igreja, o que deixava o jornal em posição difícil para se consolidar na cidade.

A apresentação gráfica do jornal pretendia inovar e apresentava uma coluna para a colônia alemã da cidade. Naquele momento, havia vários outros jornais na cidade: o situacionista *Diário Popular*, *A Opinião Pública* (que continuou a ser publicado, com novos arrendatários) e *O Rebate*, consolidado jornal de denúncias e oposicionista ferrenho do governo. A cidade, sem dúvida, comportava mais um jornal, mas *O Dia* ainda precisava se firmar. Durante aquela década, várias outras iniciativas jornalísticas tinham fracassado, pois era necessário conseguir assinantes e estabelecer-se entre os anunciantes, tarefa tanto mais difícil para *O Dia*, quando ainda repercutiam os ecos da campanha fracassada contra a Igreja e todos sabiam que o jornal também pertencia a Gomes da Silva. De todo o modo, nada mais se veiculou diretamente contra a Igreja Católica.

60 LONER, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*, v. 2, n. 1, Pelotas: Educat, abr. 1998, p. 5-34.

61 Freitas (1880-1950) também era advogado, filólogo, literato e teatrólogo. Dados retirados de ALVES, Francisco das Neves. *O partidário por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: Furg, 2001, nota 31.

Como estratégia de inserção jornalística, *O Dia* passou a veicular reportagens de denúncia sobre variados problemas da cidade. Em setembro de 1916, este jornal iniciou a propaganda de um novo assunto⁶², com uma série de anúncios, espicaçando a curiosidade popular com a promessa de denúncias fantásticas e escandalosas, nunca completamente reveladas, de forma a manter o suspense para a reportagem do dia seguinte, quando, então, as escabrosas revelações aconteceriam. Ateu convicto, mas escaudado com a surpreendente conformidade dos pelotenses aos desígnios do bispo, dessa vez Gomes da Silva pensara ter encontrado inimigos mais frágeis, colocando sob sua mira os feiticeiros, curandeiros, as aborteiras e os demais praticantes de medicina popular da cidade, todos englobados sob o rótulo de “patifes lombrosianos” e outros epítetos discriminatórios. Provavelmente, tentava-se, por meio desse viés, criticar e ridicularizar a religiosidade popular, as crendices etc.

Assim, o jornal colocou um repórter na cola desses “charlatãs” (sic), o qual se passou por um cliente aflito e foi procurar os principais curandeiros da cidade. Dessa forma, tentava redimir-se do vexame anterior e conseguir nova credibilidade, como austero moralizador dos costumes e da vida pelotense. De quebra, poderia talvez respingar na própria Igreja Católica, como a culpada por não esclarecer seus fiéis sobre sua doutrina cristã, tornando-os presas fáceis de charlatões que envenenavam sua saúde e sua paz de espírito, enquanto os depejavam de dinheiro e bens. Esse era, grosso modo, o apelo cotidianamente utilizado nas manchetes do jornal, que tentava chamar a atenção das autoridades para as ações criminosas desses “intrujões” ou “espertalhões”, explicando em quais delitos criminais estariam incursas suas práticas e interpelando os delegados e homens da lei para que “cumprissem seu dever”. Não se pode deixar de observar, aqui, uma tentativa também de cutucar a administração do PRR municipal, que não tomava providências contra essa exploração da crendice alheia e não cumpria seu papel.

O repórter inicia sua expedição aos “antros” ou “templos da perdição”, indo, disfarçadamente até os pretensos feiticeiros e adivinhas, alegando precisar de seus cuidados profissionais. Em reportagens diárias, descrevia as práticas observadas, tais como as consultas e as prescrições curativas, em linguagem extremamente preconceituosa do ponto de vista racial, pois todos os três supostos feiticeiros eram afrodescendentes. Como “provas cabais” contra eles, o repórter comprava e

62 As reportagens de *O Dia* encontram-se neste mesmo jornal dos dias 09 de setembro de 1916 até 10 de outubro do mesmo ano.

o jornal dizia mandar para análise em laboratório químico o conteúdo das beberagens que eram entregues como receitas aos males que o jornalista dizia sofrer.

Entre os primeiros três denunciados estavam dois homens e uma mulher, todos negros ou mulatos. A “bruxa” Constantina é descrita como parda, com cerca de cinquenta anos. Especialista em poções amorosas capazes de desencaminhar moças, mesmo aquelas “de boa família” segundo o jornal, ela receitou poções amorosas e também sugeriu o uso de uma droga abortiva, se necessário, para lidar com as consequências do tresloucado amor a que induziria a moça que o jornalista disse querer conquistar. Mas o jornal logo a deixou de lado, pois ela não representava o verdadeiro alvo de *O Dia*, apesar do escândalo que suas atividades traziam para a moral da época.

O alvo real eram os Euzébios. E aqui não se está adjetivando esse nome próprio, mas sim aludindo a uma curiosa coincidência, que fazia com que houvesse dois Euzébios, ambos negros e curandeiros, na cidade. O primeiro deles a ser denunciado tinha um sobrenome trivial, um modesto “da Silva”, mas seus traços étnicos são acentuados em ambas as reportagens: “um mulatão nédio, moço forte, que tem a sua tenda à rua 3 de maio e que atende a numerosa clientela, da qual arranca os melhores proveitos em dinheiro e os mais fartos pitéus em holocausto aos “santos” que ele tem que sustentar todas as sextas feiras...”. E, no dia seguinte: “Descende[n]te em linha direta reta de pretos da África. Os seus traços étnicos são inconfundíveis: é gordo, nédio, retinto, espadaúdo, porejando fartura, confiante no êxito da vida”.⁶³ Além dessas descrições, nota-se um preconceito por essas pessoas estarem morando em casas decentes e várias alusões a sua boa vida, o que demonstra o grau de preconceito de que suas reportagens estavam imbuídas, tanto em relação às práticas como, mais ainda, em relação às suas origens raciais. Isso não era prerrogativa apenas deste jornal, mas também se notava em todos os demais da cidade, inclusive em *O Rebate*, que vai abrir espaço para Euzébio Coutinho Barcellos.⁶⁴

A descrição do jornal sobre o ritual praticado em sua casa, nas “sextas feiras de holocausto”, como as chamava, e com a presença de vários negros e mulatos, parecia ser de um culto afro-brasileiro com ingestão de alimentos rituais e banhos de descarrego, mas identificar suas origens não é o objetivo aqui.⁶⁵ Sua casa, bem como de Cons-

63 Jornal *O Dia*, 18 e 19 set. 1916.

64 Especificamente sobre *O Rebate*, ver: CUNHA Jr., Miguel Angelo. O periódico *O Rebate e a intolerância contra ciganos*. Monografia (Graduação em História). Pelotas, UFPEL, 2011 e sobre o conjunto dos jornais pelotenses, ver: LONER, Beatriz. Jornais pelotenses diários na República Velha. Op. cit.

65 As principais reportagens sobre Euzébio da Silva, com a descrição do ritual, saíram nos dias 20 e 21 de

tantina, são descritas como casas com certa preocupação de luxo, e seus fregueses – o repórter apressa-se em atestar – pertencem a gente de posses.

Mas, sem apoio e sem padrinhos na sociedade, logo que saíram as reportagens, este Euzébio da Silva tratou de encerrar o expediente de curandeirismo, pelo menos por um tempo, voltando-se à profissão de vendedor em quiosque, segundo o jornal, que se ufanava de tê-lo derrotado.

Sendo este removido, o repórter de *O Dia* voltou-se confiantemente para Euzébio Coutinho. Mas então, teve uma surpresa. O “outro Euzébio” como tentou chamá-lo, disfarçando suas intenções, mostrou-se mais poderoso do que imaginavam os seus redatores. Nas reportagens iniciais sobre ele, o jornal insinua que já sabia muito de sua atuação, que se tratava de um curandeiro de “alto calibre”, o “famoso” Euzébio Coutinho, muito conhecido da sociedade e cuja casa, afirma, era frequentada por gente da própria elite que sequer se imaginaria indo consultar um feiticeiro.

O repórter o descreve como muito velho, pela barba branca, e alude a que, no passado, foi professor de danças na cidade, antes de passar a “mandingueiro completo e refinado”. Confessa que Euzébio lhe causará impressão mais forte do que os demais, com sua voz pausada, uma figura paternal e uma postura “sacerdotal” embora seu falar fosse “pernóstico, demorando-se nos SS e procurando proferir frases arredondadas, com a preocupação de se mostrar um Hipócrates em pessoa, pois, além da parte ritualésca da feitiçaria, ele exerce a medicina e a farmácia”, como o provaria a beberagem que lhe fez comprar.⁶⁶ Não deixa, porém, de observar que a ação de Euzébio “é preponderante sobre as pessoas católicas, pois começa de intencioná-las com uma grande cruz de metal amarelo que traz pendente da cintura, lado direito”.

Ainda nessa primeira reportagem, o chama de “preto vadio e esperto” que amealhou muitas propriedades, explorando infelizes supersticiosos, pois se constitui num “madracho” de “alto calibre”. Mais tarde, em pleno conflito com ele, vai promovê-lo a “bispo das bruxarias” da cidade. Deve-se notar que, naquele contexto e momento, a palavra *bispo* era sempre relacionada com a Igreja Católica, o alvo escondido do jornal.

Suas reportagens dizem ter o objetivo de chamar a atenção da polícia para as atividades desses curandeiros, se colocando à dispo-

setembro de 1916, do jornal *O Dia*.

66 *Jornal O Dia*, 25 set. 1916.

sição para testemunhar e enviar as provas à omissa polícia, colocando-se na nobre missão de saneamento da sociedade, pela qual o jornal estaria recebendo muito apoio, segundo informam. A descrição da casa de Euzébio e de seu consultório é feita da seguinte forma:

No **TEMPLO** do mandingueiro vê-se um altar cheio de velas e santos, há também ali uma pequena mesa coberta com um pano estampado com losangos vermelhos. Sobre a mesa vê-se grandes contas com sinais cabalísticos usados na magia. Pendentes do altar há dois rosários espantosamente grandes.

Em sala contígua, a severidade religiosa do templo do Euzébio é contrastada por um gramofone, cadeiras e outros móveis, tudo exposto com asseio e relativo gosto.⁶⁷

A seguir, dias 26 e 27, narra como foi o atendimento de seus pretensos males, o quanto Euzébio lhe cobrou pelos serviços prestados. A crer nas reportagens, as práticas de Euzébio centravam-se em rezas católicas, benzeduras e uso de fogo e água para descobrir quem trazia o mal para o seu cliente. Por fim, entregou-lhe uma garrafa com um líquido e a recomendação que tomasse três goles dela pela manhã, antes tomando colheres de azeite morno. Julgando que essa seria sua grande prova, o jornal diz que a enviou para análise. Ainda, a reportagem insinua que pessoas já teriam morrido ao tomar essas “beberragens sujas”, embora fale em tom generalizante e não de Euzébio em particular.

Confiante de seu sucesso, dia 28 sob a manchete em grandes letras: “Guerra aos embusteiros e charlatãs”, (sic) proclama o resultado da análise da beberagem de Constantina, em que foram detectados areia vermelha e um pó escuro, com resíduos de “ácido fosfórico, cal, traços de arsênico e de sódio”, o que o jornal liga imediatamente à terra de cemitério. Bem, depois desses feitos, suas reportagens perdem o tom, porque embora tentem manter a empáfia e o tom duro contra os “feiticeiros”, o jornal começa a revelar as pressões que andam sofrendo de parte dos acusados e de outros setores, que não nomina.

Assim, já incomodado e pressionado pelas repercussões e ações de Euzébio, *O Dia* anuncia o pretenso depoimento de um vizinho, comerciante estabelecido nas redondezas, cuja mãe foi enganada por esse curandeiro. Nesse relato anônimo, afirma-se que Euzébio fazia magia negra, com bonequinhos a serem trespassos com alfinete.⁶⁸ Entretanto, embora diga que esse informante virá testemunhar “às claras” sobre o que aconteceu com sua família, isso nunca acontece, e, com

67 *Jornal O Dia* 25 set. 1916.

68 *O Dia*, 4 e 5 out. 1916. O jornal apenas diz que é um comerciante respeitado do varejo e que estaria disposto a depor na polícia.

isso, o jornal foi perdendo sua credibilidade. Um dos principais reveses que sofre é o resultado da publicação da análise química dos compostos utilizados pelos curandeiros, que atesta que a amostra fornecida por Euzébio não contém nada mais que cocção de ervas indígenas misturadas à canela e açúcar, sem traço sequer de elementos nocivos à saúde.⁶⁹ A pouca validade da denúncia dos chás caseiros, a ausência de depoimento do informante anônimo ou a declinação de seu nome, fez com que, sem o combustível para suas denúncias, o jornal diminuísse o seu ímpeto, citando casos aqui e acolá, sem mais tentar escândalos com o agora chamado de “insolente” Euzébio.

O evidente mal-estar do jornal tem razão de ser: desde que saiu a primeira reportagem, Euzébio Coutinho tomou medidas para se proteger e desfazer o conteúdo das reportagens – ele as acusa de mentirosas e espalhafatosas –, com o objetivo de vender jornais e/ou fazer chantagem contra ele, já que a empresa estaria com suas “finanças avariadas”⁷⁰. Para defender-se das denúncias, encontrou apoio dos vizinhos, amigos e alguns clientes que firmam abaixo-assinado, testemunhando em seu favor, por meio do jornal *O Rebate* (em 28 de setembro de 1916). Também fez reuniões de apoio em salões da cidade, buscou o licenciamento médico na capital, além de outras possíveis ações, que se pode apenas intuir, para com padrinhos e pessoas influentes, pelos resultados alcançados. E depois, passou ao ataque.

A primeira medida foi colocar um *Apedido* no jornal *O Rebate*. Nele, Coutinho lembrava que já uma vez teve que se diferenciar de Euzébio da Silva, em esclarecimento datado de maio de 1915, o qual ele republica dia 26 de setembro de 1916, acrescentando novos comentários sobre as denúncias de que foi vítima. Assim, Euzébio Coutinho primeiro se distingue de Euzébio da Silva e depois passa a discorrer sobre sua vida.

Como é o único momento em que ele sintetiza sua trajetória, vamos colocar sua visão:

Sou filho daqui, meus pais eram africanos, educaram-me conforme suas posses e conhecimentos, e eu tive a felicidade de viver sempre em perfeita harmonia nesta cidade.

Fui casado e atualmente sou viúvo, contando 67 anos de idade.

Há muitos anos venho dando instruções de danças, tendo sido os meus ensaios frequentados por muitos dignos moços, comerciantes, acadêmicos, empregados do comércio, operários, etc., e isto sempre com a máxima simpatia e respeito.

Sou conhecido pelas autoridades e pelas pessoas de minhas relações, como chefe de família e respeitador da ordem, e

69 *O Dia*, 03 out. 1916.

70 *O Rebate*, 26 jan. 1916.

também proprietário nesta cidade, residindo à rua Marques de Caxias n. 470.

Como cidadão brasileiro filiei-me ao pujante Partido Republicano desde a sua fundação.

Possuo o título de sócio benemérito de várias sociedades, sendo sócio fundador da benemérita Sociedade União Pelotense.⁷¹

Este documento é importante, pois demonstra os sinais de respeitabilidade e inserção social que conseguiu ao longo da vida e que são usados em sua defesa. O fato de ter sido escravo e filho de escravos não é tocado por ele, nem por seus detratores, o que provavelmente significa que os redatores de *O Dia* não sabiam disso.⁷² Depois de colocar-se como proprietário, cidadão, eleitor, católico praticante e auxiliar da Igreja (a única associação citada nominalmente por ele, a União Pelotense, é vinculada diretamente ao Bispado e voltada para os trabalhadores), condena as reportagens pelo seu teor sensacionalista e mentiroso. Confirma que receita chás caseiros a doentes que o procuraram e continua:

A minha casa está franca a devassa do público e das autoridades. Ali não há bruxarias, nem mandingas, nem feitiços, nem burundangas congêneres. Tenho um altar com os santos que venero. Isso é um direito que ninguém me pode extorquir, pois a Constituição do meu país garante a liberdade de cultos, maxime portas à dentro do meu lar.⁷³

Neste momento, afirma que o objetivo do jornal seria fazer uma chantagem, extorquindo-lhe “o que tenho honestamente adquirido” e diz ter trazido até a redação de *O Rebate* várias pessoas que atestaram suas curas. No dia seguinte repete-se o mesmo apedido, que é modificado dia 28 de setembro, em um imenso artigo em que Euzébio ataca seus detratores. O tom é virulento, desafiador e procura atingir pessoalmente os redatores de *O Dia*, apelidados de “súcia de caluniadores”, sinal de que havia procurado informações sobre eles. Perdoem os leitores, mas são necessárias ainda outras citações para que se compreenda a amplitude e o tom do artigo, que acusa os redatores de várias condutas impróprias, entre elas:

Saiba o João Ninguém das torturas, que me não troco por si e por toda a sua bagagem. Sou preto, mas me considero muito acima

71 *O Rebate*, 26 set. 1916.

72 *O Dia* diz que Euzébio sempre viveu a vida folgadoamente e sem canseiras, e o chama de malandro em vários momentos, sinal de que não sabia de seu anterior estado, pois teriam certamente explorado esse elemento para mostrar o “atraso” de suas práticas, como tudo que estava relacionado ao passado escravocrata. Mesmo assim, fizeram referência à África, e, uma vez, o trataram por “preto velho”.

73 *O Rebate*, idem.

de cafajestes como esses que me estão agredindo porque não lhes quis tapar a boca com alguma nota do tesouro, de alto valor, ou com algum dos meus bens de raiz, que tanto os desespera. Nunca andei fugido, nunca fui condenado por caluniador, nunca roubei a propriedade literária de outrem, nem andei as voltas com a polícia. Jamais fui encontrado bebendo ou nos antros de perdição, às voltas com as marafonas de ínfimo jaez, como era visto, no Rio Grande, o sevandijo que ora me ataca, procurando cuspir-me o pus da sua alma podre e repelente.⁷⁴

Ao final, as acusações são ainda mais diretas e desafiadoras, em um desabafo, impossíveis de acreditar que fossem feitas por alguém que temesse alguma retaliação:

Agora, faça o mesmo o compodócio TORTURA.

Apresente, como eu, um atestado de sua conduta ou o mais leve documento abonatório das suas qualidades morais.

Farçante! Pulha!

Se ele tivesse brio, quebraria a pena que tanto tem poluído e achinchado, para entrar para a empresa do lixo e meter-se entre varais, único lugar que lhe compete.

Engana-se o biltre se supõe que eu me submeterei as suas diatribes. Hei de vergastal-o com a minha altivez, dizendo o que ele foi, o que é, e o que há de ser – um nulo, chato, pretensioso e charlatão, que vive sonhando grandezas, quando não passa de um...

qualquer coisa.

Pelotas, 28 de setembro de 1916.

EUZÉBIO DE QUEIRÓZ COUTINHO BARCELLOS⁷⁵

Obviamente, Euzébio só pôde se dirigir assim a seus opositores, porque estava bem amparado, tanto pelo Partido Republicano quanto por pessoas de suas relações na cidade e talvez pelos seus contatos em Porto Alegre. Afinal, ele tinha sido cativo de uma família importante e numerosa, que também contava ainda com ramificações variadas, dentro e fora da cidade. Soube cultivar essas relações durante toda sua vida, que transcorreu dentro dos marcos da legalidade permitida. O fato de ser professor de dança deve tê-lo deixado em contato constante com

74 *O Rebate*, 28 set. 1916. Ao longo do artigo, ele insinua que um dos seus detratores esteve envolvido com a tortura, em cidade próxima, que deve ser Rio Grande. Como o Estado havia passado pelo conflito oligárquico de 1893, em que a violência ocorreu de lado a lado e a cidade de Rio Grande, durante algum tempo, concentrou boa parte dos opositores a Castilhos, é possível que estivesse se referindo a algum evento lá acontecido. Mas facilmente pode também ser uma calúnia, feita apenas para desmoralizar seus antagonistas.

75 *O Rebate*, Idem.

as gerações de moços da elite, com quem seguramente contou num momento desses. A redação e os termos utilizados em suas respostas indicam que provavelmente foram redigidas por outros⁷⁶ mas, firmadas por ele; portanto, qualquer tipo de responsabilidade ou processo por difamação recairia sobre ele; não há notícias ou processos que provem que essa querela foi parar na Justiça, nem de seu lado, nem do jornal.

Seus inimigos, por outro lado, não tinham ligações fortes com a cidade e com o poder municipal. Não sendo parte das famílias da elite, sendo adversários da Igreja Católica, forasteiros com qualificação bacharelesca, e um ou dois deles com passagem pela oposição ao PRR: realmente não estavam bem municiados para o embate, mesmo com um negro ex-escravo. Não se conseguiu saber a quem Euzébio pretendia atingir com as insinuações de torturas, plágio, ou conduta imoral. Talvez nunca se possa saber ao certo se suas acusações tinham ou não razão de ser; o importante é que elas surtiram efeito: as reportagens do jornal terminaram, o delegado de polícia não tomou nenhuma providência e tudo que restou aos redatores foi, desconsoladamente, publicar uma última notícia, dia 10 de outubro de 1916, denunciando a passividade dos policiais frente à festa com foguetório e bombas reais com que foi inaugurada a placa de médico de Euzébio.⁷⁷

Como resultado desse escândalo, Euzébio deve ter encontrado alguns problemas para explicar sua situação com a Igreja, mas pela própria descrição de seus inimigos fica claro que sua fama e suas práticas de culto eram todas marcadas pelo símbolo da cruz e do catolicismo. O próprio repórter não pôde descrever nenhuma estátua que não de santos católicos em seu altar e “dois imensos rosários”, ainda acrescentando que Euzébio mencionava que curava em nome de São Zacarias, São Jerônimo e São Praxedes e que parecia rezar o Pai Nosso com “sinceridade”⁷⁸. Assim, credenciado até pelos inimigos, Euzébio deve ter conseguido refazer seus laços com a Igreja rapidamente, pois continuara a pertencer às mesmas entidades católicas de antes.

E, para completar, já que dizia trabalhar dentro da lei, ele pede – e consegue em tempo espantosamente curto – a licença para atuar como médico, o que era permitido pelas leis do estado, conforme o artigo 71, parágrafo 5: “não são admitidos também no serviço do estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que

76 Do próprio punho de Euzébio tem-se sua assinatura, no inventário da esposa, que indica falta de familiaridade com a escrita, pelo menos.

77 *O Dia*, 10 out. 1916. Remoído pela raiva, o redator menciona uma festa “com bródio e vinhaça”, mas, pode-se imaginar que isso core pelo seu ressentimento, pois seguramente foram servidos finos doces pelotenses e vinhos estrangeiros, além de cerveja, comprados nos melhores estabelecimentos da cidade.

78 *O Dia*, 25 set. 1916.

sejam, sendo livre no seu território, o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial".⁷⁹

Joaquim Osório, em *Comentários à Constituição política do estado do Rio Grande do Sul*, obra considerada como documento básico da doutrina castilhistas, considera que a seleção de profissionais habilitados para o exercício de qualquer profissão é uma escolha do cliente e que não deve o estado interferir nessas questões, o que configuraria uma "tirania revoltante", especialmente no caso particular da medicina. O que cumpre ao estado é zelar para que não haja possibilidade de fraude ou engano do profissional para com seu paciente e cuidar de punir a quem, com suas práticas, levar terceiros ao agravamento do estado de saúde, mostrando imperícia ou ineficácia. Após lembrar que ocorrem centenas de erros médicos, afirma que o médico diplomado tem apenas a presunção de seu saber, o que nem sempre é comprovado. Por outro lado, os curandeiros são perseguidos, pois se considera que são sempre ignorantes. Contudo, diz ele, "é certo que tem havido e há grande número deles [curandeiros] práticos, experientes admiravelmente de poder observador e que tem descoberto na nossa flora preciosas plantas medicinais". Após lembrar que no Brasil boa parte de sua população vivia nos campos, locais onde não existiam médicos e onde os curandeiros eram o derradeiro "recurso das populações, para os quais voam as esperanças dos aflitos. Podem dar disto eloquente exemplo os sertões de minha terra natal".⁸⁰ Ora, a terra natal do ilustre advogado e político, descendente da família do General Osório, era a cidade de Pelotas. Portanto, conhecia bem sua zona rural, suas charqueadas, com seus usos e costumes. Provavelmente até conhecesse Euzébio como professor de danças, pois morou em Pelotas em sua infância e juventude.

Daria um outro artigo o deslindar da complexa rede que Euzébio acionou para conseguir vencer os brancos redatores e os cultos bachareis de *O Dia*.⁸¹ Ele foi o único a vir a público e desafiar seus oponentes, apelando para a liberdade de culto e para a sua posição de cidadão brasileiro. Uniu, a seu favor, posições conflitantes, pois, se encontrou espaço no oposicionista jornal *O Rebate* para veicular suas respostas, também acionou seus contatos no governo. Talvez, quem sabe, teve um auxílio a seu favor do coronel Aurélio Veríssimo de Bittencourt (afrodescendente porto-alegrense e devoto de Nossa Senhora do Rosário, que, em 1916,

79 OSÓRIO, Joaquim. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: um comentário*. Brasília: EdUNB, 1981, transcrição da constituição do estado, artigo 71, parágrafo 5.

80 Idem, *ibidem*, p. 243.

81 Em uma última reportagem (10 out. 1916), *O Dia* faz algumas insinuações, a propósito da comemoração: "o famoso mandingueiro Euzébio, que festejou a impunidade e a frouxidão do Sr. Cristovão dos Santos [delegado de polícia] anteontem, com dúzias e dúzias de foguetes de lombas (sic) real, alguns deles, aliás em homenagem ao sr. Promotor público da comarca..."

ainda ocupava o cargo de secretário particular do governo Borges de Medeiros), o que lhe valeu a velocidade com que sua licença foi concedida pelo governo. Isso é algo ainda a ser comprovado, mas o importante é que está dentro do território do possível, dada a rede de relações e amizades que montou dentro e fora da Igreja e do PRR.

E, com isso, consolidou-se a vitória em todas as frentes de Euzébio. Vitória não discreta, tanto que ele afronta mais uma vez seus inimigos (e, possivelmente, o delegado...), ao fazer uma comemoração em regra, com banda, dança, comes e bebes. Nesse momento, foi saudado efusivamente pela comunidade afrodescendente, embora a notícia abaixo seja extremamente contida, não falando nos foguetórios, brindes e comidas que compuseram a festa. O jornal *A Alvorada* era o porta-voz da comunidade negra e um certo recato frente ao sucesso fazia parte do modelo de bom tom da época, pelo menos na sociedade pelotense. Assim, o título da notícia é um despretensioso “festa íntima”, com o objetivo de reforçar a respeitabilidade do grupo (note-se que, em nenhum momento anterior, o jornal comentou a polêmica e as denúncias contra Euzébio):

Foi imponente a festa íntima realizada domingo passado, na residência do senhor Euzébio de Queiróz Coutinho Barcellos, em regozijo do recebimento de sua carta de médico. Foi cumprimentá-lo a Filarmônica União Democrata e um avultado número de amigos. Encerrou a festa um sarau dançante, que prolongou-se até altas horas da madrugada.

Mais uma vez felicitamo-lo.⁸²

O ESPAÇO MINA NA CIDADE

Mas há um último elemento que deve ser levado em conta na história desse personagem, o qual remete novamente à escravidão: sua origem, o local onde se criou e o fato de que era considerado “mina”. Seus parentes, bem como a maioria do lote de escravos da charqueada do Comendador Barcellos, por ocasião de seu nascimento, era de africanos e seus descendentes e, entre eles, os nagôs, também chamados minas, eram a maioria. Sua mãe era nagô, Cosme era nagô e vários outros pretos velhos eram “mina”, que, para a cidade, tinham o mesmo sentido que nagô. Sabe-se que o termo *mina* teve muitos usos no Brasil e variou no tempo e no espaço. Segundo Scherer⁸³, minas e nagôs, combinados, formaram a maioria dos plantéis dos estabelecimentos empresariais da vizinha cidade de Rio Grande, e, por extensão, pode-se dizer o mesmo de Pelotas, pois todos os trabalhadores escravizados entravam por esse porto marítimo.

82 *A Alvorada*, 15 out. 1916, p. 2.

83 SCHERER, Jovani. *A nação da liberdade: os minas e outros grupos...*

Crescendo na charqueada, Euzébio deve ter se beneficiado de conhecimentos ancestrais dos africanos de várias paragens, bem como da farmacologia de eventuais índios ainda existentes na região. Seu espírito, voltado ao misticismo e à religião, características que o acompanharam por toda a vida, deve ter se interessado pela aprendizagem dessas receitas, que depois utilizava em suas curas (recorde-se a análise química dando conta de cocção de "ervas provavelmente indígenas", do laudo do laboratório sobre suas poções de cura).

Não é objetivo aqui a análise de suas sessões de cura ou dos remédios que empregava, o que serve apenas para demonstrar que, em sua vida republicana, Euzébio também se utilizou de suas vivências e experiências anteriores, as quais, em parte, haviam sido "esquecidas" pela comunidade negra urbana pelotense. Mesmo profundamente entrosado no contexto social do século XX, Euzébio ainda cultivava os traços das experiências dos africanos que mais o interessavam. Seguramente não foi à toa que ele e seu irmão, juntamente com outros negros oriundos de antigas charqueadas (conforme dedução possível a partir dos patronímicos que utilizaram), fundaram uma sociedade que ainda lembrava os africanos, como se viu acima. Para Euzébio e outros ex-escravos, o Brasil da modernidade e da integração ao capitalismo industrial, sonhado e louvado por todos, no início do século XX, ainda podia se beneficiar de práticas mais antigas, mesmo que de forma camuflada.

A este respeito, fica como curiosidade o relato de que, quando os autores deste artigo estavam buscando por memórias sobre Euzébio na cidade, ficaram sabendo que, durante o século XIX e XX existiu em Pelotas um espaço constituído por algumas ruas perto do porto, chamado hoje Zona da Balsa, ocupado preferencialmente por africanos dessa procedência. A menção do nome de Euzébio Coutinho Barcellos, para um idoso afrodescendente, ainda provocou inquietação, acompanhado da pergunta sobre por que queríamos saber dos "minas" na cidade. Infelizmente, nada mais quis falar sobre esse assunto, embora várias vezes fosse procurado.

Seu receio retorna a questão de temores do passado. Segundo Juliana Farias, no Rio de Janeiro durante o período imperial, os minas tinham o domínio da venda de feitiços aos brancos, que os temiam. Essa autora, por meio das crônicas de João do Rio, articula a procedência mina (variada e genérica também naquela província) ao comércio de feitiçarias, benzeduras e outras práticas, com grande sucesso.⁸⁴

Em todo o Brasil Império, houve uma aura sobre o "preto mina", normalmente considerado ardiloso, capaz de muitas formas de resis-

84 FARIAS, Juliana. *Mercados Minas*. Africanos ocidentais na praça do mercado do RJ (1830-1890). São Paulo, USP, 2012. Tese (Doutorado em História). p. 267-268.

tência e pessoa a qual tanto os outros negros como os brancos temiam. Segundo Chalhoub, no Rio de Janeiro se consolidou a história do liberto mina como agente que seduzia os demais escravos a se deixarem vender para outros senhores, o que poderia ser uma forma de buscar um cativo menos duro ou reencontrar as pessoas amadas.⁸⁵ Sabe-se que os minas ou nagôs, quase que em toda parte, conseguiam libertar-se mais frequentemente do que os escravizados de outras etnias.

Euzébio, como descendente desse grupo e do qual nunca se desligou, teve êxito em sua função de curador também por causa de sua ascendência e, provavelmente, dos segredos que trazia do cativo. A análise do chá caseiro que passou ao repórter (que deveria ser combinada com a ingestão de “azeite doce” aquecido) deixa claro que muito havia de sabedoria negra e indígena em suas práticas, as quais, por outro lado, se acoplavam a uma visão bastante espiritualizada da medicina, considerando que não era apenas o corpo, mas também o espírito, que devia ser curado em caso de doenças. Segundo J. J. Reis, “a farmacopeia nagô-iorubá... é riquíssima em folhas tanto para atacar, quanto para proteção, para beneficiar e prejudicar...”⁸⁶

Cabe, ainda, uma palavra final sobre esta personagem e ela vai ser feita no plural: a análise da trajetória de Euzébio nos custou muito tempo e foi feita com muito cuidado por todos os integrantes da equipe. Isso não significa que fomos motivados apenas pela curiosidade, ou pelo afã de demonstrar a trajetória de um indivíduo com um perfil oposto ao que se espera de um ex-escravo de charqueada.

Na verdade, o personagem é fascinante por si mesmo e, embora no início tenha sido desprezado, porque não era “proletário”, quando o foco recaiu sobre ele, foi fácil desenvolver uma grande empatia por ele, ao observar suas artimanhas, suas formas de contornar situações extremamente desfavoráveis para impor seus interesses, desenvolvendo uma trajetória ímpar.

Euzébio demonstra uma mistura de inventividade e audácia, combinada com modéstia e discrição, que tornou viável sua trajetória. A maior lição de Euzébio foi ter conseguido impor-se naquela sociedade, por suas qualidades e por ser sagaz e astuto. Como ele, outros ex-escravos viveram durante a Primeira República e lutaram por melhores condições de vida para seu grupo, em alguns casos para a classe operária, e, em última análise, para eles próprios e para suas famílias. A reconstituição dessas múltiplas histórias, tanto as que deram certo como

85 CHALHOUB, S. *A força da escravidão*. Op. cit., p. 155 e seguintes.

86 REIS, J. J.. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Op. cit., p. 152.

as que falharam, é fascinante e deve ser feita pelos historiadores de todo o Brasil, pois essa não é uma questão local.

O objetivo desses estudos, em nosso entender, é o de que, em alguns anos, se possa ter uma ideia melhor de como homens e mulheres negros, libertos do fantasma da reescravização e de suas consequências a partir de 1888 (e apesar de tudo o que se possa falar da precariedade da liberdade nos “tempos modernos” do capitalismo) lutaram para viver e adaptar-se às novas condições de vida. Ao longo das décadas da Primeira República, algumas vezes venceram, na maioria dos casos foram empurrados para trás, pela sina do operariado no Brasil e pela frustrante e presente discriminação racial que sempre os atingiu. Mas, ao fim e ao cabo, não foram pobres coitados, incapazes de viver por si mesmos. Buscaram oportunidades e empregos, aproveitaram ocasiões e padrinhos, lutaram e militaram alguns, nas sociedades operárias. Milhares se conformaram, alguns tiveram momentos de glória, outros reconheceram-se derrotados. Mas, enfim, sempre tentaram melhorar de vida, tal como os brancos, tal como o operariado comum. Para não deixar de citar Thompson⁸⁷, mesmo que na última frase, nesse sentido, não precisam da comiseração ou condescendência de nossa parte, precisam é de mais estudos.

87 THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PARA ALÉM DOS TEXTOS AQUI SELECIONADOS, RECOMENDAMOS A LEITURA, DENTRE OUTROS:

A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande, publicado originalmente no e-book *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*, organizado por Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos e Luiz Carlos da Cunha Carneiro, disponível no link [<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/e-book.pdf?fbclid=IwAR3INpcwdN10IOSedM6IS2onngHENla0YknXXJXygbEg7q2xGvCEGGV0-98>];

Beatriz Ana Loner. Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. 1999 (Volume I). Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, disponível no link [<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-I.pdf>];

Beatriz Ana Loner. Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. 1999 (Volume II). Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, disponível no link [<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-II.pdf>].



BEATRIZ ANA LONER

Bia, como todos a chamavam, se formou em História pela UFRGS, no ano de 1975, um período marcado pela Ditadura Militar no Brasil. Na Universidade conheceu José Coutinho, com quem militou, se casou e teve três filhas: Mariana, Lúcia e Eleonora.

Um ano após a formatura já atuava no magistério estadual, sendo sindicalista do Centro de Professores do RS. Em 1977 iniciou seu Mestrado na UNICAMP discutindo o Partido Comunista do Brasil e a linha do Manifesto de Agosto. Sua formação foi concluída em 1985 e em seguida (1987) já exercia a função de professora da UFPel, mantida, mesmo após sua aposentadoria em 2011, nos programas de Pós-Graduação que ajudou a constituir, a saber o de Sociologia e História. Também foi professora, por dois anos, na Universidade Federal de Santa Maria.

Na Universidade contribuiu para a extinção do Curso de Estudos Sociais, um dos últimos remanescentes do Brasil e logo se envolveu com a eleição para Reitor, no final da década de 1980.

Um dos projetos mais importantes que efetivou foi a construção do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, que fará 30 anos em 2020 e atualmente leva o seu nome. Trata-se de um importante centro de documentação, que abriga três grandes acervos: da Delegacia Regional do Trabalho, de todo o RS; da Justiça do Trabalho de Pelotas; da Fábrica Laneira. Foi no NDH, que desenvolveu suas pesquisas sobre afrodescendentes e trabalhadores e formou muitos alunos. Um desses estudos se transformou no seu mais importante livro, *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*, fruto de sua tese doutoral realizada na Sociologia da UFRGS, entre os anos de 1994 e 1999.

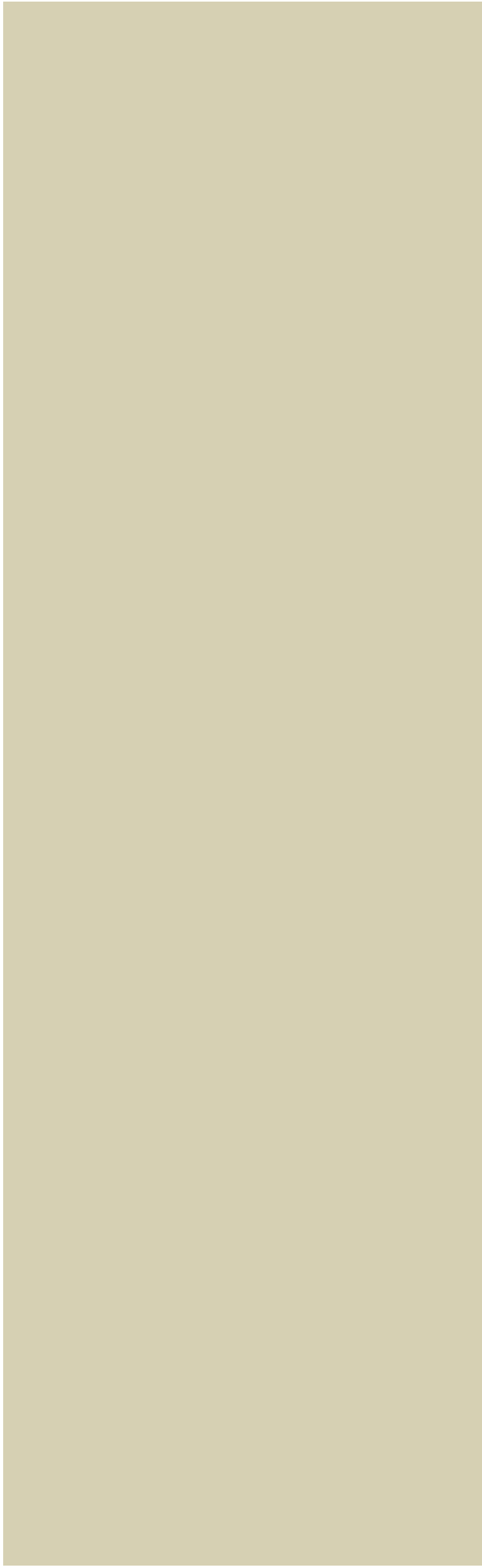
Bia publicou mais de 40 artigos, se envolveu na organização/publicação de 8 livros, escreveu verbetes, capítulos, textos para anais, mas o que mais fez foi orientar alunos. O vínculo entre ela e os discentes foi sempre muito forte, de modo que era comum que as turmas por onde passasse levassem seu nome, como reconhecimento por seu trabalho.

Beatriz infelizmente partiu no ano de 2018, com 66 anos de idade, após lutar e resistir (não foi isso que fez a vida inteira?) em um hospital por quase dois anos.

Fica em nós a saudade e um sentimento bom de ter compartilhado tantos momentos bonitos pela vida.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
Telefone: (51)3509-2196
casaleiria@casaleiria.com.br





Memórias Brasileiras
Biografias



UFPEL

Esse livro fala de mulheres negras e homens negros que viveram e trabalharam no final do século XIX e início do XX, militando em torno de demandas imbricadas na experiência da classe e na vivência da raça. A conhecer suas histórias, Beatriz Loner dedicou grande parte de sua vida intelectual. Em 2015, essa pesquisadora incansável passou a integrar um grupo de pesquisadores que se juntaram em torno de um projeto cujo objetivo era produzir conhecimento, formar pesquisadores e divulgar resultados de pesquisas sobre a temática e uma abordagem de que ela vinha se ocupando há tempo. Assim, com a participação entusiasta, experiente e dedicada de Beatriz, se constituiu o projeto *Afrodescendentes na Região Sul: biografias, trajetórias associativas e familiares*, que em 2017 foi contemplado com recursos da Capes no Edital Biografias Brasileiras. Não pudemos, entretanto, ter Bia Loner conosco no transcurso da realização do trabalho. A doença e a morte a levaram de nós. Essa publicação – organizada por Lorena Almeida Gill e Paulo Koschier, seus dedicados parceiros de trabalho no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – agrega, além de outros escritos, aqueles que ela pretendia arrematar e publicar no âmbito do projeto. Esse livro evidencia que, mesmo de longe, ela se manteve presente, em mais esse percurso. E estará em tantos outros, inspirando e instruindo pesquisadores, como fez ao longo de sua vida.

Joseli Maria Nunes Mendonça

